

UNIOESTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS –
CCHEL

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS
SOCIAIS

IVANOR MANN DE SOUZA

**“A VOZ DO OESTE” E SUA RELAÇÃO COM AS ARTICULAÇÕES
BURGUESAS E O ESTADO EM TOLEDO (1964 – 1970)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2010

IVANOR MANN DE SOUZA

**“A VOZ DO OESTE” E SUA RELAÇÃO COM AS ARTICULAÇÕES
BURGUESAS E O ESTADO EM TOLEDO (1964 – 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campos de Marechal Cândido Rondon, Linha de Pesquisa: Estado e Poder, como requisito parcial para a obtenção de Título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil.

MARECHAL CANDIDO RONDON

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S729v	Souza, Ivanor Mann de "A Voz do Oeste" e sua relação com as articulações burguesas e o estado em Toledo (1964-1970). / Ivanor Mann de Souza. - Marechal Cândido Rondon, 2010 195 p. Orientador: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010. 1. Toledo (PR) - Jornal A Voz do Oeste - Hegemonia. 2. Toledo (PR) - Política e governo. 3. Materialismo histórico. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título. CDD 21.ed. 320.51 146.3 CIP-NBR 12899
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

Eu, etiqueta

Em minha calça está grudado um nome que não é meu de batismo ou de cartório,
Um nome... estranho.
Meu blusão traz lembrete de bebida que jamais pus na boca, nesta vida.
Em minha camiseta, a marca de cigarro que não fumo. Até hoje não fumei.
Minhas meias falam de produto que nunca experimentei
Mas são comunicados a meus pés.
Meus tênis é proclama colorido de alguma coisa não provada
por este provador de longa idade.
Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro, minha gravata e cinto e escova e pente,
Meu copo, minha xícara, minha toalha de banho e sabonete,
Meu isso, meu aquilo, desde a cabeça ao bico dos sapatos,
São mensagens, letras falantes, gritos visuais,
Ordens de uso, abuso, reincidências, costume, hábito, premência,
indispensabilidade, fazem de mim homem-anúncio itinerante,
escravo da matéria anunciada.
Estou, estou na moda. É doce estar na moda,
Ainda que a moda seja negar a minha identidade,
Trocá-la por mil, açambarcando
Todas as marcas registradas, todos os logotipos do mercado.
Com que inocência demito-me de ser
Eu que antes era e me sabia
Tão diverso dos outros, tão mim mesmo, ser pensante, sentinte e solidário
Com outros seres diversos e conscientes
De sua humana, invencível condição.
Agora sou anúncio, ora vulgar ora bizaro,
Em língua nacional ou em qualquer língua (qualquer principalmente).
E nisto me comprazo, tiro glória de minha anulação.
Nou sou – vê lá – anúncio contratado.
Eu é que mimosamente pago
Para anunciar, para vender
Em bares festas paraís pérgulas piscinas, e bem a vista exibo esta etiqueta
Global no corpo que desiste
De ser veste e sandália de uma essência
Tão viva e independente, que moda ou suborno algum a compromete.
Onde terei jogado fora
Meu gosto e capacidade de escolher, minhas idiossincrasias tão pessoais,
Tão minhas que no rosto se espelhavam, e cada gesto, cada olhar,
Cada vinco da roupa resumia uma estática?
Hoje sou costurado, sou tecido, sou gravata de forma universal,
Saio da estamperia, não de casa, da vitrine me tiram, recolocam,
Objeto pulsante mas objeto
Que se oferece como signo dos outros
Objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso, de ser não eu, mas artigo industrial,
Peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente¹.

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e Proza*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988. p. 1 018-20.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento a minha família que é a razão do meu viver, em especial a minha esposa Neli Pereira, meus filhos adorados José Arthur (9 anos de idade) e Alana Paula (7 anos de idade), que nos momentos que mais precisavam do pai e do marido não o tiveram porque este estava preocupado em realizar as atividades referentes a produção desta dissertação.

A minha mãe querida, que perdeu o marido quando este estudante tinha apenas 13 anos de idade, e nos momentos de educar, orientar os filhos (9 ao total), precisou exercer a função de pai, inclusive quando precisou exigir de nós, os filhos, que dessem continuidade aos estudos, quando a vocação falhava.

Ao Professor Doutor Gilberto Calil, que além de orientador foi um grande amigo, sabendo reordenar as atividades, foi pontual nas correções e exigente, mas também compreensível na produção dos textos.

Aos professores do Mestrado da Unioeste, em especial aos da Linha de Pesquisa Estado e Poder.

A secretaria do Mestrado em História, Iraci, que sempre esteve atenta as documentações que muitas vezes eram esquecidas e em boa ordem, por ela foram organizadas.

Aos colegas de trabalho, em especial a Reginaldo dos Santos e Artêmio Ten Caten, que foram os maiores incentivadores para o desenvolvimento deste projeto.

Obrigado a todos.

RESUMO

“A VOZ DO OESTE” E SUA RELAÇÃO COM AS ARTICULAÇÕES BURGUESAS E O ESTADO EM TOLEDO (1964 – 1970)

Ao problematizar o Estado atuante em Toledo, partimos de uma discussão inicial sobre sua origem e sua inserção na sociedade civil; buscando identificar o Estado inserido nas relações sociais, indo além da apresentação simplória defendida pelos teóricos do liberalismo. A pesquisa, fundamentada no materialismo histórico, em especial na concepção gramsciana de Estado, tem como objetivo a compreensão da sociedade civil toledense e as relações que esta estabelece na configuração do Estado no município, que é disputado pela burguesia na luta de classes, para defender os seus interesses. A pesquisa trabalha o Estado em Toledo a partir das fontes literárias, dos projetos de Lei aprovados pela Câmara de Vereadores, de arquivos do Museu Histórico de Toledo e, principalmente, fundamenta-se na análise da trajetória do jornal “*A Voz do Oeste*”, discutindo a forma como ele se constituiu em um aparelho privado de hegemonia de frações da burguesia local para colocar em prática seu projeto político no âmbito da administração municipal. Para esclarecer como o jornal atuou na defesa de interesses de seus representados, abordamos sua relação com as duas gestões municipais dos prefeitos Avelino Campagnolo (1964 - 1969) e Egon Pudell (1969 - 1970), até o ano em que o jornal foi extinto. Pelo fato das duas gestões serem uma na sequência da outra, é possível compreender a postura do jornal em relação aos dois governos municipais. Embora ambos defendessem interesses de grupos burgueses, é possível perceber que, embora na luta de classes a burguesia intervenha de forma coesa e unificada, visando à manutenção da exploração sobre a classe trabalhadora; as diferentes frações que constituem a burguesia tem fissuras e estas puderam ser percebidas na forma como o jornal se relacionou com as duas administrações e em sua intervenção na disputa da campanha eleitoral para prefeito em Toledo em 1968, quando os grupos burgueses que se expressam através dele agiram efetivamente para atingir os seus objetivos. Assim, o trabalho desenvolve uma discussão sobre as formas organizativas criadas por estes grupos, em especial através da constituição e manutenção do jornal “*A Voz do Oeste*”, visando sua afirmação hegemônica.

Palavras-Chave: estado; burguesia; hegemonia

ABSTRAT

“A VOZ DO OESTE” AND ITS RELATION TO THE JOINTS AND THE BOURGEOIS STATE IN TOLEDO (1964 – 1970)

In order to problematize the State acting in Toledo, it is taken as base an initial discussion about its origin and its integration into the civil society; it intends to identify the State into the social relationships, going beyond the simple presentation defended by the theoretical liberalists. This research, based on the historical materialism, especially in the gramscian conception of State, aims to understand the civil society of Toledo and the relationships that it establishes in the State configuration with the municipality, which is disputed by the bourgeoisie in the class struggle, in order to defend their interests. This research discuss about the State in Toledo, taking as base literature sources, bills approved by City Council, archives from the Historical Museum of Toledo and it is, essentially, based on the analyses of *A Voz do Oeste* newspaper trajectory, discussing how it became a private apparatus from the hegemony of some of the local bourgeoisie in order to perform their project within the municipal administration. To clarify how the newspaper was used to defend the interests of its represents, it is noticed its relationship with the two municipal managements of the mayors Avelino Campagnolo (1964-1969) and Egon Pudell (1969-1970), until the year the journal is extinct. By the fact the two mayors managed the city one after the other, it is possible to understand the posture of the newspaper regarding the two municipal governments. Although both mayors defended the bourgeoisie groups, it is possible to realize that even though the bourgeoisie, in the class struggle, is involved cohesively and unified with the objective of the maintenance of the exploitation of the working class, the different fractions that constitute the bourgeoisie have cracks and these can be notice on how the newspaper dealt with the two administrations and in its intervention in the campaign for the mayor electoral dispute in Toledo in 1968, when burghers groups, that expressed themselves through the newspaper, acted effectively to achieve their goals. Therefore, this work builds up a discussion on the organizational forms constituted by these groups, in particular through the establishment and maintenance of the *A Voz do Oeste* newspaper, aiming its hegemony statement.

Keywords: state; bourgeoisie; hegemony

SUMÁRIO

RESUMO	05
ABSTRAT	06
INTRODUÇÃO	09
1. O ESTADO: ALGUNS ELEMENTOS	13
1.1. CONCEPÇÃO DE ESTADO JUSNATURALISTA	13
1.2. A ORIGEM DO ESTADO NO PENSAMENTO MARXISTA	31
1.3. O ESTADO A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI	39
1.4. O ESTADO E A REPÚBLICA BRASILEIRA	46
1.4.1 BRASIL INSERIDO NA AMÉRICA LATINA.....	52
1.4.2 A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NA DITADURA MILITAR	55
1.5. DITADURA MILITAR E A POLÍTICA BRASILEIRA	58
2. O GOVERNO DE CAMPAGNOLO E A SOCIEDADE CIVIL EM TOLEDO (1964 – 1968)	68
2.1. SITUANDO TOLEDO NO OESTE DO PARANÁ.....	68
2.2. “A VOZ DO OESTE” - CONSTRUÇÃO DO APARELHO DE HEGEMONIA BURGUESA EM TOLEDO	73
2.2.1. QUADRO POLÍTICO DA GESTÃO DE AVELINO CAMPAGNOLO (1964 -1970)	73
2.2.2. A TELECOMUNICAÇÕES EM DISCUSSÃO.....	77
2.2.3. O PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA.....	80
2.2.4. OUTROS APARELHOS DE HEGEMONIA.....	84

2.2.5. A LUTA INTRACLASSE BURGUESA PELO PODER MUNICIPAL	90
2.2.6. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS – DISPUTA BURGUESA.....	105
2.2.7. “A VOZ DO OESTE” EM CAMPANHA ELEITORAL	121
2.2.8. CONTAGEM DOS VOTOS – DOIS VITORIOSOS?.....	131
3. O GOVERNO DE EGON PUDELL	134
3.1. A POSSE DO NOVO PREFEITO.....	134
3.2. COMEÇA O GOVERNO DE EGON PUDELL	136
3.3. “A VOZ DO OESTE” EM RELAÇÃO À NOVA ADMINISTRAÇÃO E A QUESTÃO DA ENERGIA ELÉTRICA EM TOLEDO	138
3.4. ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR.....	145
3.5. O JORNAL E A POLÍTICA NACIONAL	147
3.6. UM JORNAL “INFORMANTE” DO POVO	149
3.7. A POLÍTICA LOCAL E A CÂMARA DE VEREADORES.....	157
3.8. A NOVA VELHA FACE DO JORNAL.....	165
4. CONCLUSÃO.....	173
5. BIBLIOGRAFIA	178
5. ANEXOS	180
1. ANEXO I	180
2. ANEXO II	184
3. ANEXO III	185
4. ANEXO IV	188
5. ANEXO V	192

INTRODUÇÃO:

O modelo de ser do Estado brasileiro enquanto representante da nação, dos estados ou dos municípios, está relacionado com as articulações burguesas, com as relações capitalistas, com a exploração da mais-valia e a luta de classes, que fazem com que a sociedade civil estruture este Estado a defender certos interesses. Com o título “‘A Voz do Oeste’ e sua relação com as articulações burguesas e o Estado em Toledo (1964 – 1973)”, procura-se fazer uma discussão histórica, situando a cidade de Toledo no Oeste do Estado do Paraná, levando em consideração as relações políticas, culturais e econômicas do município. Toledo, uma cidade “comum” do interior brasileiro, tem em sua constituição as mesmas relações burguesas, lutas e explorações de classes, como qualquer cidade deste mesmo período. Por isso tivemos a preocupação em relacioná-la a seu momento histórico, problematizando a ação do jornal “A Voz do Oeste” e sua relação com o modelo de Estado toledense, servindo para uma análise mais ampla. Claro que ocorrem diferenças de uma para outra região, que há especificidades pertinentes a cada cidade, mas, como a proposta é discutir as articulações burguesas e o Estado no município de Toledo, contribuindo para o estabelecimento de relações e considerações com as diferentes formas de atuação da classe burguesa, da classe trabalhadora, da constituição da sociedade civil e as formas de se constituir o Estado nas diferentes cidades brasileiras. Também há de levar-se em consideração que a constituição dos industriais e comerciantes, a burguesia, mantém certa unidade nacional. Assim, na produção do texto teve-se o cuidado de estar atento ao fato que a burguesia, os trabalhadores, o Estado e a sociedade civil, sempre apresentam uma relação com essa unidade nacional, bem como, levar-se-á em consideração as possíveis atividades originais das diferentes classes em seus municípios, principalmente em Toledo.

A burguesia como uma classe, inserida na luta de classes, apresenta as suas características desde a sua formação até os dias atuais, desenvolvendo a exploração da classe trabalhadora, e esta relação tem uma maior ou menor intensidade, variando conforme o grau de compreensão das classes inseridas nessa luta. Para que se entenda como se dá a relação social entre estas duas classes, é necessário, também compreender o momento político, cultural e econômico em que o embate se desenvolve.

Quanto à composição do Estado, ele não pode ser visto como uma entidade estática e rotineira, como se fosse uma instituição fundada e mantida deste seu surgimento. É preciso

compreendê-lo como uma instituição inserida na luta de classes, na sociedade civil, e que este é resultante do embate desenvolvido dentro da composição da sociedade civil. E, para que se compreenda a sociedade civil, as lutas de classes de um determinado momento histórico, temos que compreender as relações sociais, as posturas das diferentes classes e como estas se desenvolvem frente ao embate, verificando quais os interesses pertinentes a cada classe nesta luta.

Tentando dar à dissertação uma apresentação dentro das exigências do Cronograma de Pós-Graduação de Mestrado em História da Unioeste, seguindo as normas estruturais, mas, que nem sempre foram fielmente cumpridas; porque muitas dissertações e/ou trabalhos de conclusão de curso são uma pré-elaboração para uma publicação posterior, e, as que realmente, num segundo momento, são reeditadas e se transformam em livros, servem como fonte para as futuras pesquisas; mas, como a maioria delas não passa por este processo, acabam sendo a fonte de pesquisa em uma estante da universidade da forma como elas foram produzidas para a defesa. É o caso que acontece com duas monografias escritas ou de participação deste autor¹, e que hoje se encontram a disposição dos pesquisadores, na Unioeste. Como não temos a garantia de refazer esta produção, fica levada em consideração esta possibilidade de que esta dissertação será a obra a ser utilizada para futuras pesquisas de historiadores sobre o Oeste paranaense.

Portanto no primeiro capítulo, apresentamos uma discussão sobre as formas como os homens constituem o Estado, e como ele é compreendido pela sociedade civil. Discutir a constituição do Estado seria por si só uma dissertação, e como o objetivo é discutir a atividade do jornal “A Voz do Oeste”, as ações burguesas, o Estado e a sociedade civil em Toledo, neste capítulo estaremos apenas fazendo uma pequena apresentação didática do Estado, fundamentado basicamente em Luciano Gruppi, sem nos preocuparmos em tentar resolver toda a compreensão ou abrir todas as discussões sobre o que é o Estado. Assim, este capítulo, não tem a preocupação de fazer grandes e profundas reflexões com a leitura dos teóricos que pensaram o Estado desde a Modernidade. O objetivo é levar o leitor à compreensão do que é o Estado atuante na sociedade toledense, e para que tenhamos êxito, é-nos necessária uma discussão preliminar sobre este tema.

O Estado para o senso comum é uma instância que está fora da sociedade, é algo a “pairar” acima das relações humanas, do ser humano prático e real, até mesmo para muitos intelectuais, aí não se referindo unicamente aos historiadores, é uma entidade interpretada pelos conceitos liberais, fundamentado em Adam Smith, um Estado que não existe na prática. Para nos

¹ CHIBA, Ariça e SOUZA, Ivanor Mann de. PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NA URBANIZAÇÃO DE TOLEDO-PR. Unioeste – Pós Graduação em História do Brasil, Campus de Toledo, 1994. SOUZA, Ivanor Mann de. PRÁTICAS, CULTURA E REPRESENTAÇÕES NA URBANIZAÇÃO DE TOLEDO-PR. Unioeste – Pós Graduação em Historiografia Contemporânea, Campus de Marechal Cândido Rondon, 1999.

referirmos no desenvolvimento da pesquisa sobre o Estado, precisamos, pelo menos minimamente, apresentá-lo como ele é e se articula junto à sociedade civil, e compreender este “jeito” de ser do Estado a partir das concepções de Gramsci, fundamentado em comentadores como Sonia Mendonça, Virgínia Fontes e Edmundo Dias. Para que se compreenda as ações e articulações do Estado é preciso, primeiro, entendê-lo como uma instituição formada por seres humanos que compõem a sociedade civil.

Para desenvolver os estudos sobre o período (1964 – 1970) e sobre o município, produziu-se um segundo capítulo, onde diversificamos as buscas pelas fontes sobre a época, para que pudéssemos ter uma compreensão da atuação da sociedade civil, das relações de produção, da luta de classes, de como se articulavam as classes burguesas e trabalhadoras neste momento histórico. Como referência para desenvolver a discussão, trabalhamos com o jornal “A Voz do Oeste”, que foi o primeiro informativo escrito no município de Toledo, principalmente porque este significava um trabalho paralelo à rádio Guaçu de Toledo. Também foram pesquisadas as produções “oficiais”² e acadêmicas que serviram de parâmetro para avaliar a estruturação da sociedade civil do período. Investigamos também os arquivos do Museu Histórico de Toledo e as Leis aprovadas pela Câmara de Vereadores do município de Toledo, tentando relacionar as fontes com o tema da pesquisa.

Para compreender as relações sociais e as atuações das diferentes classes, de como estas se relacionam com o Estado instituído em Toledo, fazemos uma análise do governo municipal de Avelino Campagnolo (1964 – 1968), pelo fato deste governo ter sido contestado por alguns setores da burguesia toledense, onde podemos perceber as articulações do governo municipal, bem como, das classes burguesas que eram e/ou que queriam se fazer dirigentes dentro do município. Momento histórico das articulações políticas do município que está muito bem debatido pelo jornal “A Voz do Oeste”, que questiona o governo municipal, bem como toma posição para defender certos interesses e/ou grupos.

O terceiro capítulo avaliará a atividade desenvolvida pelo jornal e a atuação do prefeito Egon Pudell, este ao contrário do prefeito anterior, pertencia ao grupo, a burguesia defendida pelo jornal “A Voz do Oeste”, e, portanto, nos servirá com eficiência para que possamos fazer as análises de como se articulam as classes, principalmente a burguesia, quando se tem o poder municipal administrando de acordo com os seus projetos e de como estes agem quando o Estado não está afinado com os seus interesses. As duas gestões municipais correspondem a uma

² Inserimos este termo para nos referenciarmos às produções financiadas pelo próprio poder público do município, que contratou obras para divulgarem certos nomes e/ou políticos.

sucessão, o que nos facilita perceber como a orientação do jornal “A Voz do Oeste” muda a forma de produzir as notícias, como a classe burguesa se orienta em relação ao poder público e como esta se articula para conduzir a sociedade civil dentro da luta de classes.

Analisando a forma como a sociedade civil está inserida e como é conduzido o Estado, também é feita uma avaliação das Leis aprovadas pela Câmara Municipal e seus objetivos para os municípios, tentando perceber como estas fazem parte das relações sociais e das lutas de classes, onde o grupo que se insere no poder municipal obtém êxito e bônus a custo de quem trabalha.

A pesquisa tem a finalidade de fazer essa relação nas duas administrações, avaliar como atuou o Estado no município, quais os interesses que foram priorizados, quem era defendido numa luta de classe, isto numa análise marxista; avaliando ainda, como efetivamente se posiciona o Estado em relação às classes sociais, em relação às atividades dos intelectuais orgânicos que estão presentes nas diferentes classes existentes no município. Como não temos o objetivo de esgotar o assunto, estamos abrindo as possibilidades de novas análises do desenvolvimento da sociedade civil do município de Toledo.

Discutir este momento histórico de Toledo é interessante porque ele nos retrata as mobilizações, as articulações, a composição da sociedade civil, o desenvolvimento da luta de classes, a postura da classe burguesa, as composições de grupos e de interesses que se fazem na disputa de como será conduzido o Estado, quais interesses este defenderá, quem ele beneficiará com este ou aquele sujeito ocupando o cargo municipal de prefeito. O que é a classe trabalhadora neste embate ocorrido no município, qual o grau de conhecimento e de participação das estruturas políticas, econômicas e culturais.

1. O ESTADO: ALGUNS ELEMENTOS

1.1. CONCEPÇÃO DE ESTADO JUSNATURALISTA

A política baseia-se na pluralidade dos homens. **Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano**, e produto da natureza humana (grifo meu) ¹.

Hannah Arendt.

A compreensão do poder instituído em um município, que é o objeto desta dissertação, não pode desconsiderar os conceitos e as problematizações efetuadas pelos teóricos iluministas. As estruturas do poder, a sociedade civil, as relações de classes e, conseqüentemente, as lutas de classes, não são originárias deste momento histórico. A forma como está organizada a sociedade civil de hoje é a expressão da maneira como ela se desenvolveu historicamente. E para que se possa fazer uma leitura aproximada da realidade social, é necessário se efetuar a reestruturação da construção desta sociedade e suas relações de poder. O Estado e/ou os governos instituídos no Brasil, ou em cada estado desse país ou ainda em cada município, têm suas origens, o seu modo de ser, formulados bem antes de ser proclamada a Independência do Brasil (1822) ou a República (1889). A República no Brasil representa a divisão do país em Estados Federados e estes subdivididos em municípios com leis próprias no seu âmbito, como os conhecemos hoje, mas não é esta República que vai determinar como será estruturado o poder nestes municípios, é claro, estes estão submetidos à Constituição Federal Republicana, mas de onde vem o modelo desta Constituição?

O modelo de organização da sociedade civil que foi implantado com a instituição da República no Brasil, não é uma produção exclusiva da sociedade brasileira, é sim uma adaptação do modelo liberal europeu que foi ajustado para esta sociedade. Assim, é necessário que se compreenda a composição do modelo liberal para que seja possível compreender como este modelo foi ajustado para a sociedade brasileira, nos diversos estados e municípios.

O processo histórico da formação das sociedades, da formação dos Estados e do poder, é uma constituição histórica. Para Friedrich Engels, a sociedade matriarcal já representava a

s primeiras origens do Estado, pois nestas sociedades já se desenvolviam as habilidades

¹ ARENDT, Hannah. O que é política; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 21.

de exercer o poder, de dirigir o seu grupo, poder este que passa por diversas fases e manifestações para depois se formular em um Estado aplicado na sociedade civil. O Estado estruturado nos municípios do Brasil, tem um histórico que se desenvolveu no processo de formação das sociedades, mas tem especificamente algumas características que se fundamentam no pensamento moderno, fato que nos leva a ter uma preocupação maior com este período, que foi marcado pelo desenvolvimento da teoria liberal – liberalismo.

Como a discussão do texto está voltada ao município de Toledo, as formas de atuação do Estado estruturado neste município, as articulações da sociedade civil, do grupo burguês que precisa ser dirigente para melhor desenvolver a exploração de classe, precisamos, primeiro, compreender como se efetivou o poder e/ou o Estado, condicionado nas lutas de classes. Mesmo Toledo sendo um município do Oeste do Estado do Paraná, que tem uma história recente sobre a chegada da “civilização”, em 1946, não deixa de ter suas origens marcadas pela forma como se estruturou o Estado no Período Moderno, pois as características problematizadas e pensadas nos tempos modernos se fazem presentes nas articulações dos Estados atuais.

Como não temos o objetivo de resolver as questões sobre o Estado e sua constituição dentro das sociedades, mas apenas orientar os estudos sobre o município de Toledo, nos fundamentamos em Luciano Gruppi, para compreendermos os princípios do individualismo liberal, corrente de pensamento que tem entre seus precursores Thomas Hobbes (1588- 1679), que constróem a idéia de sociabilidade para romper com os problemas dos egoísmos dentro de um grupo. Egoísmos que atrapalham o desenvolvimento social, e para melhor viver, e necessário que a humanidade se organize em grupos, em sociedades:

Quando os homens primitivos vivem no estado natural, como animais, eles se jogam uns contra os outros pelo desejo de poder, de riquezas, de propriedades. É o impulso à propriedade o que dirige os homens. Percebe-se já nisso a sociedade burguesa que se desenvolve na Inglaterra: “homo homini lupus”, cada homem é um lobo para o seu próximo. Mas como, dessa forma, os homens destroem-se uns aos outros, eles percebem a necessidade de estabelecerem entre eles um acordo, um *contrato*. Um contrato para constituírem um Estado que refreie os lobos, que impeça o desencadear-se dos egoísmos e a destruição mutua¹.

Hobbes, ao descrever o homem como lobo do próprio homem, remete à necessidade de organizar os homens em sociedades e em governos, para que possam desenvolver-se e respeitar-se. Nessa visão de conceber a sociedade, a organização se faz necessária na medida em que os homens vão se constituindo em comunidades, e estas para poderem se desenvolver, também

1 GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. 7ª Edição, Porto Alegre: L & PM, 1980, p. 12.

necessitam de uma organização entre os diferentes e as diferenças do grupo.

A partir da análise liberal, de que o homem somente buscou a união, contrariando a sua natureza original, a solidão e o egoísmo, para buscar a política e o governo, porque necessitava dos seus pares para que ele mesmo pudesse viver melhor. É uma análise de que o homem vai viver para si, e não para o bem de seus semelhantes:

Locke observa que o homem no estado natural está plenamente livre, no entanto sente a necessidade de colocar limites à sua própria liberdade. Por quê? A fim de garantir a sua propriedade. Até que os homens sejam completamente livres, existe entre eles uma luta que não garante a propriedade e, por conseguinte, tampouco uma liberdade durável².

O homem se insere nas sociedades porque estas lhe ajudaram a se desenvolver individualmente. Situação muito bem assimilada pela classe burguesa, no momento da constituição do Estado, como nos demonstra Luciano Gruppi:

A noção do Estado como contrato revela o caráter mercantil, comercial das relações sociais burguesas. Os homens, por sua natureza, não seriam propensos a criarem um Estado que limitasse sua liberdade; eles estabelecem as restrições em que vivem dentro do Estado, segundo Hobbes, com a finalidade de obter dessa forma sua própria conservação e uma vida mais confortável. Isto é, para saírem da miserável condição de guerra permanente que é a consequência necessária das paixões naturais³.

A propriedade, que também num primeiro momento é uma convenção entre os homens, pois depende dos demais reconhecerem a legitimidade do dono, mesmo este não tendo uma documentação (escritura) na forma da lei na modernidade, fez com que os contratos morais valessem para as sociedades primitivas e quanto maior a posse, a propriedade, maior era a necessidade de se organizar um governo, uma política, ou seja, uma lei que legitimasse esse direito perante os demais cidadãos da comunidade:

Locke afirma que os homens se juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservarem suas propriedades; isso porque o estado natural (isto é, a falta de um Estado) não garante a propriedade. É necessário constituir um Estado que garanta o exercício da propriedade, a segurança da propriedade⁴.

O Estado entendido dessa forma simples - senso comum - ajuda a mascarar o seu verdadeiro caráter. Sendo esta uma visão de idéia de Estado Jusnaturalista do século XVIII, Estado

2 Idem, p. 13 e 14.

3 Idem, p. 13.

4 Idem, p. 14.

fundamentado no direito natural. Lembrando que este pensamento, jusnaturalista (absolutista anglicano), combatia a idéia do direito divino da nobreza e dos reis, instituído nos tempos medievais e sustentado por um bom período da modernidade, que era defendido pela Igreja. Idéia que está muito bem apresentada pela historiadora Sonia Mendonça, quando ela escreve:

Afinal, naquele momento do processo histórico, grandes pensadores como Espinoza, Hobbes, Locke ou Rousseau chocavam-se com a grande potência intelectual do período: a Igreja Católica e sua idéia de um Direito divino, cuja origem e fim repousavam em Deus e em sua transcendência. Dentro dessa visão, cabia ao homem um papel bastante diminuto para combater os desígnios de tão poderosa entidade, cujo intérprete, real e legítimo, em matéria de conhecimento, era a própria Igreja⁵.

Os jusnaturalistas procuravam instituir leis universais para as condutas humanas. O Estado, nessa concepção, era postulado como a-histórico, sendo produzido através de um contrato, como se não fizesse parte da construção social da humanidade, e, uma visão com este sentido acaba sendo um problema para se interpretar o real sentido de Estado. Quando os jusnaturalistas afirmam da existência de duas formas de ser da humanidade: estado de natureza, isto é, sem Estado, onde o homem vive o seu egoísmo e não aceita privações à sua liberdade; e a instituição do contrato, que passa a ser o Estado e a sociedade civil – com o contrato o Estado é instituído e o homem em detrimento de certos privilégios aceita a ter a sua liberdade limitada, situação se levada como verdade histórica, nos dá a impressão de que realmente o Estado foi algo planejado pelo homem, para ser um organizador acima da sociedade, se tornando objeto e sujeito da ação humana.

Para se entender o princípio da interpretação dada pelos jusnaturalista à idéia de Estado, temos que ficar atentos a dois princípios-chaves desta corrente de pensamento, como a própria Mendonça propõe:

Jusnaturalista. Como o próprio nome já o demonstra, a idéia de Estado deriva dessa matriz parte de dois princípios-chave: a) que o estudo do Estado deriva do estudo do Direito – naquela época também confundido com a Moral ou Ética – em particular do direito público (jus); b) que este Direito, do qual emergiria o Estado, pertencia – como, aliás, todos os demais fenômenos sociais de então – ao domínio da Natureza⁶.

No jusnaturalismo o Estado e o governante se tornam sinônimos. O Estado como somatória das individualidades e fundamentando os direitos. Nesse sentido, o Estado é sujeito, e um sujeito que “paira” acima dos cidadãos e das instituições, como se fosse algo fora das práticas

5 MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e Sociedade. In. História: *Pensar e Fazer* / Marcelo Badarô Mattos (org.). – Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História. 1998, p. 14.

6 Idem, p. 14.

no ambiente da sociedade civil. Estado este que só pode ser produzido pela imaginação humana, porque na prática ele é constituído por homens e ações práticas e efetivas, que são efetuadas dentro das relações sociais praticadas pelos homens que o compõem e interagem com a sociedade civil. O Estado, na visão de Antonio Gramsci (1891-1937), é um Estado constituído por homens, e, portanto, não poderia ser este Estado sujeito:

O Estado, para Gramsci, não é nem *sujeito* – algo a pairar, incontestemente, acima da sociedade – nem *objeto* – como propunham algumas leituras marxistas economicistas –, mas sim uma *Relação Social*, ou seja, a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade. Nesta nova ótica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, *em si mesmo*, os conflitos vigentes na formação social⁷.

A matriz marxista citada pela historiadora Sonia Mendonça foi, muitas vezes, deturpada por diferentes pesquisadores, que nem sempre leram à interpretação pontual sobre o que é Estado segundo a concepção de Karl Marx (1818 – 1883). Para Marx o Estado não é um objeto, como foi apresentado por algumas correntes que se diziam marxistas, mas que na prática acabavam usando o pensamento de Marx para se contrapor à interpretação de Estado formulada pela corrente liberal. Sabemos que o modelo liberal, aprofundado pelos vários intelectuais que se seguiram, questionando e aprofundando os seus antecessores, acabaram por formular a idéia de Estado sujeito apontado pela Mendonça. A concepção de Estado por um longo período, se manteve atrelada ao pensamento liberal e/ou ao pensamento marxista, teorias que funcionavam como base para a interpretação da sociedade e a noção de Estado. É claro que dentro de cada corrente de pensamento, têm-se ainda diversas linhas que se distinguem umas das outras.

Dividindo a discussão sobre o Estado nas duas linhas de pensamento, o liberalismo e o marxismo, podemos salientar que o pensamento marxista tem presente o caráter de analisar a sociedade a partir das classes; enquanto que, no pensamento liberal a sociedade é analisada a partir do indivíduo. Assim, enquanto que a predominância filosófica do pensamento marxista é estudar as classes, as lutas de classes como fator fundamental das sociedades, o pensamento liberal se preocupa com a condição do indivíduo e de como esse se insere na sociedade. Na teoria socialista as classes fazem parte da constituição histórica dos indivíduos, enquanto que para os liberais o indivíduo surge antes da classe, tendo uma visão de imparcialidade do Estado em relação às classes sociais:

7 Idem, p. 19 e 20.

A concepção liberal de Estado é exemplar. Para eles o Estado e todas as instituições da sua sociedade são neutros. Dizer que o Estado é um Estado de classe soa como um escândalo. Gramsci desconstrói esse discurso. Afirma que o Estado é a forma pela qual uma classe expande suas eficácia e capacidade de governar⁸.

Assim podemos dizer que:

Marxismo e Liberalismo não são apenas concepções teóricas. São, a um só tempo, modos de explicar o real e de coordenar as forças classistas em oposição. São armas na luta de classes. Optar por esta ou por aquela teoria não é um mero exercício intelectual ou retórico. Essas teorias permitem construir, consolidar, alterar ou destruir formas específicas de dominação classista. A luta ideológica é a forma específica dos enfrentamentos e se apresenta seja nas pequenas convenções, seja na tradição, tanto na institucionalidade quanto na ação judicial os movimentos dos que intervêm politicamente. A Constituição é a forma do pacto social – implícito ou explícito – que atua no cotidiano da política para conformar as perspectivas e práticas classistas⁹.

Para que possamos compreender os Estados instituídos no mundo contemporâneo, seguindo as análises das origens desse Estado, observamos que a teoria liberal contestada pela historiadora Sonia Mendonça, mesmo não literalmente aplicada na prática, acaba sendo regra condutora dos diferentes Estados instituídos na modernidade. Ela é muito importante na formatação do Estado que é desenvolvido nas diferentes nações, pois economistas, teóricos e governantes fundamentam as suas práticas na teoria construída, e assim, uma teoria liberal que coloca o Estado fora da sociedade civil, a pairar acima dela, que na prática não é possível, não deixa de influenciar a plataforma de ações do governo que adotaram destes teóricos as suas matrizes, desenvolvendo as suas práticas de acordo com as regras que foram defendidas por estes teóricos. Como exemplo, citamos a questão da autoridade dos reis absolutistas, que fundamentaram os seus governos em diversos aspectos, mas também com uma raiz marcante incorporaram a necessidade de se impor sobre o povo, como citou o teórico Thomas Hobbes; mesmo o absolutismo não sendo um governo limitado na teoria desse autor, acatou as regras e incorporou a plataforma desse teórico.

É claro que teoria e prática não é uma constituição simples, que alguém planeja e outro a põem em prática, mas, a teoria de Hobbes, ajudou a emergir os governos absolutistas, existe toda uma realidade social que conduziu a Europa para este momento político, é um processo histórico, mas o que queremos argumentar que os governantes absolutistas se fundamentaram na teoria, que não está literalmente aplicada à realidade, e mesmo assim, as suas regras valeram para que os

8 DIAS, Edmundo Fernandes. Política Brasileira: Embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2006, p. 58.

9 Idem, p. 61.

soberanos se impusessem aos seus súditos, os explorando e mantendo sob seu controle por um longo período.

Para uma interpretação de sociedade e, principalmente, do que é o Estado inserido nesta sociedade, precisamos levar em consideração as duas tendências de interpretar e de instituir o Estado. A própria Sonia Mendonça, sendo marxista, faz algumas ressalvas às propostas de tendência marxista, que analisam o Estado como objeto:

(...) partindo de uma matriz histórica e sociologicamente mais consistente e coerente que a matriz jusnaturalista – posto retirar do domínio da Natureza a origem do Estado, recolocando-a no âmbito das relações sociais entre os próprios homens – a “vulgata” marxista, em função dos inúmeros pensadores que a abraçaram e “desenvolveram”, resultou também num problema: a ênfase excessiva no caráter do Estado enquanto *objeto* dos grupos ou frações da classe proprietária, perdendo-se, exatamente, a dimensão de complexidade das relações sociais e estabelecendo-se uma ligação imediata e direta entre proprietários e Estado¹⁰.

Na visão da autora, talvez nenhuma das interpretações esteja pontuando com exatidão a reflexão sobre o Estado, o jusnaturalismo por já iniciar a sua fundamentação no individualismo e os pensadores que extrapolaram a lógica do pensamento de Marx, apesar de se autodenominarem marxistas, falham ao analisar o Estado como objeto da sociedade civil. A própria Mendonça afirma que mesmo assim, ainda é mais confiável se ater aos marxistas, pelo fato desta teoria ter como característica específica de fundamentar a origem do Estado num processo histórico social dos homens e não individual-natural como pretendiam os jusnaturalistas.

Ainda para ampliar as reflexões sobre a proposta liberal que considera o Estado como sujeito autônomo e acima da sociedade civil, proposta que vai se concretizar no início da Idade Moderna, os intelectuais da época irão constituir a noção do que seria o Estado defendido por Nicolau Maquiavel (1469-1527), que ao refletir sobre a realidade de sua época e sobre os teóricos que o precederam, ele acabou elaborando uma teoria de como se deu a origem de um principado e sua continuidade e estabilidade, ou seja, de como se constituiu o Estado Moderno. Fato que marca, segundo alguns historiadores, o início da ciência política; da teoria e da técnica da política, sendo esta uma disciplina autônoma, a partir do momento em que este autor separa a política da religião e da moral:

(...) qual a origem do Estado para este modelo? Ela residiria, justamente, na emergência da propriedade privada, ou seja, no momento em que um dado grupo social apropriou-se, privadamente, daquilo que era de todos, subordinando os demais e transformando-os em

10 MENDONÇA, O p. Cit. p. 19.

força de trabalho. O Estado, nessa perspectiva, teria sua origem na necessidade de determinados grupos de proprietários privados de assegurar e ocultar sua apropriação, mediante leis e demais medidas coercitivas, as quais garantiriam que os despossuídos não só permanecessem nesta condição, como também que não se rebelassem contra ela¹¹.

O Estado moderno defendido por Maquiavel...

(...) diferem dos Estado do passado, que não existiam, por exemplo, nos Estados antigos gregos e dos romanos. A Primeira característica do Estado Moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda característica é a distinção entre Estado e sociedade civil, (...) ¹².

Que evidencia-se com o ascenso da burguesia ao poder. Uma terceira característica é que...

(...) Estado medieval é propriedade do senhor, é um Estado patrimonial: é patrimônio do monarca, do marquês, do conde, do barão, etc. O senhor é dono do território, bem como de tudo que nele se encontra (homens e bens); pode vendê-lo, dá-lo de presente, cedê-lo em qualquer momento, como se fosse uma área de caça reservada. No Estado moderno, pelo contrário, existe uma identificação absoluta entre o Estado e o monarca, o qual representa a soberania estatal¹³.

Agora, além do Estado ser sujeito, nessa forma de absolutismo, ele é representado pela própria pessoa do soberano, onde este o conduz de acordo com os interesses de sua classe. Nessa forma de Estado, onde a sociedade civil está separada, ou separando-se da sociedade política, Maquiavel elabora a teoria política de Estado, fundamentado na realidade da sociedade européia da época, da Itália fragmentada pelas cidades-estados que não conseguiram se unificar; e na observação da França, Inglaterra e Espanha, que já no final do século XV, tinham as características de Estados unificados e uma atividade burguesa bem constituída. E como Maquiavel pretende tratar da realidade em que ele vivia, logo no começo de *O príncipe*, escreve: “*Como minha finalidade é a de escrever coisa útil para quem a entender, julguei mais conveniente tratar da realidade efetiva do que da minha imaginação sobre esta*”¹⁴. Ele realmente discuti a situação da Itália a partir de sua obsevação sobre a realidade.

O texto de Maquiavel marcou a historiografia e o pensamento político de sua época, registrando-se no tempo com uma das obras clássicas e de fundamental importância, para se

11 Idem, p. 18.

12 GRUPPI, Op. Cit. p. 09.

13 Idem, p. 09 e 10.

14 MAQUIAVEL, Nicolau. Apud. GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. 7ª Edição, Porto Alegre: L & PM, 1980, p. 10.

entender o que é o Estado liberal moderno, ou poderíamos dizer contemporâneo, pois os autores após Maquiavel escrevem a partir da leitura de seus textos (uns para ampliar o seu campo de pesquisa e outros para questioná-lo), vale ainda ressaltar, que esse autor *não se preocupou em escrever para alguém*, mas, discutir *com quem o entendesse*, o futuro da Itália e da sociedade européia:

Muitos imaginam repúblicas e principados que nunca foram vistos nem conhecidos realmente; isto é, muitos imaginam Estados ideais, que, no entanto, não existem, tais como a República de Platão. E prossegue: “Pois grande é a diferença entre a maneira em que se vive daquela em que se deveria viver: assim, quem deixar de fazer o que é de costume para fazer o que seria dever encaminha-se mais para a ruína do que para sua salvação. Porque quem quiser comportar-se em todas as circunstâncias como um homem bom vai ter que perecer entre tantos que não são bons¹⁵.”

Maquiavel como ponto de partida de seu pensamento, retoma a filosofia de Aristóteles, entendendo que a política é a arte do possível, mas que os estudos sobre a sociedade devem ser sobre as coisas como elas são, um estudo sobre o social, e não um estudo de como deveria de ser esse real, ou até mesmo, de como se gostaria que ele fosse. A partir do estudo da sociedade, Maquiavel passa a projetar sobre como ela poderia ser, o “dever ser” distinto do real antes estudado. Não podemos, neste momento, nos esquecer que este autor, que em sua proposição tenta escrever sobre a realidade da forma como ela é, parte do princípio liberal, isto é, de que os homens são individualistas por natureza, fato que discordamos como tentamos demonstrar anteriormente. Assim, *O príncipe*, que nos textos de Maquiavel é o governante, deve levar em conta que tipo de homens ele governa, e para que seu governo tenha êxito, o bom governante não pode deixar de considerar a seguinte questão: é melhor ser amado ou temido? Segundo Gruppi, para Maquiavel:

(...) Deve-se responder que gostaríamos ter ambas as coisas, sermos amados e temidos. Mas, como é difícil juntar as duas coisas, se tivermos que renunciar a uma delas, é muito mais seguro sermos temidos do que amados(...). Pois dos homens, em geral, podemos dizer o seguinte: eles são ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores; eles se furtam aos perigos e são ávidos de lucrar. Enquanto você fizer o bem para eles são todos teus, oferecem-te seu próprio sangue, suas posses, suas vidas, seus filhos, isso tudo enquanto você não tiver necessidade; mas, quando você precisar, eles viram as costas¹⁶.

Gruppi, ainda relatando Maquiavel, continua se referindo ao povo e ao governante como:

(...) o príncipe que esperar gratidão por ter sido bondoso com os seus súditos, pelo contrário, será derrotado: “Os homens têm menos escrúpulo de ofender quem se faz amar

15 GRUPPI, Op. Cit. p. 10.

16 MAQUIAVEL. Apud. GRUPPI, Luciano. Op. Cit. p. 11.

do que quem se faz temer. Pois o amor depende de uma vinculação moral que os homens, sendo malvados, quebrantam: mas o temor é mantido por um medo de castigo que não nos abandona nunca”. Por conseguinte, deve-se estabelecer o terror: o poder do Estado, o Estado moderno, funda-se no terror¹⁷.

Maquiavel formulando a base de sua teoria do que deve ser o Estado Moderno, mostra como deve ser a relação do príncipe com os seus súditos, forma de tratamento, que se fez presente nas produções de outros teóricos, que ampliaram essa visão na projeção dos Estados atuais.

Para se entender o que é o Estado na atualidade, temos que nos atentar aos teóricos que constituíram a idéia desse mesmo Estado no passado, pois as características apresentadas por Maquiavel, onde ele aponta a necessidade de os governantes se precaverem à ingratidão dos homens, e, para que o “príncipe” tenha êxito em seu governo, os governantes devem se prevenir contra essa maldade e se preciso for se antecipar a mesma, se impondo e se fazendo respeitar como alguém que está acima da sociedade civil e que tem apenas a função de organizá-la. A visão de Maquiavel, nos dá uma idéia de como deveria de ser o Estado para essa linha de pensamento, um Estado que realmente paira acima da sociedade civil, pronto para tratar dos homens que naturalmente são maus e tem uma preocupação individualista.

Ao se propor a organizar as sociedades com o reconhecimento do governo, dos cidadãos e da política, no final do século XVII, o pensador liberal John Locke, fundador do empirismo filosófico moderno é uns dos teóricos da revolução liberal inglesa. Revolução liberal (1648 primeira fase e 1689 na sua segunda fase) ampliou o pensamento de Maquiavel quando assinalou para um acordo entre a monarquia e a aristocracia de um lado e a burguesia de outro, condicionando a sociedade inglesa para uma organização parlamentar voltada a sustentar os direitos adquiridos. Leis que se originaram no *Habeas Corpus* (que tenhas o teu corpo), onde a lei inglesa reconhecia o direito de todos terem respeitado o seu corpo. Fato este que marca a sociedade inglesa com um acordo firmado em lei, ou seja, num contrato, onde todos estarão submetidos a este contrato, pois este beneficia a todos nele envolvido.

O *Habeas Corpus* ao tentar caracterizar o homem como cidadão, é uma lei interessante à classe dominante e exploradora, apesar de que esta classe ainda não ter as características burguesas da atualidade; enquanto que os trabalhadores nada mais tinham do que seu próprio corpo para ser respeitado (defendido), na forma da lei. Nesse momento histórico da sociedade inglesa a lei se fazia interessante aos trabalhadores, que se sentia orgulhosos em respeitar as leis, pois esta lhes garantia o respeito a seu corpo, ao ser como cidadão. Lei que interessava a então

17 GRUPPI, Op. Cit., p. 11.

iniciante burguesia em seu projeto de dominação cultural sobre a classe trabalhadora. Porque ao exigir o respeito a seu corpo, a classe trabalhadora também respeitava o direito à propriedade do Estado e dos exploradores. Desrespeitar as leis era um fato que preocupava a classe proprietária, pois as greves, as manifestações podiam levar a destruição de máquinas e equipamentos, situação que realmente eclodiu com o ludismo quase um século depois, quando os trabalhadores insatisfeitos com as máquinas, as quebravam, por ver nelas o problema de seus baixos salários e os desrespeitos dos patrões com eles enquanto cidadãos.

O *Habeas Corpus* marca os trabalhadores, porque eles passam a ver algum sentido no respeitar às leis, esta classe reivindicava a lei para exigir o respeito a seu corpo, que por exploração excessiva de trabalho e até mesmo castigos físicos, recorriam a seus direitos para serem protegidos pela lei. O *Habeas Corpus* é assumido pelos trabalhador como uma regra a ser cumprida para o seu próprio bem. Leis que são absorvidas pelos trabalhadores, que passa a respeitar regras que são proliferadas e ditadas contra os próprios trabalhadores, normas essenciais para quem domina, pois além de continuar a exploração, pode ampliar o campo de dominação. O trabalhador respeita as leis, porque as leis agora lhe fazem sentido, protegem o seu corpo, passa a ser cidadão, e por isso mesmo, o trabalhador também respeita o “direito” dos industriais em explorá-lo, pois as leis são feitas para serem cumpridas. A nascente burguesia soube ocupar e muito bem o seu espaço, amarrando a sociedade civil e a conduzindo de forma a atender os seus interesses.

Desde o surgimento da forma capitalista de exploração do trabalho, surge também à relação de exploração de uma classe (patrões) sobre a outra (empregados), que se faz necessária para que a classe burguesa tenha êxito na acumulação de capital. Relação que precisa ser mantida de forma ordeira, com o consentimento da classe, ou de forma coercitiva, onde a classe dominante se impõe sobre a classe dominada, nem que para isso tenha que usar das forças policiais e/ou governamentais, como já mencionava Hobbes: “(...) *mas os pactos, sem espadas, não passam de palavras sem força; por isso o pacto social, a fim de permitir aos homens a vida em sociedade e a superação de seus egoísmos, deve produzir um Estado absoluto, duríssimo em seu poder*”¹⁸.

Para John Locke o Estado exerce certa soberania sobre os indivíduos que estabeleceram o contrato, isso significa dizer que não há nenhum poder acima do pacto estabelecido entre os indivíduos, mas o Estado tem que se submeter à vontade dos que constituíram o contrato. A

18 Idem, p. 13.

burguesia, que se preparava para assumir o poder, conduzindo o Estado, mesmo com a concorrência da aristocracia rural, mantinha-se extremamente alerta a visão de que a...

(...) relação entre propriedade e liberdade é extremamente evidente: o poder supremo não pode tirar do homem uma parte de suas propriedades sem o seu consentimento. A finalidade de um governo e de todos os que entram em sociedade é a conservação da propriedade; portanto isso pressupõe e exige que o povo tenha uma propriedade, sem o que deveríamos concluir que - ao entrar na sociedade - perde-se justamente aquilo que constitui o objetivo desse contrato¹⁹.

O Estado não pode tirar de ninguém o direito sobre sua propriedade. Não é permitido nenhum ato arbitrário que viole a propriedade, isto é, um Estado a mercê do contratualismo da classe burguesa, que Antonio Gramsci vai classificar como classe dominante. Locke também faz a distinção entre sociedade política (o Estado) e sociedade civil (isto é, aquilo que no século XVIII passará a chamar-se de sociedade civil); por conseguinte, entre público e privado.

Continuando a análise dos pensadores modernos, segundo Luciano Gruppi, Immanuel Kant (1724-1804), afirma que *“a soberania pertence ao povo, o que já é um princípio democrático. Em Locke não encontramos isso: a sociedade nasce de um contrato, mas uma clara afirmação de que a soberania é do povo não existe, (pelo menos não claramente), sendo que em Kant isso é explícito”*²⁰. Apesar de Kant também fazer uma nítida separação entre os que tem participação “democrática” no poder político – direito ao voto e a ser eleito, os proprietários e os que não participavam diretamente das decisões políticas os não proprietários. *“Este é o critério que vai nortear toda a concepção liberal. Na Itália do século passado [século XIX], por exemplo, só tinha direito de eleger e de ser eleito quem pagasse um determinado nível de impostos, isto é, só os proprietários. Essa distinção entre proprietários e não-proprietários é o alicerce do liberalismo e é expressa com extrema lucidez por Kant”*²¹. Após permitir a soberania do povo, Kant a nega ao próprio povo, pois privilegia apenas a uma pequena parcela do povo, os proprietários, que por seus direitos políticos reconhecidos pelo pensamento liberal europeu, deixam a grande parcela da população fora das decisões democráticas de seus países, pois instalam no velho continente, o que é por nós conhecido, como “voto sensitário”²².

O pensamento liberal instituído na Europa compreendia que...

19 Idem, p. 15.

20 KANT, Emmanuel. Apud. GRUPPI, Op. Cit. p. 16.

21 Idem. Ibidem, p. 16 e 17.

22 Voto adotado pelo regime monárquico brasileiro e pelos primeiros anos da República, onde o direito ao voto se restringia a apenas quem tivesse certo ganho anual em mil reis. Ainda esse sistema também determinava que somente poderia ser candidato e eleito o cidadão que tivesse determinada renda anual.

A lei sobrepõe-se assim à soberania do povo. É a típica visão liberal do Estado de direito. A soberania do povo deve ser delimitada por algumas leis que estão acima dela e são invioláveis, indiscutíveis: o direito de propriedade, a liberdade de palavra, de expressão, de reunião, de associação; liberdades que, na prática, são gozadas apenas por quem tiver recursos suficientes para usufruir delas²³.

Neste momento já podemos ir pontuando o que vai ser o Estado e como ele é constituído para as sociedades modernas, o que vai ser a base de sustentação da organização capitalista na contemporaneidade.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é tido como um teórico liberal pelo seu caráter individualista de ver o cidadão inserido na sociedade, mesmo quando critica o pensamento liberal ou os teóricos que defendem essa corrente de pensamento. Rousseau é apontado como fundador da teoria “*democrático-burguesa*”, pelo fato desse autor ter presente como referencial de sua lógica de pensamento, e isso em oposição à lógica de pensamento de Locke e Hobbes, a idéia de que o homem em seu estado natural, ser um homem que vive para buscar a felicidade, a virtude e a liberdade; estado este que é destruído quando os homens se organizam em sociedades. Segundo Gruppi, para Rousseau “*é a civilização que perturba as relações humanas, que violenta a humanidade, pois os homens nascem livres e iguais (eis o princípio que vai se afirmar na revolução burguesa), mas em todo lugar estão acorrentados*”²⁴. Uma das diferenças entre esses dois autores está na valorização da soberania popular na constituição das sociedades enquanto que...

(...) para Locke o contrato produz a sociedade e o governo, portanto, o Estado; ao passo que, para Rousseau, o contrato só constitui a sociedade, a qual deve servir à plena expansão da personalidade do indivíduo. A sociedade, o povo, nunca podem perder sua soberania, esta pertence ao povo e só ao povo. Por conseguinte, o povo nunca deve criar um Estado distinto ou separado de si mesmo. O único órgão soberano é a assembléia (Rousseau é o primeiro teórico da assembléia) e nesta é que se expressa a soberania²⁵.

Para Rousseau o contrato constitui a sociedade e esta pode estabelecer o Estado, assim o Estado nunca existirá sem o povo, portanto a soberania sobre esse Estado pertence ao povo e somente ao povo. A forma de ver a propriedade também diverge desse autor em relação aos seus contemporâneos, como já nos referenciou Gruppi em seu texto:

Rousseau refere-se à igualdade diante da lei, à igualdade jurídica, mas também chega a compreender que existe um problema de igualdade econômica, econômico-social. Com

23 GRUPPI, Op. Cit. p. 17.

24 Idem, p. 18.

25 Idem, p. 18.

efeito, ele escreve: o primeiro homem que, ao cercar um terreno, afirmou “isto é meu”, encontrando pessoas suficientemente estúpidas para acreditarem nisso, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. E concluiu: “Quantos crimes, quantas guerras, quantos assassinatos, quantas misérias e horrores teriam sido poupados à humanidade se alguém arrancasse os marcos, ou nivelasse os fossos, gritando aos seus semelhantes: ‘não ouçam este impostor, vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra não pertence a ninguém’”²⁶.

Ao negar o direito à propriedade, ou pelo fato de discursar contra as diferenças entre os cidadãos por uns terem propriedade e outros não, por identificar a busca de uma sociedade mais justa, sem diferença social extrema, onde o povo não deveria de respeitar os direitos sobre a propriedade, Rousseau aponta o que mais tarde Robespierre vai defender na Revolução Francesa, como princípio de defesa dos direitos da pequena burguesia:

Claro está que Rousseau tropeça em numerosas dificuldades, que ele mesmo percebe. Ele diz que todos os males surgem da propriedade, mas não chega a propor meios para sua abolição. Aliás, preconiza uma sociedade pequeno-burguesa, de artesãos. Sua ideologia é a expressão dessa camada social, assim como foi o período de Robespierre na Revolução Francesa. Não é por acaso que Robespierre foi um discípulo de Rousseau. Essa fase da revolução exprimiu os interesses da pequena burguesia francesa, da burguesia artesã da França; nessa questão existe uma continuidade²⁷.

Na citação de Gruppi, percebe-se o caráter democrático-burguês do pensamento de Rousseau, pois como defensor da pequena burguesia ele mesmo problematizou a questão de que o povo precisava de representatividade na Assembléia. Mas pela dificuldade real do povo não poder se auto-representar, e estar constantemente reunido para defender os seus próprios interesses, a representatividade do povo, não ocorreria de forma efetiva na Assembléia. Assim, este órgão responsável pelas leis que regeriam a sociedade se limitaria a representar apenas a classe que tinha os seus representantes eleitos nesta assembléia, e como o voto era sensitário, quem não votava e não podia ser eleito ficava sem representatividade, fato historicamente real na sociedade européia. E como, segundo Rousseau, essa Assembléia não deveria delegar o seu poder ao soberano, por ela mesmo ter o dever de fiscalizar e de orientar a ação do soberano, fazendo com que este gerenciasse o Estado de acordo com os interesses de quem a Assembléia representaria, no momento nos principais estados da Europa, a iniciante classe burguesa que a elegia.

Jean-Jacques Rousseau, mesmo problematizando a questão da representatividade do “povo” na assembléia, não se propôs a apontar um caminho viável para que esta representatividade se efetivasse a este povo, ainda mais grave que isto, seria a representatividade

26 Idem, p. 18 e 19.

27 Idem, p. 19 e 20.

da classe trabalhadora que nem era considerado por este autor, que continuou sem uma representação junto ao parlamento. Talvez o problema maior de Rousseau esteja na formação da Assembléia, que para este autor também tem um caráter individualista, ele projeta o Parlamento para defender os interesses do indivíduo, e é neste ponto que a generalização desvirtua a proposta, pois o parlamento deveria de ser encarado como um fator representativo da classe, numa luta de classes.

Outro teórico importante para se compreender o que é o Estado hoje foi Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), pela forma como ele tratou a questão da liberdade. Para este autor o homem somente poderia ser livre na vida privada, na sociedade civil, pois nesta forma de vida não teria que obedecer as normas, as regras que são determinadas aos cidadãos na vida pública. Benjamin também diferenciou as formas de liberdade da Antiguidade das formas de liberdade da Modernidade. Segundo ele, a liberdade para os antigos era participar da vida pública, pois naquele tempo a vida particular era controlada pela esfera pública e de forma muito rígida; para ser livre nesse período tinha que participar dos governos, pois estes regiam toda a sociedade:

É nítida a distinção que Benjamin Constant faz entre sociedade civil e sociedade estatal (sociedade política); ele afirma que os direitos da liberdade são gozados principalmente na vida particular, pois são direitos de iniciativa econômica (direitos da burguesia). Dai toda sua polêmica contra Rousseau: a igualdade de Rousseau destrói toda a liberdade, por conseguinte suas concepções devem ser rejeitadas como uma grande ameaça à liberdade. Constant defende assim a identificação entre propriedade e liberdade, isto é, a liberdade como diferença, e não como igualdade²⁸.

O pensamento de Benjamin vai se fazer presente na formulação teórica de Charles Tocqueville (1805-1859), observando a realidade por ele vivida no século XIX, esse autor:

(...) é suficientemente inteligente e realista para compreender que a democracia está destinada a vingar, que a igualdade jurídica vai se realizar. Mas pergunta se a igualdade para a qual tende a humanidade não vai destruir a liberdade, isto é, se conseguiremos ao mesmo tempo realizar a igualdade e salvar a humanidade; enfim, se a igualdade não vai se transformar em tirania²⁹.

As duas concepções progressistas de Estado, segundo Luciano Gruppi, presente na Europa na época: a *concepção liberal*, que tem a idéia de que é necessária a propriedade para que se tenha liberdade e a *concepção democrática*, segundo a qual a liberdade baseia-se na igualdade, essencialmente na igualdade jurídica. Assim, a...

28 GRUPPI, Op. Cit. p. 22.

29 Idem, p. 22.

(...) corrente democrática, que se afirmou na Revolução Francesa com Robespierre, na verdade foi derrotada na história da Europa. Neste continente, após as décadas de 1860 e 1870, teremos regimes liberais; teremos uma fusão de liberalismo e democracia, isto é, uma ampliação do sufrágio universal, da igualdade jurídica. Uma mistura de liberalismo e democracia que, no entanto, reafirma sempre o direito da propriedade, tutela sempre a iniciativa econômica e o desenvolvimento capitalista³⁰.

Com a derrota do pensamento democrático e ao se sintetizar as duas correntes em uma única teoria liberal, não aproveitou-se as idéias que se aproximavam dos interesses da classe trabalhadora, e se afirmou os interesses da classe burguesa que se empregaram em toda filosofia liberal, estruturando uma sociedade civil e política de acordo com a vontade dessa burguesia, sociedade esta marcada pelo caráter individualista e explorador da classe dominante (burguesa) sobre a classe trabalhadora.

Já a teoria liberal presente em Benedetto Croce (1866–1952), “*considera a liberdade de movimento e de competição como uma função das capacidades: ele não compreende que, na realidade, trata-se uma competição de forças econômicas*”³¹. Para Croce, deveria se ter uma elite governante, e esta não necessariamente precisava representar o povo, mas sim a elite da cultura, que se aprofundarmos a leitura deste autor percebe-se que quem deveria de ser representado pelo governo é a elite da base econômica, teoria liberal que vai ser a base do que poderíamos chamar de liberalismo clássico do sistema capitalista, que estava em plena hegemonia na época.

Na composição do pensamento liberal não se preveligia as classes sociais, procura organizar-se um governo para o bem de uma minoria (proprietários), que por representarem os governos, estes devem funcionar para proteger os seus interesses. A teoria liberal não tem a intenção de proteger a classe trabalhadora e os seus direitos enquanto cidadãos que vão ser instituídos dentro das lutas de classes, e, justamente por isso, posiciona-se a favor da classe exploradora.

Mesmo a teoria liberal não estando literalmente efetivada na prática como propunham os pensadores liberais, a práxis liberal não deixou de influenciar as práticas governamentais dos grupos dirigentes, que sempre prescreveram aquilo que era de seus interesses e que os auxiliava em suas ações. Assim, também não podemos falar do Estado presente no Brasil, sem levar em consideração os argumentos de dois economistas: Adam Smith(1723-1790) e David Ricardo(1772-1823), mesmo não estando preocupado em fazer uma discussão literal sobre a

30 Idem, p. 22 e 23.

31 Idem, p. 23.

estruturação de um Estado presente junto a sociedade civil, estes autores fundamentaram o que viria a chamar-se de “liberalismo econômico”. As questões pensadas por estes autores, como o modo liberal de se instituir uma sociedade civil, não vão nos orientar a uma representação do que sejam os Estados da atualidade, mas para compreender este Estado contemporâneo, não podemos subestimar a influência destes autores no pensamento liberal do século XXI.

O pensamento de Adam Smith pregava que o Estado deveria omitir-se em interferir na dinâmica do processo econômico, pensamento expressado pela frase: “laissez-faire, laissez passer”, que traduzida significa “deixe fazer, deixe passar”, frase que seria atribuída à função do Estado liberal clássico, a idéia de Estado mínimo, onde a sociedade civil se conduzisse por conta própria, sem interferência do Estado. Nessa forma de pensamento a sociedade se regia por uma dinâmica natural, sem a necessidade da ação do Estado, como cita Coelho:

(...) teoria segundo a qual a economia está sujeita a leis naturais que a levam fatalmente a uma situação de equilíbrio entre os integrantes do mercado, com frutos positivos para toda a sociedade, que será rica se os seus integrantes o forem. A economia começa a se separar progressivamente não somente da política como também da moralidade: ela impõe uma moralidade própria, segundo a qual a atividade econômica seria naturalmente orientada para o bem, de modo que não poderia ser julgada segundo critérios morais vigentes em uma sociedade³².

No pensamento de Adam Smith existe a idéia da “mão invisível”, que é uma ação presente junto ao mercado, levaria as sociedades para a busca do progresso, da inovação tecnológica, para acumulação de capital, a concorrência “saudável” entre os burgueses traria automaticamente à baixa dos preços dos produtos por eles vendidos.

O Estado liberal típico dos países capitalistas centrais, de acordo com a ideologia econômica liberal clássica preponderante...

(...) era um Estado que devia ser mínimo, apenas intervindo na vida social e no mercado para assegurar as condições estritamente necessárias para que a sociedade e a economia atuassem por si sós; que era justamente a ordem da auto-regulação própria da lógica racionalista, e que coincidia com a lógica da auto-regulação do mercado. Na prática, inobstante, o que se observou nesses mesmos países foi que o Estado liberal, através do direito, estimulou e criou mecanismos para o progresso da atividade econômica³³.

Já nesse mesmo período do pensamento liberal clássico o intervencionismo era defendido por muitos da classe burguesa, pois apesar de ver com bons olhos o liberalismo econômico, certos

32 COELHO, André Felipe Canuto. *O Estado liberal*. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS | v. 8 | n. 15 | Jan./Jun. 2006.

33 VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do Estado no domínio econômico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 6.

setores da burguesia necessitavam ter um Estado bem mais próximo e influente no desenvolvimento econômico, citamos o exemplo da proteção alfandegária nas exportações e importações que estavam aquém das possibilidades da burguesia mercantil, e mais tarde, da burguesia industrial ou mesmo da própria burguesia integrada ao sistema global a contemporaneidade. Burguesia que ainda estava e está se estruturando em blocos comerciais e muitas vezes pela pouca riqueza acumulada, ou pelo mercado competitivo mundial não podiam assumir sozinho as responsabilidades e os riscos de grandes investimentos. A corrente liberal clássica já em seus primórdios enfrentava a dura realidade da necessidade burguesa que apesar de não querer o Estado intervencionista, também não podiam se isolar do mesmo, pois muitas atividades dependiam do braço-forte desse Estado para organizar e financiar suas ações econômicas de grande porte.

Em um estudo mais profundo do Estado, a partir da ótica de Antonio Gramsci, vamos perceber que a teoria liberal clássica funciona muito mais na teoria do que na prática, pois os Estados sempre vão se fazer presente e com grande intensidade nas diferentes ações da burguesia, dos dominadores, dos exploradores, dos capitalistas e dos próprios Estados.

A partir das diretrizes da teoria liberal clássica (liberalismo), o Estado vai tomando forma, apresentando diferentes características em diferentes nações, mas se estrutura a partir do caráter individual burguês, da concorrência, e, se sustenta na exploração da classe dominante sobre a dominada. O liberalismo se tornou uma regra social muito aplicada na Europa, países como a Inglaterra, França e Espanha, que podem ser citados como os primeiros países a adotar a forma liberal clássica de governo, são seguidos pelos demais países capitalistas, a estrutura social fomentada nestes países, voltada aos interesses da classe burguesa, que se sente à vontade para impor o seu ritmo de exploração à classe trabalhadora. Claro que movimentos como o Ludismo na Inglaterra e a própria Revolução Francesa, mostram que os homens não estão à mercê dos teóricos, eles buscam seu espaço na inserção capitalista e o trabalhador em seu comportamento, em sua individualidades ou até mesmo interesse de grupos, não atende os interesses da classe dirigente burguesa.

O desenvolvimento das diretrizes filosóficas do pensamento liberal que levaram a burguesia ao poder, assumindo os Estados Nacionais que se organizaram na Europa através das regras burguesas e dos ideais liberais, já nos tempos modernos estrutura a ossatura do que seria o modelo capitalista contemporâneo. Sabe-se que os Estados organizados nos países europeus serviram de referência às outras nações que foram se constituindo a partir das independências dos

países das Américas, por exemplo, bem como os asiáticos e africanos. Esses Estados não vão ser instituições uniformes e padronizados, mas têm em seu seio uma base comum, o modelo liberal, são Estados adaptados à sua sociedade e a seu povo.

Poderíamos nos questionar sobre a matriz teórica que fundamentou a Constituição de 1824, promulgada pelo então imperador D. Pedro I? Qual foi o esqueleto (modelo) para organizar o Estado brasileiro? Claro que o Estado brasileiro foi fundamentado nas Constituições européias, de países como a Inglaterra, França, Áustria e Portugal, pelo fato dos três poderes instituídos ainda hoje na Constituição Brasileira, Legislativo, Executivo e Judiciário, e ainda pelo grau de parentesco e da própria experiência da coroa portuguesa que reproduziu parcialmente a forma de governo português em nosso país através da pessoa de D. Pedro I, filho do então rei de Portugal. A experiência vinda da Europa está fundamentada nas teorias burguesas, políticas e liberais dos pensadores europeus.

Para que possamos realmente falar do Estado presente em Toledo, não podíamos deixar de ressaltar as informações que até aqui foram expostas, em muitas delas temos várias divergências e até mesmo na compreensão do que seja o Estado de forma efetiva, estaremos nos fundamentando no pensamento marxista para discutir a realidade social no município, as relações de poder, os moldes das diferentes estruturas e a ação da burguesia nesta cidade.

1.2. A ORIGEM DO ESTADO NO PENSAMENTO MARXISTA

A partir das teorias liberais e a forma como se desenvolveu a estruturação dos Estados e dos governos instituídos nas diferentes nações, também se desenvolveram diversas críticas a respeito dessa teoria liberal, como o já citado Karl Marx, que preocupado com a situação das classes trabalhadoras, esteve muito atento ao modo como foram conduzidas às relações sociais e principalmente, a exploração do trabalho. Este autor se propõe a desenvolver uma teoria fundando um projeto revolucionário onde a classe explorada, a classe trabalhadora, ocuparia o poder, assumindo o controle de sua nação e implantando o projeto comunista de governar o país. Marx nunca escreveu uma teoria geral de como seria um Estado dentro da linha de seu pensamento, o pensamento marxista teve sempre a preocupação com o trabalhador e como este era inserido dentro das estruturas das classes e dos Estados capitalistas idealizados nos tempos modernos.

O liberalismo foi o modelo ideal para a exploração capitalista burguesa, pois reproduzia um sistema de organização social onde a classe dominante podia se impor e aumentar o seu capital na relação de exploração da mais-valia. Nesta forma de organização trabalhista das indústrias capitalistas que surgiram com a Revolução Industrial, que se proliferaram da Inglaterra para a Europa e para o restante dos países, inclusive os latinos americanos, usando um modelo intensificado de busca de exploração da classe trabalhadora, que questionada por Marx, já afirmava:

A economia política oculta a alienação na natureza do trabalho por não examinar a relação direta entre o trabalhador (trabalho) e a produção. Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só à fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligências, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores³⁴.

Ao problematizar a questão da exploração humana e projetar uma sociedade justa, mesmo Karl Marx não tendo teorizado uma plataforma de um Estado ideal “comunista”, garantindo o bem da classe trabalhadora, fato coerente ao pensamento marxista, pois como o próprio Marx afirmava, é na observação da prática que se formula a teoria, após fundar a sociedade comunista é que se desenvolveria a questão do Estado para administrá-la, contrariando o pensamento liberal do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), que afirmava que a teoria vem antes da prática. O Estado, para Marx, deveria surgir a partir da prática real de uma sociedade comunista e por isso, este autor não entendia ser possível teorizar o Estado ideal Comunista, antes de sua efetivação prática. Mas mesmo assim, o pensamento marxista não deixou de problematizar a realidade do Estado liberal burguês. Friedrich Engels (1829-1895), escreve a obra famosa sobre o tema Estado: “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1894)*”, livro que está baseado nas anotações de Marx e na obra redigida pelo etnólogo estadunidense Henry Morgan (1818-1881), *A sociedade antiga*, obra que estudava a vida tribal das sociedades indígenas dos Estados Unidos. Engels consegue ir além da “*questão do Estado: mostra a conexão histórica entre família, propriedade e Estado, identificando assim a origem do Estado*”³⁵. Nesta obra o autor se propõe a buscar a origem do modelo de Estado adequado nas sociedades européias, Estado este que diverge do modelo liberal instituído na Europa.

34 MARX, Karl. (1844), Primeiros Manuscritos Econômicos e Filosóficos. Biblioteca Virtual Revolucionária. Disponível em: <http://www.marxist.org>. Acesso em Maio de 2009.

35 In: GRUPPI, Op. Cit. p. 28.

Para Engels, a formação do Estado está na própria formação das famílias, nas sociedades patriarcais e nas propriedades instituídas pelos homens daquele período, antes do patriarcado, segundo Friedrich Engels, existia o matriarcado, fase em que os homens ainda não conheciam a propriedade, assim os filhos sobreviviam ao redor da mãe e tinham nesta o reconhecimento de sua família, pelo fato de que vivendo os homens em uma sociedade tribal, o filho tinha como parente legítimo a mãe, não identificando o pai entre os membros do seu grupo. Mas no momento em que o homem se torna caçador, precisa defender o seu local de caça, suas criações ou pastoreios, isto é, a sua propriedade; com o surgimento da propriedade faz surgir também a relação de herança, passagem da propriedade de pai para filho, na família passa a ser mais importante o pai, ou seja, o patriarcado. A partir do patriarcado e o desenvolvimento destas sociedades, de desenvolvimento da agricultura, da maior produtividade agrícola, surge dentro dos clãs uma divisão social. Diferença esta que faz surgir a necessidade de um controle que vai além do poder do patriarca:

Mas, com o desenvolvimento da economia, surgem diferenciações econômicas, de classes, no interior de toda a descendência familiar (de toda estirpe, de toda a parentela, pois como “família” entende-se todos os parentes, não somente pais e filhos). Então, a ordem gentílica – isto é, a descendência, a “gens”, a “família” dissolve-se, entra em crise. É justamente com a crise de “gens”, do ordamento gentílico, que surge a organização de Estado, o qual tende a dominar a sociedade³⁶.

Com a perda do poder pelo patriarca uma nova forma de governo se institui, fundamentando-se na divisão de classes que se originou a partir da propriedade. Engels buscando a origem do Estado presente nas nações europeias, e fazendo um comparativo com a obra de Henry Morgan, salienta que o Estado nem sempre existiu entre as sociedades humanas:

Engels diz que o Estado não existiu desde sempre. Houve sociedades que prescindiram do Estado, que não tiveram a menor idéia de Estado e de poder estatal. Todas as sociedades tribais (desde os índios peles-vermelhas da América do Norte até os indígenas que vivem ainda hoje na Amazônia ou na Oceania) não têm idéia nenhuma de Estado, não conhecem leis nem tribunais, e assim por diante. Tem, isso sim, normas sociais e morais de convivência.

O Estado torna-se uma necessidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico, que é necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes. O Estado é justamente uma consequência dessa divisão, ele começa a nascer quando surgem as classes e, com elas, a luta de classes³⁷.

Engels ao relatar sobre as sociedades tribais e a sua existência sem a constituição de um Estado, pode ser apontado como um crítico de Hegel, pois para este autor é o soberano que cria a

36 Idem, p. 29 e 30.

37 In: GRUPPI, Op. Cit. p. 30.

sociedade, ou seja, é o Estado quem estrutura a sociedade, e se o pensamento de Hegel fosse científico, não poderiam ter existido as sociedades sem Estado. Mas como o pensamento marxista parte do pressuposto de que a atividade prática é que fomenta a teoria e não o inverso, Engels ainda aprofunda a questão do surgimento do Estado, indicando que este é uma consequência da propriedade e da disputa entre os homens:

Tudo começa quando se diferencia a posição dos homens nas relações de produção. Por um lado temos os escravos, pelo outro, o proprietário de escravos; de uma parte o proprietário da terra, de outra, os que nela trabalham, subjugados pelo proprietário. Quando se produzem essas diferenciações nas relações de produção, determinando a formação das classes sociais e por conseguinte a luta de classes, surge a necessidade do Estado: a classe que detém a propriedade dos principais meios de produção deve institucionalizar sua dominação econômica através de organismos de dominação política, com estruturas jurídicas, com tribunais, com forças repressivas, etc³⁸.

A formulação do que é a constituição do Estado para a corrente dos pensadores marxistas, é uma idéia de Estado com caráter protecionista, diferenciando da teoria liberal, onde o Estado tem um significado de igualdade entre os homens a partir de sua instituição – idéia da igualdade jurídica de Rousseau. Na teoria marxista o Estado é fundado para defender os interesses da classe dominante, principalmente quando este Estado age coagindo os homens inseridos sob as leis de igualdade e de justiça, que na realidade é uma propaganda enganosa, pois a igualdade se limita apenas aos que tem propriedade e aos que dependem da venda da força de trabalho somente resta à sujeição às leis distorcidas e manipuladoras da classe dirigente que através de um Estado coercitivo conduz a uma ordem que somente beneficie a classe dominante. Como ainda observa Engels:

Então o Estado é o resultado de um processo pelo qual a classe economicamente mais forte – isto é, a que detém os meios de produção decisivos nessa determinada sociedade – afirma todo o seu poder sobre a sociedade inteira; e estabelece também juridicamente esse poder, essa preponderância de caráter econômico³⁹.

Na ótica de Friedrich Engels, o Estado é uma instituição a serviço da classe proprietária, que tem em sua base os proprietários e que atua junto a este Estado para que este defenda os seus interesses atuando e organizando a sociedade civil. *“O Estado torna-se uma necessidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico, que é necessariamente ligado à divisão de classes. O Estado é justamente uma consequência dessa divisão, ele começa a nascer quando*

38 Idem, p. 30.

39 In: GRUPPI, Op. Cit. p. 30.

*surgem as classes e, com elas, a luta de classes”.*⁴⁰

Com a luta de classe, o Estado não vai ser instituído como um mero intermediador de disputa social, ele é um órgão instituído por interesses e/ou grupos para privilegiá-los nesta disputa, homens com nomes e sobrenomes entre os seus dirigentes, que também fazem parte da classe dominante. Para que este Estado obtenha eficácia em suas articulações, é necessário torná-lo um aparelho manipulável, fato que levou os proprietários a se apropriar deste órgão na disputa de classe disfarçando as suas condutas, de modo que aparentemente o Estado realmente apareça como mero intermediador das relações da sociedade civil.

Claro que o Estado não pode ser visto como um mero intermediador dos interesses da classe dominante, como se ele não fizesse parte da luta de classe e da disputa dos interesses da classe trabalhadora; a classe proprietária não vai deixar os trabalhadores perceber que o Estado instituído está somente para defender os seus interesses. Mas o campo de ação e as estratégias envolvidas é que acabam indo além da compreensão da classe trabalhadora, que por não entender o processo de estruturação do Estado e da sociedade civil, acabam não defendendo os seus interesses junto às diversas instituições que compõem as estruturas sociais. A classe dominante, que almeja ser dirigente, sabe que precisa ser representada pelo e no Estado, pelas políticas de desenvolvimento dos órgãos estatais, pelos governantes que afetam diretamente os interesses da classe burguesa. Esta classe sabe articular as mais variadas instituições, projetos políticos e programas de desenvolvimento para atender os seus interesses:

As instituições têm a finalidade precípua de perpetuar a forma social dominante. E para tal é necessário reduzir a contradição ao conflito e as classes aos indivíduos. O sujeito do direito é sempre o indivíduo. Quase nunca o coletivo. A dissolução das classes em indivíduos e das suas contradições em diferenças permite sustentar a tese e a prática da “comunidade ideal” e localizar as diferenças como desvios passíveis de normalização e de repressão⁴¹.

Para a classe dominante conseguir com êxito aplicar o desenvolvimento de seus projetos, ela também desenvolve a “manipulação cultural” dos sujeitos inseridos no processo histórico das lutas de classes, porque o Estado antes de articular os projetos destas classes, precisa pelos menos aparentar certa vontade de defender os interesses da classe trabalhadora, que afinal nos países tidos democráticos, têm os governantes eleitos pelo voto direto da maioria do povo, que neste caso pertence à classe explorada. Numa ditadura algumas dinâmicas protecionistas são impostas, mas

40 Idem, p. 30.

41 DIAS, Op. Cit. p. 24.

onde se tem a força das eleições, como no Brasil no período pós-ditadura, temos eleições diretas para os cargos públicos, e, não dá para desprezar a força do voto; e por isso, antes de dinamizar as ações do Estado de modo a atender os interesses da classe burguesa, é preciso, antes, convencer a classe trabalhadora que as ações deste Estado são para defender os interesses desta classe, isso na aparência, pois na prática, no apagar das velas, os governantes, o Estado atuam prontamente para atender os interesses do grupo burguês que ele representa:

É nesse sentido que Gramsci afirma a necessidade de um profundo conhecimento da experiência dessas classes. Não se trata de sobrepor-se ao conhecimento delas, mas de construir com elas suas identidades. Criticar suas formas de conhecimento – o folclore, o senso comum – permitirá avançar no sentido da construção dessa identidade. Aqui ganha pleno sentido a afirmação gramsciana de que todos somos intelectuais, embora nem todos atuem profissionalmente como tais⁴².

Neste momento entramos num novo campo da discussão de formação dos Estados da atualidade, que a partir de meados do Século XIX, vão atuar por um meio de afirmação cultural do Estado como aparente protetor da classe trabalhadora, jogo que atende a elite dominante, pois estes constroem um Estado a seu serviço, mas que se apresenta para a sociedade civil como uma instituição democrática que apenas faz a vontade da maioria, convencimento social que acalma a parte explorada na luta de classes, que se conforma com este “modo” de ser do Estado e da sociedade civil, que sempre faz o que pode para ajudá-los. O Estado acaba se multiplicando em diversos aparelhos como um exército de formação profissional. Não podemos nos esquecer que o Estado não existe fora da sociedade civil, ele é fruto da luta de classes, mas como já salientamos, defende certos grupos nesta luta pela falta de conhecimento do grupo que acaba sendo explorado. O próprio Marx já chamava a atenção sobre as articulações do Estado no sentido de defender certos interesses da sociedade civil, esta instituição não é neutra e nem imparcial:

A afirmação de Marx sobre as aparências necessárias é vital. Dado que o discurso das classes dominantes busca permanentemente capturar a vontade das classes dominadas e pô-las a seu serviço é preciso determinar o peso concreto de cada um dos elementos da estrutura e o modo de sua realização em conjunturas as mais diversas. Decifrar o real é um momento do processo de sua transformação⁴³.

O Estado visto da ótica marxista, é uma relação social que faz parte da dominação de classe e de direção, ajudando este grupo no convencimento da classe trabalhadora, até mesmo porque o grupo dominante não têm interesse em que essa classe se veja inserida em uma luta de

42 Idem, p. 31.

43 Idem, p. 75.

classes, se assim o for o trabalhador teria plena consciência do sujeito histórico que ele representa e que ele deveria de tomar postura nesta luta para defender os seus direitos, assim a classe burguesa tenta mascarar esta luta como se fosse algo natural, atribuindo as conjunturas sociais como resultantes dos fatores econômicos e políticos da sociedade.

O trabalhador é levado a crer que a realidade por ele vivida não passa de um dia após o outro, ter que ir trabalhar e ganhar o seu sustento até que obtenha a sua aposentadoria, e se a sua situação vai mal é porque a economia mundial está em crise, gerando uma aparente impressão de que o problema está longe e que a ação da classe nunca poderá atingir o foco dos problemas ou até mesmo buscar as soluções. Se a classe dominante constituir na classe dominada a crença da impossibilidade de reação, da impotência do trabalhador como sujeito histórico, a classe passa a ser efetivamente dominada, por isso o intuito da classe dirigente era realmente estabelecer esse foco de visão social como uma verdade irreversível:

A constituição da identidade das classes subalternas era impedida, limitavam-se seus projetos e se ajudava a perpetuar aquele, que, em teoria, era seu “inimigo”. Procedendo assim, acabaram por se limitar à esfera da circulação, questionando tão somente as formas de distribuição e consumo, deixando intocada a esfera da produção, com o que não atacavam o cerne da questão. Permaneciam no campo econômico-corporativo, impedindo-se de colocar a destruição da ordem capitalista como projeto estratégico. Na prática, vedavam a construção de projetos hegemônicos. Suas ações eram, assim, pautadas, agendadas, pelo inimigo de classe⁴⁴.

O esforço do capital é constante na constituição da moral aos trabalhadores e ao conjunto da sociedade, como Gramsci já apontara nos textos do americanismo e fordismo, que em sua grande maioria não acreditam estar realmente inseridos numa disputa de classes, e por isso deixam um espaço livre, que a burguesia ocupa muito bem. A pouca participação dos trabalhadores na construção de uma consciência de classe, deixa o espaço livre para que a burguesia construa uma prática pedagógica para a classe, criando nesta a convicção de que devem ser éticos, religiosos e corretos, que não precisam e não devem se envolver nas “badernas” dos sindicatos, que a luta de classe não existe e não trará alterações no seu dia-a-dia, produzindo um trabalhador que não se insere na luta pelos seus direitos.

Se “*o homem é bom por natureza*”, não será um lutador, um problematizador de sua sociedade civil, e por princípio, viverá em busca do bem estar social. E para que possamos buscar uma sociedade coerente com menos exploração social, deve-se realmente fazer uma ação efetiva junto à base da sociedade:

44 Idem, p. 29.

E nesse sentido que se deve colocar a tarefa de se construir o comunismo, como modo de produção e de vida. Deve-se romper com a imagem romântica e ingênua do trabalhador como um revolucionário nato, como forma atual do bom selvagem. Aceitar essa imagem é negar a totalidade da teoria e da prática marxistas, que afirma/requer a crítica radical da ordem capitalista, momento necessário à construção da nova sociabilidade. É esse movimento crítico que permite a negação da possibilidade, dolorosa e atual, de que a ideologia burguesa transforme o trabalhador em um militante da ordem do capital. Atuar na libertação ideológica do trabalhador significa negar, praticamente, o capitalismo e o conjunto das formas mercantis, fetichizadas⁴⁵.

Ideologicamente o trabalhador toma uma postura de defender os seus interesses, mas envolto nas tramóias do capitalismo, mídia, cinematografia, fardo histórico, economicismo, a política, etc. este acaba defendendo os interesses de quem o prejudica sem mesmo se dar conta. Historicamente esta realidade foi construída pela classe burguesa, que soube usar os momentos propícios para mostrar ao “humilde trabalhador que ela sempre esteve do seu lado e sempre que possível o ajudou muito”. O projeto da luta de classe e de organização da classe trabalhadora passa pelo difícil marco de reconscientização da classe, trabalho árduo que passa inclusive pela academia, pois nem ali, onde está teoricamente a ponta iceberg do pensamento histórico, a classe tem total consciência de sua realidade:

A ideologia das “transformações do mundo do trabalho” e a construção do novo trabalhador para o capital desempenham aqui papel fundamental. Na realidade, trata-se da formatação de um novo trabalhador coletivo, donde da reconstrução da classe trabalhadora. O processo capitalista cria e recria, permanentemente, as relações sociais capitalistas e as classes. Ao invés de caminhar na possibilidade da emancipação, como pretenderam e pretendem muitos autores, reforça-se mais e mais a subalternidade⁴⁶.

A prática da reprodução das “verdades” construídas sempre é mais prático do que enfrentar o novo, ou de andar na contramão, a historiografia oficial sempre reproduziu a verdade da classe dirigente, e por isso mesmo por muitos anos as escolas foram a história dos heróis, tirando da classe trabalhadora a visão de sua capacidade de transformação, como se ela realmente nada pudesse fazer no processo histórico e que deveria aceitar tudo como uma estrutura pronta e acabada.

45 Idem, p. 26.

46 Idem, p. 26.

1.3. O ESTADO A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI

O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social engloba tanto a sociedade *civil quanto a sociedade política*, **numa interação permanente** (grifo meu)⁴⁷.

Os termos econômico, político e social não podem ser tratados como se fossem instâncias isoladas, quando queremos refletir sobre o Estado presente no município de Toledo, temos que levar em consideração a ideia de “teia” ou “rede” social, onde os termos acima citados representam parte de uma totalidade e que nenhum deles existe de forma isolada. Por isso o termo “interação permanente” da citação inicial já deixa transparecer qual é o caráter do verdadeiro Estado. Gramsci não produziu uma teoria sobre os Estados de forma isolada ou de atividade municipal, mas sim formulou uma idéia geral de como se desenvolvem os Estados no mundo contemporâneo capitalista. Mas a partir de seu pensamento e refletindo sobre a realidade do município podemos concluir algumas hipóteses para o Estado existente em Toledo.

E atentos às questões anteriores sobre a formulação do que seria o Estado, percebemos que algumas críticas são possíveis: a idéia de Estado jusnaturalista que também vai ser à base do pensamento liberal clássico, o liberalismo tem em sua origem o individualismo na proposição de um Estado, e desenvolve uma teoria colocando o Estado como sujeito que “paira” acima da sociedade civil, que conduz esta sociedade de fora para dentro, e que, para submeter à sociedade civil à sua direção, usa como estratégia a coerção e a violência. Nesta visão de Estado, a impressão que fica, é que a sociedade civil está totalmente submetida ao poder da classe dirigente, como se realmente fosse passível submeter à sociedade civil ao poder de um Estado, ou até mesmo que os dirigentes não fossem homens dessa mesma sociedade civil:

Gramsci percebeu (...) que o Estado, além de não poder ser visto como objeto, igualmente não pode ser percebido nem como pura coerção ou violência, nem como pura ocultação ideológica, ambos agindo em prol da manutenção das classes proprietárias. Se assim o fosse, diria ele, seria inexplicável que os mais oprimidos e despossuídos da Itália venerassem um ditador. O Estado tem uma *outra dimensão*, para além da força, que é tão ou mais importante do que ela para sua estruturação e preservação. Esta dimensão é, para

47 MENDONÇA, Op. Cit. p. 20.

O Estado nesta ótica deve ser avaliado nestas relações, não podemos nos esquecer de que o Estado é formado por homens que pertencem a mesma sociedade civil, e que a estratégia de ação desenvolvidas pela classe dirigente são formuladas dentro da própria sociedade civil:

O Estado não pode ser reduzido à mera vontade dos dominantes como se as contradições classistas (entre as classes e intraclasses) não existissem e não determinassem o sentido das formas de fazer política. As classes subalternas, se assim procedessem, ficam prisioneiras de um politicismo des-historicizado, irmão gêmeo do economicismo: formas do mais acabado pensamento burguês⁴⁹.

E por isso, trabalhar com o termo cultura se torna importante no pensamento de Gramsci:

Cultura não é a erudição dos sábios, mas o *conjunto das visões de mundo* – valores, crenças e auto-percepções de seu lugar na sociedade – desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem sempre certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão do mundo, por falta de sua organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil. Assim sendo, adotam, como sua, a visão de mundo de outros grupos, quase sempre dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de *hegemonia*, ou seja, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada. Para tanto é fundamental o papel do Estado em seu sentido restrito⁵⁰.

Na luta de classes e definições das ações governamentais, as relações sociais não deixam de ser um palco de disputas, onde o poder de convencimento é de fundamental importância, pois não há governante que imponha uma lei ou regra social contra a vontade popular, para que o governante tenha êxito e consiga impor as suas regras, é muitas vezes necessário que se prepare o terreno, para daí, sim, ir à ação efetiva. O poder de convencimento faz com que as classes subalternas queiram que se efetue uma prática que muitas vezes é de interesse da classe dirigente, leis ou ações governamentais que inclusive são prejudiciais para a própria classe trabalhadora. Para essa dinâmica da classe dirigente, Gramsci chama a atenção para os intelectuais orgânicos que efetivamente vão agir dentro da sociedade civil convencendo toda a classe dos interesses por eles defendidos.

O intelectual orgânico de Gramsci, efetivamente não precisa ser da classe trabalhadora e nem da classe dirigente, este é um agente de qualquer uma das classes, desde que tenha real

48 Idem, p. 21.

49 DIAS, Op. Cit. p. 23.

50 MENDONÇA, Op. Cit. p.21.

conhecimento de seu papel e de sua atividade dentro do grupo, sabendo estabelecer parâmetros para a sua classe e de como se comportar em relação às classes opostas:

O intelectual, para Gramsci, longe está de ser o detentor do saber erudito ou diletante. O intelectual é, para o autor, o “persuasor permanente”, o organizador da vontade coletiva, aquele que tem na práxis o âmbito de sua ação de construir a “vontade coletiva organizada”⁵¹.

A formulação sobre o que é o Estado a partir dessa orientação é ter claro que a sociedade é constituída por uma rede social em que as ações do Estado também são resultantes das posições da sociedade civil, não são atitudes externas que vem prontas e acabadas para serem aplicadas e que serão fielmente absorvidas. Mas a atividade e as tentativas da classe dirigente de fazer as classes subalternas absorverem as suas pretensões são constantes e com algumas ressalvas poderíamos dizer que a burguesia acaba obtendo êxito nas suas práticas, pelo fato de saber influenciar a cultura com dinâmicas bem atualizadas:

Assim, o que é peculiar ao Estado contemporâneo, o qual, por sua vez, deve ser pensado como uma relação social em si mesmo, é que ele guarda um *espaço de consenso* e não só de violência, sendo o consenso - ou consentimento – obtido, para Gramsci, através dos *aparelhos privados de hegemonia*, bem como através da *ação do Estado restrito*, que busca promover e generalizar a visão da fração de classe hegemônica. Logo, a política e o Estado são inseparáveis da cultura e, mesmo instituições da sociedade política, tipicamente relacionadas com a violência (como o Exército, por exemplo), são responsáveis, para Gramsci, pela difusão de uma dada cultura⁵².

Coerção e convencimento se completam na estruturação da cultura desejada e sempre que uma perder a eficácia, é necessário que a outra se torne mais atuante e que mantenha a ordem estabelecida, numa constante complementação; neste sentido é importante para Gramsci a atividade dos intelectuais orgânicos da classe dirigente, inseridos na sociedade civil desenvolvem um trabalho paralelo junto a esta produzindo o consenso de que a sociedade civil é assim mesmo, porque assim é que ela deve ser, e que esta não está sujeita a transformações.

A classe dominante sabe que para impor o seu modo de organização social é necessário que a classe trabalhadora absorva o seu modo de pensar, o padrão de organização social que interessa à classe dirigente. Numa sociedade de disputa de classes nem sempre uma classe consegue colocar em prática todos os seus anseios, pois a classe oposta está sempre sujeita a reagir e pronta para impor o seu ritmo de organização social, e por isso a ação hegemônica se torna

51 Idem, p. 22.

52 Idem, p. 21.

necessária para a classe burguesa que quer se fazer dirigente, pois esta impõe à classe dominada uma perspectiva de civilização que mesmo não sendo sua, é absorvida como se fosse:

A hegemonia é exatamente isso: a criação de uma massa capaz de “pensar coerentemente e de modo unitário” o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório. Não pode haver exterioridade entre a filosofia da práxis e o conjunto das classes subalternas. Ou ela é capaz, por um lado, de perceber o conjunto das questões colocadas por aquelas classes e resolvê-las no interior da sua problemática e ser capaz de fazer-se compreender por elas ou não, há possibilidade de hegemonia⁵³.

O modo de compreender o mundo, como solucionar os seus problemas ou mesmo como aceitar a situação social na qual os indivíduos estão inseridos, passa pelo processo de hegemonia; a classe trabalhadora historicamente busca obter avanços em seu modo de vida, buscando qualidade de vida, habitação, melhores salários, planos de saúde, etc., e nessa luta pelos avanços, muitas vezes se deparam com os retrocessos, pois a classe burguesa na ânsia de lucrar mais, sabe que na medida em que perde terreno, e qualifica as condições de vida dos trabalhadores, ela perde o seu próprio capital. Neste campo de disputa entre as duas classes está em jogo não somente o possível, mas o aceitável entre as duas forças, e neste campo, muitas vezes é muito mais importante à luta pelo sensível, pelo sentimento e pelo convencimento. Num exemplo hipotético, os patrões usam os efeitos das crises, os riscos de falências, os altos salários, os encargos sociais, afirmando que estão além do possível e pagável pela classe burguesa, de modo que se cria na classe trabalhadora uma cultura de aceitação dos padrões de vida (miserável) a ela imposta, mesmo que para os patrões esteja se vivendo um momento de lucros exorbitantes e a crise esteja sufocando somente a classe operária.

Os trabalhadores quando integrados (informados sobre a sua realidade) num campo de luta, procuram avaliar as suas vantagens e desvantagens em participar ou não de determinado movimento, o fardo deixado pelos movimentos do passado acabam servindo de base para organizar, influenciar e animar a classe a se inserir ou não na luta. A disposição de entrar em uma greve por melhores salários, por exemplo, pode acarretar em demissões, em perdas que dificultem o futuro da vida do trabalhador que depende do salário para possibilitar o desenvolvimento e sustento de sua família. É sempre feita uma análise das possibilidades e do histórico dos embates das paralisações do passado. Um histórico de conquistas anima a classe para a greve, enquanto que um de demissões assusta:

53 DIAS, Op. Cit. p. 71.

A sociedade civil envolvida em seu campo de luta, por um rol de informações, onde as elites dirigentes das duas classes atuam efetivamente tentando construir a consciência dos homens a favor de seus ideais, precisam de argumentos que se bem constituídos acabam convencendo as classes de que os seus objetivos, os seus modelos, a sua organização social é que efetivamente são o mais coerente para o trabalhador naquele momento histórico. Não se pode imaginar uma sociedade capitalista sem a disputa de classes, e não é possível um cidadão querer se isolar da mesma, a sociedade historicamente constituída não possibilita ao homem a opção de escolha em participar ou não da luta de classes. Consciente desta realidade, as lideranças se esforçam em maior ou menor grau para agregar ao seu movimento o máximo possível de elementos, reforçando a base que servirá de estrutura para o confronto com a classe oposta.

A sociedade civil é composta de indivíduos, mas também da cultura desses indivíduos, e por isso na luta de classes se sobressai a classe que souber articular o trabalhador e a cultura de seu grupo para defender os seus interesses:

A sociabilidade capitalista é marcada pela figura do homem abstrato: o cidadão. Esta aparência (necessária) implica, a um só tempo, um homo economicus e um homo politicus necessariamente cindidos. O indivíduo capitalista (participe do mercado e da política) parece ser genérico. Não o é, Gramsci afirma que essas figuras constituem uma unidade real, todo indivíduo, afirma, é um bloco histórico⁵⁴.

A consciência do trabalhador é construção permanente constituída pelas relações sociais e pelas produções das classes dirigentes, classes que sabem que sem a dominação no campo moral, perde o seu potencial de hegemonização e manutenção como classe dominante. É nesse sentido que Gramsci coloca que o homem é uma constituição histórica, o próprio Karl Marx já afirmara que a “tradição de todas as gerações mortas oprime a alma dos vivos”. O homem é um ser histórico, contrariando o pensamento do Locke, sobre as idéias inatas, e assim, admitindo que o homem nasça como uma tabula rasa, um papel em branco, que vai ser constituído com as convivências familiares, escolares, sociais no qual ele está inserido. A concepção de mundo que este homem forma vai depender da concepção social que o rodeia, a crença religiosa, o valor dos times de futebol, a posição política, integram as relações sociais, num processo histórico em que ele está inserido.

Mas, segundo Gramsci, este processo histórico pode ser redirecionado pela capacidade dos intelectuais orgânicos, que tomam uma posição a partir de uma determinada origem e

54 Idem, p. 36.

reordenam a direção da constituição estrutural da sociedade da qual eles fazem parte. E é neste sentido que temos que valorizar a grande capacidade da classe dirigente, conscientes da estrutura social, e sabedores da necessidade da continuidade dessa dominação já projetam para o futuro a sociedade civil que para eles é mais interessante.

O capital sobrevive da exploração da classe trabalhadora, Marx, no Capítulo Inédito de O Capital, afirma:

A função verdadeira, específica do capital enquanto capital é pois a produção de mais-valor, e essa não é senão produção de sobretrabalho, apropriação – no curso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiva como mais-valor⁵⁵.

Processo que para ter eficácia, deve ser disfarçado aos olhos dos proletários, e por isso a eficiência na organização dos projetos sociais que aparecem como se fossem um viés natural, sem alternativa de opção social, onde o trabalhador sobrevive num patamar que não tem possibilidade de ser diferente. Até mesmo o Estado é postado como um órgão democrático e defensor dos interesses da classe trabalhadora:

A crença no chamado Estado democrático de direito, ainda que miragem na prática cotidiana, torna possível sua aceitação. A formalidade desse Estado, com suas correlatas “liberdade de imprensa”, “alternância no governo”, “legitimidade da maioria”, “a separação dos poderes” etc, permite que as classes antagônicas vivam o processo da mais inaudita concentração de poder (econômico, político, institucional) como se fosse um momento de plenitude democrática⁵⁶.

Esse Estado em forma de “miragem” segundo a Mendonça, mas que na sua efetivação está a serviço da classe dominante e por isso tende a ser também dirigente, apresenta-se como um protetor dos interesses do proletariado, que produz um discurso político pautado no econômico e nas crises sociais, mostrando uma realidade que não têm alternativas, mesmo para um Estado democrático e disposto a ajudar a classe trabalhadora. Estado que no discurso defende os interesses do assalariado, do melhor emprego, dos planos de saúde, das pensões, das aposentadorias, dos salários dignos; mas que na prática toma uma postura bem diferente, cindido dentro de seu disfarce, disfarce este que se retrata no discurso encobrendo a prática efetiva de proteger o capital e os seus interesses:

55 MARX, Karl. Capítulo Inédito de O Capital. Biblioteca Virtual Revolucionária. Disponível em: <http://www.marxist.org>. Acesso em Maio de 2009.

56 DIAS, Op. Cit. p. 43.

De certo modo, o Estado recupera a sua função original tal qual pensada pelos liberais: o de guardião dos contratos, das propriedades e o defensor da ordem. O fetiche da cidadania é brutal e é exercido de múltiplas formas. Conhecer o que se passa é decisivo para a análise e a construção das alternativas: aqui entra em cena o controle monopólico das informações pelos meios de comunicação de massa. A violência torna-se naturalidade. Os que “fracassam” são culpados pelo seu próprio fracasso: não há desemprego, por exemplo, há *inempregáveis*⁵⁷.

A classe dominante exerce a sua função e com arrogância intimida quem tenta demonstrar a face das estruturas do capitalismo, a forma de atuação do capital deve estar disfarçada, naturalizando a realidade dos trabalhadores nele inseridos, de modo que quem argumentar que o Estado é o protetor das classes dominantes é rebatido.

A concepção liberal de estado é exemplar. Para eles o estado e todas as instituições da sua sociedade são neutros. Dizer que o estado é um estado de classe soa como um escândalo. Gramsci desconstrói esse discurso. Afirma que o estado é a forma pela qual uma classe expande sua eficácia e capacidade de governar⁵⁸.

O Estado neutro e imparcial defendido pelos teóricos liberais não existe, nunca existiu e nem existirá, todo governante tem determinados interesses que ele defende, pois o governo representa os blocos que o auxiliam a estar no poder, são grupos que constituem metas, estruturas sociais, encaminhamentos para o mercado, etc., e fazem o dirigente atender os seus interesses. Poderíamos dizer que o governo não é a pessoa que assina as leis mais os blocos que constituem os interesses a ser defendido pelo grupo que está representado no poder.

Quando propomos uma discussão sobre o Estado efetivado pelas lutas de classes em Toledo, não só projetamos um debate sobre os sujeitos que compunham este Estado, mas pretendemos pontuar algumas reflexões sobre as relações do poder público com as classes constituídas neste município e a sua postura diante da luta de classes e/ou intraclasses desenvolvidas nesta cidade. A partir da proposição pretendemos visualizar o Estado, não se esquecendo de que há interesses pré-estabelecidos pelos grupos que compunham a luta de classes, e que este órgão municipal servirá para compreender os interesses das diferentes classes deste município.

A proposta deste trabalho não está em pontuar os problemas do Estado estruturado em Toledo, mas tentar discutir suas “teias” ou “redes” de ação a partir do pensamento gramsciano, com essa problemática temos o objetivo de definir a classe trabalhadora nestas relações sociais.

57 Idem, p. 34.

58 Idem, p. 58.

Proposta que parte das orientações pautadas pelos historiadores que se baseiam no escritor italiano e debatem o Estado Contemporâneo.

1.4. O ESTADO E A REPÚBLICA BRASILEIRA

“O lugar do intelectual na luta de classe só pode ser fixado, ou melhor: escolhido, em função de sua posição no processo de produção.”⁵⁹

Segundo René Armand Dreifuss⁶⁰, a marca das transformações políticas do período republicano brasileiro é o realinhamento político conservador, apoiado no transformismo institucional e escorado na intervenção corretiva que conduz a opinião pública, nem que para isso se usasse a força militar. Nos primeiros anos da república os coronéis conduziram as decisões políticas do país, rejeitando a participação da iniciante burguesia urbana; “...a *Sociedade Política Brasileira não nasceu de rupturas profundas entre extratos sociais, camadas e segmentos dominantes tradicionais e as novas classes capitalistas, mas de um processo de convergência de classes dominantes*”⁶¹. No coronelismo, no início da República, ocorreu um período em que o “povo” não participava das “decisões” política e junto a este povo poderíamos citar a própria classe burguesa urbana, comerciantes e industriais, que ainda em fase de organização não tinha força para influenciar as decisões administrativas no país. Espaço que essa burguesia vai buscar através da unificação de sua classe, primeiro nos estados e depois no país; unificação que vai constituir uma força concorrente à dominação da classe dos grandes proprietários agrícolas, que diferentemente da burguesia urbana, se mantém regionalizada.

A burguesia urbana criou uma unidade nacional apesar da distância dos centros econômicos como o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e outros, unidade planejada; “os empresários se organizariam a distancia geográfica, isto é, se afirmariam nacionalmente – como classe nacional - e não como oligarquia regional, agrupamento caudilhesco ou camarilha coronelícia, pois visavam à direção da estrutura societária em

59 Walter Benjamim, Ensaaios sobre Bertold Brecht (Maspero).

60 DREIFUSS, René Armand. O Jogo da Direita, Petrópolis, Vozes, 1989.

61 Idem, p. 9.

gestação”⁶². O processo de unificação é atividade organizada pela classe burguesa, passando por um planejamento, amadurecimento, que durante a passagem dos anos vai se estruturando e se implantando de forma pensada, processo não acompanhado pelas demais classes do país, para impor-se como classe dirigente a burguesia precisa absorver os anseios dos proprietários locais (latifúndios agrícolas) que tem as suas principais necessidades atendidas, podendo até manter o regime de escravidão mesmo após a abolição.

A sociedade civil e política organizada sob a ótica do empresariado agro-exportador, mantinham as outras classes afastadas das decisões políticas, impedindo-as de se constituírem em classes políticas, legais e legitimamente organizadas na luta pelos seus direitos. A intervenção sindical, o controle estatal dos sindicatos, a interrupção de suas atividades, a repressão partidária, a proibição de movimentos sociais são aspectos visíveis do veto organizado.

Assim, o Estado burguês, acabou se impondo como organizador da sociedade civil, as regras tinham que ser absorvidas pelas demais classes, nem que para isso o Estado tivesse que usar a força militar ou interferência cultural. O Estado burguês se constituiu como um agente da classe dirigente, que usando a coerção, a força militar, a indústria cultural acabou fazendo da “*res publica*” um agente dos interesses burgueses:

Em plena República, a res-pública no Brasil não passa de ficção, justamente por falta objetiva de “estado cívico” da população, ou seja, por ausência induzido-coercitiva ou repressivamente – dos ingredientes culturais, sociais e políticos básicos, que lhe dariam sustentação e que em outros lugares foram constituídos e sedimentados historicamente: cidadania, individualidade, legalidade, organização e manifestação política autônoma (cultural, sindical e partidária) e delegação responsável de autoridade legítima. Enfim, o país carece de uma verdadeira Sociedade Civil e Política Popular e nesse contexto e sentido, o Estado é uma quimera⁶³.

O Estado burguês produziu um projeto nacional, que não está preocupado com as desigualdades sociais, não é possível obter a exploração da mais-valia e ainda dar sustentabilidade à classe trabalhadora. Entre as duas opções a organização burguesa direcionou a organização social e o Estado para desenvolver as suas atividades, e para concretizar o projeto, deve-se convencer a classe explorada das “necessidades” que o país está passando e para que a nação obtenha êxito, todos devem se submeter à “estatização” que se diz ser do bem social, mas que defende o interesse das classes dominantes. Neste sentido, o Estado brasileiro instituído após a República Velha, que passou pelos “governos democráticos” e culminou com o regime militar,

62 Idem, p. 10.

63 Idem, p. 14.

acabou se limitando a apenas duas possibilidades:

Estado só teria duas saídas: agir como gerente e administrador ineficaz dos assuntos societários gerais (isto é, de forma patrimonial-clientelista-assistencialista) ou funcionar como entidade política autoritária e seletivamente eficaz, porque excludente (classista). Mas para a ampla, geral e irrestrita desgraça da população subordinada, as elites dominantes conseguiram sintetizar o pior destes dois mundos numa instância única: o Governo Estatal ineficaz e autoritário, que, dependendo da situação, oportunidade e correlação de forças circunstancial e em perspectiva, será de feição civil (burocraticamente partidário) ou militar (politicamente burocrático). E isto porque, é bom repetir, foram as elites – não a população, repetidamente reprimida, golpeada e marginalizada por intervenções e políticas, administrativas e militares – que fizeram das instituições políticas e administrativas uma intrincada rede de aparatos, mecanismos e recurso de poder e um conglomerado de privilégios a serem usufruídos. Criaram, enfim, um “estado geral de manipulação administrativa”, que foi imposto às camadas subalternas. A administração regional e nacional tornou-se patrimônio de setores econômicos, profissionais, político-partidários, burocráticos e militares, todos eles pertencentes a este particular e excludente clube civil dominante, encastelado na Associação Política de elites, e compondo uma sociedade política dominante, que se coloca como ordenadora do “estado de coisas” e como dirigente das coisas públicas. Esta apropriação das instituições (que deveriam ser assunto ou coisa pública) pelo governo de elites dá a medida de desapropriação de que a sociedade foi objeto e da alienação do produto final – o Estado – em relação à sociedade civil-popular⁶⁴.

Como o “estado de bem estar social” não ocorria na prática e funcionava, sim, o “estado de brutalização”⁶⁵ constantemente se requeria, para manter a ordem, a atuação coativa ou intervenção coercitiva, de cunho policial ou militar, principalmente durante o regime militar. Esse Estado burguês esforça-se em constituir no “povão” como uma gama de individualidades, com diferenças e interesses específicos sem se relacionar como classe. E ainda a classe dirigente desenvolve as atividades de hegemonia junto ao “povão” que se efetua na prática como algumas entidades assistencialistas, onde a burguesia mantém entidades filantrópicas com objetivo de aparentar uma generosidade que não se efetiva nas relações de produção, onde no processo de exploração da mais-valia os burgueses são responsáveis pelos salários pífios que ganha a classe trabalhadora, e que a leva a um estado precarizado, pois em poucos dias de desempregado, a situação do trabalhador e sua família se agrava extremamente, por não ter acumulado um “fôlego” financeiro, chega-se a um estado miserável, necessitando até mesmo de um prato de comida para não passar fome, que a própria burguesia e suas filantropias vão socorrer, para convencer a classe trabalhadora de sua parceria, de sua bondade. Atitude importante da burguesia, pois esta serve até mesmo para manter o exército de reserva, dos desempregados que Karl Marx já afirmava ser muito necessário para manter o nível e o ritmo de exploração, como nos confirma o próprio Dreifuss:

64 DREIFUSS, Op. Cit. p. 16.

65 Idem p. 12 até 15.

Assim, em vez de formar um Estado da Sociedade, onde o indivíduo é portador, “em sua mente e em seu coração”, das normas e valores “consensualizados”, os descalabros das elites farão com que o seu venha a ser um eterno Governo dos indivíduos massificados – e não de Cidadãos. Na melhor das hipóteses, será uma administração exterior às energias do “povão”, e não a canalização de demandas da cidadania – esta desconhecida pelas elites e quase inexistente no país subordinado. Para que este controle do povo se concretize, o ato de governar deverá se tornar um exercício de autoridade seletiva permanente e que – espera-se -, **seja inquestionável, já que, aos olhos elitistas, não se trata de representar cidadãos, mas de dar assistência, vigiar de forma paternalista e punir exemplarmente a massa. Mas, se porventura ou descuido, a imposição de normas e valores dominantes for questionada, o governo e as elites descambarão rapidamente para o autoritarismo, de corte militar, já que a massa é incontrolável de outra forma, tamanha a carência e as demandas reprimidas.** Em suma: as elites dominantes não encaminharão a institucionalização tão propalada e reclamada e, numa inversão perversa, imputarão à índole da população as consequências negativas de suas próprias ações e omissões⁶⁶.

Ainda, segundo Dreifuss, o Estado deveria de ser um verdadeiro aufheber: preservador, escamoteador e superador como natureza de Estado em formação. Os filósofos alemães usavam o termo para explicar como seus próprios “estado de coisas” – a distribuição social de indivíduos e a atribuição de ônus e benefícios às diversas camadas da população: as formas de produção, a administração de produtos e pessoas, a legitimidade de crenças, valores e normas (embora em mutação permanente) – eram “coisificados” institucionalmente numa nova estrutura sócio-econômico capitalista e num novo modo vivencial, o burguês.

Importante neste momento é voltarmos à argumentação de Gramsci que aponta para a diferença entre a ética dele e de Hegel, quando o autor alemão constrói a base do absolutismo normativo do Estado, poderíamos afirmar que a chave que sustenta a vigência da hegemonia no mundo de hoje é o esvaziamento absoluto da eticidade. A sociedade em seu conjunto está submetida a uma subjetividade que Gramsci chama de momento produtivo, que esta relacionada à satisfação material que o capitalismo implanta, as necessidades de consumo que mantém as massas presas à rotina. Ação do capitalismo globalizado, que mantém imensas regiões submetidas à ilusão homogeneizada do discurso mediato.

Na própria natureza de dominação do milênio passado, a classe proprietária para manter e ampliar a desigualdade estrutural, a degradação econômica social progressiva das grandes regiões submetidas ao poder hegemônico que eficientemente para continuar a sua dominação faz um discurso que é sustentado por “palavras vazias”, sem caráter político, criando uma serie de problemáticas, de necessidades, de problemas sociais; desfocalizando o problema social e político,

66 Idem p. 17. Grifo meu.

mantendo a massa submissa e inativa historicamente. Isso que mantém e amplia a exploração dos dominadores sobre a classe trabalhadora, que somente poderiam superar esta exploração através dos intelectuais orgânicos (de Gramsci) que, atuando na produção cultural, poderiam ordenar, organizar e fundamentar a ação da sociedade reacionária.

A ação da dominação capitalista é cada vez mais acelerada e por isso, neste momento, é bom estarmos atento que a contra-ação também deve ter essa dinâmica, para poder se opor à dominação capitalista. Hugo Calello cita Marx para melhor fundamentar essa possibilidade de reação em uma linha de pensamento:

Mi método dialético no solo difiere del de Hegel en cuanto a sus fundamentos, sino que és su antítesis directa. Para Hegel el proceso del pensar, al que convierte, bajo el nombre de idea en un sujeto autónomo, es el demiurgo de lo real, lo real no es más que su manifestación externa. Para mí, a la inversa, lo ideal no es sino lo material transpuesto y traducido a la mente humana⁶⁷.

Desta forma, para Hegel a realidade é a efetuação da mente humana, enquanto que para Marx é o inverso, a prática social é que embasa a mente humana, a cultura humana. Ainda preocupado com a dinâmica de ação da “indústria cultural”, que impede a sociedade civil de se organizar a partir dos interesses de sua grande maioria, os trabalhadores, temos que estar atentos às críticas que Marx faz a Hegel e ao idealismo, bem como aos filósofos seguidores de Hegel, que fazem da “idéia um sujeito autônomo” e na qual o desejo é transmutado em gosto e sua repetição espetacular é indispensável para a massificação. Isto produz rupturas profundas na subjetividade que vinculada conseqüentemente à imaginação criativa em toda vontade social de transformação. Ou seja, Gramsci aponta para o fato de isto ser a chave, a base da hegemonia: o consenso, a consolidação da rotina:

É esta contraditória miscelânea de posturas e valores políticos, culturais e ideológicos – que faz do brasileiro um raro espécime conservador-vanguardista; moralista/libertino; militante/apático; reacionário/avançado – que permite vôos em direção a ídolos coloridos pela novidade, inconsistência e pela falta de compromissos ostensivos; que induz ao aconchego dos salvadores e homens providenciais; ou leva à busca de refúgios mitológicos. Trata-se de uma Sociedade Civil irrealizada e já absorvida pela Sociedade Política dominante. Enfim, uma cidadania em gestação e truncada e uma individualização anômica – sem leis, normas ou regras de organização -, onde o “cidadão” não passa de um apelativo sinônimo de “fulano” ou “cara”⁶⁸.

67 MARX, Karl. Apud. CALELLO, Hugo. Gramsci - *Del "americanismo" al talibán*: Globalización, imperialismo y reconstrucción de la sociedad civil em América Latina. Buenos Aires. Altamira. p. 141.

68 DREIFUSS, Op. Cit. p. 17 e 18.

Partindo do pressuposto que é da ação prática que se estrutura a cultura, podemos voltar-nos à trajetória histórica da classe burguesa, desde a sua inserção no poder, percebendo-se enquanto classe, para se tornar dirigente, fez uma efetiva leitura das relações sociais, da sociedade civil, da luta de classe e soube analisar cada grupo em sua posição dentro da luta de classes; não deixando margens às divergências e historicamente soube conduzir os representantes do Estado e do poder a atender os seus interesses.

Quando se fala em evolução do modo de ser do Estado, temos que estar atentos ao passado, quando na apresentação inicial expomos sobre o que foi a estruturação do Estado, de como ideologicamente a teoria liberal defendia a instituição de um “Estado liberal”, que deveria de ser neutro e imparcial, dando a todos os cidadãos os mesmos direitos e deveres; projeto que nunca se efetivou na prática, mas o discurso cumpriu o seu papel, convenceu até mesmo muitos intelectuais de que estava se implantando um regime democrático, o emergente capitalismo, seria de igual oportunidade para todos.

Não podendo nos furtar deste momento em que estamos analisando, e como se pretende durante esta pesquisa, pontuar algumas referências que dizem diretamente respeito à classe trabalhadora, assim como já fora citado na apresentação deste trabalho, o objetivo é refletir a partir das categorias marxista a realidade local, Toledo especificamente. Por isso mais uma vez recorreremos a Antonio Gramsci, para analisar o discurso político hegemônico a partir deste autor, devemos entender e abordar a ideologia. Gramsci fundamenta sua concepção sobre ideologia em Marx, quando relaciona a complexidade das lutas de classes historicamente instituídas, que consolidam as formas de dominação existentes. Os valores das ideologias do passado (as tradições) se consolidam e combinam com os valores e racionalidades do presente que organizam o tecido social.

Para Gramsci, a sociedade civil deve buscar a organização de uma sociedade justa, do bem estar social coletivo, mas esta forma de organização social seria destruída historicamente pela habilidade do capital em combater o sindicalismo de base territorial através de algumas táticas planejadas, como a concessão de altos salários aos dirigentes sindicais, benefícios sociais dados aos que Gramsci chamaria de intelectuais orgânicos, que poderiam ser os agentes atuantes na sociedade civil a favor de sua classe. Ainda com as propaganda ideológicas e políticas, o capital sabe se organizar para combater a construção de uma conscientização da classe produtora. A hegemonia, que para Gramsci nasce na fábrica, se referindo a classe trabalhadora estadunidense, no início do século XX, e para realizar-se precisa de certa quantidade de profissionais, de políticos

e de ideologias – por isso, dos altos salários aos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, que pela situação financeira passam para o lado oposto e como liderança agem ainda com maior poder de convencimento no projeto burguês.

2.4.1. BRASIL INSERIDO NA AMÉRICA LATINA

Calello destaca que o cidadão, o trabalhador e a indústria estadunidense tem uma diferente formação histórica que a européia, o campo de disputa nos EUA e também na América Latina, sem passar pela luta histórica dos trabalhadores ingleses na constituição do sistema industrial inglês ou mesmo os camponeses da Revolução Francesa por participaram historicamente deste campo de disputa e a implantação do sistema capitalista de exploração burguesa na Europa. Os sindicatos americanos, tem uma organização corporativa, progressista, não são uma representação da convulsão histórica desenvolvida no continente europeu. A sociedade ou a organização capitalista iniciada fundamentalmente nos EUA exige que a massa seja submissa à organização de uma sociedade produtiva, e que use isso como horizonte e prática de vida, ou seja, produzir para consumir.

Na sociedade estadunidense a organização social representou uma massificação com três características básicas: inserção social do consumo, redução das jornadas de trabalho e a drástica redução quantitativa de proletariados a um contexto de subalternidade. Fatores que facilitaram a massificação e o controle social, o discurso hegemônico opera com maior efetividade e por isso incorpora maior satisfação consumista. Classe de trabalhadores que não se efetivou nessas características aqui no Brasil e nos demais países da América Latina, que extremamente exploradas e muito mais pobres, inclusive com uma parcela muito grande de desempregados, não se tornaram como lá, em um potencial consumidor, como ocorreu no país rico das Américas.

Os EUA por não ter o entrave histórico das sociedades europeias, por ter uma terra fértil, um subsolo rico em minerais, por saber absorver e incorporar as inovações dos outros países, por não ter em sua classe operária um passado de lutas e conquistas, por esta ter um poder de

consumo, por saber usar os países subdesenvolvidos, por ter se aproveitado das duas grandes guerras e ter superado o socialismo soviético se mostrando superior assumindo a orientação das ações capitalistas, fez com que a economia estadunidense se fizesse presente nas economias subdesenvolvidas, influenciando a formação cultural, econômica e política destes países em formação. Influência que também é absorvida pela burguesia brasileira, que mesmo assumindo o discurso europeu da época do liberalismo, não deixa de efetuar acordos em tempos mais recentes com as classes dirigentes da economia estadunidense, como foi o próprio golpe empresarial militar de 1964.

Mesmo com as influências externas, a burguesia brasileira tem suas próprias características desenvolvidas aqui no Brasil, por exemplo, o caso da queima do café antes e no governo de Getúlio Vargas, momento em que os coronéis do café abusam de seu poder e abrem espaço para a classe burguesa se sobrepôr à elite agrária, a partir daquele momento como nunca haviam conseguido, é claro que a Revolução de 1930 pode ser citada por vários historiadores como fator fundamental, mas que na prática não representou uma ruptura com as estruturas. O que houve no país era uma intensa disputa entre esses dois grupos para dirigir o Estado brasileiro, disputa esta que desconsidera o “povo”, mas somente levam em conta os seus interesses.

O Estado burguês e a sociedade política, para Dreifuss, devem ser impostos à massa, de modo que as elites não corram riscos, quando à ação cultural não é o suficiente para se impor, e algumas facções podem reagir, e, portanto, deve-se imediatamente apelar para a força policial:

O empresariado industrial e as classes comerciantes e agrárias visaram para si mesmos, uma organização política, mas a negaram às outras forças sociais, impedindo-as de se constituírem em classes predispostas, política, legal e legitimamente, a lutar por seus próprios interesses. A intervenção sindical, o controle estatal dos sindicatos, a interrupção das suas atividades, a repressão partidária e de movimentos sociais são aspectos visíveis do veto organizado. Outras formas mais sutis de desarticulação foram empregadas no campo cultural ou da identidade étnica⁶⁹.

Essa dinâmica do empresariado é tão eficiente que a classe trabalhadora, no termo de Dreifuss, o “povão”, realmente não tem consciência do mundo cultural ao qual está submetido, esse “povão” não se da conta de como as atividades da classe dirigente são planejadas, direcionadas para conduzir a sociedade civil a atender os interesses da classe que explora. Quanto à questão do poder, tradicionalmente no Brasil ele é visto como algo que tem lugar e nome, por exemplo, a casa grande e o senhor, a sede do Estado e o político eleito. O poder pertence a alguém

69 DREIFUSS, Op. Cit. p. 11.

que tem nome e prestígio e, assim, na interpretação produzida para assimilação popular, não pode ser alcançado pelo povo, pela massa, está fora de seu âmbito de vida.

O povo não percebe que o poder é um fazer-se presente no seu dia-a-dia, é arte/ciência de planejar, de direcionar, organizar e reprimir; estratégias do poder estão próximas do povo em contato com ele, e o vivenciar e o convencer que a massa não reconhece e não sabe usar como classe. A ação da classe dominante se desdobra em diversos tipos de operações, desenvolvida por variados meios, como o próprio Dreifuss cita:

- a) operações coercitivas, que envolvem o uso aberto e ostensivo da força encastelada no estado (...)
- b) operações propagandísticas, que envolvem o emprego de recursos de comunicação ideológica e convencimento doutrinário (...).
- c) operações econômicas destinadas a potencializar a própria infra-estrutura logística e a estrutura de ação, assim como coagir públicos-alvos;
- d) operações sociais, destinadas a criar espaços de apoio e legitimação ampla para desenvolver a ação estratégica de modificação das relações de poder;
- e) operações administrativo-institucionais, destinadas a delimitar e enquadrar os adversários, a população ampla e os públicos-alvos, ou potencializar as próprias ações, utilizando-se recursos partidários, da instrumentalização de instituições públicas e de aparelhagem legal e burocrática⁷⁰.

Essas ações podem ser defensivo-ofensiva ou ofensivo-defensiva, dependendo do campo de conscientização em que se encontra a massa. A sociedade deve ser constantemente monitorada:

As operações podem ter intuito preventivo, dissuasório ou agressivo e corte antecipatório, preparatório ou de complemento de ação. As operações são desenvolvidas contra os adversários efetivos e potenciais, nas diversas arenas de confronto e nos vários campos de luta política, ideológica (propagandística) e econômica, desdobradas em vários tipos de operações modeladoras do comportamento e atitude do adversário. Chegamos, então, ao plano do desenvolvimento tático⁷¹.

A tática faz parte da arte/ciência de planejar as ações de enfrentamento e de imposição à massa através das várias estratégias mencionadas. Para Dreifuss a ação da classe dirigente para impor o seu poder, pode ser preventiva, ou seja, efeito de prevenir e paralisar a ação das forças reacionárias; dissuasória que significa o ato de desmotivar a ação do inimigo, desestimulando e desencorajando sua capacidade de reação; ou ainda agressiva, quando ocorre a ação efetiva da classe dirigente através do Estado desarticulando a ação da oposição.

Ao se falar em poder, sua relação com a sociedade política dominante, com o Estado e

70 Idem, p. 21.

71 Idem, p. 22.

com sociedade civil, temos que tentar identificar quem é o responsável por este poder? Onde se encontra o poder? Quem o determina? Contra quem se determina as ações do poder? O poder está nas forças armadas pela sua natureza de sociedade política armada e pela sua capacidade e estratégia de agir para certos interesses? Está nos governos que ocupam os Estados, principalmente na América do Sul, onde o Estado funciona como um braço das elites dominantes? Ou está no empresariado, que por seu caráter de classe, por sua autoconsciência coletiva, pelo discernimento claro de seus interesses de conjunto não negociáveis e de suas necessidades fundamentais sabe usufruir e direcionar as ações do poder?

Buscar um lugar para identificar o poder é matar o desenvolvimento histórico e científico de Gramsci, pois para este autor o poder é um eterno fazer-se, assim ele não tem um lugar onde ele está ou ocorre; não tem um grupo ao qual ele pertence e nem que o controla, ele é um campo em disputa. Isso tudo se dá através do exercício de organicidade corporativa, consensualização solidária de interesses, articulação e estruturação (preparo) político-operacional e predisposição para ação de Estado, organizando a sociedade civil dentro do seu projeto, mas como se fosse um projeto nacional. O poder está inserido dentro da luta de classe, como citamos, o exerce quem está melhor preparado, tem seus intelectuais, segundo Gramsci, de atuação efetiva, orgânica dentro da classe que eles representam.

4.2.2. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NA DITADURA MILITAR

Para representar melhor as formas de atuação das classes pela composição do poder no caso brasileiro, e é claro por que se situam no período inicial de nossos estudos, final da década de 1960 e início de 1970, podemos exemplificar a ação da Sociedade Política Armada (SPA), que é resultante de um processo de configuração, consolidação, expansão e projeção de uma verdadeira sociedade, com sentido e alcance político, apoiado nas armas, que nos anos de 1980, eram aproximadamente 600 mil pessoas⁷², que agem na formação ideológica e política. Ela é uma sociedade equipada e armada que tem seu próprio estado muito bem organizado – militares aposentados inseridos na gestão administrativa de empresas públicas. Os militares desde 1889 e com o Golpe Militar Empresarial de 1964 estiveram presentes na gestão pública, inclusive

72 DREIFUSS, Op. Cit. p. 26.

governamental.

Para Dreifuss, a SPA tem uma natureza dupla, é geral enquanto instância do âmbito estatal, isto é, está presente em todo Estado brasileiro e sempre atuante mesmo não se constituindo como uma ferramenta instituída oficialmente no Estado – o exército tem caráter de representante da nação e não dos interesses do Estado. Singular na sua capacidade de atuação autônoma, pela sua projeção gerencial-administrativo da Sociedade Política Dominante, apesar de trabalhar com ela se põe acima dela, não se deixa dominar.

Apenas para servir de referência sobre como se articula esse órgão e como se preocupa em se fazer presente junto à sociedade civil e se organizar como uma fração de classe dominante e autônoma, não só no passado, mas ainda hoje, em março de 1988 foi criado um curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, com disciplinas como administração, política, relações internacionais, prospectiva, estratégia e política e planejamento estratégico da força terrestre. Curso esse voltado para os escalões mais altos que compunham o Estado Maior da SPA. Fato que demonstra que os militares não estão unicamente preocupados com a segurança do país, mas que suas preocupações estão muito próximas das atividades desenvolvidas pela sociedade no passado e no presente:

A partir de março de 88, coronéis e tenentes-coronéis, escolhidos através de rigoroso crivo pelo Estado Maior do Exército, passaram a integrar a primeira turma de alunos do recém-criado Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, com duração de um ano, funcionando na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme), no Rio de Janeiro. O curso envolve seis matérias: administração, política, relações internacionais, prospectiva, estratégia e política, e planejamento estratégico da força terrestre⁷³.

O exército soube usar o poder das armas para se fazer presente em outras áreas de tecnologia e ciência, abarcando para si algumas responsabilidades que são de ordem civil. Fato possível somente porque a sociedade civil-popular não é capaz de exigir e brigar por suas necessidades específicas e universais:

É do alto da sua perspectiva dual – de governo e Estado –, que a estrutura militar se atreve a falar em nome dos interesses gerais da nação, porque não se defronta com a existência de uma verdadeira sociedade civil-popular, capaz de exigir e brigar por suas necessidades específicas e universais⁷⁴.

73 DREIFUSS, Op. Cit. p. 30.

74 Idem, p. 32.

Assim, os militares se inserem como governantes assumindo funções no Estado, e parecem repetir a velha frase, que ainda continua viva na forma e nas atitudes de muitos governantes: “o estado sou eu”, na expressão reproduzida de Luis XIV. Afirmção que confirma a função dos governantes na sociedade política atual, como nos confirma novamente o próprio Dreifuss:

Não é à toa que na linguagem popular o “Planalto”, além de ser um termo topográfico, designa tanto o Palácio quanto a intrincada combinação de pessoas, estrutura, ritual e processualística das relações de poder e da direção política e burocrática da máquina gerencial-estatal. Em termos simbólicos e metafóricos, o rótulo parece adequado, quando se visualiza a distância entre o Planalto e a “planície” cívica⁷⁵.

Realmente, o governo, pode-se dizer, no Brasil, é o Estado, pois quase sempre as mesmas famílias é que estão no poder – é o coronelismo da República Velha – que apenas mudou os nomes dos políticos, mas não mudaram a forma tradicional de conduzir as decisões.

Nos reportamos a um momento político mais atual para demonstrar que a presença é constante e maciça das classes dirigentes junto ao poder, aos governantes da Ditadura Militar, que fazia parte de um jogo político empresarial, o golpe empresarial militar de 64, formulou um Estado militarizado, mas que defendia os interesses dos empresários. Estado adequado para o momento, mas que se tornou muito pesado com o passar dos anos, mesmo os militares disponibilizando o Estado para atender os interesses dos empresários, as suas ações eram lentas e estagnavam o processo de progressão econômico. Por isso certos setores empresariais pressionavam um aceleramento da redemocratização:

A julgar pela perspectiva das elites, tudo indica que este Estado sempre será um misto de reflexo e agente condicionador da situação de miséria e submissão da população em geral. Mas tal monstro governamental-estatal brasileiro não pode ser desculpado. Ao contrário: seu programa e sua prática devem ser severamente criticados pela sociedade civil-popular, e isto a partir da ação política organizada societariamente. A perspectiva e as expectativas da população, mesmo neste estágio, devem ser radicalmente diferentes da visão empresarial, isto é: o Estado, devidamente reformulado, deve ser a própria garantia do atendimento eficaz e eficiente de suas necessidades mais amplas, funcionando como estrutura administrativas instrumental da sociedade como um todo e não como mero balcão de atendimento de interesses elitistas. Mais: deve ser visto como estrutura socioeconômica instrumental capaz de encaminhar a reapropriação pública da mais-valia produzida pela população, que hoje lhe é arrancada em condições escorchantes⁷⁶.

A redemocratização representativa foi um processo lento, os militares sabem que somente governam pela benção empresarial e pela participação do capital internacional e que por isso

⁷⁵ Idem, p. 34.

⁷⁶ Idem, p. 40.

mesmo não é uma disputa, mas uma transferência de governo entre componentes de uma mesma elite. Os militares de forma lenta aceitam a chegada do representante empresarial aos postos governamentais que antes eram ocupados por militares.

Os empresários tiveram que se readaptar ao modelo do novo patamar político, as antigas coligações empresariais teriam que se ampliar e defender interesses da classe dominante e essa reforma constituía-se necessária também aos partidos políticos, que na sua forma tradicional poderiam deixar espaço vago para as diferentes eleições (prefeito, governador e constituinte) espaço perigoso para quem quer dominar e dirigir e, conseqüentemente, explorar.

É exatamente neste momento em que estamos entrando na questão que envolve o primeiro fato a ser investigado no município de Toledo, visto as articulações e as estruturas do Estado, da sociedade civil e como se desenvolvem os agentes formadores da luta de classe de uma forma geral, podemos nos orientar nas concepções produzidas para refletirmos sobre a realidade deste município. Não nos esquecendo que Toledo não é uma cidade desligada do resto do mundo, mas, sim, articulada aos acontecimentos que se originaram na Europa, passaram pelo desenvolvimento estadunidense, se ajustaram as políticas do coronelismo e da Ditadura Militar, para refletir na organização da sociedade toledense.

A preocupação que temos é que esta pesquisa deveria tratar o Estado na sua forma prática, esquecendo a teoria que muitas vezes não se efetiva, e atentos ensinamentos de Gramsci poderemos discutir o desenvolvimento de Toledo, de como esta sociedade foi conduzida pelas elites dominantes que se fazem dirigentes e colocam a classe oposta a seu dispor, estruturando um Estado que aparentemente defende os interesses comuns, mas que em sua dinâmica apenas atendem o interesse de alguns poucos que direcionam esta sociedade para o atendimento de uma pequena minoria, mas que sempre soube ser dominante.

1.5. DITADURA MILITAR E A POLÍTICA BRASILEIRA

“Quando se cria um Estado, aí torna-se verdadeiramente necessário criar uma cultura desenvolvida”.

Antonio Gramsci

Como a proposta é discutir como a sociedade civil e a burguesia se articulam em torno do Estado toledense, precisamos esclarecer alguns tópicos da política brasileira no momento de

implantação da Ditadura Militar após o Golpe de 1964. Mesmo Toledo sendo um município recente, que começara a sua “civilização”⁷⁷ em 1946, já em seus primórdios as estruturas políticas locais se desenvolviam conjugadas a um plano estadual e ao sistema político brasileiro:

Como Toledo fazia parte do Paraná e não podia fugir da realidade nacional, a situação partidária tomaria novos rumos já em 1953. Nesse ano, por sugestão de Guerino Viccari (conforme depoimento), que obtivera em Curitiba a serviço do município e mediante a constatação óbvia da falta de respaldo político em favor das causas toledanas, Willy Barth e lideranças locais decidiram criar três diretórios partidários sob as bandeiras do PTB (liderado por Ernesto Dill’Oglio), UDN – União Nacional Democrática (Presidida por Guerino Viccari) e PSD – Partido Social Democrático (organizado por Carlos Mathias Becker). Despontava, também, o Partido de Representação Popular (PRP), encabeçado por Arlindo Lamb e Gentil Dal Maso⁷⁸.

Apesar de se constituírem os partidos políticos em 1953, “os “pioneiros”⁷⁹, em seus depoimentos, faziam questão de afirmar, entretanto, que a adoção de legendas partidárias significava tão somente um(a) *tática e uma necessidade, objetivando benefícios para a região. Inexistia qualquer interesse substancial por esse ou aquele partido*”.⁸⁰ Os interesses locais seriam uma unificação dos anseios municipais. Para o autor, Toledo seria uma unanimidade municipal. Fica a pergunta: quantos e quem seriam atendidos por estes “anseios”? O texto de Oscar Silva ainda passa a informação de que em Toledo não havia uma preocupação com grupos ou entidades, como se realmente fosse possível se constituir uma elite totalmente “despolitizada” de interesses de classe, dentro da disputa de interesses na luta das classes sociais. Assim o texto prossegue: “*As chamadas lideranças, como que desposando filosofia caudilhesca, pareciam divorciadas de quaisquer compromissos com agremiações capazes de servir à comunidade sob o drapejar de uma bandeira coletiva*”⁸¹.

Após os anos de ferro da Ditadura do Estado Novo, a Constituição brasileira de 1946, retoma a liberdade partidária e a nível nacional vários partidos políticos se estruturavam para concorrer às eleições locais nos grandes centros urbanos, fato que gera um reflexo nas cidades que se dizem “menos politizadas”. O período democrático brasileiro de 1946 até o Golpe de Estado de 1964, possibilitou uma abertura na direção político-partidário desenvolvido nos diferentes setores sociais, mesmo tendo alguns setores trabalhistas que se articulavam para

77 Segundo os historiadores tradicionais do município, no desenvolvimento local, antes da chegada do homem branco (poderíamos afirmar da colonizadora Maripá), era considerado selvagem, sem cultura, para estes, a história indígena não faz parte da história civilizada do município.

78 SILVA, Oscar. Toledo e sua História – Projeto História, Prefeitura Municipal de Toledo, 1988. Gráfica da Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul/RS, p. 315.

79 Expressão usada pelo livro para todos os colonizadores que chegaram à Toledo no início da ocupação do homem branco (descendentes europeus), oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

80 SILVA, Op. Cit. p. 315.

81 Idem, p. 315.

defender os interesses de seu grupo, a grande aglomeração partidária acabou se limitando basicamente a três partidos, o PSD, PTB e UDN; pois o PCB, partido teoricamente de representação dos trabalhadores, esteve muito mais tempo na ilegalidade do que autorizado a funcionar:

Os grandes partidos nacionais então criados foram: PSD – *Partido Social Democrático* – fundado a partir da máquina do Estado Novo, através de seus interventores, com estreitas alianças com as oligarquias agrárias regionais. Ligado a Getúlio Vargas, representava sua ala de apoio conservadora; PTB – *Partido Trabalhista Brasileiro* – também criado a partir das instituições do Estado Novo por meio do Ministério do Trabalho, via dos sindicatos a ele atrelados, visando incorporar a população de trabalhadores urbanos; UDN – *União Democrática Nacional* – principal partido de oposição ao getulismo, inicialmente constituía-se de ampla frente. Congregava setores médios (advogados, profissionais liberais), além de industriais e fazendeiros, apoiando-se numa plataforma liberal e moralizante; e, finalmente, PCB – *Partido Comunista do Brasil* – contava com grande prestígio popular no período, sendo proscrito em 1947 e continuando as suas atividades na ilegalidade⁸².

No país não havia uma frente de tendência esquerda organizada, pela ilegalidade histórica do PCB, fato esse que não permitiu o desenvolvimento de uma organização nacional combativa e competitiva em termos de eleições presidenciais, abrindo espaço para que a nível nacional se desenvolvesse uma grande disputa entre os grupos da UDN e os seguidores do PTB, estes últimos, muitas vezes, estiveram coligados a políticos do PSD ou vice-versa. A UDN tinha sua direção definida e os objetivos traçados na defesa de seus representados, manipulando a situação e combatendo o grupo do PTB, principalmente após à re-eleição de Getúlio Vargas a presidência do Brasil de 1950-54; mostrava no embate nacional uma disputa acirrada entre os diferentes capitais - a elite da burguesia nacional atrelado ao capital internacional e filiados a UDN contra o PTB voltado aos setores médios e o desenvolvimento nacionalista da última gestão de Getúlio Vargas.

A transição do período democrático vai ser marcada por uma intensa disputa entre esses setores participantes da economia brasileira; e paralelamente, mas muito próximo a esta disputa, está a classe trabalhadora que tenta se aproximar do Estado para que também pudesse usufruir dos benefícios do desenrolar das atividades econômicas em que ela está inserida: *“porém as dificuldades econômicas foram vistas através de uma ótica ampliada pela participação crescente das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes, no sentido de se definir quem teria maior peso político, vale dizer, conduziria o Estado na direção da satisfação de seus*

82 MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente – 1964 – 1992. Editora Ática, 5ª Ed. 2006, p. 12.

interesses”⁸³. E é nesse momento em que o PCB se encontra na ilegalidade, não podendo agir oficialmente, mas mesmo assim manteve-se atuante e costurou as estruturas sociais nos diferentes momentos políticos, defendendo os seus interesses, que podiam coincidir com os da classe trabalhadora, que era extremamente explorada pelas atividades econômicas burguesas e/ou dos grandes proprietários agrícolas.

Após a morte de Getúlio Vargas em 1954, a burguesia via no PCB o risco de uma organização da classe trabalhadora na conquista de seus direitos, mobilizações estas que poderiam determinar uma queda nos rendimentos capitalistas e uma perda efetiva da classe burguesa na luta de classes. E ainda neste momento se desenvolvia uma disputa entre os diferentes capitais – burguesia urbana e os setores agrários – numa luta intraclasse em termos nacionais, e nesta luta os diferentes capitais precisavam do “apoio” nas urnas da classe trabalhadora, para se firmarem como classe dirigente da política nacional. Cada grupo para melhor encaminhar os seus projetos, precisava ser dirigente, mas não podia se armar numa “guerra direta”, pois abririam espaço para a classe trabalhadora num embate maior, que era a luta de classes. Assim, o ideal, à classe burguesa, seria se apropriar do aparato estatal, para condicioná-lo a atender os seus interesses:

O Estado, visando favorecer o processo de industrialização, mantivera uma política fiscal conservadora, não ampliando suas receitas e recorrendo cada vez mais com maior frequência ao capital estrangeiro para manter suas inversões em energia, transporte e siderurgia etc. Crescia sua participação na economia, quer diretamente – organizando e gerindo infra-estrutura e grandes empresas destinadas à produção de bens de capital -, quer indiretamente – através de financiamento públicos dos ramos de longa maturação, especialmente através do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico)⁸⁴.

Como o Estado estaria para atender os interesses de quem o instituiu (a burguesia e o capital internacional), a burguesia somente precisava se manter atuante nas instituições estatais, fato que passa diretamente pelos pleitos eleitorais, onde os governantes eleitos acabariam conduzindo as ações do Estado a atender os seus interesses. Portanto, durante o “período democrático” que antecede a ditadura, os grupos burgueses controlavam a sociedade civil, tentando manter os trabalhadores apenas como eleitores, sem poder participar dos cargos políticos e conduzir o aparato estatal a atender as necessidades populares. Assim, a classe trabalhadora sem cargos eletivos, com os seus “líderes”, os intelectuais orgânicos, citados por Gramsci, afastado do Estado, deixam o espaço livre para as ações da classe burguesa. E com esta conjuntura política, a sociedade civil, mesmo sendo um campo de embate, de disputa, se direciona a prestar serviços às

83 Idem, p. 07.

84 MENDONÇA e FONTES, Op. Cit. p. 09.

elites dirigentes, eliminando as classes populares dos órgãos do governo. A nível nacional, a representatividade política fica apenas limitado a três partidos políticos, que no “período democrático” eram a frente das disputas eleitorais:

Até 1961, o jogo político partidário privilegiava o PSD, ao qual o PTB somava as suas forças na maioria das eleições presidenciais. Quanto a UDN, permanecia o segundo grande partido em número de votos. Tendo perdido sua característica de frente, expressava uma elite intelectual ferrenhamente conservadora. O crescimento do PTB (apoiado pelo PCB, ilegal, mas atuante) e a sobrevivência do “getulismo” configuravam para a UDN um avanço do comunismo no país⁸⁵.

Pelo fato do PCB estar na ilegalidade, não podendo agir oficialmente, obrigou-o a alinhar-se a um dos partidos que mais se aproximava de seus interesses, não sendo o ideal na defesa de seus projetos nacionais, e nem dos interesses da classe trabalhadora, mas era o possível para aquele momento político. O avanço do “comunismo”, que na prática significava a organização da classe trabalhadora, para o capital, não interessava, e por isso precisava ser combatido. Por conta disso, as elites vão se organizar moldando projetos para fazer frente as possíveis organizações trabalhistas, estratégias que estarão além dos partidos políticos, mas com o objetivo de ser uma espécie de “estado-maior” dos grupos capitalistas:

Congregando militares, políticos e empresários, em novembro de 1961 foi fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), com fartos contatos e recursos internacionais. Configurado à sombra do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o IPES tinha a função de centro de elaboração estratégica. “No curso de sua oposição as estruturas populistas, o complexo IPEC/IBAD se tornava o verdadeira partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”⁸⁶.

Com a estruturação do “estado maior”, a burguesia teria em conjunto com as elites políticas um local para planejar as suas estratégias de ação e aplicação de suas manobras junto à sociedade civil. Mesmo tendo a luta intraclasse – burguesia x proprietários rurais – não se estabelecia um confronto aberto na disputa desses interesses, pois muitos encaminhamentos econômicos e políticos tinham afinidades quando se referiam ao posicionamento em relação a classe trabalhadora, e para ambos os grupos era interessante manter alguns setores do desenvolvimento econômico que, administrados de forma conjunta, acabariam beneficiando aos dois setores capitalista:

Conservar a produção agroexportadora era uma das condições para a industrialização,

85 Idem, p. 12.

86 Idem, p. 14.

porém sem estimulá-la como núcleo central da economia, desviando os recursos nela gerados para o setor urbano industrial (via confisco cambial). Em contrapartida, o fortalecimento do parque industrial traria ao setor agroexportador a construção e modernização de vias de acesso, do sistema de transporte e de comunicações, em suma, facilidades para o escoamento das produções. Além disso, as oligarquias rurais contavam com o apoio industrial no sentido de manter intocada a estrutura da terra e do trabalho no meio rural⁸⁷.

A burguesia para ser dirigente tem que ocupar todos os espaços vagos que, poderiam ser ocupados pela classe trabalhadora, por isso o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o “estado-maior”, vai conduzir as atividades sociais dos próprios partidos políticos, e as ações dos intelectuais orgânicos dessas elites, que vão organizar a sociedade para o bem do capital. Analisando a situação dos três partidos e de seus principais dirigentes, percebe-se que em ambos os blocos há uma efetiva participação do capital, fato que afastava a possibilidade de organização da classe trabalhadora via partido político, além do mais, o PCB, não tinha direito de se organizar oficialmente, o que efetivamente limitou os trabalhadores a se organizar via sindicatos que no início da década de 1960 começava a incomodar as elites burguesas:

Foi com esse pano de fundo que intensificou-se o movimento sindical nos anos de 1960-64, ameaçando romper as imposições estatais bem como estender a mobilização a outros setores e regiões do país. Os trabalhadores e seus órgãos representativos demonstravam firme disposição no sentido de impedir a erosão salarial, multiplicando-se as greves que atingiam vários setores da economia. Paralelamente, ampliavam-se as suas reivindicações, com os sindicatos e centrais sindicais exigindo maior participação nas grandes questões nacionais⁸⁸.

As elites representadas pelo grupo da UDN, principalmente pelo grande capital nacional e internacional, precisavam se antecipar à organização social da classe trabalhadora, evitando a constituição de um grande bloco que efetivamente seria uma representação de perda de seus lucros. Como a classe trabalhadora não se submetia as regras determinadas pelas elites dirigentes, e, sempre que possível, organizavam-se e pleiteavam os seus direitos, essas elites precisavam combater a efetivação desse problema para manterem a exploração social, assim, a burguesia alia-se ao capital internacional e aos demais grupos dirigentes da política brasileira para planejar a efetivação do golpe militar de 1964, afastando as possibilidades das lutas de conquista das classes exploradas e consolidando a organização econômica que interessava ao grupo. *“O golpe de 64 significou, portanto, uma dupla reordenação. De um lado, alijava e reprimia os movimentos populares. De outro, afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais*

87 Idem, p. 08.

88 Idem, p. 17.

segmentos”⁸⁹.

Com o Golpe Militar de 1964, as elites se sobrepuseram às classes trabalhadoras, obrigando estas a se submeter ao regime de exploração determinado pelos grupos burgueses que, aliados aos militares, se impuseram e eliminaram as possibilidades de organização social da classe trabalhadora. A Ditadura Militar imposta aos trabalhadores brasileiros a partir do golpe representou a perda efetiva dos direitos dessa classe que...

Significou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade de emprego através da criação de FGTS; a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento de todas as formas de organização popular. Iniciaram-se intervenções policiais nos sindicatos, prisões dos líderes sindicais, cassações de direitos políticos, enfim, sistematizava-se a repressão. Era o desmantelamento, pela violência, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e da classe média que pudessem significar qualquer oposição ao regime ditatorial⁹⁰.

O golpe de 1964 trouxe poucas modificações econômicas ao país, os baixos salários se mantiveram e inclusive os governos militares para recuperar a economia ainda ampliaram o “arrocho salarial”, tirando do “suor” da classe trabalhadora a tentativa de recuperação financeira do país. *“Afinal, as formas clássicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração das empresas e do capital”*⁹¹. Para obter a efetivação de seus “arranjos” era necessária desmantelar a forma como vinham sendo trabalhados os sindicatos, que não se submetiam as “regras impostas pelos militares”, portanto...

Por volta de 1965 uma nova legislação salarial e trabalhista veio à luz, visando atingir três objetivos principais: 1º) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; 2º) a criação de um “novo” sindicato, com funções bem mais assistencialista – e menos políticas –, que impedisse uma organização mais efetiva da classe trabalhadora; e 3º) o fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social⁹².

Com o golpe militar as elites burguesas controlaram as atividades de “oposição” da classe trabalhadora, que poderiam atingir a acumulação de capital. Sem ter mais uma organização efetiva os sindicatos tornaram-se muito limitados às pressões dos órgãos oficiais, às perseguições às lideranças e às cassações de direitos políticos, como já fora mencionado, acabou desencorajando a atividade sindical, *“fica evidente, (...) que esta reação foi brutalmente limitada, considerando-se o*

89 Idem, p. 15.

90 Idem, p. 20.

91 Idem, p. 22.

92 Idem, p. 22 e 23.

*excessivo controle governamental sobre os sindicatos. Sem seus representantes mais capazes, os trabalhadores perdiam, de imediato, sua capacidade de organizar oposições e protestos”*⁹³.

É claro que a classe trabalhadora não cruzou os braços e se submeteu à vontade burguesa (nesse momento, como burguesia, também se entende o capital internacional, os grandes proprietários agrícolas e os militares), ela se manteve organizada a partir de seus intelectuais orgânicos, articulou-se na luta pelos direitos trabalhistas, buscando seu espaço e não se submetendo aos ditames governamentais:

No entanto, eles resistiram de inúmeras formas, ainda que sem o recurso a nenhum tipo de greve mais séria nos primeiros anos após o golpe. Por outro lado – face à abertura relativa dada pelo Ministério do Trabalho – formaram-se, por volta de 1967, entidades de organização de protesto contra a política oficial de salários, como o Movimento Intersindical contra o Arrocho Salarial (MIA)⁹⁴.

Como os primeiros anos do Regime Militar foram extremamente duros, reprimindo a efetivação de uma organização trabalhista, a elite dirigente soube articular-se submetendo a classe trabalhadora a seus anseios. E, limitado o risco de uma organização trabalhista via sindicatos, a burguesia também articulou a limitação dessa organização através dos partidos políticos, afinal poderia ser a “válvula de escape” para a tentativa das classes trabalhadoras buscarem suas reivindicações. Para isso “os militares” vão dar mais um golpe contra possibilidade de organização dessas classes ao determinar o bipartidarismo do regime político brasileiro, através do Ato Institucional número 2, o AI-2 (de 27 de outubro de 1965). Os diversos AI(s) consolidaram os militares no poder, pois determinaram plenos poderes ao presidente Costa e Silva e este decretou o fechamento do Congresso, diversos parlamentares tiveram seus direitos políticos cassados, partidos políticos foram extintos e foi instituído a criação de apenas dois grupos políticos: a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que representavam a “situação” e a “oposição” oficial respectivamente. Além das perseguições aos oponentes que tentassem manifestar alguma “opinião” que não fosse à regra determinada pelo regime militar, o AI – 5 (de 13 de dezembro de 1968) também determinou o cancelamento das eleições para governador de estado, principais prefeitos e senadores, além da linha dura sobre a imprensa que somente poderia divulgar aquilo que era permitido.

A estratégia do Golpe Militar se fez eficiente, levou a elite burguesa a implantar sua plataforma de exploração, a classe trabalhadora amarrada e obrigada, sem alternativa acabou tendo

93 Idem, p. 25.

94 Idem, p. 25.

que se submeter às pressões do regime e aceitar a nova política salarial, que:

(...) propiciou a maior subordinação do trabalhador à disciplina da fábrica. A supressão do regime de estabilidade no emprego é seu melhor exemplo. Aprovado em 1966, criava-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como um substitutivo à estabilidade, que veio a provocar alterações importantes. Por outro lado, ele liberava as empresas do ônus com programas assistenciais que mantinham para seus trabalhadores, uma vez que, depositavam o equivalente a 8% do salário de cada empregado no BNH. Por outro, o fim da estabilidade minou a capacidade de resistência dos empregados, diminuindo seu poder de pressão, mediante o fantasma da demissão⁹⁵.

Com o fim da estabilidade de emprego, os patrões também lançaram mão da estratégia de rotatividade de emprego, onde os trabalhadores eram contratados temporariamente, e o rodízio gerava uma insegurança na classe trabalhadora como um todo, não podendo mais fazer frente aos patrões enquanto lutadores pelos seus direitos, pois quem se posiciona-se acabaria sendo o exemplo para os demais, ficando sem o seu emprego, medo que desarticulava as possibilidades de organização sindical e de luta pelos direitos trabalhistas:

Lado a lado esses efeitos, produziu-se igualmente maior dependência do trabalhador com relação às autoridades patronais, sindicais e previdenciárias, que passaram por uma burocratização após 1964. A fusão dos antigos institutos em um só Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) é um exemplo⁹⁶.

O Milagre Econômico festejado pelas elites após o Golpe Militar, saiu à custa do suor da classe trabalhadora que entrou com o ônus do processo, enquanto as elites usufruíram do bônus da liquidação final. O desenvolvimento econômico sustentado pelo capital internacional desenvolveu a burguesia nacional, instituindo empresas que aparelhadas pelos órgãos governamentais intensificavam a exploração social sobre a classe trabalhadora:

(...) é impossível desconhecer que a política trabalhista e salarial do pós-64 seria responsável direta pelas altas taxas de crescimento da economia brasileira a partir de 1968. no entanto, não é possível, também, ignorar o “preço social” pago, por antecipação, pelo “milagre”: a erosão dos salários reais e da quantidade de vida dos trabalhadores. Seus indicadores mais contundentes dizem respeito ao volume de acidentes de trabalho no período (um dos maiores do mundo), a desnutrição crônica da população (responsável pela elevação da mortalidade infantil) e a extensão das doenças epidêmicas, num país cujo o governo só destinava 0,12% do PIB para a saúde pública⁹⁷.

A elite proprietária estava organizada para o desenvolvimento, para a acumulação do

95 MENDONÇA e FONTES, Op. Cit. p. 26 e 27.

96 Idem, p. 27.

97 Idem, p. 28.

capital e para o desenvolvimento do milagre econômico. Onde o Estado, teoricamente, funcionava como agente condicionador das atividades econômicas dos diferentes grupos envolvidos:

Tratava-se de aplicar o liberalismo econômico, à custa da liberdade política. A “eficiência” e a “racionalidade” seriam os critérios de seletividade, pela livre atuação das forças de mercado. Seu resultado, a concentração de capitais potencializados pelo Estado. Através da restrição creditícia, aprofundou-se a recessão, levando as suas últimas consequências⁹⁸.

Com essa realidade brasileira que estaremos refletindo sobre o município de Toledo, que na década de 1960 e 1970, não deixa de ser um município inserido nas questões políticas nacionais e, diferentemente da perspectiva de Oscar Silva, tentaremos compreender o desenvolvimento político local articulado ao processo nacional, acreditando, sim, que a sociedade política toledense tenha uma compreensão do jogo de interesses da luta de classes, da conjuntura política brasileira. Compreendendo também que a burguesia local tal qual, a elite brasileira, estarão sempre dispostos a se articularem para defenderem os seus interesses de forma individual ou de classe.

98 Idem, p. 29.

2. O GOVERNO DE CAMPAGNOLO E A SOCIEDADE CIVIL EM TOLEDO (1964 – 1968)

As lutas de classes, as articulações burguesas, a consciência da classe trabalhadora e a instituição do Estado no município de Toledo, está muito distante da imparcialidade mencionada pelo escritor Oscar Silva, que via a comunidade toledense despreocupada com as relações partidárias e conjunturas políticas no período da implantação da Ditadura Militar. Para mostrarmos que a sociedade civil estruturada em Toledo passou pelas orientações e preocupações da classe burguesa, nos voltamos a dois momentos da administração municipal, dois governos locais e sua relação com o jornal “A Voz do Oeste”, relação esta que não é neutra e nem imparcial como tentou aparentar Oscar Silva.

Para compreender a atuação do jornal “A Voz do Oeste” e o Estado ao nível do governo municipal em Toledo, situamos o Governo de Avelino Campagnolo e Egon Pudell (1964 – 1973), e dividimos a discussão em dois capítulos: um para o governo de Campagnolo (capítulo 2) e um para o governo Pudell (capítulo 3). Neste período o jornal mudou o seu foco em relação ao governo municipal: enquanto no governo de Campagnolo o jornal era um ferrenho crítico do poder executivo, em um segundo momento, no governo de Pudell, ele torna-se aliado do governo municipal. Após ter uma mínima compreensão do que é o Estado, entramos numa discussão específica sobre a atuação deste Estado inserido na sociedade civil toledense, apontando como os prefeitos eleitos usam o poder público para produzir leis e benefícios aos grupos que o apóiam e lhe dão a possibilidade de ser o gestor municipal, bem como são articuladas as notícias pelo jornal “A Voz do Oeste”, que era um meio de comunicação instituído com o objetivo de defender os interesses de certos grupos burgueses que o financiam.

2.1. SITUANDO TOLEDO NO OESTE DO PARANÁ

A história que envolve a chegada dos “pioneiros”, “da civilização”, é para muitos

historiadores tradicionais de Toledo, o início da história desse município; pois parece que a estes, os acontecimentos que envolveram a região do Oeste do Estado do Paraná, que antecederam à chegada desses pioneiros, não fazem parte dessa história. Ficou esquecida, como parte da história deste município, as atividades das sociedades indígenas nas Américas, que antes mesmo da chegada dos portugueses aqui no Brasil, já ocupavam a região. E se ainda quiséssemos relacionar à “civilização” com a chegada do homem branco na região, não poderia passar despercebido à passagem da Coluna Prestes, dos encomendeiros que exploravam a erva-mate, os espanhóis e as missões que já haviam ocupado o Oeste paranaense, que foi um dado importante da presença da “homem branco” na região:

Os primeiros indícios de ocupação do homem branco no Oeste paranaense já haviam sido registrados em 1881, em Foz do Iguaçu. A maioria dos fundadores eram estrangeiros e é justamente por isso e no intuito de proteger a fronteira que o Governo Federal determina a fundação de um posto militar nesta cidade. Mas anterior a isso e até mesmo à descoberta das Américas, a região já era habitada por grande número de tribos indígenas. Os Tupi, Guarani e os Carijó já percorriam de Leste a Oeste através do caminho de São Tomé ou simplesmente PEABIRU.

É por este caminho que chegaram [trafegaram] os primeiros jesuítas, vindos pelo rio Paraná ou pela Argentina, na intenção de construir reduções para a catequização dos "selvagens". Até 1588, cinquenta núcleos populacionais indígenas foram fundados. A atividade mais difundida destes núcleos foi à exploração da erva-mate. O caminho de Peabirú e suas ramificações deram passagens aos bandeirantes que objetivavam o aprisionamento dos índios catequizados e no intuito de consegui-los, expulsaram os jesuítas, despovoando parte da região. Restaram aqui alguns índios do grupo gês, oriundos de outras localidades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas o hábito de tomar chimarrão ou tereré com a erva-mate, difundido pelos Guarani e Jesuítas estava implantando em toda a bacia do Prata e começou a tomar vulto, após a Guerra do Paraguai (1865-1870), a ponto de formarem-se grandes empresas estrangeiras para extração de erva-mate no oeste paranaense¹.

A ocupação efetuada pelos colonos oriundos do Rio grande do Sul e Santa Catarina, que pela História tradicional foi referenciada como a chegada da “civilização”, segundo documentação da Câmara Municipal de Toledo, foi em 27 de março de 1946, momento em que as primeiras famílias de colonos chegaram a esta região e construíram os seus primeiros acampamentos:

A história registrou como as primeiras famílias de colonizadores as de Ruaro e Dalcanale, as quais se incumbiram de arregimentar outras famílias gaúchas para incrementar a colonização de Toledo, que se tornou município, sem antes ser distrito, desmembrando-se do de Foz do Iguaçu ...².

1 SOUZA, Ivanor Mann de, Práticas e representações na urbanização de Toledo – Pr. Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon, Monografia de Conclusão de Curso de Especialização em História do Brasil, 1999, p. 17 e 18.

2 Site oficial da Prefeitura Municipal de Toledo, no link Câmara Municipal <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/>. Acesso em junho de 2009.

O nome oficial de "Toledo" deu-se posteriormente, entre algumas opções que poderiam homenagear este iniciante povoado: Toledo foi preferido entre Cristo Rei e Brasiléia. O nome de Toledo, segundo registros contidos nos arquivos da Câmara Municipal, em 1905 e 1906, era atribuído ao vínculo do "Pouso Toledo"³, recanto de descanso de mensus (ervateiros) ao longo de uma picada utilizada para transporte de erva-mate e madeira, comercializado por “estrangeiros”⁴ que possuíam glebas na região Oeste do Estado do Paraná, onde o município de Toledo estava inserido:

No início da década de 1950, a região oeste paranaense passou a ser integrada pelos Municípios de Foz do Iguaçu, desmembrado de Guarapuava em 1914, e Guaraniaçu, Guaíra, Cascavel e Toledo, desvinculados de Foz em 1951, que detinham extensa área territorial, caminhos mal traçados, comunicações deficitárias e acessos precários a outros centros políticos. Constata-se, assim, que a nossa região caracteriza-se por uma colonização historicamente recente, pois dentre nós se encontram, ainda, inúmeros pioneiros a testemunhar, de forma pormenorizada, o surgimento do Município de Toledo⁵.

Das terras adquiridas pela Colonizadora Maripá, Toledo foi a sede do desenvolvimento que proliferou em vários outros municípios, pois a partir da primeira leva de colonos chegados ao “Pouso Toledo”, e, desta cidade, passaram a ocupar o restante da Fazenda Britânia, dando a origem às futuras cidades de Marechal Cândido Rondon (1960), Palotina (1960), Assis Chateaubriand (1966), Nova Santa Rosa (1976), Ouro Verde do Oeste (1989) e São Pedro do Iguaçu (1990), que se desmembraram de Toledo para se tornarem municípios, onde muitos destes pertenciam a próprias terras da Fazenda Britânia. Toledo tem também sua constituição oficial como município neste período. “*A emancipação político-administrativa do Município de Toledo e sua definitiva separação do Município de Foz do Iguaçu ocorreu no dia 14 de novembro de 1951, através da Lei nº 790, sancionada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto*”⁶.

As eleições para a primeira legislatura aconteceram no dia 9 de novembro de 1952 e a posse dos eleitos deu-se na primeira sessão da Câmara Municipal de Toledo, no dia 14 de dezembro

3 A empresa Nunes Y Gibaja explorava a região e além da erva mate, a madeira também era objeto de interesse. A lentidão das locomoções dos carros de boi, o difícil acesso e percurso até o local onde haviam os produtos e o posterior retorno com pesadas cargas foram os fatores que levaram a empresa a construir vários pousos, às margens das picadas. Estes pousos serviam para parada e troca dos animais de tração, para abrigo dos homens e das mercadorias. Situavam-se a quinze ou vinte quilômetros uns dos outros e receberam numeração de um a cinco; este último à margem esquerda do arroio Toledo. As áreas ao redor do pouso foram adquiridas junto ao Governo Estadual e excluídas da Fazenda Britânia no ato de sua compra. In CHIBA, Ariça e SOUZA, Ivanor Mann de, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NA URBANIZAÇÃO DE TOLEDO – PR. Unioeste – Facitol, Monografia de Conclusão de Curso de Espacialização, 1994.

4 O termo se refere a presença de muitos paraguaios e argentinos que devido a atividade de exploração da erva-mate ainda permaneciam pela região.

5 Sítio oficial da Prefeitura Municipal de Toledo, no link Câmara Municipal – História. <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/Link:Homenagens>. Acesso mês de julho de 2009.

6 Idem, Ibidem.

do mesmo ano, quando Toledo foi oficialmente elevado à condição de município. O primeiro prefeito de Toledo foi o médico Ernesto Dall'Oglio, pelo partido do PTB, e para preencher as nove cadeiras da Câmara Municipal, elegeram-se os vereadores: José Ayres da Silva – (PR), Clécio Zenni – (PL), Ondy Helio Niederauer – (PL), Leopoldo João Schmidt – (PL), Rubens Stresser – (PL), Alcebiades Formighieri – (PL), Waldi Winter – (PL), Willibaldo Finkler – (PL) e Güerino Antônio Viccari – (PL)⁷, este último sendo eleito o primeiro presidente da Câmara de Toledo. Listamos os políticos eleitos exatamente para referenciar que os governos são constituídos por homens com nome e sobre nome que fazem parte da sociedade civil, nomes que sempre de alguma forma se inserem para conduzir as ações do Estado a atender os seus interesses. E Toledo não é uma exceção neste caso⁸. De acordo com o “sitio” oficial da Prefeitura Municipal de Toledo⁹, a Câmara Municipal, juntamente com a Prefeitura, iniciou seu funcionamento num prédio de madeira anteriormente ocupado pelo escritório da firma Bue-Caé Industrial Agrícola Ltda, localizado na Rua Barão do Rio Branco. A locação era “gentileza” da Colonizadora Maripá.

Nos primeiros anos os vereadores não recebiam remuneração pela atividade no Legislativo Municipal. Mais tarde, os que moravam fora da área urbana passaram a receber uma pequena quantia de recursos financeiros para passagem de ônibus e pernoite, quando as sessões se prolongavam de sábado para domingo. Somente a partir do ano de 1975 os vereadores passaram a receber um salário relativo às suas atividades.

Em relação ao número de vereadores, que atualmente deve ser proporcional ao número de habitantes do município, conforme as especificações ditadas pela Constituição, em seu artigo 29, inciso IV, da primeira à sétima legislatura (1952 a 1982) nove vereadores compunham a Câmara. Na oitava legislatura (1983 a 1988) o número de vereadores em Toledo passou a treze. Nas quatro próximas legislaturas (1989 a 2004) 17 vereadores formavam o Poder Legislativo. No ano de 2005, na décima primeira legislatura, em observância à Resolução nº 21.702, do Tribunal Superior Eleitoral de 2004, reduziu-se o número de Vereadores de 17 para 11 legisladores, número atual de vereadores no município.

Após ter funcionado 35 anos (1952 a 1987) em instalações sempre alugadas e em condições muitas vezes precárias, a Câmara Municipal inaugurou sua sede própria em 7 de março de 1988, situada no Centro Cívico Presidente Tancredo Neves, ao lado dos prédios da Prefeitura Municipal e do Fórum da Comarca de Toledo. O edifício da Câmara denominado Güerino Antônio

7 PR – Partido Republicano e PL – Partido Libertador.

8 Para acompanhar todos os nomes, pessoas eleitas ao legislativo e executivo no município verifique o anexo - I, no final do texto.

9 <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/> - Link: Homenagens. Acesso mês de julho de 2009.

Viccari, em homenagem ao seu primeiro presidente, está localizado à Rua Sarandi, 1049, no centro da cidade de Toledo.

Ainda como referência sobre o município, em 09 de junho de 1954 foi instalada e/ou emancipada a Comarca de Toledo. Já em 20 de junho de 1959, foi criada a Diocese de Toledo. Hoje o município de Toledo tem área de 1.205.501 km² (Fonte: IAP) e população atual é de 116.774 habitantes¹⁰, dados estes distribuídos entre sua sede, nos 8 distritos e povoados. Sua economia predomina na agropecuária e na pequena, média e grande indústria.

Muito do que se escreveu referente ao município de Toledo foi produzido de forma oficial, financiado pelos órgãos municipais, podemos citar que o governo de Albino Corazza Neto na gestão de 1983 – 1988, contratou o livro de Oscar Silva (junto com um grupo de escritores – pesquisadores e/ou historiadores), para que registrassem numa publicação oficial a história de Toledo, no Projeto História – Prefeitura Municipal de Toledo, com o livro “TOLEDO e sua História” (financiado pela ASSOESTE). Bem como o livro de Ondy Niederauer, apesar de que aparentemente não ser uma contratação oficial, este sempre foi contador da Empresa Maripá, colonizadora da região e participante ativo dos setores públicos municipais, e por estes escritores não terem uma formação em história, Ondy Niederauer foi contador e Oscar Silva foi Corregedor da Ouvidoria do Estado e se autodenominava escritor. Assim, estes textos reproduziram uma perspectiva oficial, a história dos heróis. História que privilegia as datas e nomes oficiais, os acontecimentos sempre têm uma data e um responsável pela sua efetivação, modelo de produção historiográfica que não contempla as atividades populares, a luta de classes e, lembrando que, é na luta de classes que se desenvolve o processo histórico, assim, não podemos nos esquecer que não são os heróis que conduzem o processo, e mesmo os governos sendo constituídos por homens com nome e sobre-nome e estes são resultante do embata social que compõem a sociedade.

No primeiro período legislativo, os vereadores instituíram a lei que criou o Título de Cidadão Honorário de Toledo. Título este que é expedido até hoje pela Câmara Municipal. Que, segundo esta instituição, é um reconhecimento às pessoas que tenham se destacado dentro do município em suas vidas pessoais e profissionais, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do município ou que tiverem produzido relevantes serviços de reconhecimento público e/ou pelo seu desprendimento. *“Os primeiros homenageados foram os Srs. Willy Barth e Egon Werner Bercht, pelo seu esforçado trabalho no sentido de conseguir a emancipação de Toledo, desmembrando-se do Município de Foz do Iguaçu, e logo a seguir a conquista da*

¹⁰ <http://www.toledo.pr.gov.br/?q=portal/cidade-conheca-toledo/toledo-em-numeros>, acesso em junho de 2010.

Comarca”.¹¹

Para diferenciar, destacar alguns sujeitos históricos seletivos, a Câmara Municipal de Toledo, em suas atribuições, também prestou homenagens referenciando certas personalidades com o **Título de Cidadania Honorária do Município de Toledo**, títulos que tentavam diferenciar e marcar como especiais alguns cidadãos que se destacaram e desenvolveram as suas atividades no município. Não podemos deixar de salientar a “importância” que tiveram estes cidadãos, que ao serem homenageados, são colocados como superiores¹². E, por isso, executores de obras e atividades não possíveis ao povo, é a tática de diferenciar os sujeitos que compõem a sociedade civil, o povo deve se reconhecer como incapaz e ineficiente, que somente sobrevive dos frutos de seu trabalho, sem capacidade de modificar as coisas, de agir na sociedade civil, de lutar pelos seus direitos. É a dinâmica planejada pelos grupos dirigentes, que são os agentes transformadores, ato não possível a classe trabalhadora, diferenciando-os das demais camadas sociais. As homenagens estão listadas com o Título de Cidadania Honorária do Município de Toledo ou a Medalha Willy Barth e o Diploma de Gratidão do Município de Toledo, respeitando rigorosamente a ordem e a sequência de nomes na própria lista dos homenageados da Câmara Municipal de Toledo.

2. 2. “A VOZ DO OESTE” - CONSTRUÇÃO DO APARELHO DE HEGEMONIA BURGUESA EM TOLEDO

2.2.1 QUADRO POLÍTICO DA GESTÃO DE AVELINO CAMPAGNOLO (1964 -1968)

Para efeito de análise, relatamos os políticos eleitos no Legislativo e Executivo Municipal, para acompanhar estes “sujeitos” que estiveram presente no processo histórico de Toledo. Para o governo de 14 de dezembro de 1964 a 30 de janeiro de 1969, para a Câmara Municipal foram eleitos:

Vereadores Eleitos:	Partido:
José Grabowski	PSD
Leonardo Balcevicz	PSD

¹¹ <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/> - Link: Homenagens. Acesso mês de julho de 2009.

¹² Para conhecer os homenageados verificar o anexo – II.

José Henrique Adams	PSD
Waldomiro Belotto	PSD
Waldemar Waldow	PSD
Romalino Fioravante	UDN
Irineu Agnes	UDN
José Hermeto Kuhn	PDC
Orlando dos Santos	PTB

E ainda assumiram a vereança: Antônio Mazurek – (PTB), Güerino Antônio Viccari – (UDN) e Élio Sperafigo – (PSD)¹³. Sendo que para o Poder Executivo Municipal foi eleito Avelino Campagnolo e para vice-prefeito Joaquim Piazza¹⁴.

Como o objetivo da pesquisa é demonstrar as articulações das classes dirigentes que se manifestam através dos governos, do Estado e de entidades para efetivar as suas práticas, optamos pela gestão municipal de Avelino Campagnolo (1964 – 1968), num primeiro momento, um governo que foi muito questionado por parte da classe burguesa, por não pôr em prática as ações governamentais que beneficiariam as suas empresas. O prefeito eleito Avelino Campanhollo, segundo Anésio Vitto¹⁵, era um prefeito muito populista, e, como prefeito, se fosse preciso, aos domingos à tarde ele mesmo subia numa patrôla e arrumava as estradas no local que necessitava, e isso ficou marcado pela sociedade da época, que via no então prefeito municipal um sujeito simples e trabalhador como se sentia o povo rural que, na época, era a maioria da população toledense:

Finda a gestão Dall'Oglio, assumiu a Prefeitura Municipal o médico Avelino Campagnolo, tendo como Vice-Prefeito Joaquim Piazza, para uma gestão polêmica, cheia de paixão, onde não havia neutralidades, só adesões incondicionais ou combates sem tréguas. O Prefeito de família humilde, filho de agricultores, Avelino Campagnolo nasceu em 30 de maio de 1926 em Concórdia, Santa Catarina. Seus pais, Santo Campagnolo e Santina Brueto Campagnolo, pessoas gradadas na comunidade de Nova Concórdia, deram condições para que o filho estudasse. Formado em medicina, em 1957, Avelino veio para Toledo exercer a sua profissão. Casado com D. Inês, logo era proprietário do antigo hospital da Maripá, a Casa de Saúde e Maternidade Toledo, que rebatizou de Hospital Dr Campagnolo. Expandiu aos poucos o seu empreendimento, montando clínicas em várias localidades do interior. Com isso se tornou conhecido e passou a ter seu nome cogitado para a vida pública como candidato, para o pleito de 1964.

13 PSD – Partido Social Democrático, UDN – União Democrática Nacional, PDC – Partido Democrata Cristão e PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

14 Para se mais informações mais precisa sobre os homens e os políticos que estiveram presentes na história das composições da Câmara Municipal e do Executivo na política institucional em Toledo, produziu-se um quadro demonstrativo que está em anexo, com todas as composições da Câmara Municipal, bem como os representantes do Poder Executivo.

15 Vitto, Anésio. Depoimento dado a alunos em visita ao Museu Histórico de Toledo, formado em filosofia pela Unioeste Campus de Toledo, professor QPM do Estado do Paraná e responsável pelo Museu Histórico de Toledo.

Eleito Prefeito Municipal, a 6 de dezembro de 1964, foi empossado, juntamente com o Vice, Joaquim Piazza, em 14 de dezembro do mesmo ano¹⁶.

É verdade que na época e até hoje o senhor Avelino Campagnolo é dono da Rádio Guaçu de Toledo, no período em questão, a única rádio do município. Portanto o “populismo”, que para Anésio Vitto vinha de seu “jeito humilde”, talvez estivesse mais relacionado aos programas da rádio que, é claro, sempre o divulgavam e elogiavam diante da população. Como na gestão inicial de seu mandato de prefeito, não havia jornal (diário, semanal ou mensal) para noticiar os fatos, as “verdades” eram transmitidas pelo Rádio Guaçu, onde o próprio Avelino tinha seu programa diário. E ele mesmo comentava as questões políticas e os problemas do município. Lembrando que Avelino Campagnolo era prefeito municipal, radialista e médico da cidade, assim tornando-se o centro das atenções como gestor municipal.

Ainda segundo Anésio Vitto, o “populismo” de Avelino Campagnolo também está relacionado ao seu nacionalismo¹⁷, o que o levou a ter uma orientação por organizar o município com forças próprias, sem depender de empresas que viriam de fora do município, que poderiam a qualquer momento não corresponder com as práticas e quebrar a estrutura municipal. Campagnolo preferia investir no desenvolvimento do município com ações coordenadas pela própria Prefeitura.

A gestão de Avelino Campagnolo foi constituída por homens, mostrando que o governo toledense era resultado do processo das lutas de classes que compõem a sociedade civil. Portanto, listamos a equipe que compunha a administração municipal na gestão de 1964 a 1968, apresentando também as principais obras desenvolvidas pela administração de Avelino Campagnolo:

Os principais assessores do Prefeito Campagnolo foram: Alceu Correa Pinto e Bruno Wobeto ocupando os cargos de secretários; Narciso Cazarotto, encarregado de máquinas e estradas; Henrique Jorge Isernhagem, responsável pelos serviços de engenharia; Henrique Brod e João Georg Klein, inspetor de ensino; Pécimo Chiaretto, assessor jurídico; Eliezer Dalla Costa e Alcides Donin¹⁸, chefes da tesouraria.
Pode-se destacar, entre as obras e conquistas desta gestão:

16 SILVA, Oscar. Toledo e a sua História, Gráfica da Universidade de Caxias do sul – Caxias do Sul – RS, Projeto História – Prefeitura Municipal de Toledo, 1988, p. 335 e 336.

17 Termo que se aproxima da forma de conduzir a administração de Getúlio Vargas que teve a preocupação em nacionalizar o desenvolvimento industrial brasileiro, tentando se desvencilhar da dependência do capital internacional, que poderiam boicotar ou apenas explorar o Brasil. Modelo de administração seguido por Avelino Campagnolo, que também preferia administrar o município usando a base do fornecimento de matéria-prima básica, como energia elétrica, produzida pelo próprio município.

18 Esses homens desenvolviam as seguintes atividades fora da vida pública: Alceu Correa Pinto (...), Bruno Wobeto (...), Narciso Cazarotto (...), Henrique Jorge Isernhagem (Agrimensor e funcionário público no setor de topografia da PM), Henrique Brod (professor e inspetor de ensino), João Georg Klein (advogado e professor), Pécimo Chiaretto (Advogado), Eliezer Dalla Costa (empresário do grupo musical os Ritmistas, era também músico da banda) e Alcides Donin (funcionário público e tinha uma chácara nas proximidades da cidade).

- No setor de Viação e Obras Públicas: construção da estrada ligando Toledo ao Sul do Município, através de São Pedro (...).
- No setor de urbanismo: início da pavimentação asfáltica e calçamento com pedras irregulares das principais vias (...).
- No setor de Saneamento: instalação de redes de água e esgoto.
- No setor de Comunicação: instalação da rede de telefonia urbana através da TELEPAR.
- No de Energia: início das gestões para a instalação da COPEL (Cia. Paranaense de Energia Elétrica); construção da usina de Novo Sobradinho; realização de melhorias na usina de Novo Sarandi e instalação de iluminação pública em alguns distritos.
- No de Educação: instalação das primeiras escolas públicas; auxílio financeiro a muitas escolas (...); criação do curso científico em Toledo (...)¹⁹.

Na prática, algumas dessas obras apenas aconteceram, como veremos na sequência deste capítulo, devido à pressão exercida pela organização da classe burguesa que mesmo não estando representada pelo governo soube se organizar através dos aparelhos privados de hegemonia para orientar e/ou direcionar as ações dentro do governo de Avelino Campagnolo, articulações da classe dominante que estiveram à frente das preocupações da burguesia, através de instituições sabendo se posicionar e conduzir os “interesses públicos”, de modo a atender as suas necessidades, e para isso, foi muito importante à fundação da ACIT, Associação Comercial e Industrial de Toledo, que foi um instrumento para organizar a classe burguesa a se posicionar por esses objetivos em comum. Citamos na sequência uma propaganda de divulgação no “sítio” oficial da entidade, onde a mesma divulga as suas intenções e ações junto à sociedade civil:

A Associação Comercial e Empresarial de Toledo foi fundada em 23/11/1967 e desde sua fundação foi composta por empresas e profissionais dedicados e corajosos, que buscam fomentar o desenvolvimento e profissionalização do comércio, indústria e serviços do município.

Historicamente a entidade sempre teve participação ativa nas mais importantes campanhas movidas pela comunidade de Toledo, contando com diversas e importantes parcerias.

Muitas lutas e conquistas de Toledo, de caráter social e econômico, tiveram o registro da participação da Acit, como a instalação da Telepar, COPEL, Agência de Correios, ampliação das agências bancárias, SCPC, torres de repetidoras de TV; asfalto Toledo-Cascavel; implantação do ensino superior através da Facitol, da Unioeste, Unipar e PUC; instalação do Serviço Nacional de Emprego(SINE); construção do Centro Comercial Comunitário, a sua sede própria, dando início à verticalização na construção civil em Toledo, entre outras.²⁰

A classe dominante sabe que precisa ser dirigente e para isso não pode ficar de braços cruzados esperando que as coisas aconteçam, e como o governo de Avelino Campagnolo foi marcado por ações que não concediam com os interesses de parte dessa classe, sendo um governo com orientações, preferências e intenções próprias, e por isso um problema para parte da burguesia

¹⁹ SILVA, Op. Cit. p. 336.

²⁰ Copyright © 2005 - Associação Comercial e Empresarial de Toledo DesenvolvimentoTecCard/Lógica Informática.

toledense, por não conseguirem por em prática os seus encaminhamentos que eram necessários para o desenvolvimento de suas empresas. Assim, neste momento histórico, para combater a “teimosia” (rotulação que será discutida no decorrer do capítulo) do então prefeito, que acabou impondo algumas dinâmicas na administração municipal que iam contra os interesses do grupo burguês de oposição. Posicionamento do gestor que exigia uma conduta articulada da elite burguesa para obter êxito em seus encaminhamentos, combatendo e/ou reorientando o então prefeito municipal.

2.2.2. A TELECOMUNICAÇÕES EM DISCUSSÃO

Como exemplo da preocupação burguesa em relação à administração municipal de Toledo, podemos citar o caso da rede telefônica que, pelas indicações do recém fundado jornal “A Voz do Oeste”, a administração municipal, por equívoco ou manipulações de terceiros, poderia estar vinculando a construção da rede para atender o município via fio e postes ligando Toledo à região do Norte do Paraná, uma forma de telefonia ultrapassada para o momento, pois já funcionava na vizinha cidade de Cascavel os telefones via micro-ondas, modelo mais eficiente e moderno. Assim, anunciou o jornal:

CONSUMAR-SE-Á O INADMISSÍVEL PARA O ESTABELECIMENTO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INTERURBANA DE TOLEDO

(...)

E, se a obtusidade dos interesses permitir que se consuma, contrariando os interesses de uma coletividade inteira, a feitura dessa linha telefônica de postes e fios, ignorando-se a eficiência de micro-ondas, aí sim, é que seremos alvos de risos e deboches. Será uma medida desse porte o testemunho vivo de nosso atraso e de nossa incapacidade em escolher entre o bom e o péssimo.

Entretanto, acreditamos que não será prejudicado o povo toledense com a concretização dessa malfadada medida, pois, os homens que governam o nosso município, em geral o senhor prefeito que os lidera, não se deixarão ludibriar, aceitando de boa fé o que de má fé e inconfessáveis propósitos lhe é proposto, com a única intenção de satisfazer interesses pessoais e nunca o de servir uma comunidade.

Temos o agrado de registrar que as classes [grupos] produtoras do município, através da novel Associação Comercial, endereçam ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, um memorial em que abordam, com clareza e abundância de detalhes, o assunto objeto desse comentário, e, também, a construção da nova agência do DCT, modernamente equipado, a fim de oferecer a seus esforçados funcionários melhores condições de atendimento ao público.

Naquele documento, a Associação Comercial e Industrial de Toledo esclarecia que a torre de transmissão montada em Cascavel, tem instalado os dispositivos destinados a Toledo, Mal. C. Rondon e Guairá, e que, se levado a termo a insensatez de postes e fios, aqueles dispositivos ficarão perdidos inutilizados e ociosos.

Ao que me consta, o auxílio municipal a TELEPAR, com sua co-participação na instalação

do micro-ondas, orçaria ao redor de 30 mil cruzeiros novos. Se essa é a dificuldade que encontram os poderes públicos municipais, o que veio permitir a possibilidade de postes e fios, estamos dispostos a cooperar com os mesmos, através de nossas colunas, para obtenção dessa quantia, junto a população, em especial os comerciantes, industriais, profissionais liberais e homens de atividade em nosso município, que, para melhor desempenho de nossas funções e de seu trabalho, dependem muitas vezes de uma comunicação interurbana rápida.

(...)

Associação Comercial de Toledo, os próceres de nosso município e este jornal estão atentos ao problema.

Que se cautelem os interessados no enriquecimento ilícito. Que se tranquilize o povo toledense.

A nossa vigilância e a integridade moral, tantas vezes comprovada, de nossas autoridades municipais não hão de permitir que se consuma tão monstruosa injustiça ao povo de nossa terra.²¹

Reproduzimos em grande parte o texto, justamente para demonstrar que este jornal fundado no final do ano de 1967, tinha o objetivo de atender os interesses de determinado grupo que estava focado em construir paralelamente à Rádio Guaçu de Toledo, uma opinião pública e defender interesses que não estavam sendo atendidos pela gestão municipal, como certos setores da classe burguesa presente na sociedade civil toledense, não tinha influência direta no então prefeito, era necessário instituir um órgão para arregimentar forças contra as manipulações de Avelino Campagnolo. Na sequência das edições do Jornal, percebe-se que este órgão, é uma força que atua na contra-mão dos programas do prefeito em sua rádio e o seu “populismo” que tinham que ser desconstruídos.

Nas edições seguintes do jornal percebe-se que, em alguns momentos, o pedido para que fossem atendidas as carências da sociedade toledense e estas não sendo prontamente atendidas, ainda, percebendo que algumas atitudes administrativas poderiam interferir de forma direta no desenvolvimento econômico do município, as “loucuras” do prefeito não poderiam orientar o desenvolvimento da cidade, um risco que poderia afetar toda a estrutura e as possibilidades de um futuro cheio de expectativa que a burguesia esperava para Toledo.

Por isso a necessidade de um meio de comunicação para fazer frente ao “populismo” do então prefeito. Assim, foi fundado o jornal “A Voz do Oeste” pelo cronista Pedro Ary Pinto de Andrade, que num primeiro momento veio a Toledo para gerenciar o Frigorífico Pioneiro (Sadia), que mais tarde seria adquirido pelo Grupo Sadia, foi também editor gerente do Jornal Oeste, fundado nos anos 1980, foi Secretário Municipal de Expansão Econômica e um dos responsáveis pela ampla divulgação em termos nacionais da Festa do Porco no Rolete, festa que tem hoje um reconhecimento internacional dentro do cardápio gastronômico deste município. Pedro Ary Pinto de

21 A VOZ DO OESTE, de 14 de Dezembro de 1967, p. 16. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

Andrade enquanto fundador do jornal, tinha muitas “responsabilidades” e desde o início já justificava a sua presença nesta cidade:

O cronista Pedro Ary Pinto de Andrade (...) fundou na cidade o que era então o único jornal do Oeste do Paraná “Voz do Oeste”, veículo que já abordava os temas mais importantes da região, como a Estrada do colono.

O jornal tinha periodicidade mensal e na sua confecção Andrade, como era mais conhecido, depois de elaborar as matérias seguia até Curitiba para obter a impressão. Ocasionalmente ele tinha que se deslocar ao Rio Grande do sul, onde algumas vezes a “Voz do Oeste” foi impresso em Porto Alegre. Seus contatos na área jornalística nessa cidade eram numerosos, uma vez que se formara em jornalismo na capital gaúcha, para onde se transferiu aos 15 anos deixando Santiago. A circulação do jornal também ficava a seu cargo e para esse fim ele percorria a cidade distribuindo o período [periódico]. Seu filho Rogério de Andrade lembra que seu pai sofreu muitos assédios nessa época, devido a franqueza que usava no jornalismo.

Figura bastante conhecida em Toledo, Pedro Ary Pinto de Andrade se candidatou a vereador em 1976, não obtendo a eleição mas sendo chamado para integrar a equipe do prefeito Duílio Genari, onde ocupou a pasta de Expansão e Econômica até 1982. Neste posto Andrade estimulou a Festa do Porco no Rolete, dando dimensão nacional ao evento através de sua divulgação em veículos do centro do País e do Rio Grande do Sul. Mais recentemente o cronista esteve atuando como editor deste JORNAL e também participou à frente de seu departamento comercial.

Na atividade empresarial Pedro Ary Pinto de Andrade estava se preparando para iniciar as atividades de uma fábrica de pré-moldados de cimento em Toledo. (...) Quando faleceu.

Já desde os primeiros tempos em Toledo aproximara-se do escritor Oscar Silva, o qual veio a colaborar na “Voz do Oeste” durante o período em que circulou, fortalecendo uma amizade que se estende até hoje e mereceu um agradecimento no último romance do escritor toledano. “Águas do Panema”.²²

Pelo fato do jornalista ter vindo a Toledo para ser funcionário e diretor do Frigorífico Pioneiro, não vindo para se tornar um simples trabalhador que sobreviveria de sua jornada de trabalho, demonstra a qual grupo este pertencia, pois já chegara a Toledo com a responsabilidade de gerenciar o Frigorífico Pioneiro. Não encontramos nenhum indício oficial de que o mesmo tivesse sido contratado ou encarregado de montar este jornal para determinado fim. Mas no transcorrer das notícias, a forma como eram abordados os fatos, quem eram normalmente criticados e nos detalhes deste recém fundado jornal é que poderemos notar com exatidão os interesses defendidos pelo “A Voz do Oeste”, pois fica clara esta direção nas diversas reportagens que foram produzidas.

As reportagens iniciais deste jornal sempre tinham várias informações sobre a cidade, os esportes, cultura, policial, lazer e política, este último sempre com uma ou duas páginas específicas para notificar os acontecimentos do município. Assunto que sempre se manteve presente nas páginas sobre a política eram as relações do então prefeito com o desenvolvimento da infraestrutura do município, preocupação muito forte nas primeiras publicações foram a questão das telecomunicação e da COPEL. A linha telefônica e a energia elétrica teriam que atender os

²² Idem, 07 de março de 1991, p. 03, ano 08 - nº 1519.

interesses da burguesia para garantir o desenvolvimento junto com o progresso de Toledo. Como foi a exemplificação do caso da reportagem anteriormente citada, referindo-se ao atraso em que o município estaria se envolvendo caso optasse pela linha via fios e postes, descartando o que era mais sofisticado para época, as telecomunicações via micro-ondas. O texto da edição seguinte do jornal anunciou que a sua postura de atitude de protesto dera resultado, e a “teimosia” do prefeito dera lugar ao bom senso e que finalmente os “anseios da sociedade toledense” seriam atendidos:

O BOM SENSO ESTEVE ENTRE OS HOMENS

(...)

Se quisermos nos comunicar com o resto do país, temos nos locomover até a cidade de Cascavel, como já préviámos naquele nosso trabalho e como agora podem testemunhar tantos comerciantes e industriais (...)

Em futuro realmente próximo, mantido o amigável clima de entendimento atual entre o sr. Prefeito Municipal e Associação Comercial e Industrial de Toledo sob as vistas da TELEPAR, (...)

Isto porque, atendendo ao convite da Associação Comercial e Industrial de Toledo, a TELEPAR se fez representar em nossa cidade, em reunião que contou com a presença do sr. Prefeito Municipal, que, com sua boa vontade e compreensão, muito contribuiu para o êxito dos entendimentos. O Dr. Gérson Guimarães, representante da TELEPAR, com a ponderação serena de seus argumentos comprovou a justeza do ponto de vista defendido por A VOZ DO OESTE e endossada pela Associação Comercial e Industrial de Toledo.

Imbuídos desse espírito, em torno de uma causa comum puderam os homens de vanguarda de Toledo se entender e concluir unanimemente: O SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO DE TOLEDO SE FARÁ ATRAVÉS DA TELEPAR.²³

Pela forma como fora dada à notícia sobre os encaminhamentos referente às telecomunicações, percebe-se que a queda de braço havia sido vencida pelo jornal e seus representados, fazendo-se perceber que realmente a Associação Comercial e Industrial de Toledo tinha objetivos políticos e administrativos e como entidade representante de classe atuava na defesa dos interesses da burguesia local. Após vencida a questão das telecomunicações com o prefeito o jornal e seus representados já articulavam-se para um embate ainda maior.

2.2.3. O PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA

Na mesma edição e até na mesma página do jornal que trouxera a notícia do resultado das telecomunicações o editorial questiona o fornecimento de energia elétrica em Toledo, que neste momento era produzido pela usina instalada no rio São Francisco, no município de Toledo, sob administração da Prefeitura Municipal, usina que a própria prefeitura construía em 1957, para dar

²³ Idem, 07 de março de 1991, p. 16, ano 08 - nº 1519.

conta da necessidade de energia na cidade, mas que 12 anos depois já não dava mais conta do volume em KW necessário aos 60 mil habitantes²⁴ e as indústrias e as casas que frequentemente sofriam com a falta de energia, fato que ficará mais evidente nas próximas edições. Reportagem que mostra que havia uma estreita ligação entre a linha de pensamento da ACIT e os redatores deste editorial:

O PROBLEMA ENERGÉTICO EM TOLEDO, LUZ E FORÇA, COPEL, PREFEITURA, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E ASPECTOS AFINS.

(...)

Mas nós, o município de Toledo, também haveremos de tê-la. Não será porque a Associação Comercial e Industrial de Toledo, encontrou 3.375 Kva. De necessidade nas 33 firmas consultadas, verificou que não existe convênio entre COPEL e Prefeitura Municipal de Toledo, que o Dr. Avelino Campagnolo, Prefeito do Município de Toledo, há de abespinhar e forçar uma solução para o problema que não atente para os interesses de seus munícipes.²⁵

As preocupações da Associação Comercial e Industrial de Toledo, com a situação infra-estrutural do município, realmente fazem sentido, porque os seus representados dependeriam para o êxito de suas atividades na cidade, que Toledo tivesse totais condições de atender as suas necessidades de fornecimento de energia e telecomunicações, não estamos entrando na discussão aceitando como verdade que no município realmente faltasse energia elétrica para o desenvolvimento industrial. O objetivo é pontuar como Associação Comercial e Industrial de Toledo e os seus sócios se articularam quando o poder público não se prontificou a atender seus interesses. Mesmo não tendo uma prova documental, é possível afirmar que a fundação do jornal se deu para que a burguesia e a ACIT tivessem um instrumento de oposição contra as informações oficiais da cidade, afinal, o prefeito anunciava em sua rádio e fazia na prefeitura muitas coisas que não agradavam a este grupo, que, neste momento, está excluído das decisões do poder público municipal. E para dar conta a fazer os esclarecimentos ao público, segundo a ótica dessa burguesia, sobre o que de correto e de exagero estava se fazendo na Prefeitura Municipal, era preciso urgentemente se fundar um novo canal de comunicação de massa, para atender e levar as informações que interessavam ao grupo de oposição ao prefeito.

Confirmando esta lógica a edição seguinte do “A Voz do Oeste”, traz primeiro um artigo comentando a situação da comunidade de Toledo, que poderia ficar sem energia, pois a Prefeitura

24 Neste momento ainda faziam parte do município de Toledo, aumentando o número de habitantes, os municípios de Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste e São Pedro de Iguau.

25 A VOZ DO OESTE, 21 De Janeiro de 1968, p. 16. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

Municipal não tem convênio com a COPEL, para trazer energia para a cidade, fato que preocupava o grupo que se expressa através do jornal:

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TOLEDO MOVIMENTA-SE PARA OBTER FORÇA DA COPEL.

Informou-nos o dr. Deniz que em Toledo (pasmem senhores!) NÃO SERÁ ABASTECIDA DE ENERGIA ELÉTRICA DA COPEL, isso porque, ninguém solicitou e ninguém procurou ninguém para tratar do assunto.

(...)

O único que receberá luz é o Frigorífico Pioneiro, mas este por fazer um contrato próprio.²⁶

Ainda referente à questão das telecomunicações o jornal voltou a noticiar, agora já festejando a assinatura do convênio com a TELEPAR, assinatura esta que efetivara em 180 dias a colocação via telefone, ligando Toledo com as demais cidades do país, fato que demonstra a proximidade dos interesses, pois pela forma como foi noticiado, ocorrera uma parceria entre esses dois grupos (jornal e ACIT) que lutavam juntos por interesses em comum:

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES INTERURBANA DE TOLEDO.

CONSUMATUS EST!

(...)

A campanha que lado a lado, iniciaram a Associação Comercial e Industrial de nossa cidade e A VOZ DO OESTE, em muita boa oportunidade aceita pelo sr Prefeito Municipal, que a acolheu nos permite noticiar aos nossos leitores:

DENTRO DE 180 DIAS, NO MÁXIMO, A CONTAR DESTA DATA, TEREMOS O SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INTERURBANA DE TOLEDO EM PLENO FUNCIONAMENTO, ATRAVÉS DA TELEPAR.

Chega desta forma, ao seu final mais feliz o assunto “comunicação interurbana de Toledo”. Para tanto, contribuíram o sr Prefeito Municipal, a Associação Comercial e Industrial de Toledo, o interesse da TELEPAR, e, - nos perdoem a imodéstia - o nosso jornal.²⁷

A “imodéstia” citada pelo jornal realmente se fez presente na história de Toledo, pois este meio de comunicação foi importante no desenvolvimento político e administrativo da sociedade civil toledense, influenciando inclusive nos resultados eleitorais. Com a interferência do “A Voz do Oeste”, talvez o desfecho da situação na questão de telecomunicações, na questão de energia que indicamos e o resultado do pleito municipal para prefeito no ano de 1968, tivesse sido outro. Podemos perceber que tanto o jornal quanto a ACIT, quando se articulam conseguem impor os seus interesses, e mesmo o prefeito municipal tendo criado a expectativa da possibilidade de se efetivar a linha via postes e fios, como questionou o jornal em sua primeira edição, ele mesmo acabou

²⁶ Idem, de 10 de Fevereiro 1968, p. 14.

²⁷ Idem, Ibidem, p. 14.

cedendo à pressão e assinou as documentações que efetivaram a conexão via micro-ondas.

Na questão de energia elétrica, uma briga maior foi assumida, pelo que chamamos de grupo burguês de oposição em Toledo, mesmo ela não tendo eleito o prefeito, pois como o próprio jornal anunciava, os rumos que o prefeito dava para as decisões e para as ações públicas, nem sempre coincidiam com os interesses dessa burguesia, mas que simultaneamente já traziam consigo as ações e reações desse grupo, para que sempre fossem atendidos os seus ideais e anseios.

Segundo o jornal, a falta de energia elétrica era marcante, principalmente nos dias de estiagem, pois a usina do Rio São Francisco não dava conta nem mesmo de atender as necessidades diárias até o horário mínimo das 22 horas. Somente quando chovia é que o volume de água do rio São Francisco subia, e assim as usinas locais davam conta do fornecimento de energia, locais porque; além da usina no Rio São Francisco, ainda haviam mais duas usinas construídas ou em construção pela Prefeitura Municipal: uma em Novo Sarandi e outra em Novo Sobradinho. Mas como estas unidades de produção de energia elétrica, segundo as ponderações do jornal, não atendiam a demanda do município, esse grupo burguês de oposição junto com a ACIT voltavam a se organizar para conduzir o poder municipal a atender as suas necessidades, questionando o poder municipal e o pressionando para que o problema de produção de energia fosse de responsabilidade da COPEL, pois esta já atendia os municípios vizinhos. Ainda segundo o jornal, com muito mais eficiência que as usinas locais. Assim, as edições do “A Voz do Oeste” afirmavam que o problema do município de Toledo e, principalmente, da burguesia, é que o prefeito municipal insistia em atender a demanda de fornecimento de energia para a cidade, com as usinas do próprio município, fato que se relaciona com o seu estilo “nacionalista” ou “regionalista” de administrar o município. Por não termos os dados reais sobre o fornecimento da energia em Toledo neste período, se a produção atendia ou não a demanda municipal, podemos afirmar que Avelino Campagnolo ainda estivesse historicamente convencido do que era Toledo 10 anos antes, quando as usinas foram construídas e Toledo se tornou uma cidade de ponta no extremo Oeste paranaense:

Eramos a única cidade do Oeste com energia elétrica – inclusive a noite toda – graças a “Usina Hidrelétrica Carlos M. A. Becker”, construída no salto do rio São Francisco, pela Prefeitura e com substancial participação da Maripá, do comércio e indústria locais. Enquanto isso Foz do Iguaçu e Cascavel dependiam de caldeiras e motores à óleo diesel, ligados até as 22 horas da noite²⁸

Naquele momento estas usinas não tinham condições para abastecer as novas necessidades

28 FUNDAÇÃO DO LIONS CLUBE DE TOLEDO, Por Ondy H. Niederauer, 12 de agosto de 1977, Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

e estariam defasadas, segundo o jornal, se comparadas com as mesmas cidades, que agora estavam além da cidade de Toledo, e por isso da necessidade, urgente, desta articulação para que Toledo acompanhasse o desenvolvimento do Oeste paranaense.

LUZ E FORÇA EM TOLEDO: PROBLEMA AS ESCURAS.

(...)

Se você consultar a COPEL, (...) estes lhe dirão que em TOLEDO NÃO TEM CONVÊNIO OU OUTROS QUAISQUER AJUSTES, PARA RECEBER ENERGIA QUE CORRERÁ PRÓ CABOS JÁ SUSTENTADOS POR TORRES, AS PORTAS DE NOSSA CIDADE, E QUE DEMANDAM MAL. CÂNDIDO RONDON.

Mas se preferir ouvir a opinião dos poderes públicos municipais você será informado que A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO TEM ASSEGURADO O FORNECIMENTO DE 1500 KVA PARA REFORÇO ENERGÉTICO DE NOSSO MUNICÍPIO.

Ao consultar a Associação Comercial e Industrial de Toledo entidade que se agita para resolver o problema, lhe informarão que NÃO HÁ, EM CARATER OFICIAL, ENTRE COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO DOCUMENTO QUE NOS TRANQUILIZE SOBRE O FORNECIMENTO IMEDIATO DE FORNECER ENERGIA PARA AS NECESSIDADES DE NOSSAS INDÚSTRIAS, [em maiúsculas na original]²⁹.

Para o então prefeito municipal, o fornecimento de energia elétrica ainda seria possível desde que a usina de Novo Sobradinho entrasse em funcionamento, priorizando mais uma vez por uma solução caseira em vez de recorrer a empresas de fora, no caso a COPEL, companhias que não tinham nenhum compromisso com o município. Mas para o empresariado local a situação já estava tomando patamares inadmissíveis e a “teimosia” de Avelino Campagnolo já começava a representar um perigo para o desenvolvimento do município.

2.2.4. OUTROS APARELHOS DE HEGEMONIA

Para vencer a força do prefeito municipal era muito importante aglutinar forças em redor do grupo burguês de oposição, que já usava todos os meios para impor as suas decisões. Entre estes órgãos podemos citar a capacidade de articulação desenvolvida pelo Lions Clube de Toledo, uma entidade aparentemente filantrópica, mas que atendendo determinados interesses articulava para que os projetos das elites fossem postos em prática, como deixa claro o discurso de Ondy Neiderauer desde a sua fundação:

(...) numa dessas viagens (Foz do Iguaçu), fui procurado pelo Comandante das Capitania

²⁹ A VOZ DO OESTE, de 10 de Fevereiro 1968, p. 15. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

dos Portos do Rio Paraná, o então Capitão Julio de Sá Bierrenbach, que hoje é Almirante e ocupa o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Militar. Fazia ele parte do Lions Clube de Foz do Iguaçu, e consultou-me sobre a possibilidade de congregarmos, aqui, um grupo de uma 20 pessoas, das mais destacadas em suas profissões, para a fundação de um Lions Clube em Toledo. Detalhou-me, ainda, os elevados objetivos do leonismo e os benefícios que a cidade poderia usufruir em razão do trabalho desinteressado, porém unido e organizado de um grupo de pessoas de liderança local.

(...)

Apesar de pequeno número de habitantes, mas dado a boa vontade de todos, não foi difícil relacionar e formar o grupo. Veio, então um grupo de leões para nos ministrar, em reunião preliminar, a indispensável instrução leonística, e, finalmente a 24 de Agosto de 1957, ocorreu a festiva reunião de fundação do Lions Clube de Toledo³⁰.

O esforço aparentemente poderia ser apenas filantrópico, mas a questão que fica é por que da sugestão da fundação do Comandante das Capitania dos Portos do Rio Paraná, sem mesmo conhecer as carências e as estruturas do município. É claro que pela forma de sua fundação o Lions Clube de Toledo tinha objetivos que iam além das atividades filantrópicas e por isso nos mantivemos atentos a essa entidade no desenvolvimento da pesquisa, principalmente se levarmos em consideração a questão que *“Na época, portanto, não era fácil àqueles companheiros, deixarem seus afazeres e deslocarem-se em estafante viagem para estas reuniões, afim de darem a nossa jovem cidade o seu primeiro clube de serviços. Nossa cidade e nosso Clube, deve àqueles denodados companheiros, sua eterna gratidão.”*³¹

Não pretendemos, neste momento, fazer um estudo sobre estas entidades, os Lions Clubes, Rotary Clubes e ou Câmaras Juniors – para uma leitura sobre o assunto, cabe citar Smaniotto³², onde se faz uma discussão de como estas entidades se colocam à disposição do capital na exploração das classes sociais, mostrando, inclusive, que estas entidades têm como sócios fundadores e/ou participantes, em sua grande maioria, integrantes da classe burguesa que desenvolvem atividades de filantropia, de assistencialismo, campanhas sociais de auxílio, de alimentação, de doação de roupas, de arrecadação de cobertores e agasalhos para os invernos rigorosos que as famílias carentes não conseguem suportar. Smaniotto alerta, sobre o paradoxo destas entidades que têm genuinamente em seu grupo pessoas que, devido à exploração capitalista, à extração da mais-valia e dos baixos salários, são os responsáveis pela miséria das pessoas que eles mesmos assistencializam em suas campanhas sociais:

O Rotary Clube de Marechal Cândido Rondon pode ser considerado como um dos mais

30 FUNDAÇÃO DO LIONS CLUBE DE TOLEDO, Por Ondy H. Niederauer, 12 de agosto de 1977, Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

31 Idem, Ibidem.

32 SMANIOTTO, Marcos Alexandre. A Burguesia Rondonense em Ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979), Dissertação de Mestrado em História MCR: Unioeste, 2008.

atuantes “aparelhos privados de hegemonia” da classe dominante até o final da década de 1970, quando o Serviço de Obras Sociais (S.O.S) agregou os trabalhos filantrópicos antes realizados pelo “aparelho”. Isso não quer dizer que ele parou de fazer seus trabalhos de “caridade”, mas os objetos arrecadados eram distribuídos pelo S.O.S. Também, distribuir as migalhas não faz do Rotary Clube um “aparelho privado de hegemonia”. O que faz dele um “aparelho” é, dentre outros, o compartilhamento político-ideológico em torno de valores capitalistas, e, principalmente, as ações conjuntas para defender estes valores e os projetos socioeconômicos dos burgueses que o compunham.

O Clube se auto-intitula como uma instituição a-política, mas, no entanto, muito das suas práticas podem ser identificadas como claramente defensoras da economia política liberal, e, fazer política é mais agir na defesa dos seus interesses do que falar sobre eles. Assim, os rotarianos se colocam como pessoas que estão reunidas para melhorar a vida, criar harmonia, melhorar a vida dos “necessitados”, etc., mas que tem em comum muito mais do que isso. Como dito anteriormente, era – e é – formado em sua grande maioria por algumas frações da classe dominante³³.

Mas para que as elites consigam impor as suas ideologias aparentemente as ações dessas entidades devem ter um caráter filantrópico, dando a impressão que os membros de tão generosa atividade são elementos de uma imensa bondade de coração:

Lion’s Clube de Toledo Veste os Engraxates de Nossa Cidade

(...)

O Lion’s Clube de Toledo merece, nesta hora, o nosso aplauso. Uma medida dessa natureza contribui para a solução de um angustiante problema social, dos quais os nossos Poderes Públicos fazem questão de manterem distância, e leva a esses meninos, que a sorte madastra não soube aquinhoar, um pouco do calor que a solidariedade humana dá.

Parabéns Lion’s Clube de Toledo. Participação dessa índole na vida comunitária, justifica plenamente a sua existência.

E nos permitimos lembrar aos (leões) que existe uma Sociedade Toledense de Auxílio aos Necessitados para entrar em funcionamento. Existe uma Vila Brasil com seus numerosos problemas sociais a resolver. Quem sabe, já unidos (leões) e rotarianos, encampam a nossa idéia e dão prova de sua capacidade de realização³⁴?

Conforme a versão do texto, a benevolência dos leoninos e/ou rotarianos, está acima de qualquer discussão, pessoas de índole incontestável e por assim demonstrarem a sua bondade deveriam ser respeitados (e adorados). Porém este mesmo texto não menciona que os mesmos agentes do Rotary ou dos Lions são da classe burguesa que explora desgraçadamente aos pobres trabalhadores até levá-los, em grande número, ao estado de miséria, até mesmo necessitando de auxílio que estes mesmos vão acabar retribuindo.

Conforme Smaniotto, podemos perceber que as atividades da classe dirigente vão além da ação do Estado ou de ações propositalmente direcionadas para determinados fins. Ação que o Lions Clube de Toledo também mostra quando no depoimento comemorativo dos 20 anos de atividade

³³ Idem, p. 194.

³⁴ A VOZ DO OESTE, de 25 de Fevereiro 1968, p. 02. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

dessa entidade:

(...)

Com alegria e sinceridade podemos afirmar, LIONS cresceu em TOLEDO, TOLEDO também cresceu com trabalho, incansável e desinteressado de todos os Companheiros LIONS. Somos e jamais deixaremos de ser uma parcela viva, no desenvolvimento da comunidade porque assim como fizeram os FUNDADORES, nós ao ingressarmos no Movimento, existimos como um todo, que exige compromissos que devem ser cumpridos a qualquer custo, em **face de nossa posição de liderança e exemplo** [grifo nosso]. Pensemos profundamente sobre a palavra que forma nosso lema “NÓS SERVIREMOS”.³⁵

Após chamarmos a atenção para amplitude do campo de ação em que atua a classe burguesa que quer se fazer dirigente para impor o seu ritmo de produção nas relações sociais, voltemos ao problema enfrentado pela burguesia toledense em relação à efetivação da energia elétrica em Toledo. Buscando convencer a sociedade civil da necessidade de ser efetivada a COPEL como fornecedora de energia aos setores de produção e de consumo, usam estratégias cada vez mais convincentes. Assim, o jornal “A Voz do Oeste” segue comentando e questionando os seus leitores:

(...) e mesmo que os industriais e as donas de casa, não declaram abertamente que há um problema de falta de energia em Toledo, mas nas conversas de esquina e nos bares se manifesta grande esta preocupação. Assim, COPEL, PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL, ALGUNS INDUSTRIALISTAS E MUITAS DONAS DE CASA, têm sua própria versão do momentoso problema³⁶.

Portanto, para os editores do jornal, era urgente a intervenção junto à comunidade para que esta incorporasse a campanha pelo desenvolvimento do município, mesmo que para isso fosse necessário enfrentar a posição do próprio prefeito municipal que, devido a algumas “birras” não aceita que a Toledo chegue o tão “necessário desenvolvimento”:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TOLEDO:

ÓRGÃO DE CLASSE ATUANTE – SUA PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES IMPORTANTES DA COMUNA – PERSPECTIVA DE TELEVISÃO EM NOSSA CIDADE – PROBLEMAS DE ENERGIA – OUTRAS INFORMAÇÕES

Entrevista concedida pelo Sr. Orestes Perroto:

Procurando bem informar os nossos leitores, e, em especial aos sócios da Associação Comercial e Industrial de Toledo, acerca das informações desta entidade classista, mantivemos oportuno e esclarecedor contato com o Sr Orestes Perroto, destacado membro da Diretoria daquela Associação e Diretor do Frigorífico Pioneiro, uma das organizações SADIA.

O Sr. Orestes Perroto, com aquela impetuosidade que muito o caracteriza, solicitamente nos

35 BOLETIM INFORMATIVO – LIONS CLUBE DE TOLEDO, mês de agosto – ano 1, Documento 238, pasta 20. Museu Histórico de Toledo.

36 A VOZ DO OESTE, de 25 de Fevereiro 1968, p. 02. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

prestou as seguintes informações:

- A Associação Comercial e Industrial de Toledo, embora recentemente reestruturada, já se tem feito notar pelas suas medidas e por sua ativa participação na solução de problemas de nossa comuna. O assunto TELEPAR, em que também A VOZ DO OESTE teve ativa participação, é uma prova disso. Nessa campanha a Associação soube ajustar os interesses das partes, levando a TELEPAR, a Prefeitura Municipal de Toledo e as classes produtoras a uma solução harmônica e una, sem dissensões e mágoas.

- Agora mesmo, como representante da associação, tivemos oportunidade de manter contato em Curitiba com a alta direção da TV Iguaçu – Canal 4, e dela obtivemos já a promessa do uso de seu sinal no momento oportuno. (...).

- Na qualidade de Diretor do Frigorífico Pioneiro e membro da Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Toledo, mantivemos entendimento com o Dr. Márcio, Assistente da diretoria da COPEL, que taxativamente nos informou não possuir convênio ou outro qualquer ajuste para fornecimento de energia à Prefeitura Municipal de Toledo com a COPEL. Fomos informados de que a energia que virá por esta rede já passando pelos arredores de nossa cidade irá direto a Marechal Cândido do Rondon. A fim de tratarmos da obtenção de energia necessária ao bom funcionamento de nossa indústria e na esperança de podermos contribuir para que a COPEL venha imediatamente fornecer energia para a nossa cidade, tão sacrificada, estaremos reunidos com o Dr. Parigot, presidente daquela autarquia no próximo dia 15 de março em Curitiba.³⁷

Percebe-se que as preocupações da ACIT e dos industriais do município são com o fornecimento para o desenvolvimento de suas empresas, mas é uma concorrência com o administrador municipal, que pretendia manter o fornecimento de energia para a cidade com as usinas locais do próprio município, disputa que somente poderá ser vencida se esta classe obtiver o apoio popular, que se “corretamente” informado poderá mais uma vez vencer esta queda de braço com o prefeito local. Por isso que o jornal vai buscar informações com pessoas renomadas que se posicionam a favor da ideologia da classe burguesa de oposição, como é o caso de Oreste Perroto, diretor do frigorífico que começava a despontar como exemplo de industrialização para o Oeste do Estado.

E para contagiar o público para apoiar o “projeto desenvolvimentista”, rótulo usado para atrair o povo para seu projeto, nada mais prático do que mostrar que o então prefeito Avelino Campagnolo não era a pessoa ideal para administrar o município e que talvez o povo toledense estivesse equivocado em relação à popularidade que este tinha junto a comunidade, assim já preparando o terreno para o próximo pleito eleitoral, eliminando um estorvo para o projeto burguês de oposição ao prefeito, começava o jornal a formular severas críticas a este, demonstrando ao povo que o mesmo não deveria de ser o representante popular, pois muitas coisas estavam acontecendo e para aumentar o clima de insatisfação inclusive na opinião popular, o jornal traz uma reportagem mostrando que a administração municipal está atuando de forma ilegal:

37 Idem, de 10 de Março de 1968, p. 08.

SOLICITADA A ABERTURA DE INQUÉRITO CONTRA ATOS DO PREFEITO MUNICIPAL DR. AVELINO CAMPAGNOLO

Para o devido conhecimento de todos os toledenses, transcrevemos a seguir o requerimento n. 36/67, da autoria do Vereador Orlando Santos, cujo teor por si só se explica:

(...), REQUERER que uma vez ouvido o Plenário, seja aberto a Instauração Penal Pelo Ministério Público e na recusa deste ao Procurador Geral da República, de conformidade com o artigo 2º, § 1 e § 2 do Decreto-Lei 201 de 27-02-67, contra o Executivo Municipal Dr. Avelino Campagnolo, conforme os fatos a seguir se destaca:

Que o Executivo Municipal, utilizou-se do Mandato sem autorização da Câmara Municipal, para firmar contrato com a Sociedade Telefônica do Paraná; (...)

Que o Executivo Municipal até a presente data, não cumpriu a Lei (...)

Que, o Executivo Municipal pagou no ano financeiro de 1966, a importância de NCr\$ 92.187,76, sem recursos orçamentários, quer dizer que, não solicitou em tempo autorização deste Legislativo (...)

O Executivo Municipal não apresentou ao Legislativo Municipal, no prazo constitucional o Balanço referente ao ano de 1966, (...)

Adquiriu bens sem a coleta de preços (...)

O Executivo Municipal, pagou despesas no valor de NCr\$ 2.500,00 sem a devida autorização deste Legislativo Municipal (...)

Que, o Executivo Municipal, não responde as informações solicitada pelos membros do Legislativo Municipal, (...)

Que, o Executivo Municipal não paga aos seus funcionários públicos e Professores um salário justo (...)

Que, o Executivo Municipal vem executando diversas obras Públicas sem contrato, sem abertura de concorrência Pública ou coleta de preços (...)

Que, o Executivo Municipal cobrou a contribuição de melhoria – Melhoramento Público Rurais no ano financeiro de 1966 a taxa de (...)³⁸

Para desconstruir a popularidade do prefeito, na edição do mesmo jornal ele procurava marcar significativamente o problema que a cidade estaria atravessando por responsabilidade do gestor municipal e voltava a denunciar em outra reportagem o problema de iluminação pública, na parte inicial do texto de Antonio Cândido, editor responsável pelo texto, faz uma referência ao texto que ele mesmo publicara neste jornal em 21 de Janeiro de 1968, onde fora abordada a questão da energia elétrica no município de Toledo e que está retomando o assunto devido a:

uma correspondência recebida pela Associação Comercial de Toledo, assinada pelo Sr presidente da COPEL, Dr. Pedro Veriato Parigot de Souza. ...“que nossas tentativas de um necessário entendimento com a Prefeitura Municipal de Toledo, nas condições de estudar o funcionamento da energia em grosso, para redistribuição pela concessionária local, (que é a Prefeitura) NÃO ENCONTRARAM A INDESPENSÁVEL RECEPTIVIDADE. Tal fato, obviamente nos coloca em situação de NADA PODER FAZER (grifo do autor) [alerta de grifo na original] quanto a questão presente”³⁹.

Mais adiante encontramos outra passagem, informando que:

(...) também estamos impossibilitados de realizar qualquer fornecimento de energia elétrica

38 A VOZ DO OESTE, de 10 de Março de 1968, p. 12. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

39 Idem, de 23 de Março de 1968, p. 09.

à Prefeitura do Município, à vista dos débitos da Municipalidade para com os Tesouros Nacional, relativo ao Imposto Único e ao Empréstimo Compulsório em favor da Eletrobrás, conforme expediente que esta empresa (a COPEL) do Governo Federal acaba de nos enviar (DEF/DEFI/C) – 287/68, de 13-02-68⁴⁰.

Ao anunciar as atividades desenvolvidas pelo poder municipal, o jornal deixa claro que o administrador está cometendo muitas falhas que serão um transtorno para a comunidade, que ao se abster das responsabilidades de administrador e não cumprir com as obrigações e débitos do município acaba comprometendo todo o desenvolvimento da cidade, pelo texto do jornal, que deixa a impressão que se Toledo quisesse ter o fornecimento de energia elétrica via COPEL, agora com os débitos da prefeitura isto não seria possível. Momento em que temos a impressão que grupo burguês de oposição que quer ser dirigente está chamando a atenção para as camadas populares tomarem consciência do que está acontecendo no município; prática que apenas tem o objetivo de minar o então prefeito.

2.2.5. A LUTA INTRA CLASSE BURGUESA PELO GOVERNO MUNICIPAL

Vista a sociedade civil na ótica de luta de classes não é de interesse da burguesia que a classe trabalhadora realmente debata as estruturas sociais, questione as ações do poder público, a massa popular é mais submissa quanto mais desinformada estiver. Mas, quando se faz necessário combater um adversário na luta intra-classe burguesa, como ocorre no município de Toledo, no caso o prefeito municipal, às vezes se torna necessário expor-se a alguns riscos, para obter êxito num objetivo maior. Porque as atitudes do prefeito municipal não se limitavam apenas ao problema das telecomunicações ou da energia elétrica, mas sim influenciavam diretamente no desenvolvimento industrial, nos benefícios possíveis que o poder público poderia estar atendendo a burguesia de oposição, passando inclusive por leis aprovadas na Câmara Municipal.

O Legislativo Municipal era constituído por uma maioria de oposição ao prefeito, mas para aprovar leis, para dar legalidade às ações burguesas, dependia também do executivo, que com o poder de veto ou de barganha com esta oposição, acabava interferindo nas leis aprovadas e que legalizavam o desenvolvimento industrial e comercial da burguesia toledense.

Quando analisamos as leis aprovadas nas gestões anteriores onde a Câmara Municipal de Toledo aprovara a lei n° 210, de 13 de janeiro de 1961, sob o pedido do vereador Clécio Zenni, que isentava de impostos municipais por 5 anos, as indústrias que se estabelecessem no município, com

40 Idem. Ibidem.

capital superior a Cr\$ 1.000.000,00⁴¹. Lei elaborada no governo do prefeito Willy Barth, atendendo as regras da elite dirigente da empresa colonizadora (Maripá). Mas que na gestão de Avelino Campagnolo foi contestada, pois esta Lei não atendia os interesses de seu grupo e sim os interesses de seus opositores. Nesta mesma direção vai ser elaborada no governo de Ernesto Dall'Oglio, prefeito eleito para substituir Willy Barth, falecido em 12 de abril de 1962, uma nova lei para atender diretamente aqueles que eram os maiores rivais de Avelino Campagnolo, o grupo representado pela Sadia:

Súmula: Concede isenção de Impostos e Taxas Municipais (...)

ART. 1º - Fica o Senhor Prefeito Municipal, autorizado a conceder isenção de Impostos e Taxas Municipais, pelo prazo de 10 (dez) anos, a todo Empreendimento Agropecuário ou Industrial, que se instalar neste Município, de iniciativa de Grupo liderado pelo Senhor RUBEN MARTIM BERTA e-ou pelo Eminente Senador, Senhor ATÍLIO FONTANA⁴².

Justamente por auxiliarem Berta e Fontana, serão Leis contestadas pelo governo de Campagnolo, que via nos benefícios das Leis o atendimento e favorecimento a seus adversários, principalmente no Frigorífico Pioneiro, que viria a ser a Sadia S.A.. E no jogo intra-classe, Avelino usando a força de prefeito tenta determinar a revogação das duas leis, mas acaba esbarrando na oposição que tinha na Câmara Municipal de Vereadores. Na casa, apesar de estarem divididas as forças, pela aprovação e rejeição das Leis, percebe-se que a oposição a Avelino é maioria. Pois o Legislativo Municipal rejeita o pedido do poder executivo, no projeto apresentado à Câmara, tinha-se a tentativa de anulação das duas Leis anteriores, as Leis 210/61 e 315/63, que beneficiavam principalmente o grupo da Sadia com isenção de impostos, beneficiando a quem era a oposição de Campagnolo:

A CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Vetado.

Art. 2º - Vetado.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - Vetado.

Art. 3º - Por força da presente Lei, ficam revogadas as Leis Municipais nrs. 210, de 24 de fevereiro de 1961 e 315, de 18 de novembro de 1965⁴³.

41 No sitio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, fica em R\$: 122.716,96.

42 CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Lei Nº 315/63, de 18 de novembro de 1963.

43 Idem, Projeto de Lei S/Nº, votado em 16 de novembro de 1965.

Como o Projeto de Lei apresentado não se transformou em Lei devido à rejeição do Legislativo, normalmente nos registros oficiais da Câmara Municipal, não se teria o arquivamento de um Projeto de Lei, mas este, talvez pelos interesses envolvidos, acabou sendo uma exceção, e a secretaria da Câmara optou por arquivar um Projeto de Lei, saindo de sua normalidade, pois nos arquivos do Legislativo Municipal apenas encontram-se as Leis promulgadas. Assim, mesmo tendo arquivado o Projeto de Lei, não foram arquivados os conteúdos dos vetos estabelecidos pelo Prefeito ou pela Câmara Municipal ao projeto, pelo texto do projeto percebe-se que ocorreram os vetos aos artigos 1 e 2 e aos dois parágrafos deste segundo artigo, que primeiramente saiu do Executivo para o Legislativo, e nestas tramitações ocorrem os vetos aos artigos e parágrafos citados, vetos a partes da lei, que acabaram levando os vereadores, por votação, rejeitarem o todo da Lei. Fora a exceção citada, nos documentos oficiais do Legislativo Municipal, ficam assim os Projetos de Lei com a seguintes informações:

EMENTÁRIO DE PROJETOS DE LEI
(De 1953 a julho/2006 – atualização em 25.07.2006)

Nº	DATA	AUTORIA	LEI	E M E N T A
	13.01.1961	Clécio Zenni	210	Isenta de todos os impostos municipais as indústrias que se estabelecerem no Município, no prazo de 5 anos, com capital superior a Cr\$ 1.000.000,00.
41	16.11.1965	Poder Exec	REJ	Revoga a Lei nº 315 (isenção de impostos a empreendimentos agropecuários ou industriais).
42	16.11.1965	Poder Exec	REJ	Revoga a Lei nº 354 (autoriza celebração de contrato com o Frigorífico Pioneira S.A. para fornecimento de energia elétrica).
29	13.11.1964	Poder Exec	354	Autoriza o Executivo a firmar contrato com o Frigorífico Pioneiro S.A. sobre fornecimento de energia elétrica da hidrelétrica do Rio São Francisco ⁴⁴ .

No demonstrativo acima, estão as duas leis criadas pela Câmara Municipal e os dois projetos rejeitados pela casa, as que viram leis já aparecem enumeradas e é possível verificar o seu conteúdo nos arquivos da Câmara Municipal, mas as leis que são rejeitadas acabam apenas sendo referidas nos arquivos do legislativo como aparece na tabela acima. As Leis aprovadas pelo Executivo e pelo Legislativo tem, sim, um arquivamento de todo o processo de constituição das tramitações legais, contando com ementa, datas, artigos da composição da lei, assinaturas do Executivo e do Secretário do Legislativo.

Para mostrar que a partir do governo de Avelino Campagnolo, desenvolveu-se em Toledo uma disputa intra-classe, entre dois grupos burgueses do município, pode-se perceber que a Câmara

44 CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Ementário de Projetos de Lei (De 1953 a julho/2006).

Municipal constituiu um lugar dessas disputas, entre esses dois grupos, as tramitações de Projetos de Leis e as aprovações demonstram que há um enfrentamento, enquanto o executivo direcionava a administração para certos interesses o legislativo criava o embate, inviabilizando as tentativas do prefeito Avelino Campagnolo de fazer frente aos seus adversários intra-classe, preferencialmente o grupo da Sadia. Fato que fica demonstrado na aprovação da Lei no governo de Ernesto Dall’Oglio, por ser representante de determinado grupo, atendia os seus interesses, inclusive aprovando Leis Municipais que auxiliavam os seus representados no desenvolvimento econômico dentro do município, beneficiando o grupo comandado pelos administradores da Sadia, e que estavam representados pelo Poder Executivo naquela gestão, como a própria Lei demonstra:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Contrato com a firma FRIGORÍFICO PIONEIRO S/A., sobre o fornecimento de energia elétrica, de até 250 cavalos de força, da Usina Carlos M. A. Becker, desta cidade.

Art. 2º - O fornecimento de energia a que se refere o artigo anterior deverá ser feita através do conjunto gerador com as seguintes características:

Turbina – Andriz – Mescli – Piracicaba – SP.

Gerador – marca “ELIN” nº 522521.

Tipo – s-2506 – KWA-250.

Volts. – 440/254.

Amp. – 328 – COS – FI 08.

RPM – 1.000/1.200.

Ciclos – 50/60⁴⁵.

Percebe-se que Avelino Campagnolo não está afinado com este grupo, quando tenta revogar as Leis que beneficiavam o grupo representado pela Sadia, através dos Projetos de Leis apresentado pelo executivo, mas que é prontamente rejeitado pelo Legislativo, como demonstra a tabela:

EMENTÁRIO DE PROJETOS DE LEI
(De 1953 a julho/2006 – atualização em 25.07.2006)

Nº	DATA	AUTORIA	LEI	EMENTA
41	16.11.1965	Poder Exec	REJ	Revoga a Lei nº 315 (isenção de impostos a empreendimentos agropecuários ou industriais).
42	16.11.1965	Poder Exec	REJ	Revoga a Lei nº 354 (autoriza celebração de contrato com o Frigorífico Pioneira S.A. para fornecimento de energia elétrica) ⁴⁶ .

Na tabela do arquivo da Câmara Municipal podemos perceber que os Projetos de Leis saíram do Executivo para o Legislativo, ou seja, do prefeito para os vereadores, mostrando que houve a intenção de Avelino de revogar as leis que concediam a isenção de impostos e fornecimento de energia elétrica ao frigorífico, mas devido a sua oposição no Legislativo acabou sendo derrotado.

45 CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Lei Nº 354/64, de 12 de dezembro de 1964.

46 Idem, Ementário de Projetos de Lei (De 1953 a julho/2006), grifos meus.

Continuando a sua atividade de jornal representante de certo grupo na disputa intra-classe no município o “A Voz do Oeste” tenta mostrar à comunidade que o prefeito não estava sendo excluído, como representante do povo, de seus deveres de prefeito, a classe burguesa de oposição, convoca-o à uma reunião para debater com a comunidade e seus representantes, os problemas da cidade e entre eles mais uma vez entrava em pauta a falta de energia elétrica no município. Claro que o objetivo da reunião era impor ao prefeito municipal, a maneira como deveria ser conduzido o município. Mas, pela sequência dos acontecimentos, as tentativas de aprovação das leis pelo poder executivo, e as rejeições da Câmara Municipal, levou Avelino Campagnolo a tomar uma postura frente ao grupo burguês de oposição, e, quando convocado, pelos seus adversários, a participar da reunião para resolver os problemas referentes à energia elétrica, o mesmo não se fez presente, e nem mesmo enviou um representante para tal, conforme informação do próprio jornal:

Na sexta-feira, realizou-se uma reunião extraordinária da Associação Comercial e Industrial de Toledo, a qual o senhor Prefeito Municipal não compareceu. Por ser o assunto do mais alto interesse, os homens do comércio e da indústria de Toledo, reunidos, com a presença inclusive do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, sugeriram à Presidência da associação que fosse designada uma comissão composta pelos seguintes membros: Presidente da Câmara de Vereadores, Presidente do Rotary Clube, Sr. Ivo Boulhouver, diretor da A.C.I.T. e membro do Lions Clube e ainda o industrial Sr. Waldyr Zorzo, a fim de que a mesma Comissão, fosse até a residência do Sr Prefeito para colocar os préstimos da entidade de classe no sentido de auxiliar numa solução ou no que fosse preciso para resolver ou contornar o problema, visando os altos interesses do Município. O Sr Prefeito Municipal, “recebeu” a Comissão, ouviu seu porta voz e respondeu que “não iria comparecer a reunião, pois o assunto era da alçada do Prefeito” e que “já mandara um emissário a Curitiba para saber o que havia, pois desconhecia e estranhava a atitude do Sr Presidente da COPEL, pessoa a qual nem conhecia pessoalmente”. Desta forma, a Comissão voltou ao local onde se realizava a reunião extraordinária dando conta de sua missão. Isto é, “o Sr Prefeito Municipal, chama para si a responsabilidade da solução das conseqüências do assunto COPEL”.

A sorte está lançada. As responsabilidades muito bem definidas. Oxalá, consiga o Sr Prefeito Municipal resolver mesmo o problema e fazer com que Toledo receba energia elétrica. Se isto não acontecer, a responsabilidade será sua e, então, ter-se-á consumado o maior crime contra o progresso e o desenvolvimento de nosso município. O risco é grande e os homens de Toledo não podem e nem devem jogar na sorte. Alguma coisa precisa ser feita⁴⁷.

O prefeito municipal se colocava acima do grupo burguês de oposição, o que dificultava esta classe na sua afirmação como dirigente e tendo que participar diretamente dos encaminhamentos dados aos problemas locais, tinham que enfrentar Campagnolo, tentando impor o seu projeto desenvolvimentista. Mas o autonomismo (autoritarismo em resolver os problemas sem consultar ou se alinhar com a classe burguesa de oposição e por estar atendendo o projeto de seu grupo) o prefeito não lhes oportunizara tal participação, e por isso cada vez mais eram concentradas

47 A VOZ DO OESTE, de 23 de Março de 1968, p. 09. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

críticas em torno do prefeito para que o mesmo perdesse força, principalmente se levasse em consideração as próximas eleições municipais, que significariam a possibilidade de manutenção ou não desta forma de administrar a cidade. Não podemos deixar de notificar, mais uma vez a presença das entidades “a-políticas” como Lions Clube e Rotary clube, que se fizeram presentes em uma atividade de cunho político. Mas, rebatendo as atitudes e as estratégias da burguesia, o prefeito em seu programa de rádio, que infelizmente não nos foi oportunizado para pesquisa, critica as atitudes do grupo que o combatia e os responsabilizava por todos os problemas do município, quando o jornal com o título da reportagem responde: “*QUEM SÃO OS MENTIROÇOS - A muito tempo que o povo de Toledo devia saber, não quem são os mentirosos, mas quem É O MENTIROÇO*”⁴⁸. E nos detalhes do texto que trazem severas críticas ao executivo municipal. Podemos perceber que na produção do jornal o prefeito também articulava a sua rádio e o seu grupo para reagir e combater os ataques do grupo burguês insatisfeito com a sua administração:

A Associação Comercial e Industrial de Toledo, tendo em vista o grave e importante problema de energia elétrica, com o qual se debatem a indústria o comércio e todos os toledenses, procurou saber junto a COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), se realmente o Prefeito Municipal havia solicitado os 1500 KWA que o Senhor Prefeito, por reiteradas vezes, em palestras demagógicas pela estação de Rádio local, afirmou haver conseguido, ainda em Janeiro de 1967. Comunicou a COPEL, através de seu presidente, o Dr Pedro Viriato Parigot de Souza, que não foi possível um entendimento entre COPEL e Prefeitura, tendo em vista o desinteresse que demonstrou o Executivo pelo assunto (...). A Associação Comercial e Industrial de Toledo, tão logo recebeu esse ofício, convocou os associados para uma reunião, tendo gentilmente convocado o Chefe do Executivo (...). É possível senhores leitores, que quando estiver circulando a presente edição desse jornal, o Senhor Prefeito Municipal, sentindo a pressão do trabalho de uma Entidade de Classe, já tenha ido a Curitiba, e no regresso, ocupado o (SEU MICROFONE) para dizer ao povo que (ELE) está tratando do assunto e **que fiquem tranquilos(...)** A realidade porém é bem outra. Agora, o Senhor Prefeito está forçado, obrigado, a fazer alguma coisa. Terá de firmar convênio com a COPEL, porque a questão está levantada. O assunto está adiantado e a solução para Toledo é só esta: COPEL⁴⁹

Como o jornal circulava apenas quinzenalmente, talvez realmente fosse possível as coisas já estarem decididas quando as informações deste chegassem ao público. Mas pelo teor do texto, percebemos que o editorial afirma, mais uma vez, a sua postura na luta de classes, como na luta intra-classe, pois no conjunto da obra, é a ACIT e a burguesia de oposição, estavam vencendo a parada com o prefeito municipal; e na frase expressa pelo texto do jornal, “*o Senhor Prefeito Municipal, sentindo a pressão do trabalho de uma Entidade de Classe*”, já alerta qual era a postura de quem estava escrevendo e a quem ele defende. Também não podemos deixar de registrar, neste momento, a importância da frase quando esta menciona a entidade de classe, “porque é na luta de

48 Idem, p. 16.

49 Idem, de 23 de Março de 1968, p. 16 – (Mandado publicar por um grupo de Toledenses).

classes que se configuram os direitos e deveres dos cidadãos”. Ao mencionar a classe, o texto, que é identificado e/ou assinado como um grupo de toledenses, deixa claro a qual classe “esses toledenses” pertenciam. É claro, como já salientamos, que a luta neste momento político e histórico de Toledo, não é um momento de expressão aberta de luta de classes, mas sim uma luta de grupos da mesma classe, que vêm diferentes objetivos no desenvolvimento das atividades do poder público municipal, grupos que se identificam através de interesses expressados pelo prefeito municipal e pelos grupos burgueses de oposição. O prefeito não pode ser visto como uma unanimidade, que sozinho faria frente a burguesia toledense, mesmo não conseguindo constituir informações pontuais de quem ele representa, podemos concluir, pelo esforço de seus opositores em desconstruí-lo como homem público, ele tinha sim uma classe que o apoiava e tinha no prefeito os seus projetos atendidos.

Na carta enviada pelo presidente da COPEL, referentes aos problemas da energia elétrica, fez surgir uma reunião convocado pelas lideranças políticas locais para se ter um esclarecimento a respeito do assunto, onde o prefeito municipal fora convocado pela ACIT e seus representados, na qual Avelino Campagnolo não se dispôs a participar. O presidente da COPEL, através do jornal, mostra ao público leitor que as responsabilidades do município são do poder municipal e que o problema de não atender o município é responsabilidade exclusiva do prefeito:

Devemos inicialmente assinalar que a concessionária dos serviços de energia elétrica em Toledo é a respectiva Prefeitura Municipal, por ato do Governo Federal, como poder concedente (Decreto n. 41.517 de 15.07.67). Desse modo, sem que a prefeitura desse município se manifeste em tal sentido, ou que se materialize qualquer outra decisão dos órgãos federais competentes, a COPEL nada pode fazer, objetivamente, no tocante ao atendimento das necessidades de luz e força nessa comunidade, inclusive objetos de manifestações expressas como aquelas que nos foram transmitidas por V.Sa traduzidas em pedidos de ligação de industria que especificaram a devida demanda (em KWA)⁵⁰.

O texto sustenta que se não tinha energia elétrica adequada ao consumo no município, porque o prefeito não foi um administrador eficiente ao não pagar os débitos municipais junto a União e ao não fazer os acordos necessários com a COPEL, pois é o prefeito que deve acenar para tais possibilidades. Ainda para questionar Avelino Campagnolo o jornal traz as seguintes informações sobre os problemas que estavam inviabilizando e chegada da energia elétrica via COPEL em Toledo:

HONRADO TOLEDO, EM 9 DO CORRENTE, COM VISITA DO DR. PEDRO VIRIATO

⁵⁰ Idem, de 23 de Março de 1968, p. 14.

PARIGOT DE SOUZA, DIRETOR PRESIDENTE DA COPEL, E DO ENG. SALAZAR, REPRESENTANTE DO BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.

(...)

A visita destas duas personalidades à nossa cidade se deve ao estudo e à análise que, na região, foram feitas pelos representantes do BID, para a concessão de um empréstimo de US\$ 30.000.000,00⁵¹ à COPEL⁵².

Pedro Viliato Perigot de Souza:

- Não vimos a Toledo, desta feita, para resolver os problemas da energia elétrica do município, de vez que nada se pode fazer relativamente ao assunto, enquanto a municipalidade estiver em dívida (...)

- A nossa vinda aqui também se prende à visita que vamos fazer ao Frigorífico Pioneiro, indústria a qual a COPEL vai fornecer energia elétrica.

(...)

- Faremos o fornecimento de energia elétrica, desde que as mesmas [COPEL] obtenha a anuência do Sr Prefeito Municipal para esse fim.

(...)

Os planos da COPEL para o Oeste são muitos. Haja visto que o Engo Salazar está me acompanhando nesta viagem de inspeção, exatamente para estudar o atendimento de um volumoso empréstimo que a COPEL solicitou ao Banco Internacional de Desenvolvimento, do qual aquele técnico é representante. Esse empréstimo é ao redor de 30 milhões de dólares (...)⁵³.

E ainda traz uma reportagem mostrando que a subestação de energia elétrica que a COPEL está construindo próximo ao Yara Country Clube, na cidade de Toledo, não tem a finalidade de abastecer a cidade, mas sim retransmitir a energia elétrica para a cidade de Marechal Cândido Rondon. Mesmo não tendo um contrato de fornecimento de energia para Toledo, a COPEL já se fazia presente nos arredores da cidade; e mesmo sem ter a licença oficial da Prefeitura Municipal a empresa já se preparava para disponibilizar a energia para a cidade quando assim o prefeito municipal quisesse⁵⁴.

A sequência das notícias mostrava as possibilidades de a energia via COPEL já estar a um passo da cidade, mas que por trâmites que somente o prefeito poderia resolver a cidade ficava sacrificada, o jornal para responsabilizar o então prefeito trazia numa edição mais adiante, mais uma vez, uma reportagem questionando o poder público municipal que nada fazia para solucionar o problema do município:

LUZ, LUZ, LUZ...

(...)

Realmente a energia elétrica de nossa cidade não atende as mínimas necessidades industriais, domésticas, comerciais ou públicas. A dona de casa não pode usar a geladeira, ninguém da família pode tomar banho quente. Os bares, restaurantes e hotéis não podem

51 No sitio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, fica em R\$: 188.701.852,29.

52 Empréstimos que seriam para a COPEL desenvolver todas as atividades no Paraná, inclusive a construção de usinas.

53 A VOZ DO OESTE, de 14 de Abril de 1968, p. 18. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

54 A VOZ DO OESTE, de 14 de Abril de 1968, p. 18. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

atender a contento a freguesia, o povo de Toledo sai às ruas de noite, em plena escuridão. O Prefeito e o Rio São Francisco continuamente à uma chuvinha, que muitas vezes acaba não vindo.

A solução para tudo isto está aí. É rápida e simples. Fácil. Qualquer criança do primeiro ano, dos mais atrasados, sabe resolver o assunto, só o Ilustre Prefeito, o inteligente Prefeito de Toledo, não sabe. Ou melhor, NÃO QUER. A luz e força da COPEL está aqui, bem pertinho da cidade, e esta esperando que o Prefeito diga SIM. Mas, o Prefeito teima em dizer NÃO⁵⁵.

O texto é assinado por anônimos, “os vigilantes”, um recurso do jornal para não precisar assumir a responsabilidade de seus textos. Os questionamentos, para frustração das elites de oposição, não estavam resolvendo o problema com o prefeito municipal, pois este contrariando as expectativas, não dava sinal de que realmente atenderia os anseios da oposição, e para efetivar o atendimento à suas necessidades era preciso articular toda a sociedade civil, mostrando que o povo estava do lado da razão, da lógica e que ao senhor prefeito nada mais restaria a não ser fazer aquilo que era da “vontade popular”, vontade essa que era expressa pelos comentários e reportagens do jornal “A Voz do Oeste”. E para chamar a atenção sobre este aspecto a edição de 18 de agosto de 1968, foi feita em letra azul, demonstrando que esta edição tinha algo especial, sendo a única edição em todo o tempo de existência do jornal com uma cor diferente, todas as demais sempre foram com a cor preta.

Nesta edição tem-se algumas reportagens significantes referente ao problema que seria representado pelo então prefeito municipal para o desenvolvimento da cidade, pois agora até o povo estava nas ruas contestando a “teimosia” de Avelino Campagnolo, que estaria atrasando o desenvolvimento do município em relação ao Oeste do Paraná. Esse fato já se tornara uma atitude inadmissível para a burguesia de oposição, assim, formou-se uma frente de enfrentamento onde o jornal tenta demonstrar que agora não é mais um grupo, mas sim “a comunidade” que está insatisfeita com o poder municipal. E nesta edição diferenciada com a cor azul, traz uma reportagem onde são apresentadas duas fotografias em que aparecem pichados nas paredes de construções frases com pouca visibilidade, mas podemos destacar algumas como: “CAMPAGNOLO PEÇA DEMISSÃO, LUZ, COPEL”, ainda na outra fotografia aparece um prédio que tem uma placa em que aparece escrito em letra de forma grande “PREFEITURA MUNICIPAL”, como se fosse, provavelmente algum departamento, ou uma antiga prefeitura, e embaixo dessa placa na parede está pichado a seguinte frase: “PREFEITO BAGRE, PEÇA DEMISSÃO” e “TOLEDO QUER LUZ, SOS, HELP”.

Com as fotografias procurava-se demonstrar que os populares estavam insatisfeitos com o

55 Idem, Maio de 1968, p. 15. Assinatura do texto: “os vigilantes”.

governo de Toledo e na sequência aparece a manchete: “*Passeata da velas...! CONSEQUENCIA NATURAL DE UM PROBLEMA TOLEDENSE - - DEPOIMENTOS E DECLARAÇÕES REGISTRADOS*”⁵⁶; e o texto começa fazendo um histórico do problema de energia em Toledo, relatando que o problema não começou com a atual administração, mas que esta apenas agravou o problema e o transformou numa questão pessoal, “*em questão de direito*”. O texto continua tratando o prefeito com as formalidades que a sua autoridade merece, mas retorna às questões da necessidade de se ter resolvido o problema energético no município:

Por força dos constantes reclames, das mais diversas procedências (indústria, comércio, particulares, estabelecimentos de ensino, clubes de serviço, etc.) a falta de energia elétrica em Toledo se mostra realmente calamitosa. E pública. Nem mesmo a emissora de rádio de propriedade do Sr. Prefeito Municipal o ignora.

O que veio acontecendo para determinar ao povo toledense, “habitantes pacíficos, amantes da paz e obedientes às autoridades”, como nestas mesmas páginas muito bem o qualifica o estilista Antonio Neto, são as ignoradas razões do Sr. Prefeito Municipal em confiar a solução do mesmo à COPEL, que lhe bateu tantas vezes à porta, não lhe tendo merecido o acatamento que o povo toledense necessita, e que pode ser diverso daquele entendimento de nosso edil.

Entretanto, os seus esforços e a sua férrea – birrenta até, – disposição, não tem trazido a todos nós nada de prático. Luz, se chover. Novas ligações, quando funcionar a usina em construção. Galerias, aparelhos eletro-domésticos, só funcionam em altas horas da madrugada. Cidade às escuras, enquanto nossos vizinhos se regozijam em banhos de luz. E isto não ignorado pelo nosso povo. Que saliente e amargurado, vinha curtindo as tristezas de se ver assim tão sacrificado.

Só faltava uma fâsca: esta veio, a explosão se deu. Explosão de velas acesas em 31 de julho de 1968, com ordem respeito e dignidade, de toda uma maioria⁵⁷.

Importante lembrar que neste momento político da história brasileira, o país estaria iniciando o “divulgado” Milagre Econômico da Ditadura Militar, questionado o momento político e econômico de Toledo, o jornal deixa de lado a sua fidelidade aos governos militares. Mas, para poder se opor ao prefeito municipal, o jornal passa a divulgar que em Toledo não ocorria o tão divulgado milagre econômico. A passeata das velas ocorreu de noite, obviamente sem registro de quantas pessoas participaram, mas o jornal afirma que foi a maioria do povo toledense. Na sequência o texto lista um montante de populares, empresas de comércio e indústria – cito: Ginásio Imaculado Coração de Maria, Instituto Imaculado Coração de Maria, Frigorífico Pioneiro S/A, Clínicas Dall’Oglio Ltda, Exatoria Federal em Toledo, de mais 16 industrialistas que se manifestaram para a real e urgente solução dos problemas. Que através de fax se manifestam junto ao: “Sr. Waldomiro A. Giacomazzo, Presidente da Associação Comercial de Toledo”, que também através de fax se manifestou perante ao jornal. A passeata realizada fez com que o prefeito tomasse

56 A VOZ DO OESTE, 18 de agosto de 1968 – nº 13, p. 08 e 09. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

57 Idem, p. 08 e 09.

uma postura mais enérgica, pois agora o grupo de oposição o atingia, usando do artifício de que seria o povo que estaria enfrentando o prefeito municipal através de um “movimento popular”, e, para mostrar ao grupo que o estava enfrentando, que o mesmo não seria parada fácil, e dentro dos rigores da lei e dos poderes a ele conferidos como prefeito municipal, reage como notícia o jornal “A Voz do Oeste”:

POR ENQUANTO SÃO ESTES OS FRUTOS DA PASSEATA DAS VELAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 11/68

DATA: 1º de agosto de 1968

SÚMULA: Decreto de estado de calamidade pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

1º - A grande falta de energia elétrica motivada pela estiagem regional que vem se prolongando há cerca de 2 (dois) anos;

2º - Considerando a grande falta de água de nossa cidade, em virtude da falta de energia elétrica;

3º - Considerando o precário funcionamento do serviço telefônico também motivado pela falta de energia;

DECRETA:

1º - Estado de calamidade pública no município de Toledo.

2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal, em 1º de agosto de 1968.

Dr. AVELINO CAMPAGNOLO

Prefeito Municipal⁵⁸

Com o município em Estado de Calamidade Pública, o prefeito municipal, adquire o direito de determinar algumas leis sem precisar passar pela avaliação da Câmara Municipal, justamente onde Avelino Campagnolo não tinha o apoio necessário às suas decisões. Usando assim, o que sempre foi criticado pelos seus inimigos políticos, contra eles mesmos, a falta de energia elétrica serviria agora, de pretexto, para determinar o Estado de Calamidade Pública Municipal. Atitude que fez o prefeito assumir, que devido às secas, as usinas de Toledo não conseguiam sustentar a cidade com fornecimento de energia elétrica. Mas para se posicionar frente à afronta feita a sua pessoa e ao seu governo pela passeata das velas, usando de seus direitos enquanto prefeito municipal e os poderes a ele atribuídos, determinou:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 12/68

DATA: 1º de agosto de 1968

58 Idem, p. 09.

SÚMULA: Atende estado de calamidade pública
O PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
1º - A energia elétrica gerada pelo gerador da municipalidade, ora atendendo o frigorífico Pioneiro S.A. , reverte para a municipalidade a fim de atender o estado de calamidade pública.
2º - Concede o prazo de 5 (cinco) dias para o cumprimento do artigo 1º deste decreto;
3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do prefeito municipal, em 1º de agosto de 1968.
Dr. AVELINO CAMPAGNOLO
Prefeito Municipal⁵⁹.

Naquele momento o frigorífico Pioneiro S.A., apesar de ter um contrato paralelo de fornecimento de energia diretamente pela COPEL, também tinha um montante de energia proveniente das usinas municipais, que estavam sob responsabilidade da prefeitura, e como na diretoria da ACIT, no grupo que encabeçara a luta contra as decisões do prefeito, estavam os diretores do frigorífico, nada mais coerente a Campagnolo, atrapalhar o sistema de produção daquele matadouro, uma produção fabril organizada dentro de um minucioso processo, que depende de homens e máquinas e com o corte energético feito pela Prefeitura Municipal, é bem possível que o matadouro passasse por dificuldades em sua organização, representando inclusive prejuízos financeiros.

Na sequência o jornal anunciou como manchete “*DA CALAMIDADE PÚBLICA*”, texto escrito por Antonio Neto, no qual retrata todos os problemas abordados anteriormente, como a atuação da Associação Comercial, dos problemas para que a COPEL fosse fornecedora de energia para o município e suas justificativas por não fornecerem a energia para Toledo, e que a solução para o município somente poderia ser resolvido pela presença desta empresa, e continua:

O decreto de sua senhoria, declarando a cidade em “Estado de Calamidade Pública”, acaba de confessar a falência do Município quanto à capacidade de suprir as necessidades da demanda energética. Nem se diga que a estiagem somente é a grande responsável. Ao titular da concessão cabe prevenir os riscos. A situação aflitiva já vem de longa data e perdurará. O crescimento da demanda cresce geometricamente e não serão usinas de pequeno porte como a de Sobradinho que irão dar tranquilidade e garantia ao progresso vertiginoso de Toledo⁶⁰.

A queda de braço em relação ao fornecimento de energia termina com a assinatura do contrato de permissão para que a COPEL se responsabilizasse pelo fornecimento de energia elétrica

59 Idem, 18 de agosto de 1968 – nº 13, p. 09.

60 Idem, 18 de agosto de 1968 – nº 13, p. 09.

para o município de Toledo, com uma posição insustentável, principalmente após o decreto de calamidade pública, e para não perder o apoio de seus parceiros políticos, que pela falta de energia no município também sofriam para o desenvolvimento industrial de suas empresas, Avelino Campagnolo acabou cedendo a pressão e assinou o contrato de concessão para que a COPEL se responsabilizasse pelo fornecimento de energia elétrica para a cidade e arredores. Este contrato estabeleceu que o poder municipal doaria todas as redes de fios e postes até que a COPEL consiga substituí-las por uma rede de responsabilidade sua, contrato que foi assinado na gestão de Campagnolo, mas que foi transformado em lei municipal apenas na gestão de Egon Pudell:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir, mediante competente termo, a concessão para exploração de fornecimento dos serviços de energia elétrica do perímetro urbano da cidade de Toledo para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, mais conhecida como “COPEL”, firmando para tanto, o devido convênio.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo, ainda, autorizado a ceder, em comodato, a rede de distribuição do perímetro urbano da cidade de Toledo.

§ Único – Na lavratura do contrato de comodato, estabelecer-se-á que o empréstimo da rede o será pelo tempo necessário para que a COPEL proceda a substituição da mesma rede, segundo a necessária orientação técnica aplicável à espécie, reservando-se a municipalidade o direito de retirar. Na época oportuna, a rede de distribuição, os postes, fios, isoladores e transformadores que vierem a ser substituídos.

Art. 3º- Fica, outrossim, o Poder Executivo autorizado a vender energia elétrica, em bruto, oriundo da Usina “Carlos Aloísio Mathias Becker”, à COPEL, a preço a ser conveniado pelas partes, até que esta supra sua deficiência de produção, com o aproveitamento do potencial hidro-elétrica da Usina de Chopin 2.

Art. 4º- Fica, finalmente, o Poder Executivo autorizado a subscrever ações preferenciais a COPEL, integralizando as mesmas ações com o produto de venda da energia elétrica da Municipalidade, indicada no item anterior, feita as deduções dos gastos correspondentes aos consumos de iluminação pública e dos próprios municipais.⁶¹

Pela Lei Municipal em que se aprova o contrato de concessão do fornecimento de energia ao município, nota-se nos dois últimos parágrafos do texto, que a Prefeitura Municipal continuaria produzindo energia na usina do rio São Francisco (Carlos Aloísio Mathias Becker) e que passaria a vendê-la à COPEL, e, que ainda seria um dos acionistas da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Contrato extenso que exigiu um longo debate entre as duas partes, não podendo ser feito de uma hora para outra, fato que demonstra que a Prefeitura Municipal e a COPEL vinham já em uma extensa negociação para a elaboração final deste termo. Morosidade que o prefeito cumpria mas não demonstrava a oposição.

O prefeito municipal já havia dado sinal de que passava a levar em consideração as

61 ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO – PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - ESTADO DO PARANÁ - PROJETO DE LEI Nº 37/69, Lei: 511/69, de 05 de setembro de 1969.

ponderações de seus adversários, tanto que o município um ano antes havia doado à TELEPAR um terreno para que a mesma construísse a sua sede e as instalações de seus sistemas, para melhor atender à comunidade toledense, Lei que tem o acompanhamento e aprovação da Câmara Municipal, que avaliza esta doação, justamente porque nesta casa tem em seus representados vereadores que representam os dois setores da luta intra-classe no município de Toledo, e mesmo tendo objetivos diferentes que sustentaram o embate político no município, a burguesia tem também, enquanto classe na luta de classes, metas que coincidem num mesmo denominador comum. Assim, levando em consideração as possibilidades de ganho e perda numa disputa acirrada, avaliando a luta em relação a classe trabalhadora, pode-se perceber que nem sempre a classe burguesa em sua interna se constituem em “inimigos armados sem trégua”:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênio com a Telepar, - Companhia de Telecomunicações de Paraná - para construir, nesta cidade, um prédio em alvenaria, no valor de NCR\$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros novos)⁶², para instalação dos serviços de telefones interurbanos.

Art. 2º - Para a cobertura das despesas de que trata a presente Lei usar-se-á do Crédito Especial no mesmo valor de NCR\$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros novos) ora autorizado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário⁶³.

A disputa intra-classe dos grupos burgueses traz junto algumas preferências, objetivos, estratégias e/ou metas que precisam ser relevantes na ordem do dia, preocupações que se fazem maiores no grupo burguês de oposição ao prefeito municipal, representados pela ACIT e Frigorífico Pioneiro S.A., principalmente, se levado em consideração, a proximidade das eleições municipais, que poderiam significar a continuidade da administração “teimosa” de Campagnolo. O grupo de Avelino Campagnolo, mesmo estando efetivado no governo tem a concorrência de seus adversários que estão lutando para assumir esse posto. Mesmo o governo municipal tomando algumas posturas na defesa de seus representados, não deixa de ser classista quando a questão é referente aos direitos da classe trabalhadora. Nesta questão o executivo e legislativo (que tem a maioria como oposição ao prefeito municipal) tem as mesmas afinidades e os mesmos interesses, aprovando leis que conduzem a sociedade civil a seguir certas regras que atendem a burguesia como um todo. E para demonstrar que o governo de Avelino Campagnolo, numa análise marxista da sociedade, não deixe de ter uma orientação burguesa até mesmo a “oposição” no Legislativo Municipal o auxilia quando

62 No sitio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, fica em R\$: 183.246,82.

63 Idem. PROJETO DE LEI Nº 01/68, Lei: 447/68, de 24 de janeiro de 1968.

o projeto é aprovar leis que auxiliam a burguesia a explorar os trabalhadores:

SÚMULA: Fixa multa por infração do Código de Posturas do Município de Toledo.

(...)

Art. 1º - Fica estipulada a multa de Cr\$ 10.000 (Dez mil cruzeiros)⁶⁴, por infração do artigos nº 1 – 28 – 29 – 30 – 31 – 32 – 34 – 35 -38 – 39 – e – 40, constantes na Lei nº 62 de 15 de Novembro de 1954, Código de Posturas do Município de Toledo, e nos casos de reincidência acrescida de 10.000 (dez mil cruzeiros) por vez, até o limite máximo de 50.000 (cinquenta mil cruzeiros) CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná,⁶⁵.

O Código de Postura do Município de Toledo⁶⁶, aprovado na gestão de Avelino Campagnolo, é a regulamentação dos serviços de qualquer natureza e uma definição de cobrança de impostos e multas para os inadimplentes, pelos trabalhadores autônomos no município. A lista citada tenta envolver todas as formas de trabalho possíveis no município, não deixando a possibilidade de nenhum trabalhador ficar sem pagar impostos, fato normal para qualquer administração pública, se não tivéssemos as leis que isentam de pagar impostos as grandes indústrias (tema abordado na sequência), que em uma análise capitalista, teriam mais condições de pagar as devidas tributações. Assim, o prefeito Avelino Campagnolo não deixava de atender à burguesia toledense. Mas, em contra-partida, não deixava de articular a força do executivo a favor dos interesses de seu grupo, dentro das possibilidades do momento político, principalmente se fosse possível atrapalhar os que lhe tentavam fazer oposição, como mostra a lei aprovada pelo legislativo, sendo uma indicação do executivo:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a comprar o lote rural nº 24 do 1º e 2º perímetro da Fazenda Britânia, Município da Comarca de Toledo, Estado do Paraná, pelo preço certo de 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros)⁶⁷ com o pagamento a combinar com o proprietário, Sr. Reynaldo A. Cornélios.

Art. 2º - A compra de que trata o artigo anterior, destina-se ao fornecimento de matéria-prima, para a pavimentação das ruas da cidade, bem como a futura construção de um matadouro Municipal, podendo parte da mesma área a ser utilizada para outros fins públicos municipais⁶⁸.

A compra da propriedade poderia ser uma necessidade do município, mas a intenção de Campagnolo em montar um matadouro municipal, era uma legítima proposta de afrontar o

64 No sítio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, fica em R\$: 121,40.

65 CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Lei Nº 387-A/65, de 26 de novembro de 1965.

66 Anexo – IV, tem as principais leis do Código de Postura, tendo inclusive detalhado os artigos citados na lei acima.

67 No sítio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em maio de 2010, fica em R\$: 135.678,94.

68 Idem, Lei Nº 393/66, de 15 de junho de 1966.

Frigorífico Pioneiro e seus diretores, pois pelo projeto do prefeito a empresa particular passaria a ter a concorrência de um órgão público. E se executado o projeto a Sadia teria um concorrente pela disputa da matéria-prima, pelo mercado de consumo e pelo seu desenvolvimento econômico, o que marcava ainda um maior peso para as eleições municipais, a oposição (Sadia), não podia correr o risco de se dar continuidade a um governo de risco como representava a administração Campagnolo.

2.2.6. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS – DISPUTA BURGUESA

O pleito municipal começava a mexer com as diferentes elites municipais, e a popularidade citada no início deste capítulo do então médico, dono de hospital, “patroleiro”, dono de uma estação de rádio (radialista) e prefeito municipal, preocupava a oposição. Como as eleições municipais já estavam próximas, o próprio Avelino Campagnolo, pensando em não perder o pleito para a oposição, começou a administrar a municipalidade atendendo os “interesses” do desenvolvimento, quando fez a doação à TELEPAR e assinou o contrato de concessão do fornecimento de energia elétrica com a COPEL, evitando deixar margens para uma crítica ainda mais intensa de seus opositores.

A concorrência do candidato indicado pelo então prefeito preocupava os seus adversários, tanto que o jornal “A Voz do Oeste” começou uma campanha para desenvolver a candidatura única para prefeito, evitando as balas cruzadas e o desgaste que representam uma disputa aberta e acirrada entre os dois grupos burgueses estruturados em Toledo, ato que aparecia fatídico. A lógica democrática é que ocorra, numa eleição de voto do povo, uma disputa entre as classes, e não dentro da mesma classe, como se encaminhava em Toledo. O prefeito municipal poderia levar a uma acirrada campanha eleitoral, onde as farpas poderiam ferir a elite burguesa como um todo, abrindo espaço para a classe trabalhadora, situação que não interessava a nenhum dos dois grupos burgueses, que a princípio, estavam se armando para a disputa do pleito municipal. A matéria, “*Solução sempre oportuna e conveniente*”, traz um texto, que faz referência a um anterior, sobre a possibilidade de não se ter dois candidatos para as eleições municipais que se aproximavam, mostrando certa preocupação com o Prefeito Municipal, por este não ter ainda apresentado o seu candidato, se ele tem alguma carta na manga ou se realmente ainda não tem definido quem será o seu candidato no pleito municipal:

(...) em carta aberta ao Dr. Avelino Campagnolo, o candidato comum a sua sucessão, no

pressuposto de que o prefeito assim eleito pacificaria os espíritos e teria as melhores condições para bem administrar o nosso Município, dando a esta preterida comuna do Oeste o atendimento aos seus reclames públicos, da maneira que efetivamente necessitamos e merecemos. (...) Talvez não se tenham apercebido da importância de termos um bom e produtivo Prefeito, candidato de todos os toledenses.

(...)

A voz corrente, para uns e para outros, é que Dr. Avelino Campagnolo, - primeiro maestro desta sinfonia eleitoral, - não dispõe do elemento que poderia se tornar candidato vitorioso de suas colunas. Dizem os entendidos que se este existisse entre os situacionistas, genuíno e fiel, o Dr. Campagnolo já andaria o carregando a tiracola, para o manuseio de seu eleitorado.

(...)

Ou, tem carta na manga do paletó, que vai impor como trunfo certo na hora exata, ou, então, anda mesmo a seca, a Meca, à busca de um candidato que lhe satisfaça⁶⁹.

A sondagem ao redor das possibilidades de quem seria o candidato do prefeito municipal intriga com certa ansiedade ao grupo burguês de oposição, temendo uma derrota e mais uma gestão submetida à dinâmica adotada pela administração Campagnolo. A oposição necessitava conduzir a administração municipal, para evitar riscos, seria conveniente ceder em alguns aspectos, mas direcionar o município a objetivos comuns, e a solução indicada pelo jornal, era a possibilidade de um candidato único, evitando as rachaduras, afinal ambos os grupos são burgueses; na luta de classes, é a classe trabalhadora o inimigo a ser combatido. Na pior das hipóteses é melhor reordenar as divergências dos dois blocos evitando uma possível abertura de espaço à classe trabalhadora. Classe que aparentemente não estava efetivamente inserida na disputa no município de Toledo, pois os textos do jornal, em momento algum apresentaram uma preocupação com um candidato de esquerda, e, tendo uma classe trabalhadora desatenta, que absorve o discurso hegemônico burguês, não seria interessante às elites burguesas, por disputas internas, facilitar uma possível organização e participação da classe trabalhadora nas eleições locais.

Para a burguesia, o Estado tem que sempre atender aos seus interesses, desenvolver atividades comerciais e industriais, ordenar a sociedade civil, deixando a possibilidade da exploração de classe sem interferências, sob o seu domínio. A classe burguesa precisa estar representada no poder municipal, mantendo-se como classe dirigente e sabendo dos diversos momentos em que se constitui uma dominação efetivamente atuante, os intelectuais orgânicos inseridos em sua classe e nos projetos a serem desenvolvidos pela mesma, tendem a negociar (perder) algumas regalias em prol do projeto maior, e o grupo de oposição a Avelino Campagnolo, sabendo o que foram os quatro anos combatendo a “teimosia”, tendo que se posicionar para redirecionar a administração municipal, o que foi um problema para o desenvolvimento de suas empresas e que poderia ser evitado. Numa análise da política interna, avaliando os prós e contras,

69 A VOZ DO OESTE, de 14 de Abril de 1968, p. 19. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

seria interessante se evitar o enfrentamento dentro da classe burguesa. O planejamento de dominação e direção da sociedade civil não se efetiva em um ou dois anos, mas sim em décadas. E para melhor planejar a dominação sobre a classe trabalhadora seria melhor contornar o confronto direto com o prefeito, negociar as estratégias com Avelino Campagnolo, do que correr o risco, em uma disputa aberta, perder as eleições para o candidato do então prefeito municipal. O jornal “A Voz do Oeste”, como porta-voz da elite burguesa de oposição, aparentemente segundo seus textos, propõe-se a desenvolver uma estratégia que levaria a uma eleição pacífica, sem desgaste e sem “agressões” entre os que representam o poder nesta cidade. Neste posicionamento o jornal começa a preparar o terreno para poder conduzir ou pelo menos influenciar os leitores e os candidatos nas prováveis composições de candidaturas:

SUCESSÃO MUNICIPAL EM TOLEDO

Distante ainda alguns meses do pleito que vai indicar o novo governante municipal, há muito os setores políticos de Toledo vêm manuseando os candidatos a candidatos, cujo elenco se revezia diariamente.

Quem era o candidato a candidato de manhã, já cedeu seu lugar a candidato a candidato à tarde (...)

Seja na órbita situacionista, em que o Dr. Avelino Campagnolo dá cartas e joga de mão, seja no âmbito da oposição, dispersa e sem rumos, (...)

Na situação reina a maior tranquilidade, com o Dr. Campagnolo, tido e reconhecido por todos como o Grande Eleitor do município, dono da legenda da ARENA.

(...)

E depois temos o MDB, onde, os candidatos mandabrasistas são cada vez mais candidatos a candidatos (...) Ali desde a primeira hora, o Sr Alcides Leonardi reivindica uma candidatura de Prefeito municipal de Toledo. Depois, sob inspiração de terceiros e que foi recebida com manifestas simpatias, há de se ressaltar o nome do dr. Wilson Kuhn, brilhante advogado e figura conhecida na região. O Sr Arthur Mazzafferro, já experiente no trato da administração municipal, a que serviu com a sua experiência em administrações anteriores, constitui um dos nomes do MDB, (...)

O Sr Ivo Welter, matreiro e astuto em política, excelente colhedor de votos, tão eficiente no eleitorado quanto uma combinada na colheita de cereais, estimula e defende candidaturas situacionistas com o propósito de esvaziá-las, mas, se omite e desconversa quando questionado a respeito de sua própria candidatura. Conselheiro político do Dr. Campagnolo, o “meu Peixinho” já teve as turras com o nosso Prefeito quando pretendeu criar o candidato a candidato Irineu Agnes, excelente jovem e dinâmico vereador na legislatura que vai findar, tendo recebido do Prefeito Municipal a afirmativa que o seu candidato (aqui é CANDIDATO mesmo, pois quando o Dr. Campagnolo, na atual conjuntura, diz que é candidato, falou e está falado, pronto!) seria o Dr. Waldir Becker, engenheiro civil, industrialista e comerciante, descendente de tradicional família toledense e que, na opinião de alguns, por suas vinculações, seria capaz de unir na primeira hora oposição à situação.

(...)

E por último, merece destaque especial pois, se mantendo firme candidato a candidato, desde a sua cogitação há algum tempo atrás, fica o registro do nome do Sr. Egon Pudell ex-prefeito e ex-deputado estadual, a candidatura mais candidatura por sua experiência no passado e por inúmeras simpatias e adesões que vem recebendo⁷⁰.

70 Idem, Maio de 1968, p. 16.

A popularidade do então prefeito municipal preocupava a oposição, pois como o próprio jornal afirma o “*Dr. Avelino Campagnolo dá cartas e joga de mão*” e ainda o mesmo não mostra as suas cartas para que a “oposição” monte as suas estratégias eleitorais, pior ainda é que pelo discurso são muitos candidatos a candidato, situação que dificulta os planos de ação, mas a ACIT como organizadora da oposição vai a campo com as suas estratégias, e, como provavelmente aconteceu na passeata das velas, mesmo não mostrando a cara ela começa a articular os seus representados para que os mesmos obtenham êxito no desenvolvimento do plano como um todo. Para isso é necessário neste importante momento político na cidade de Toledo, articular o comércio e a indústria para que se tomasse uma posição e direcionasse o resultado das eleições municipais⁷¹.

Como o poder público municipal pode ajudar no desenvolvimento do comércio e da indústria ele também pode atrapalhá-lo, pois se o município aprova leis favoráveis ao capital e a exploração de classe, a burguesia consegue se desenvolver melhor, os ajudando, por exemplo, a combater o caso dos vendedores ambulantes que vão de porta em porta ofertando os seus produtos, e que “roubam” os clientes que frequentariam as suas lojas. Lojas estas que estão registradas junto aos órgãos competentes, pagando impostos e “desenvolvendo o município”. Tendo uma representação legal na Câmara Municipal, e, principalmente, no executivo, muitas coisas podem ser articuladas para o comércio local, por exemplo, com leis promulgadas para impedir a concorrência dos estabelecimentos chamados de fundo de quintal, que atendem de qualquer jeito, sem “ética”, sem “higiene” e sem “garantia” do produto vendido.

São leis que dão “legitimidade” para a classe burguesa, agindo de acordo com o poder instituído, pode-se oprimir usando até mesmo a força de polícia. Mas para que isso se efetivasse era necessário ter como representante no poder municipal pessoas que encaminhassem e defendessem o projeto burguês capitalista. Caso que já ficara especificado na estruturação do Código de Postura do Município, que já determinava algumas normas que novamente protegiam a burguesia como um todo:

Das Licenças

Art. 124 Considera-se infração não só o fato de ter as portas abertas fora do horário estabelecido, como também comprar, vender ou realizar qualquer operação comercial com as portas fechadas;

⁷¹ A Acit teve também importante participação em campanhas como para o fortalecimento de candidaturas de pretendentes de cargos eletivos; pela não incidência de ICMS sobre juros agregados nas vendas a prazo; mandado de segurança contra a cobrança do Finsocial; promoção de debates sobre as principais leis que regem o município, como a Lei Orgânica, LDO; Código de Defesa do Consumidor; Debates sobre a implantação do Estacionamento Regulamentado no centro da cidade; participação na discussão sobre a lei do Uso e do Solo Urbano - SITIO OFICIAL DA ACIT - Copyright © 2005 - Associação Comercial e Empresarial de Toledo Desenvolvimento TecCard/Lógica Informática. Acesso em Setembro de 2009.

Art. 126 O fato de o proprietário residir no mesmo prédio em que funciona o estabelecimento, não o autoriza a manter as portas deste abertas fora do horário estabelecido para funcionamento do comércio;

Art. 127 A Prefeitura mandará fechar todo e qualquer estabelecimento que funcionar sem a respectiva licença e sem o pagamento de impostos devidos á Municipalidade e cujo o proprietário se recusar a comparecer, no prazo marcado, á Prefeitura para regularizar a sua situação perante a Fazenda Municipal.

Art. 130 As indústrias, ao requererem a licença para o seu funcionamento deverão provar:
Que funcionarão em prédio adequado, construído de acordo com as exigências legais,
Que contarão com um pessoal competente e habilitado para as funções que irão exercer,
Que não oferecerão perigo a vida e a saúde dos moradores da vizinhança, nem dano as propriedades adjacentes⁷².

Ao estabelecer diretrizes de funcionamento aos estabelecimentos comerciais, de forma sutil se elimina a possibilidade de desenvolvimento do comércio clandestino, que poderia ser organizado pela classe trabalhadora, um vendedor ambulante não seria problema para o comércio local, mas se aumentar o fluxo, isso poderia representar uma concorrência que deveria de ser prevenida. São leis que dão proteção à classe burguesa, e para se manter forte, precisa se prevenir contra esta concorrência, leis que podem ser alteradas caso não se obtenha uma força atuante no próximo governo. O campo de atuação e de disputa é muito amplo e muitas coisas são de interesse da classe burguesa de oposição, são os projetos que ultrapassam décadas, feitos a partir de um planejamento rigoroso, pois uma Lei aprovada em uma Câmara Municipal, tem todo um histórico de desenvolvimento, desde que surge a sua necessidade, até o encaminhamento para a votação dos vereadores. A tramitação das limitações no desenvolvimento da classe trabalhadora em suas atividades, que muitas vezes podem coincidir e atrapalhar a exploração de classe, é analisada e limitada pelas ações do Estado, portanto, é de grande importância para as classes capitalistas estarem aparelhando o poder público de modo que este se posicione a favor de seus interesses.

A burguesia toledense também requisitava para o desenvolvimento do município a chegada da televisão, e o jornal “A Voz do Oeste”, tentando colocar Toledo e região num patamar comparável aos grandes pólos, e até mesmo trazer um pouco de luxo para os “desbravadores do Oeste paranaense”, passa a defender uma posição do Estado municipal em se agilizar para tal feito. Aos intelectuais orgânicos das elites capitalistas, talvez já estivesse presente a ideia de que este meio de comunicação seria mais um caminho de bom uso para ajudar a desenvolver a estruturação da passividade do povo, que se ateriam à telinha enquanto o capitalismo desenvolveria as suas estratégias de exploração. O jornal “A Voz do Oeste” escreve sobre a possibilidade de se desenvolver a instalação de uma torre repetidora do sinal das imagens vindo de Curitiba para o Oeste do Paraná, especificamente para Toledo, e numa reunião para discutir o assunto se fizeram

72 Código de Postura do Município de Toledo, nº 62 de 15 de dezembro de 1954. Arquivo do Museu Municipal de Toledo.

presentes várias autoridades:

(...) na magnífica casa de Wilhelm Winikes, com a presença de pessoas gradas e representantes de todas as classes dirigentes de nosso município e de Cascavel, sob a inspiração da Assoc. Com. e Ind. de Toledo, que vem se interessando pelo assunto (...) Trazendo a televisão de Curitiba são necessário no mínimo 7 torres o que dará ao empreendimento um custo aproximado a 100 mil cruzeiros novos.⁷³

A sequência do jornal mostra que em uma reunião posterior foram feitas algumas verificações e soube-se que algumas torres já haviam sido encomendadas e em fase de construção por algumas prefeituras do Norte paranaense, e até mesmo em Goioerê já se estava trabalhando para este fim. Assim, os custos poderiam ficar pela metade, fato que encorajou os participantes da reunião a investir nessa possibilidade: *“Partindo de Goio-Erê, seriam apenas duas ou três torres, que serviriam inclusive o município de Formosa do Oeste. Reduzindo desta maneira a mais de 50% o custo inicial previsto*⁷⁴.

Ao mesmo tempo em que o jornal anunciava que determinado grupo se preocupava com a chegada do “progresso” na cidade, em outra parte anunciava, tentando articular a sociedade civil a prestar atenção não somente no progresso, mas também nas eleições e nos problemas presentes nesta mesma cidade, com a manchete *“Um problema a ser considerado”*, o jornal denunciava o sério problema de desemprego que ocorria em Toledo: *“O desemprego é uma das mais evidentes facetas do desequilíbrio social, e adquire nesta cidade de 15 anos, aspectos gravíssimos a que os Poderes Públicos e as classes dirigentes não podem fechar os olhos. Pelas suas implicâncias, pelos seus efeitos, pelas aflições que trazem a comunidade”*⁷⁵. Para responsabilizar o poder público, a classe trabalhadora e a própria classe burguesa pelos problemas sociais, o jornal buscava denunciar os vários motivos da aflição do povo:

(...) a velhice ou a pouca idade, doenças e embriaguez, juntas ou separadas são fatores igualmente desfavoráveis para a disputa, junto às nossas entidades comerciais e industriais, de um cargo remunerado que dá ao indivíduo aquela dignidade que o desemprego ou a prática do (bico) e (quebra-galho) não dá.

(...) Toledo se situa em uma região em que as oportunidades, deveriam de ser numerosas e diversificadas, pois a nossa cidade mal completou 15 anos de existência, e, à semelhança das cidades da região, muito e muito tem que ser feito, em especial ao plano industrial.

É de se perguntar, pois, se tivéssemos o desenvolvimento nivelado aos padrões de nosso século, mesmo para uma cidade de década e meia, existiriam tantos desempregados e

73 A VOZ DO OESTE, Maio de 1968, p. 10. Um problema a ser considerado. Arquivo do Museu Histórico de Toledo. No sítio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, fica em Cr\$: 615.356,87.

74 Idem. Ibidem.

75 A VOZ DO OESTE, Maio de 1968, p. 16. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

trabalhadores de período?

E se não atingimos este índice de desenvolvimento, não terão os poderes públicos e as classes dirigentes se omitido, sistemática ou acidentalmente em todas as épocas da nossa existência, para que se criassem as condições ao estabelecimento das indústrias de empresas, de empreendimentos, que absorvessem não só a mão-de-obra de primeira linha, já em produtividade e contribuindo para o nosso desenvolvimento, mas, paralelamente, o trabalho dessa mão-de-obra sem especialização e ora disponível.

Pelos problemas humanos de indivíduo a indivíduo, pelas responsabilidades que todos temos ante a coletividade a que pertencemos, é de nossa responsabilidade sairmos do comodismo de nossas posições e nos determos, seriamente, na análise desse problema em Toledo que traz consigo tantos aspectos negativos, tantas convulsões sociais e tantas dores de cabeça aos nossos dirigentes.

Está aí a Vila Brasil, estão aí às zonas periféricas pobres da cidade. Os que ali vivem também são seres humanos, também são toledenses. E precisam, e esperam, dos mais favorecidos não os paliativos transitórios até certo ponto prejudiciais, mas, as soluções definitivas, mesmo a longo prazo⁷⁶.

Acompanhando as produções do jornal, percebemos que o mesmo volta-se mais uma vez ao processo eleitoral que se aproxima em Toledo, e com o título “*A sucessão municipal*”, traz um texto comentando que há praticamente seis meses das eleições, não se tinha ainda definido as candidaturas, apontava algumas argumentações para esclarecer estas indefinições. E pela estrutura da matéria percebe-se que as intenções da ACIT e a burguesia de oposição, era estar presente na própria ARENA:

- 1- Em primeiro lugar, as lideranças políticas locais aguardam a definição do Congresso Nacional quanto à sublegenda. A implicação na formação dos Diretório Municipais, estão diretamente ligados a formação ou não das sublegendas. (...) Assim o MDB já tem o seu Diretório Municipal formado. A ARENA ainda não, e por que? Aqui é que estão os grandes lances, as grandes jogadas políticas. A situação, a liderança política Municipal, no caso representado pelo Prefeito, não pretende que elemento de oposição venha integrar o Diretório da ARENA, no Município. Se conseguir isto, a oposição estará de mãos abanando, e sem chances de competir com o candidato da situação; restando-lhe apenas, apoiar o candidato do MDB. Porém se os elementos da ARENA que representam a oposição ao Prefeito conseguirem um terço aos membros do Diretório Municipal da ARENA, e existir sublegenda, o páreo estará bem equilibrado, dependendo dos respectivos candidatos, e o MDB terá diminuída as suas chances.
- 2- A formação do Diretório Municipal da ARENA, vai dar ainda muito o que falar. Senão vejamos: a quem compete a indicação dos membros que irão compor o Diretório?- Parece-nos que a competência será dos políticos, Deputados Federais e Estaduais mais votados no último pleito. No caso: Haroldo Leon Perez, Lírio Bertoli, Fabiano Braga Côrtes e o “mais votado” Ivo Tomazzoni. Este último preterido pelo Prefeito local, e substituído pelo atual secretário da saúde Arnaldo Busatto. Assim com sublegenda ou sem sublegenda, a composição do subdiretório Municipal da ARENA terá “oposição” e “situação”. Dura será a luta, em qualquer dos casos.
- 3- A terceira posição é a pacifista, da candidatura única. – Seria o ideal. – Mas poderá ela ser realidade? Duvidamos. Infelizmente em Toledo se monologa e não se dialoga. A radicalização e a ortodoxia é um fato. O espírito público é utópico. A demagogia é latente. Sem diálogo não haverá compreensão, e, sem compreensão

76 Idem. Ibidem.

- não haverá acordos, e sem acordos, a luta, o ódio, a mentira, a calúnia e tudo mais.
- 4- E tem ainda o caso das eleições para vereadores (...)
 - 5- Para finalizar. Até que seria bom se Toledo, a exemplo de Marechal Cândido Rondon, Guaíra e outros municípios fosse considerado “área de segurança nacional”, pois aí, ninguém teria que se preocupar⁷⁷.

Se a indicação se efetivasse, Toledo ser considerado área de segurança nacional, não haveriam eleições e o prefeito seria indicado por uma junta militar, que seria obviamente aparelhada pela burguesia local, uma espécie de eleições indiretas dos homens públicos, políticos locais. Mas com a situação, com as sublegendas aprovados pelos militares, em Toledo não haveria uma verdadeira oposição, já que o MDB, que durante o Regime Militar, pós-golpe de 1964, é que fazia o que nós poderíamos chamar de oposição, tinha pouca expressão na cidade. Se bem que, nem mesmo o MDB poderia ser considerado como representante dos interesses da classe trabalhadora, que luta contra a exploração burguesa. Mas, enfim, quando se fala em oposição em Toledo, e se caminha para que esta ocorra dentro do mesmo partido, ARENA I e ARENA II, já fica descartada a defesa dos interesses da classe trabalhadora, que é a luta contra a exploração capitalista. O que diferia as duas ARENAS eram os interesses burgueses, e não o caráter de olhar e pensar em resolver os problemas sociais da classe explorada.

O jornal traz a reportagem “*CIDADE HUMILHADA*”, na edição de 16 de Junho de 1968, ocupando toda a primeira página, com uma foto da cidade de Toledo no centro e um grande comentário do editor de como ele gosta da cidade, dos motivos que o fizeram optar por esta e não outra cidade, e por que lamentavelmente nestes dias Toledo estaria perdendo em face de desenvolvimento para as demais cidades do Oeste do Paraná. O autor do texto menciona a honra de ter optado por Toledo e o sonho que o mesmo tinha em ver esta cidade se desenvolver para um futuro próximo, ao mesmo tempo em que ele coloca alguns pontos de interrogação sobre os prováveis atrasos do município. Atraso que se dá pelas telecomunicações, pela falta de energia, que são atribuídos muitas vezes a “teimosia” do então prefeito municipal e continua:

Está aí o orçamento de NCr\$ 1.750.000,00 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões dos antigos)⁷⁸ mal aproveitado. Que se faça justiça de quem dela necessita: não resta dúvida que o Sr Prefeito Municipal deseja acertar na administração do nosso Município, e que demonstra ser de extraordinária vitalidade e energia no trato da coisa pública. É um irrequieto trabalhador, ágil e movimentado. Entretanto o que nos permita S. Sa. dizer-lhe que o seu trabalho nos parece muito dispersivo e mal aproveitado. Toledo precisa de trabalhadores ágeis e movimentados. Mas, o trabalho de S. Sa. é muito valioso para tal. Que

77 A VOZ DO OESTE, Maio de 1968, p. 15. Arquivo do Museu Histórico de Toledo. 2ª Edição do jornal mensal.

78 No sitio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, fica em R\$: 10.608.846,28.

seja um administrador eficiente, e será muito mais que um trabalhador ágil e movimentado: será um PREFEITO PRODUTIVO E MUITO MAIS ÚTIL AO NOSSO MUNICÍPIO, por tudo isso comparando o atual município com os municípios citados; tendo presente a radicalização, a constante sistemática indisposição que certas cabeças pensantes tem para com o Sr. Prefeito municipal, que lhes paga na mesma moeda; lembrando-nos que todos desejamos um Toledo melhor, com mais prosperidade e entendimento, (...) ⁷⁹.

A posição do jornal em relação ao pleito e em relação ao governo municipal é clara, as severas críticas ao prefeito tem o objetivo de deteriorar o seu nome e sua influência nas futuras eleições, o texto tem o objetivo de responsabilizar a administração municipal pelos problemas que ocorrem no município, não se esquecendo que o interesse do jornal é o mesmo da ACIT e do grupo burguês de oposição ao prefeito municipal, para evitar riscos e direcionar os fatos em caso da ARENA ter um único candidato ou se as legendas forem aprovadas, era preciso já estar se armando, evitando surpresas de última hora.

Como nas eleições de 1968, acabaram sendo aprovadas as sublegendas, o que significou que estas eleições poderiam ocorrer com mais de um candidato pela ARENA, as sublegendas ou ARENA(1) e ARENA(2), evitando o desgaste da burguesia em ter que defender interesses que não condiziam com a sua ética. A elite toledense podendo apontar dois candidatos para eleições, interessava, pois mesmo estando descontentes com a administração municipal, os mesmos não iriam se vergar para o projeto político do MDB, um “extremismo” que não compatibilizava com o projeto maior. No caso da sublegenda ficou interessante a indicação dos candidatos, tanto para o legislativo como para o executivo:

Diz a Lei: artigo 2 “A instituição da sublegenda será concedida pela respectiva convenção partidária estadual ou municipal”(…) ora, em Toledo não existe ainda diretório e, em consequência não poderá haver convenção partidária. A solução pois, no caso de Toledo ou em qualquer outro município em iguais condições está no artigo 18 e 19 em tela que disciplina: “artigo 18. Para as eleições municipais a se realizarem em novembro de 1968, os Diretórios Municipais substituirão as convenções nas atribuições a esta conferidas na presente lei”. – artigo 19. Nos municípios em que não tenha sido constituído Diretório Municipal, a atribuição da criação da sublegendas e indicação de candidatos será conferida a Comissão Executiva Municipal ⁸⁰.

Em Toledo a ARENA tinha efetivamente em funcionamento o Diretório Municipal, cabendo a este formar a sublegenda para o pleito municipal, ainda para a indicação dos vereadores, que também passa pela votação do Diretório ou da Convenção, ficou limitado o número de candidatos para o legislativo conforme a quantia de votos obtidos na convenção e formulação da

⁷⁹ Idem, 16 de Junho de 1968, Folha de rosto. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

⁸⁰ Idem, ibidem.

legenda e sublegenda. Para que ocorra a legenda e sublegenda, deve ocorrer uma eleição interna no próprio diretório, e como cada legenda, ARENA e MDB, podiam apenas indicar o dobro de votos segundo o número de vagas para a cidade onde se desenvolveria o pleito municipal, no caso de Toledo, onde nove vereadores seriam eleitos, cada partido poderia indicar a 18 candidatos. A legenda e sublegenda dentro de um mesmo partido, no caso da ARENA em Toledo, que vai ficar conhecido como ARENA I e ARENA II, podiam apenas indicar juntos a 18 candidatos a vereador. Segundo a Lei Federal, ainda a quantidade determinada para cada legenda e sublegenda, seria determinada pela quantia em porcentagem obtida na convenção do Diretório ou do partido. Também especificou a mesma Lei Federal que em caso de eleições com legenda e sublegendas, mais um partido de oposição MDB, os votos obtidos pela ARENA I e ARENA II se somariam para fazer frente aos votos do MDB, de modo que se as ARENAS fizessem juntas mais votos que o total do partido de oposição ficaria eleito o prefeito mais votado dentro da disputa das duas ARENAS. Podia-se ter assim um candidato a prefeito pelo MDB, por exemplo, com mais votos que os candidatos das ARENAS, mas pelas composições das legendas o candidato do MDB perderia o pleito para um de seus adversários, o mais votado da legenda ou sublegenda da ARENA. O que praticamente eliminou a intenção de um candidato de real oposição para o município de Toledo, se este realmente existiu.

Praticamente eliminada a oposição do MDB nos municípios pela Ditadura Militar, principalmente em Toledo, bastava que se fizesse uma organização dentro da própria ARENA para que se mantivesse a ordem estabelecida, coerentemente, pela satisfação do jornal, que na aparência produz um discurso para a candidatura única, mas defendendo os interesses de seus representados, desenvolve um trabalho paralelo para efetivar o candidato da “oposição”, que estrategicamente ainda não é divulgado. Assim, os políticos do município aparentemente indicavam para a possibilidade de uma indicação única para eleição do majoritário municipal, ficando apenas aberta a disputa pela Câmara Municipal, como anunciou o jornal “A Voz do Oeste”:

Os pró-homens de Toledo, – e aqui, é óbvio, que se inclui o Dr. Avelino Campagnolo, Prefeito Municipal de Toledo – face à próxima campanha eleitoral, iniciam os contatos e as sondagens, para que, satisfeitas e atendidas as pretensões de uns e outros, o sucessor do atual edil seja obra de unificação e do desarmamento dos espíritos. Será o candidato comum.

(...)

Pois, não tem sequer uma alma nesta terra, mesmo defendendo opinião política, que não deseja um melhor clima para o seu trabalho, mais compreensão e acerto entre os que detêm a responsabilidade de nos guiar. Não nos adianta terra fértil, economia próspera, região futura. São aspectos materiais que somente se valorizam se houver harmonia e clima elevado de convivência.

Não bastam, entretanto, manifestações aparentes para sondagens políticas, apenas. É

preciso dar curso sério e levar a bom termo assunto de tamanha transcendência. Nada de atos solertes de enxadristas políticos. Nada de imposições inaceitáveis, de parte a parte. Quem deseja paz, deve se munir de humildade para alcançá-la. Nesta hora de entendimento para fim tão elevado, ninguém seja ninguém. Todos sejam toledenses. Toledo antes de mais nada⁸¹.

Pela sequência dos textos das demais edições, percebemos que a direção dada pelo jornal, de realmente ocorrerem eleições com candidato único, estava longe de se concretizar, e os próprios editores do jornal sabiam disto, pois no mesmo editorial já saíra uma reportagem de divulgação do provável candidato de oposição, o ex-prefeito e deputado estadual Egon Pudell, colocando o mesmo como um intencionado homem do bem, que prioriza a campanha “amigável”, sem agressões e com pretensões a ser candidatura única, “*sem mesmo ter intenção de ser candidato*”, mas se de fato realmente houvesse a corrida eleitoral, é porque, mais uma vez a “teimosia” de Avelino Campagnolo não deixa as coisas acontecerem da melhor forma possível para cidade:

O Sr. Egon Pudell, do qual registramos publicamente, em número anterior, a manifestação no sentido de pacificação e união de todos os toledenses, com vista à próxima sucessão municipal, não se preocupa com o seu nome para candidato: o seu sincero desejo é se preocupar com a sua indústria, e ver chegar a bom termo os entendimentos. Faça-se justiça ao Sr Egon Pudell: foi o primeiro político importante do município, através da imprensa, se manifestou favoravelmente a união de seus municípes.

A reunião levada a efeito, num destes dias, no escritório do dr Wilson Kuhn, com e outras figuras exponenciais do “mandabresa” toledense, inclusive o Sr Arthur Mazzaferro, parece que levou a conclusão inicial o seguinte: a presença do dr. Ernesto Dall’Oglio⁸², Helmuth Priesnitz, Lirio Donin, Arno Lamp. Vamos entrar na onda da pacificação (...) Não esquecemos que o o dr. Wilson é candidato a candidato desde idos tempos do Irmão Jorge, com quem comporia a chapa. E, depois, pelo MDB tem mais candidatos a candidato: Alcides Leonardi, que já anda em bares, fazendo campanha eleitoral, Arthur Mazzaferro, esforçado e atento para os problemas do município, Edgar A. Lamp, que está de “olho na pelota” (...) E assim por diante.

(...)

Ivo Welter, mais conhecido como “Meu Peixinho”, que está louquinho a chegar a “tubarão”, é confessor dos pacifistas. Quanto a ele não vê com bons olhos esta mania de paz: como poderá fazer uma campanha política sem fofocas, sem dizer que o outro candidato “é o candidato da SADIA?”⁸³.

Na edição de 29 de junho de 1968, o jornal manifesta seu descontentamento com a não indicação dos candidatos por parte das duas coligações, sabe-se que realmente haverá dois candidatos da ARENA, pois segundo a sequência dos textos do jornal, este fato “lamentável” é de responsabilidade do prefeito municipal, que não abriu mão de indicar o seu sucessor. A indignação do jornal é tanta que no editorial chegou-se a nomear como “covardia” a não divulgação dos nomes

81 A VOZ DO OESTE, 29 de Junho de 1968 – nº 11, Folha de rosto. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

82 Ernesto Dall’oglio foi o primeiro prefeito de Toledo.

83 A VOZ DO OESTE, 16 de Junho de 1968 – nº 11, Folha de rosto. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

que concorreriam ao pleito que se aproximava:

Esperando pelo que esta no cume, as correntes da base de nossa pirâmide política não se mexem e nem dão sinal de vida, como se o vulcão eleitoral tivesse que começar de cima para baixo, a corrente que está de cima, no cume ou na cúpula, sente-se tão senhora da situação que parece rir da falta de coragem do adversário, a quem espera afastar da peleja com um simples erguer de um dedo indicador apontando o futuro edil de nossa comuna. Em resumo, ninguém quer ou tem coragem de apresentar candidato. E o povo? O povo, este, sim, é que está rindo de verdade da indecisão de tantos políticos sem liderança⁸⁴.

O texto continua salientando a respeito da necessidade de se ter um candidato único, pela pacificação do município, preocupado com a necessidade de se apontar um candidato para fazer frente à situação, mas, também não querendo abrir uma disputa direta com a atual administração, o texto aponta para que se buscasse um candidato que mesmo sendo único, fosse à representação dos anseios de ambas as partes, a impressão que fica, devido aos exageros nas diversas tentativas de efetuar as eleições com candidato único, que a oposição tinha medo de uma disputa aberta entre as duas frentes políticas. Para tentar resolver o impasse, e ao mesmo tempo apontar uma solução, o jornal indica:

Já ouvimos falar de um ou dois nomes de cidadãos toledanos para candidato de pacificação, ou candidato único. Nenhum serviu e nenhum servirá. Saia de onde saiu e venha de onde vier. Mas, como todo mundo está dando e tem o direito de dar palpite, eu vou dar o meu, só por gozação, gozação com cara de nosso políticos, que o irão rejeitar de saída. E um dos primeiros motivos da rejeição seria o fato de ser um sujeito apartidário, amante do anonimato, que não gosta de mistérios e muito menos de torres de marfim. Esse cidadão chama-se simplesmente:

PEDRINHO ANTONIO FURLAN

Barbaridade este Pedrinho não é o Pedrinho do Frigorífico Pioneiro, (...) da SADIA, (...) ⁸⁵.

Enquanto as lideranças não se definiam, o editorial do jornal apontava como possível candidato Pedrinho Furlan que era neste momento um dos mais influentes diretores da SADIA. O nome de Furlan e a sua relação com a Sadia, indica qual grupo o jornal efetivamente defendia. Afinal este meio de comunicação estava estruturado para representar a sua classe, o grupo burguês de oposição, que não era a ARENA de Avelino Campagnolo. Sempre tomando o cuidado, de quando se fala em oposição partidária em Toledo, estamos falando da ARENA II, pois como fora mencionado, no município o MDB, que teoricamente seria a “real oposição oficial” no país, não tinha expressão nem mesmo para apresentar um candidato a majoritário nas eleições.

84 Idem, 25 de Julho de 1968 – nº 12, p. 02.

85 Idem. Ibidem.

Portanto, a preocupação para o pleito local era de saber qual das duas frações da classe burguesa dominante é que ficaria com a administração do município; a classe trabalhadora, alheia à disputa desses grupos apenas acompanhava os acontecimentos sem se envolver ou mesmo tomar posição. Para a disputa intra-classe burguesa, a ARENA II, sabia que precisava controlar a opinião pública, inclusive a classe trabalhadora, afinal, as eleições se decidem pelo número de votos conquistados pelo candidato. E para que este povo forme a sua opinião, e concorde com a direção dada aos fatos pelo grupo burguês de oposição, é necessário que o jornal continue fazendo as suas intervenções, convencendo os seus leitores sobre a qualidade e representatividade que representa a “oposição” em Toledo:

A oposição não se acertou, ainda, em torno de um único nome que a represente. Quando dizemos oposição, queremos nos referir às sublegendas arenistas.
O MDB está “mais firme que palanque em banhado”: ora quer pacificação a moda da casa, ora quer fazer bulício com candidato próprio.
Na ARENA situação, ninguém tuge, nem ruge. O dono da bola, do juiz, dos jogadores, do campo e dos bandeirinhas, é o dr. Campagnolo. Naturalmente, o resultado da partida só vai favorecê-lo. Ainda mais; quando se sabe quem o dr. Campagnolo tem como auxiliar nas laterais o “meu peixinho”, vulgo Ivo Welter⁸⁶.

O texto tenta deixar a impressão de que os editores do jornal estivessem alheios às decisões da oposição, é orientadora e enganosa ao povo, pois com certeza quem escreve a matéria sobre as posições e estratégias políticas a serem tomadas, atos que são decididos em reuniões com a participação dos próprios editores, pois um jornal contratado para defender um grupo, com certeza esta a par de todas as decisões deste grupo. Mas para criar um compromisso com o leitor que acompanha a evolução das tentativas de pacificação no município, que não acontece segundo este jornal, por “teimosia” do então prefeito. O jornal tenta produzir na opinião pública a idéia de que o grupo burguês de oposição é que faz de tudo para que ocorra o melhor possível para a cidade, tanto que até este momento ainda se aguarda a benevolência de Campagnolo para que em Toledo tenha-se candidato único que busque o bem de todos, esse “todos” é que deve ser questionado. E para atingir a opinião popular, nada melhor que um ato público de impacto, e a Passeata das Velas já mencionada pelo problema de energia elétrica, também é muito bem aproveitada pela edição deste editorial, lembrando mais uma vez que esta edição foi a única diferenciada em cor azul, para refletir ainda mais as críticas que tinham o objetivo de atingir o prefeito e seus aliados:

“Estorou” a paciência do povo de Toledo: Foi às ruas, de velas na mão, clamar por

86 A VOZ DO OESTE, 25 de Julho de 1968 – nº 12, p. 20. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

energia!

A véspera do fatídico agosto, consignado como agourento no calendário de muitos pessimistas, teve registro especial em Toledo: o povo toledense, iluminando a cidade às escuras, saiu de velas na mão reclamando a energia elétrica tão prometida, tão necessária, mas, tão ausente em nossa cidade.

Dessa passeata que deu “panos para as mangas”, tão falada e de tanta repercussão, dizem uns que foi teleguiada. Afirmam outros que foi espontânea e voluntária.

O que podemos afirmar é que tantos não poderiam participar coagidos ou obrigados.

Para a VOZ DO OESTE, que vê a notícia de qualquer natureza a essência de sua vida, foi uma passeata de velas na mão⁸⁷.

Para retratar e dar realidade à notícia, o texto traz ao lado uma foto com alguns cidadãos em passeata e ao fundo a cidade às escuras. A Passeata das Velas, para o cidadão comum podia ser uma manifestação popular, um descontentamento com a situação do município e com o prefeito municipal, mas no momento do episódio, com a aproximação das eleições municipais, com Avelino Campagnolo não aceitando a edificação de um candidato único, a Passeata das Velas não poderia e não foi apenas um ato de um cidadão comum, que saiu de casa com uma vela na mão e agregou à sua companhia um grande número de pessoas que representou a passeata. Não, um ato destes é planejado, precisa ter impacto e contestar a situação a qual denuncia, por isso não é uma atitude que partiu do povo, é um planejamento de grupo para um momento certo. Foi o que ocorreu com a manifestação, que foi muito útil para o grupo burguês de oposição. Como a própria edição do jornal argumentou:

A hora da verdade

Se analisarmos sem paixões e desligado de grupos os acontecimentos de 31 de julho em Toledo, dos quais a passeata das velas é mero episódio, podemos ir muito longe em nossas conclusões.

A primeira, que ninguém pode desmentir, é que antes de mais nada, a solução do problema energético de Toledo passou a ser questão de birra rotineira ao dr. Campagnolo.

(...)

Nem convênio com a COPEL, nem pronunciamento público! Porque se o dr. Avelino Campagnolo é o Prefeito, cuja autoridade e importância nunca lhe foram negados, é preciso que se anote que essa sua posição não lhe permite decidir da forma como está fazendo. O povo, constituído daqueles que o elegeram e os que não lhe tenham dado o voto, mas reconhecendo-lhe a autoridade que detém, todos, indistintamente, precisamos saber se continuaremos no escuro, ou teremos energia em Toledo.

(...)

As pessoas inquinadas de responsáveis pela Passeata das Velas, comerciantes e industrialistas, profissionais liberais e educadores, alunos e professores, donas de casa e domésticas, automobilistas e pedestres, agnósticos e crentes, o povo. O povo – sim, senhor, – O POVO de Toledo, bem ou mal representado, mas, vamos repetir o POVO DE TOLEDO, não pode ser tratado como o foram, porque se foi esta a manifestação popular, certa ou errada, mas, plenamente consciente e responsável, não poderia no nosso entender ter sido aquela reação do Sr. Prefeito Municipal de Toledo.

De decreto a tiracolo, sob a inspiração de apaniguados e, com inquirições policiais, escândalos políticos em esfera graduadas, que felizmente não se deixaram comover pelo

87 Idem, 18 de agosto de 1968 – nº 13, Primeira página.

escândalo⁸⁸.

Para dar realce à notícia, o então “jornal todo em azul”, trazia a reportagem numa folha inteira, lado esquerdo de um jornal aberto, enquanto que o lado direito deste mesmo, é todo dedicado a apenas um desenho de uma vela com o porta velas, impossível até mesmo para um leitor comum, despreocupado com os problemas locais, sem interesse nenhum, não parar a sua leitura para refletir sobre a imagem exposta na página 03, do jornal do dia 18 de agosto de 1968.

O jornal produziu na página 07 um texto sobre os candidatos a prefeito para o município de Toledo, no qual, através de uma sátira, ele coloca alguns “caipiras” conversando sobre em quem eles irão votar no pleito municipal, pelo fato de ainda não ter os candidatos definidos o povo atira para todo lado, e na própria sátira, eles listam alguns nomes anteriormente citados como opção de voto dos munícipes de Toledo, abaixo da sátira o jornal comenta: *“infelizmente, não nos é possível informar algo de positivo aos nossos minguados leitores. Reproduzimos os comentários mais importantes ouvidos nos últimos dias”*.⁸⁹

Ainda na mesma edição está sendo lançado o candidato da oposição para o pleito municipal, pelos menos é esta a informação dada pelo jornal “A Voz do Oeste”, que notícia como candidato da oposição Egon Pudell. E aproveitando o momento da mesma edição, já prepara o terreno para que o povo opte na hora de depositar o seu voto pelo candidato “certo”, o candidato que faria o melhor pelo município, já que teria em sua história uma vida dedicada à cidade como político e como trabalhador:

“PUDELL CANDIDATO”

O ESTADO DO PARANÁ, órgão admitido como oficioso por parte do Exmo.º Sr. Governador Paulo Pimentel, publicou em sua edição de 9 do corrente, na seção “Panorama Político” o seguinte:

PUDELL CANDIDATO

O deputado Anibal Curi, secretário geral da Arena, conferiu ontem, no Legislativo estadual, com o Sr. Egon Pudell, ex-presidente da Assembleia Legislativa e virtual candidato da Arena à prefeitura de Toledo. Na oportunidade, foram analisados diversos aspectos do esquema sucessório arenista naquele município, devendo-se confirmar, brevemente, o lançamento da candidatura Egon Pudell à prefeito de Toledo.

A esta hora, somos forçados a aceitar como verdadeiros os comentários ouvidos de que o ex-prefeito e ex-presidente da Assembleia, o Sr. Egon Pudell, é o candidato oficial do Governo do Estado à sucessão do Dr. Avelino Campagnolo. Que julguem os nossos leitores⁹⁰.

88 Idem, p. 02.

89 A VOZ DO OESTE, 18 de agosto de 1968 – nº 13, p. 07. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

90 Idem, p. 15.

Na edição de 6 de setembro de 1968, trazia no texto da capa uma homenagem, comentário sobre o 7 de setembro a ser comemorado no dia seguinte, no qual invoca a história brasileira, o nacionalismo que na época da Ditadura era muito ovacionado, e aproveitava, para no mesmo editorial deixar umas indicações sobre como deveria ser o cidadão e o brasileiro:

Nosso espírito, ao invocar a nossa história, enche-se de otimismo. Somos um país subdesenvolvido. Somos um país de contrastes profundos. Somos um país desintegrado. Somos, porém, um País Jovem e de Jovens. Não concordamos com a violência, oriunda do ódio. Não concordamos com o desrespeito à pessoa humana. Não concordamos com o totalitarismo. Cremos na força das idéias, do entendimento, do diálogo. Cremos nos brasileiros que desejam, com sinceridade e sem interesses inconfessáveis, construir uma grande Nação, alicerçada na paz e na justiça social⁹¹.

A última frase é uma crítica velada às atitudes do então prefeito municipal, que pela sua “teimosia” contrariaria toda a vocação de uma municipalidade, pessoas com tal índole são um perigo para uma administração, pois cidadãos de bem devem ter como representante do poder municipal uma pessoa que tenha a mesma ética, coisa que não acontecia conforme as informações do jornal com o então prefeito municipal Avelino Campagnolo.

Na edição seguinte, não são ainda confirmados oficialmente os candidatos para o pleito municipal, *SUCESSÃO MUNICIPAL EM TOLEDO - A MÚSICA É A MESMA O COMPASSO NÃO MUDA*⁹², situação que é qualificada como desgastante pelo editorial, pois com os nomes seria mais fácil fazer as críticas e os devidos elogios, pois as duas ARENAS, apesar de terem interesses em comum, se comparado com a classe trabalhadora, cada grupo tinha seu próprio projeto burguês. Como a própria manchete anunciou, não se confirmou Egon Pudell como candidato, fato que o próprio jornal já havia anunciado. Na prática continua uma disputa de acertos partidários e não sai um nome definitivo, nem por parte da situação e nem por parte da oposição. Até mesmo o MDB, que por algum desacerto, poderia lançar candidatura própria, preocupação que não existe no texto, pois nem menciona o partido como concorrente, dando a entender que não representa nenhum perigo para o pleito que está cada vez mais próximo.

91 A VOZ DO OESTE, 6 de setembro de 1968 – nº 14, Primeira Página. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

92 Idem, p. 03.

2.2.7. “A VOZ DO OESTE” EM CAMPANHA ELEITORAL

Apostando no nome de Egon Pudell o jornal já dá sequência na divulgação do nome do ex-prefeito e deputado estadual, valorizando as suas atividades desenvolvidas em prol do município e da região, notícias como “*Movimento Emancipacionista de Vila Nova: Egon Pudell portador do memorial*”⁹³. O texto não traz nada de importante, apenas relata a intenção emancipacionista do Distrito de Vila Nova, informando ao público que já havia sido feita uma tentativa de emancipar o distrito do município de Toledo, com o projeto do ex-deputado Egon Pudell, numa apresentação junto a Assembléia Legislativa, mas que naquele momento não obteve quórum para a aprovação do novo município. O fato do município não ser aprovado é uma incógnita, mas presumidamente foi em virtude de que a bancada governista não o queria, assim a própria sede do município, Toledo no caso, perderia com o novo município, portanto o jornal “A Voz do Oeste, que se dizia um eterno defensor dos interesses do Município de Toledo e do povo, não poderia ver com bons olhos as perdas que representava a emancipação de Vila Nova na arrecadação municipal, mas neste momento o que interessava era ventilar, nesse meio de comunicação, o nome de Egon Pudell como político em atividade e preocupado com o Oeste do Paraná e com seu povo.

Para ressaltar o candidato da oposição em detrimento do então prefeito municipal, o jornal produziu uma enorme reportagem sobre o então prefeito de Marechal Cândido Rondon, Werner Wenderer, a reportagem foi feita com o objetivo de mostrar a sua versatilidade e habilidade em lidar com o público, com o povo, e com os deveres de um prefeito como representante do povo daquela cidade, divergindo com a “morosidade”, “teimosia” e “incoerências” do prefeito de Toledo, como fica clara em algumas partes que reproduzimos:

- Bom dia, senhora. É aqui a residência do senhor Werner Wanderer?
- É, sim senhor.
- Poderíamos falar com ele?
- A esta hora o Sr. Já não encontra mais o meu marido em casa. Deve estar em Mercedes fiscalizando a construção da rede de energia elétrica, ou em Guaíra, tratando com um engenheiro do Estado.
- Puxa! Mas, são só 7 horas!
- É, mas, eu sinto mais que o senhor, pois gostaria de ter o meu marido mais tempo em casa, mas, ele divide o seu amor comigo, com os nossos filhos e com o município de Mal. C. Rondon.
- (...) o município de Mal. C. Rondon foi incluído entre os 15 municípios brasileiros que, através de entidade financeira norte-americana, propicia a eletrificação rural a essas comunas, com prazo de pagamento de 30 anos, (...) ⁹⁴.

93 Idem, p. 05.

94 Idem, p. 07.

E na fala do próprio prefeito Werner Wanderer, reproduzida pelo jornal:

- Essa iluminação urbana será semelhante aos grandes centros, com luminárias modernas, em ambos os lados das vias de trânsito e em todo o perímetro urbano. O nosso povo rondonense merece esse melhoramento, e nós não poderíamos deixar de executá-lo.
- Não é só energia elétrica que preocupa a nós todos, nesta administração. Acabo de adquirir 4 tratores de 15 toneladas cada um, para atender melhor ainda os nossos problemas viários⁹⁵.

O texto de uma página inteira faz diversos elogios, demonstrando ao público leitor a forma, “cordial, eficaz e deslumbrante” do prefeito de M. C. Rondon, quando relata, por exemplo, que às 7 horas da manhã este já estaria fiscalizando obras e desenvolvendo o seu município, é claro que o objetivo era estabelecer um paralelo com o prefeito municipal de Toledo, que comparado com o dinamismo do prefeito rondonense não teria nenhuma condição de administrar esse município.

Ainda para desgastar a imagem do prefeito ou de seu eventual indicado a candidato a prefeito, o jornal volta a anunciar “*BR-163 – ESTRADA DO COLONO - Jornada de nacionalidade com José Della Pasqua, Prefeito Municipal de Medianeira, como seu líder*”, esta reportagem, junto com mais algumas, é uma produção de duas páginas, de forma para que se possa lê-la tem que se abrir o jornal todo em cima da mesa, pois alguns assuntos começam numa página e terminam na outra, justamente para amarrar o leitor e fazê-lo entender que o problema é o mesmo. E a sequência das reportagens falam a respeito dos benefícios que traria ao Oeste do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso (na época Mato Grosso do Sul e Mato Grosso eram um único Estado), com a reabertura da Estrada do Colono. Em uma delas tivemos a seguinte edição: “*Presenças no Encontro Inter-Estadual pró-abertura da BR. 386 em Medianeira – 18 de agosto de 1968*”, no desenvolvimento do assunto reproduz-se uma grande lista de representantes municipais presentes no encontro, entre eles os prefeitos ou representantes de diversos municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, sendo que de Toledo estava apenas o vereador Orlando dos Santos, representando o Legislativo Municipal.

Na mesma página tem ainda a seguinte reportagem: “*José Della Pásqua - Prefeito de Medianeira*”, e o texto também procurava mostrar a versatilidade e preocupação desse prefeito com o desenvolvimento de sua região, característica que se encontraria ausente no administrador de Toledo, que nem teve a preocupação de participar de tão importante reunião. Para finalizar a página o jornal ainda apresentou algumas notas sobre o tema e destacou:

95 Idem, Ibidem.

O Lions Clube de Toledo promoveu em 28 de agosto, naquela cidade, uma reunião que contou com a presença do Prefeito Municipal, para se incorporar ao movimento de criação da BR. 163 e BR. 386. Aliás, naquela oportunidade, pelas declarações de s. Sa., ficou-se sabendo que o Prefeito Municipal de Toledo, já vem lutando desde 1965 por rodovia semelhante. Tudo em segredo, decerto, pois, na reunião de Medianeira do dia 18, não compareceu e não se fez representar. Poderia ter prestigiado aquele conclave, em nome do povo que governa⁹⁶.

Importante verificar mais uma vez a atividade do Lions Clube, uma entidade que se diz filantrópica, envolvido com uma discussão de cunho político. Para sustentar sua posição de que o prefeito de Toledo não seria atuante e não desenvolveria o município como poderia, o jornal lista nesta mesma edição mais algumas reportagens qualificando os candidatos a prefeitos da região, ou mesmo os então Prefeitos das cidades vizinhas em detrimento do prefeito de Toledo. “*RUDY ALVAREZ, CANDIDATO A PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUMBRIAND, ao nosso jornal - “O PARANÁ É A NOSSA RELIGIÃO, ASSIS CHATEAUBRIAND, terra próspera, o nosso catecismo”*”⁹⁷. E ainda: “*PALOTINA: DOMINGOS FRANCISCO ZARDO E A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO, EM PERMANENTE HARMONIA, CONDUZEM AQUELA COMUNA PELA SENDA DO PROGRESSO*”⁹⁸.

Finalmente na edição de 22 de setembro de 1968, o jornal “A Voz do Oeste” anuncia os candidatos ao pleito municipal, e para dar ênfase ao candidato do grupo burguês de oposição, que o jornal representava e cumprindo o seu papel anuncia na primeira página: “*ARNALDO BUSATO APÓIA E RECOMENDA AS CANDIDATURAS - À Prefeitura de Toledo*”. A reportagem traz junto uma foto com os dois candidatos, para que os munícipes já possam identificar de quem se está falando:

Incomparável vigor vêm de receber as candidaturas Egon Pudel – Wilson Kuhn: o Deputado Arnaldo Busato, prestigiado e dinâmico líder paranaense, Secretário da Saúde do Governo Paulo Pimentel, apóia aquela chapa à Prefeitura Municipal de Toledo, tendo recomendado aos líderes locais, (...) que recomendem e acompanhem Egon Pudel – Wilson Kuhn em sua vitoriosa jornada à Prefeitura Municipal de Toledo⁹⁹.

Também no mesmo editorial continua-se questionando o problema da energia elétrica em Toledo, pois os eleitores não podem falhar ao eleger o próximo prefeito municipal. Assim, eram

96 A VOZ DO OESTE, 6 setembro de 1968 – nº 14, p. 08 e 09. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

97 Idem, p. 10.

98 Idem, p. 11.

99 Idem, 22 setembro de 1968 – nº 15, Primeira página.

noticiadas as críticas ao poder municipal e ao candidato do então prefeito: “À Luz de Velas, o Grêmio Estudantil “José de Alencar”, Elegeu Seus Novos Dirigentes. (...) Na penumbra toledense da vela de estearina, os estudantes que compõem o Grêmio Estudantil José de Alencar, do Ginásio Estadual de Toledo, elegeram a sua nova diretoria, (...)”¹⁰⁰.

E para não questionar apenas a questão da energia elétrica, fez-se uma acusação na questão da saúde, que segundo o jornal estaria em “estado de preocupação”, abandonada e sem ter os cuidados que o setor merece, uma irresponsabilidade dos gestores que não se preocupam com a situação do povo (eleitorado) e segundo o editorial:

Plano de Publicidade do Prefeito Municipal

Toledo, Uma Cidade Com a Saúde Ameaçada

Se o leitor pensa que as imundícies do esgoto de nossa cidade são conduzidos a tanques de decantação, para posteriormente serem lançados no arroio Toledo, incorre em frustrador engano.

Os resíduos cloacais de toda sorte, compostos de dejetos de toda gama de imundícies, são largados em céu aberto, num valetão que a erosão está aumentando no dia-a-dia, e assim, completamente sem quaisquer tratamentos, como se faz em cidades medianamente civilizadas, são incorporadas às águas do arroio Toledo, que passa no restante de seu percurso sofrer os efeitos da poluição.

(...)

Não queremos de s. Sa. Milagres: apenas que faça aquilo que sua condição de renomado médico lhe determina¹⁰¹.

Mais uma vez o texto tenta se apresentar, como modernamente poderíamos denominar, de 4º poder, que vigia a sociedade civil e o poder público, denunciando e criticando as atitudes incorretas. A denúncia, naquele momento, é muito importante ao jornal, por ser de interesse público, dá-lhe credibilidade e ainda questiona a moral de Avelino Campagnolo, como médico não poderia estar administrando seu município agredindo a saúde pública.

Também ao voltar a anunciar a questão que ele mesmo tanto defendera, do candidato único, que segundo o jornal não teria ocorrido por “teimosia” do prefeito, traz um texto lamentando que doravante o bombardeio iria começar entre as duas ARENAS:

Tudo deu em nada. Nem emedebistas, nem os campagnolistas, nem os “meu-peixistas”, vulgo Ivo-weltistas, nem os egon-pudelistas, nem ninguém chegou a tábua rasa do candidato único, pacificador, administrador hábil, infenso às lições políticas, que pudesse governar o nosso município por escolha unânime de 12 milhares de eleitores toledenses. A VOZ DO OESTE, jornal que se preocupa com os problemas das comunidades oestinas,

100 Idem. p. 03.

101 A VOZ DO OESTE, 22 setembro de 1968 – nº 15, p. 08. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

desde as matinadas políticas advogou o candidato da pacificação.¹⁰²

O candidato da pacificação seria o responsável pela continuação do projeto hegemônico burguês, assim nada seria contestado, o desenvolvimento do município continuaria sustentado pelo trabalho, pela classe trabalhadora, tudo em nome da ordem e do progresso, como o lema da bandeira nacional já determinava. Nesse projeto é essencial que o povo abrace a causa, o trabalho como único meio para o desenvolvimento do município, e que os frutos serão de todos, pois quanto mais rico for o município maior será a riqueza de seus munícipes. Pobre ilusão da classe trabalhadora, que acha que se as indústrias estiverem acumulando riquezas, enriquecendo, os trabalhadores também o estarão. A força do pensamento único, que não deixa espaço para as divergências, é justamente isso, é fazer o povo acreditar que somente existe esta forma de pensar e de se desenvolver a sua sociedade, são verdades absolutas e inquestionáveis, e que ao trabalhador somente resta este destino.

Mas agora a questão do projeto único está sob risco, principalmente se as “loucuras” ou a possibilidade de derrota levarem Avelino Campagnolo a “devaneios” que não seriam interessantes na luta de classe, como vimos pelos blocos estruturados em Toledo não se tem uma classe trabalhadora organizada e para as elites é justamente isto que interessa, mas numa situação destas tem que se tomar alguns cuidados, pois no auge da campanha poderiam ocorrer acusações que poderiam não só deteriorar o grupo oponente, mas também toda a classe dominante, que no momento das eleições estava dividida e cada parte procurava ser dirigente. Assim, ainda na edição de 22 de setembro de 1968, o jornal traz um texto que questiona o prefeito municipal Avelino Campagnolo por não ter auxiliado na possibilidade de um candidato único, e que as prováveis desavenças e desunião dos munícipes se darão pelo desenvolvimento da campanha eleitoral, que se preencherá de alfinetadas e discordâncias. *“O tempo passou. As futricas começaram. As barganhas políticas prevaleceram. O candidato da situação, a hora em que esfregamos os dedos na surrada Remington, é uma incógnita: Mazureck, Vinício, Haroldo, Lino, Welter, Irineu, Ondy, o próprio “Meu Peixinho” o Ivo Welter, Vicari e tantos outros. (...) nenhum se diz candidato”*¹⁰³.

Na edição de 12 de outubro de 1968, na capa do jornal, a edição traz a proposta política de Egon Pudel e Wilson Carlos Kuhn, e logo abaixo três fotografias mostrando que a Usina Elétrica de Novo Sobradinho que segundo o jornal estaria abandonada e que provavelmente nunca produziria energia para o município de Toledo, ainda com duas manchetes destacando as fotos. *“Entrará em*

102 Idem. Ibidem.

103 Idem, p. 08 e 09.

funcionamento a Usina de Novo Sobradinho? E SE FUNCIONAR, FA-LO-Á COM REGULARIDADE? O VEREADOR ORLANDO DOS SANTOS QUER SABER QUEM É O ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELO PROJETO”¹⁰⁴.

Na mesma edição o jornal aponta os dois candidatos a prefeito municipal pelo município de Toledo, agora oficialmente, Egon Pudel e Wilson Kuhn pela Arena de oposição e Waldir Becker pela Arena de situação, ainda estava indefinido o candidato à vice da situação, pois o indicado pela convenção Ivo Welter, encontrava-se com sérios problemas de saúde e provavelmente teria que desistir. Começava assim uma discussão para definir o nome a vice, mas a campanha já se desenvolvia no município.

Mais uma vez para aparentar a neutralidade necessária para que conquistasse a credibilidade junto ao público o jornal produz uma reportagem mostrando um pouco dos dois candidatos a prefeito em Toledo, é claro que as intencionalidades já estão definidas e isto fica aparente no próprio texto quando tenta desqualificar Waldir Becker como um político profissional se comparado com Egon Pudell:

DOIS HOMENS DE BEM -(Bate-papo com Egon e Waldir)

Oscar Silva

(...)

Cada um de vocês dois se acha rodeado de grupos de homens de bem. Mas em cada um desses grupos, como em todos os núcleos humanos, poderá surgir um que outro pescador de águas turvas, viciado em jogo sujo e amante da discórdia e dos xingamentos.

(...)

Você Waldir Becker, nunca foi, não é e nem será um político profissional ; não tem passado, não tem presente e nem terá futuro político (e por isso que a sua candidatura constitui algo de novo em Toledo). O que você tem é qualidade de homem culto, jovem idealista, engenheiro e membro de tradicional família desta comuna. Para chegar à posição ilustre a que chegou, também não precisou de mentiras, de calúnias e xingamentos. Não acredito, pois, que no seu palanque a molecada consiga atuar pela garrafa vazia, pelo ovo podre ou pela palavra da decompostura¹⁰⁵.

O jornal continua fazendo o seu trabalho, divulgando o nome de quem interessa e desqualificando o adversário, criticando o prefeito municipal e elogiando a oposição, como anunciam as manchetes da edição de 12 de outubro de 1968, página 08: “*Antes de prestar serviços - A Câmara de Vereadores de Toledo quer saber como vai a usina de Novo Sobradinho*”. No mesmo editorial, na página 12, aparecem três fotografias de jantares ou almoços realizados em campanha de Egon Pudel e Wilson Kuhn, com a seguinte manchete: *EMPOLGAM O POVO TOLEDENSE AS*

104 Idem, 12 de outubro de 1968 – nº 16, Primeira página.

105 Idem, p. 06 e 07.

CANDIDATURAS - EGON PUDEL – WILSON KUHN.

Na edição de 26 de outubro de 1968, na página de abertura traz a seguinte frase: *MUDAR?!... - SIM, PARA NÃO PERECER*, e em toda a página uma foto de Arnaldo Busato, Egon Pudel e Wilson Carlos Kuhn e o dizer abaixo: “*ARNALDO BUSATO Traz pessoalmente o seu apoio a Egon e Wilson*”, no texto desta mesma página faz-se um comparativo entre Egon Pudel e Waldir Becker, tecendo alguns elogios aos dois candidatos. Mas, ao mesmo tempo problematizava a candidatura de Becker por suas relações e indicações de velhas raposas, que pensaram o desenvolvimento do município e que não teriam levado a sério os problemas que a cidade enfrentava; gente que provavelmente estariam por trás da administração desse “jovem de boa índole”, mas que não teria força para afastar os velhos políticos de suas decisões. Por isso, carregando junto com a sua administração, se eleito fosse, os problemas de administração anterior. Preocupação inexistente já com a candidatura de Egon Pudel, além de ser político experiente, seria representante de um grupo preocupado com os problemas e o avanço de Toledo:

Com esse modo de ser, saberá Waldir, caso eleito, impor a sua vontade aos velhos políticos que tentarão manobra-lo ao seu bel prazer?! Saberá ele distribuir tarefas, administrar de fato sem obedecer ao cabresto de seus atuais mentores?! Votando em Waldir, teremos possivelmente, a continuidade de coisas em Toledo, (...)

EGON PUDELL

Conhecido como líder natural, de caráter firme e pensamento próprio. Com a grande prática que adquiriu como homem de direção, sabe que nenhum dirigente pode dirigir uma empresa ou uma entidade pública sozinho, são necessários tantos e tão variados conhecimentos que não cabem em uma só cabeça¹⁰⁶.

Essa é uma crítica indireta a Avelino Campagnolo, pois este, neste mesmo texto é questionado por querer administrar todo o município sozinho, tentando tomar conta de várias atribuições que estavam além de seu próprio conhecimento. “*Todo o bom administrador precisa distribuir tarefas e contar com o apoio de homens das mais variadas profissões e conhecimentos técnico-científicos. Tem Egon Pudell compromissos políticos com interessados misteriosos pelo atraso de nosso município? Será possível, caso eleito, que alguém possa colocar em Egon um cabresto e dirigir os seus gestos ao manche da prefeitura?!*”¹⁰⁷.

Argumentando diretamente sobre o pleito de 15 de novembro de 1968, o jornal aponta as possibilidades de quem será o futuro prefeito, com a reportagem que anuncia: *QUEM VENCERÁ?* O texto começa fazendo uma análise entre as duas candidaturas, já confirmado Ciro Fernandes do

106 Idem, 26 de outubro de 1968 – nº 17, Primeira página.

107 Idem, Ibidem.

Lago como vice de Waldir Becker, e, aponta para a importância de se ter uma dupla experiente, políticos ativos que inclusive tem como candidato a prefeito Egon Pudell, que já fora prefeito da cidade em uma ótima administração, enquanto que seu concorrente é apenas um iniciante, sem experiência e que talvez tenha muitas dificuldades em administrar o município, como reproduz o próprio texto:

Vale aqui transcrever as palavras explicativas de um eleitor do distrito de São Miguel. Diz ele, “Esta eleição se parece muito com um cidadão que comprou um caminhão novo e tem dois motoristas candidatos para guiá-lo. Um motorista é experiente, com todos os documentos em ordem, o outro ainda não possui a sua carteira de habilitação. Apenas encaminhou os papeis e aguarda para fazer os exames. – Pergunta-se, para qual motorista vamos entregar o caminhão para viajar? A resposta é uma só. Vai guiar o motorista “**experiente**”. Ninguém deseja um caminhão “tombado”, “barranqueado”, ou apreendido por falta de habilitação. (...)”¹⁰⁸.

O jornal subjetivamente associa Waldir Becker com o motorista inexperiente, sem experiência para administrar o município, podendo levá-lo a um desastre, e ainda, associa o candidato da situação a Avelino Campagnolo, pois ao fazer a menção referente à “apreensão do caminhão” por falta habilitação do motorista (para o jornal habilidade para conduzir o município), seja uma referência aos vários pedidos efetuados pelo vereador Orlando dos Santos, para que o então prefeito efetuasse alguns esclarecimentos a respeito de sua administração relatados pelo próprio jornal. Vereador que segundo o jornal tem cumprido o seu papel dentro do Legislativo Municipal, questionando o poder público e exigindo as devidas explicações para algumas atividades que o prefeito havia desrespeitado as regularidades das tramitações públicas. Quando por exemplo, Avelino Campagnolo efetuou algumas obras sem pedir licença ao Legislativo e que acarretaram os processos contra o Prefeito Municipal, exigindo os devidos esclarecimentos junto ao Poder Judiciário, fato que estaremos esclarecendo mais adiante.

Pela sua atuação como legislador Orlando dos Santos interessava à classe de oposição da ARENA, seria importante que este se fizesse presente nesta casa por mais um mandato, e para que isso se efetivasse o jornal cumpriu o que era de sua responsabilidade, trazendo uma reportagem valorizando o então vereador; “*ORLANDO DOS SANTOS, UM HOMEM PÚBLICO DE TOLEDO, QUE MERECE ADMIRAÇÃO E O RESPEITO DE SEUS CONCIDADÃOS*”¹⁰⁹, O texto é uma indicação para o eleitor, apontando as atividades do vereador, de sua atuação junto ao I Encontro pró BR-163/386, e sua dinâmica como legislador.

108 Idem, p. 05.

109 Idem, p. 07.

As páginas 08 e 09 do jornal de 26 ou 27 de outubro de 1968, são todas dedicadas à reunião (encontro), realizado em prol das BR-163/386, na cidade de Iraí – RS, fato que podia interessar para o povo de Toledo, mas, principalmente interessante ao jornal, que noticiava o fato de o Dr. Avelino Campagnolo ter participado do movimento em que a grande maioria das autoridades regionais se fizeram presente, inclusive o jornal faz nas duas reportagens sobre os encontros, a relação de quais políticos e de quais cidades se fizeram presentes.

Nas páginas 14 e 15 da mesma edição, novamente se volta para a questão do pleito municipal, quando o jornal faz diversas reportagens de interesse e valorização do candidato apoiado pelo mesmo, dando representatividade a fatos, que se não intencionados, poderiam parecer comuns, como os textos com as seguintes manchetes: “*“DE VIVA VOZ O APOIO DE ARNALDO BUSATO A EGON E WILSON. Dia 9 de novembro novamente conosco aquele eminente homem público”*”. “*RÁPIDO HISTÓRICO DA VIDA DE EGON PUDELL*”¹¹⁰.

“O fecundo labor de seus legisladores, faz de Palotina um município com um povo tranqüilo e esperançoso”¹¹¹. Mais uma vez a referência de uma cidade ordeira e organizada, deixando a impressão do que está faltando no município de Toledo. Para que o povo do município não ficasse em dúvida sobre qual candidato escolher na hora do voto o jornal ainda traz uma reportagem sobre as desavenças que Avelino Campagnolo tinha com o Frigorífico Sadia, fato que foi parar em juízo por algumas acusações que o prefeito fez em seu programa de rádio, mas a parte mencionada, sentindo-se ofendida, reclamou uma retratação pública, que foi reconhecida pelo Juiz da Comarca de Toledo:

PREFEITO DR. CAMPAGNOLO ASSINOU EM JUÍZO DOCUMENTO RECONHECENDO SER A “SADIA” E SEUS DIRETORES, HOMENS E EMPRESA DE PROGRESSO PARA O MUNICÍPIO DE TOLEDO

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1966, às 15 horas, na presença do MM. Juiz de Direito Ronald Crolimann, na sala de audiências compareceu o Dr. Avelino Campagnolo, Prefeito Municipal de Toledo e os senhores querelantes. Aberta a audiência de que trata o artigo 520 do C. Penal, pelo querelado Dr. Campagnolo foi dito que efetivamente por ocasião de seu pronunciamento feito através da Rádio Emissora de Toledo de sua propriedade, em 12 de dezembro de 1965, estava na verdade mal informado quanto a honrada pessoa do Senador Attílio Fontana, como homem público e Diretor Presidente da SADIA e, bem assim, quanto aos demais de bem, Diretores da SADIA.

Reconhece e considera como entidade e homem de bem, inteiramente voltados e dedicados aos elevados propósitos de incentivar, incrementar e aprimorar a produção Agro-Pecuária e Industrial, trazendo assim para este Município e para aqueles onde se instalam o PROGRESSO e o DESENVOLVIMENTO em todos os sentidos e a efetiva colaboração com os poderes públicos, e atividades de interesse sociais com atitudes BEM INTENCIONADAS ao bem comum da coletividade brasileira, sendo por isso merecedores

110 Idem, p. 14 e 15.

111 Idem, p. 14 e 15.

de sua ADMIRAÇÃO e RESPEITO, que na qualidade de Prefeito Municipal de Toledo confirmava e reafirmava as palavras acima, autorizando a publicação do presente termo pelos meios e forma que bem lhe convier.

Assinado Dr. Avelino Campagnolo – Prefeito do Município de Toledo¹¹².

O fato envolvendo o Dr. Avelino Campagnolo e os diretores da Sadia, servia como viés de difamação da situação política de Avelino Campagnolo, mesmo o fato que envolvera Campagnolo e os diretores da Sadia ter ocorrido três anos antes, isto é, em 1965, até mesmo a retratação ocorrerá dois anos antes da divulgação da matéria pelo jornal, em 1966, mas aproveitando o momento da eleição, mesmo divulgando uma notícia “atrasada”, mas que neste momento servia para combater a influência eleitoral do então prefeito para o próximo pleito, para atrapalhar a campanha de seu candidato. Para concluir esta reportagem abaixo do texto numa nota de rodapé, fez-se o seguinte comentário: *“Aí está a verdade dos fatos, o Prefeito Dr. Campagnolo reconheceu perante o Juiz que a SADIA é firma que traz progresso em todos os sentidos. – Agora, com a finalidade de enganar o inteligente eleitorado Toledense, procura por todos os meios, conseguir votos com mentiras(...). Chega de mentiras e demagogias Sr. Campagnolo, o povo já está cansado”*¹¹³.

Quanto às “mentiras” mencionadas pelo texto do jornal, por não termos tido acesso aos programas da Rádio Guaçu de Toledo da época e por não termos uma prova documental sobre a questão, presumimos que tenha a ver com os programas de rádio apresentados pelo próprio Avelino Campagnolo em sua emissora. Como determinado grupo estava sendo questionado, nada melhor do que mostrar ao povo quem de verdade seria a pessoa ideal para ser o futuro prefeito municipal, assim na mesma página do jornal já aparecia à manchete: *“POVO DE TOLEDO - VOCÊ, ELEITOR, AO DEPOSITAR O SEU VOTO, PRECISA SABER O QUE EGON PUDELL FÊZ POR TOLEDO QUANDO PREFEITO”*. Novamente destacamos a possibilidade destas reportagens terem sido um rebate aos programas da Rádio Guaçu, e que como teor apresentava críticas às atividades do político Egon Pudell, e que por isso, segundo o jornal, mereciam os devidos esclarecimentos pelos representantes deste editorial:

PARA JULGAMENTO DO POVO

Atuação de Egon Pudell como deputado

O dr. Prefeito Municipal, na falta de qualificativos de homem público para apresentar o seu candidato para o eleitorado de Toledo, tem se esmerado em ataques pessoais e na atuação de Egom Pudell como Vereador, Prefeito, Deputado, Presidente reeleito 3 vezes da Comissão de Finanças da Assembleia, (...)

O senhor Prefeito Municipal acha que foi insignificante o trabalho de Egon Pudell, compare

112 A VOZ DO OESTE, 26 de outubro de 1968 – nº 17, p. 16. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

113 Idem. Ibidem.

com os outros deputados da atual legislatura, (...) ¹¹⁴.

Segue assim uma página inteira defendendo as ações de Egon Pudell enquanto político no passado, na mesma página, no rodapé do texto, aparece à lista de candidatos a vereador do MDB, que na coligação estavam apoiando a chapa de oposição de Egon Pudell e Wilson Kuhn. Como esta era a última edição antes das eleições, tinha que se fazer de tudo para que o povo estivesse convencido em quem deveria de votar no pleito municipal, assim para confirmar as informações anteriores e empurrar a opinião pública a favor do candidato de sua preferência, o jornal anunciou: “*RESULTADO DE MINUCIOSA PESQUISA - EGON E WILSON – na cidade 53,9% do eleitorado – no interior 59,8% dos eleitores*” ¹¹⁵.

E ainda, ocupando toda a última página desta edição, foi feita uma propaganda direta dos candidatos Egon Pudell e Wilson Kuhn, as manchetes já dão o tom das reportagens: “*Governo do Estado apóia francamente Egon e Wilson*”, ou ainda, “*CARREGADO EM TRIUNFO, NOS BRAÇOS DE SEU POVO, O CANDIDATO EGON PUDELL*”, ou mais “*EGON PUDELL DARÁ A SUA TERRA, A POSIÇÃO QUE TOLEDO MERECE*”. Ainda o texto faz alguns chamativos de dizeres que articulam Egon Pudell como candidato indicado por algumas personalidades do Estado: “*Não só ilustre Secretário da Saúde do Governo Paulo Pimentel, Deputado Arnaldo Busato, está oferecendo o seu apoio as candidaturas de Egon (...)*”. E para mostrar a qualidade de quem deveria ser o futuro prefeito o jornal termina com o seguinte dizer: “*Na sombra de meu cavalo ninguém faz piquenique. O que trouxe o Governo do Estado a Toledo, será multiplicado com EGON e WILSON na prefeitura*” ¹¹⁶.

2.2.8. CONTAGEM DOS VOTOS – DOIS VITORIOSOS?

Feita a campanha e indicado o nome de quem deveria de ser eleito para prefeito, com os números do jornal apresentados ao eleitor indicando o provável vencedor do pleito municipal - Egon e Wilson, se reais fossem, era somente necessário esperar os resultados e comemorar a vitória. Mas na prática as eleições não foram tão simples assim, pois ao serem divulgados os números finais das eleições pela Rádio Guaçu de Toledo, apontaram como vencedor o candidato da situação Waldir

114 Idem, 14 de novembro de 1968 – nº 18, p. 05.

115 Idem, p. 09.

116 Idem, p. 05.

Becker. Mas numa recontagem de três urnas feito pelos escrutinadores apontaram como vencedores das eleições municipais os candidatos Egon Pudell e Wilson Kuhn, resultado muito questionado na época, fato que traz desconfianças nos representantes da situação até hoje, desconfiança que chegou até as acusações de corrupção no pleito municipal. Como o próprio editorial acabou confirmando:

RESCALDOS DE UMA CAMPANHA (por Antonio Neto)

Passou a tempestade política em Toledo, pouco a pouco a calma volta a reinar no município. Apenas em algumas pessoas mais ortodoxas e radicais ainda impera o ódio, o inconformismo e a malquerência. Os senhores Egon Pudell e Wilson Carlos Kuhn foram os vencedores. Ganharam uma eleição dura, (...)

Fizeram uma campanha elevada, sem mentiras, sem calúnias e sem difamação (...). Nota triste deram os perdedores que, inconformados alegaram fraudes na apuração colocando dúvida na honorabilidade do Dr. Juiz Eleitoral e dos Srs. Membros da Junta Apuradora, homens dignos, verdadeiras reservas morais de nossa sociedade. Se não bastasse isso, a apuração teve fiscalização constante dos elementos credenciados do candidato perdedor, entre estes os senhores Dr. Wilson Faustino, Delmir Adames, Clormes Mattiello, Pitágoras da Silva Barros, Zamir Basso, Edílio Ferreira, Fernando Campos (cunhado do candidato Waldir Becker), sobre as quais ninguém poderá levantar suspeição quanto as suas posições no pleito.

A verdade, porém, é que a emissora local precipitou um resultado extra oficial e, aqueles apostadores que perderam o que não poderiam jogar e não deveriam jogar, acharam um meio fácil de eximir-se do pagamento, pondo em dúvida o resultado oficial.

De qualquer forma, o pedido de recontagem subiu ao Tribunal. Fora de prazo e sem argumentações sólidas¹¹⁷.

Mas alheio ao sofrimento dos derrotados o jornal anunciava: *ACOMPANHADO DE W. KUHN, EGON PUDELL VOLTA À PREFEITURA*¹¹⁸. Com esta manchete o jornal apenas dá o número de eleitores participantes do pleito municipal, não relatando a quantidade de votos obtidos por cada candidato e nem faz referencia aos vereadores, coloca na página de abertura a fotografia dos dois candidatos vencedores e um histórico de suas vidas, desde a origem até os dias das eleições.

Mas sim, na página 5 dessa mesma edição, ou seja, de 28 de novembro de 1968, o jornal trouxe o resultado em números que determinaram Egon Pudell, prefeito eleito no município de Toledo e junto à composição da Câmara de Vereadores:

AQUI TUDO SOBRE AS ELEIÇÕES	
RESULTADO GERAL	
EGON PUDELL.....	6.167 votos
WALDIR BECKER.....	6.095 votos
DIFERENÇA.....	72 votos
CÂMARA DE VEREADORES (por número de votos)	

117 Idem, 28 de novembro de 1968 – nº 19, p. 05.

118 Idem, primeira página.

1º Antônio Mazurek – Arena-1
2º Irineu Angnes – Arena-1
3º Dr. Ivo Rocha – Arena-2
4º Walmir Grande – Arena-2
5º Rovillio Siviero – Arena-1
6º Leonardi E. Coppetti – Arena-2
7º Alcido Leonardi – MDB
8º Henrique Rosoni – MDB
9º José Ivo Alves da Rocha – Arena-2 ¹¹⁹ .

Como os números finais ficaram muito próximos e como na época às contagens eram feitas manualmente em mesas, onde os escrutinadores abriam as urnas e separavam voto por voto de um e de outro candidato e os fiscais acompanhavam a olho a contagem, fato que vai gerar sérias desconfianças por parte de quem perdera as eleições, como cita o próprio Oscar Silva em seu livro, na página 318:

Novamente a bandeira de Egon Pudell

Com uma vitória contestada sobre a candidatura de Waldir Becker (ainda hoje tem quem conteste a exatidão da contagem dos votos), Egon Pudell se apresentou para o seu segundo mandato de Prefeito com a mesma performance de líder político da eleição anterior: um homem dinâmico e expansivo, **ligado aos empresários do município** [grifo meu]¹²⁰.

Assim, pode o jornal e a elite burguesa de oposição, oficialmente comemorar a vitória nas eleições municipais na cidade de Toledo, não estamos afirmando que o grupo burguês de oposição, enquanto não teve o governo municipal anunciadamente atendendo os seus interesses, não fosse grupo dirigente; pois, como vimos, mesmo em vários momentos mesmo tendo como adversário político o então prefeito municipal, esse grupo soube manipular a situação a seu favor. É claro que, tendo o prefeito municipal a favor, as coisas torna-se muito mais práticas, por isso que ACIT, Sadia, Lions Clube e companhia vão agregar forças para formar um grupo para derrotar a quem lhes poderia atrapalhar.

119 A VOZ DO OESTE, 28 de novembro de 1968 – nº 19, p. 05. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

120 SILVA, Oscar. TOLEDO E SUA HISTÓRIA, Gráfica da Universidade de Caxias do sul – Caxias do Sul – RS, Projeto História – Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

3. O GOVERNO DE EGON PUDELL

No governo de Egon Pudell, após fazer a campanha e eleito o candidato, o jornal “A Voz do Oeste” muda seu modo de tratar os problemas municipais, de crítico do governo de Campagnolo passa a ser um apoiador da nova gestão municipal. Neste capítulo podemos perceber que o poder público, agora aliado aos setores da burguesia que eram representados pelo jornal, vão modificar as suas atitudes em relação ao governo municipal, as críticas e as leis aprovadas pela Câmara de Vereadores, não são mais contrárias a Sadia, por exemplo, e não são mais alvos de críticas do jornal, que mostra outros focos e outras preocupações.

3.1. A POSSE DO NOVO PREFEITO

Após a escrutinação dos votos e a definitiva determinação da vitória das eleições a Egon Pudell, e cessadas as possibilidades de recurso contra o embargo dos resultados das eleições em Toledo, passou-se para o momento de transmissão do cargo executivo municipal, em que o então prefeito Avelino Campagnolo passaria o poder ao novo prefeito eleito, que representava a oposição durante a campanha eleitoral. Momento de transmissão que não teria sido bem aceito por Campagnolo, que se absteve de participar das atividades festivas da posse do novo prefeito eleito em Toledo, festividade que o jornal apontava como um momento democrático da política brasileira, em pleno período da ditadura militar:

Campagnolo entrega a Prefeitura

Inesperadamente alegando motivos de saúde, entregou o mando prefetural ao Sr Joaquim Piazza, Vice-Prefeito, o Prefeito Municipal de Toledo, Dr. Avelino Campagnolo. Causando decepção aos seus seguidores e surpresa a toda a população do Município, circulam rumores e boatos de que o Dr. A. Campagnolo testemunha afirmativas anteriores de que “não entregaria a Prefeitura ao Sr. Egon Pudell”¹.

O golpe sofrido com a derrota no pleito municipal e as trocas de acusações entre as partes durante a campanha eleitoral, levaram Avelino Campagnolo, a refletir este sentimento na

¹ A VOZ DO OESTE, 26 de janeiro de 1969 – Ano II – nº 20, primeira página. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

transmissão do poder municipal, o então prefeito não aceitou a forma como se deram as eleições e como a burguesia de oposição se articulou para derrotá-lo. Sem ter outro caminho, a não ser passar a administração municipal ao novo prefeito eleito, Campagnolo usou de uma artimanha possível, alegando motivos de saúde, entregou o governo do município ao vice-prefeito Joaquim Piazza, para que este o repassasse a Egon Pudell.

Egon Pudell assume a prefeitura das mãos de Joaquim Piazza, segundo a apresentação da matéria pelo jornal, com todas as homenagens de um prefeito eleito e prestígio da mais “grada”² (estimada) sociedade toledense, abrindo uma nova era para o município de Toledo, conforme o seu discurso de posse:

A PALAVRA DE EGON PUDELL

(...)

“Politicamente, sinto-me um homem realizado, porque a vontade soberana se sobrepôs, às calúnias, às infâmias e às injustiças que durante a campanha nos foram jogadas pelos nossos adversários”.

“A nossa vida pública em todos os atos tem sido um livro aberto, e o testemunho de minha afirmação foi dada mais uma vez pelo povo sentado (sensato) da minha terra”.

(...)

Quanto ao problema de assistência social, daremos prioridade ao plano de construção de um hospital de caridade.

(...)

“Energia Elétrica: Este é o ponto capital de nosso município, meus senhores e minhas senhoras e principalmente senhores vereadores, - E o problema que mais polêmica causou durante a nossa campanha política. De forma alguma iremos fugir daqui do que ontem dissemos. Porém, o bom senso de qualquer administrador público, faz com que, num assunto de vital importância a vida de um município, como seja a energia elétrica, seja ouvida em primeiro lugar os técnicos e especializados, bem como, auscultar a opinião de todos os interessados, especialmente a indústria e o comércio, para que seja encontrada a melhor solução”.

“Cidade – A cidade de Toledo não é apenas a cidade dos que nela residem. Pertence a todos os moradores do município. Planejar a cidade de Toledo para que represente o justo cartão de visitas àqueles que nos honrarem com a sua presença. De forma alguma podemos concordar que a nossa cidade continue neste abandono, retalhada por improvisações com toda falta de conforto. Procuramos fazer de nossa cidade uma cidade modelo”.

“Parque Industrial:

Procuraremos, através de leis, criar incentivos para atrair novas indústrias ao nosso município, pois, entendemos que tais benefícios concedidos, serão motivo para novos empreendimentos. Um município como Toledo que tem para desenvolver o seu parque industrial, deve dispensar uma atenção toda especial neste setor”.

(...)

Tranquilizem-se os nossos concidadãos que, no exercício de cargo de Prefeito, estaremos atentos a todas as reivindicações, e não usurparemos o lugar de tratorista e operários, perdendo, conseqüentemente a visão dos problemas administrativos. O Prefeito de Toledo, na minha pessoa estará em seu gabinete quando necessário. Em Curitiba, na Capital da República, em todas as repartições onde se faça necessário reivindicar algo para Toledo. Ali estaremos, pois, não é desonra, meus amigos, um Prefeito pleitear lá fora para o município que governa aquilo que seu município precisa: isso é sua OBRIGAÇÃO.

TOLEDENSES

Os homens hoje empossados na administração municipal, não vos darão

² Termo usado pelo jornal “A Voz do Oeste” para apresentar a notícia e o foco da matéria de apresentação do novo prefeito.

gratuitamente um paraíso. Precisamos de todos vós para construir o novo Toledo, o Toledo melhor, para nós e para os nossos filhos. Muito obrigado meu povo³.

Os agradecimentos ao povo eleitor, em especial a setores da classe trabalhadora, por ser a maioria do eleitorado municipal, faz com que se perceba que o grupo burguês de oposição, agora representado na prefeitura municipal, teve êxito ao congregar o voto do povo trabalhador para o seu grupo, fato demonstrado pelo resultado do pleito municipal. O discurso também demonstra a preocupação em imediatamente alertar a classe burguesa que a nova administração estará atenta a este setor, o prefeito já em seu discurso de posse, demonstra sua preocupação em solucionar todos os problemas que estes vierem a enfrentar, inclusive a questão da energia elétrica, mas que por hora deveria passar por uma avaliação de especialistas. O discurso demonstra que um novo mandato político começa em Toledo, não se teria mais um prefeito “patroleiro”, mas sim, segundo Pudell, responsável pelos compromissos administrativos que seriam a verdadeira responsabilidade de um administrador. Aos trabalhadores, que foram importantes com seu voto, ao ajudaram a eleger o novo prefeito, ainda segundo o discurso de Egon Pudell, teriam pouca expectativa para modificar a sua realidade social, pois nas palavras do novo administrador já se apontava muito mais para um programa de infra-estrutura para a burguesia do que uma melhoria na qualidade de vida do povo.

3.2. COMEÇA O GOVERNO DE EGON PUDELL

O alerta em referência aos problemas burgueses está dado, o discurso de posse já deixara claro a quem a nova administração se prestaria a atender, e como ela se postaria frente as situações em que acarretam a participação popular, fato que ficou marcado numa das primeiras Leis aprovadas na Câmara Municipal, na gestão do novo prefeito:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

DECRETO Nº 4/69.

Data: 1 DE FEVEREIRO DE 1969.

SÚMULA: Concede prazo de 30 dias para pagamento de Dívida Ativa, sem multa ou correção monetária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação do presente decreto, aos contribuintes que se encontram registrados em “DÍVIDA ATIVA”, para o pagamento de seus respectivos débitos, sem multa e nem correção monetária⁴.

³ A VOZ DO OESTE, 7 de fevereiro de 1969 – Ano II – nº 21, p. 4. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

⁴ Idem, 17 de fevereiro de 1969 – Ano II – nº 22, p. 6.

A cobrança de impostos é uma atividade necessária para que a administração pública consiga atender as necessidades e a infra-estrutura no município, mas ao determinar o prazo de trinta dias para que se efetuasse o pagamento das dívidas ativas, mesmo sendo sem multas e nem correção monetária, mas que determinavam aos munícipes que estes deveriam colocar as suas contas em dia para que não arcassem com maiores responsabilidades num segundo momento, marca que uma nova etapa estava se iniciando em relação aos inadimplentes no município, principalmente se levado em consideração que o Código de Postura do município seria aplicado nas conformidades da lei e isso significa exercer uma pressão direta a classe trabalhadora. O fato de se estar cobrando, logo no segundo mês da administração do novo prefeito, significa que estas dívidas eram prolongamentos da administração anterior, assim, é claro, que o ex-prefeito municipal já poderia ter executado tal inadimplência, fato que não ocorreu, talvez porque os devedores fossem “parceiros” da gestão anterior.

Os inadimplentes poderiam representar a oposição a nova gestão municipal, dedução possível pelo fato de o jornal, agora parceiro do poder público, ter editado a reportagem das inadimplências e na mesma edição um texto demonstrando o que poderia acontecer com os cidadãos que não estavam em dia com a municipalidade:

O DOUTOR RONALD CROLLMANN, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedidos aos autos nº 250/68, de Ação executiva cambial, que atendendo ao que lhe foi requerido por Waldomiro Belloto, tendo em vista aos que dos autos consta, por despacho proferido aos 5 dias do mês de fevereiro do corrente ano, autoriza a venda em leilão público dos bens descritos com as suas respectivas avaliações, pertencentes ao Sr. João Nedel, que serão levados a público pregão de venda e arrematação a quem o maior lance oferecer, pelo porteiros dos auditórios, ou quem duas vezes fizer, no prazo de 5 (cinco) de março de 1969, próximo vindouro, (...)

RONALD CROLLMANN
JUIZ DE DIREITO⁵.

Realmente o alerta dado pela notícia do leilão tem o claro objetivo de demonstrar ao público que realmente serão acionados pelos meios legais as inadimplências municipais, principalmente porque as duas reportagens (a Lei Municipal e a notícia sobre o leilão) estarem coladas uma a outra, na mesma página, lado a lado, demonstrando o que poderia acontecer a quem não pagasse os seus débitos.

⁵ Idem, 17 de fevereiro de 1969 – Ano II – nº 22, p. 6.

Acompanhando as leis aprovados e/ou as tramitações das leis na gestão de Avelino Campagnolo, não percebemos que neste governo estes inadimplentes fossem acionados, o que demonstra que para o grupo do ex-prefeito, esses devedores não eram um problema, mas que na nova administração, logo no segundo mês, aciona na base da lei estas inadimplências, mostrando que para o novo grupo no poder estes “cidadãos” não ficariam impunes, e se precavendo contra os devedores o poder público aprova:

Art. 1º - Todo aquele que, a qualquer título, estiver em débito com a municipalidade, não poderá com ela tratar, nem por ela ser atendido, sem primeiramente quitar-se com a respectiva Fazenda, salvo:

- a)– quando se tratar de serviço de grande urgência, ordenado pelas repartições Federais ou Estaduais e para a execução qual seja necessário a licença da municipalidade;
- b)– quando se tratar de demolição ou concerto urgente, determinados pela municipalidade;
- c)– quando houver de atender as intimações das autoridades municipais;

§ Único – Este artigo não se aplica aos servidores municipais, no que respeita os seus direitos de funcionários⁶.

Estreitando a ação dos inadimplentes, obriga pelo menos aos adversários a se legalizarem junto ao poder público, para que pudessem ser atendidos em suas necessidades. Não nos foi possível verificar quem eram estes devedores, a qual classe pertenciam, mas o fato da prefeitura ter a capacidade de barganhar com os inadimplentes obriga os adversários a colocar os débitos em dia, o que poderia não acontecer com quem fosse “parceiro” da então gestão municipal.

3.3. "A VOZ DO OESTE" E SUA RELAÇÃO COM À NOVA ADMINISTRAÇÃO E A QUESTÃO DA ENERGIA ELÉTRICA

O jornal começa a demonstrar qual seria a sua posição em relação à administração municipal, o próprio editor-chefe escreveu um texto tratando a questão da energia elétrica em Toledo, “conscientizando” a população sobre como se encontrava a questão energética que fora muito polêmica no período eleitoral do ano anterior, mas também, já se antecipando ao prefeito eleito, mesmo o apoiando, mas com uma leve sutileza, se precavendo de uma possível determinação contrária ao desejo de seus representados, o texto já orienta em qual direção deveria ser encaminhada a solução dos problemas da energia no município:

DA DEMAGOGIA AO BOM SENSO

6 CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Lei Nº 433/67, de 23 de março de 1966.

Por Antonio Neto
ENERGIA ELÉTRICA

Este tema tem servido de assunto para muitos artigos que escrevemos para este nosso querido jornal. Muita coisa aconteceu em Toledo e ainda acontecerá tendo como ponto de partida a energia elétrica.

Como ponto culminante tivemos em Toledo uma passeata de protesto e a edição de um “decreto de calamidade pública” com a retirada de fornecimento energético a uma indústria local. A maior indústria, diga-se de passagem. Foi o reconhecimento, o atestado de falência do Município e da então administração no que tange ao equacionamento e solução de problemas.

Tivemos também, no pleito eleitoral, a energia elétrica como elemento fundamental de campanha. A demagogia pessoal e desenfreada colocou em cheque a população que acreditou e ainda (parte) acredita nas chamadas soluções demagógicas. O processo continua. Aqueles que fracassaram; aqueles que falharam; aqueles que foram derrotados, ao de reconhecerem tais circunstâncias, cheios de rancores, ódios, inconformismos, “teimam” em continuar na crista da onda. Teimam em ditar soluções falidas e ultrapassadas. Acreditamos que, a construção de uma nova usina – Nova Concórdia – será a repetição de um Novo Sobradinho. Nada resolveu e, ainda sobrecarregou o Município.

Apenas para lembrar: tem o Município condições de manter uma equipe para atender a geração, a distribuição, a manutenção de redes, a comercialização?! Não! **Não tem.** Custa muito caro. Precisa de elementos técnicos gabaritados. E, outra pergunta: “quantos anos levará Nova Concórdia? – Quanto gastou o Município com Novo Sobradinho? Quanto gastará com Nova Concórdia? – Não! O bom senso não nos leva a esta solução. Só a demagogia”.

Em resumo: Aqueles que falharam deveriam de reconhecer que falharam e aceitar o fato com naturalidade. Procuraram acertar, mas, erraram. Foram julgados num veredito popular e perderam. Então sem ódios, rancores, sem malquerência, com dignidade, aceitem a derrota como uma consequência natural, assim como as vitórias.

Que os novos dirigentes decidam. Agora é mais fácil acertar. É só não incidir nos mesmos erros dos dirigentes anteriores.

Aos novos dirigentes caberá a incumbência do equacionamento e solução definitiva do problema energético para Toledo. Nada mais de soluções paliativas ou “para quebrar o galho”. Toledo não pode mais ficar a mercê de soluções falhas e demagógicas. Toledo precisa resolver para hoje e sempre o problema energético. E, saibam que não será com o pensamento daqueles que tentaram e fracassaram⁷.

O problema de se resolver a questão da energia, segundo o próprio jornal, era de responsabilidade dos técnicos, portanto, não exigiam a preocupação dos editores do jornal ou da burguesia que agora representava a situação. O problema da energia deveria ser tratado com “muito carinho” pela administração municipal, porque ela representava o grande ápice das disputas eleitorais, assim, o encaminhamento deveria estar bem claro para que a população pudesse acompanhar as atividades em relação à solução do problema em Toledo. Pelo teor da notícia, percebe-se que Avelino Campanholo continuava defendendo a manutenção do fornecimento de energia elétrica pelas usinas locais, fato que contraria a própria assinatura de contrato estabelecida entre ele como prefeito municipal e a COPEL. Ainda pela forma do texto, o ex-prefeito poderia estar usando a sua rádio para defender a sua posição, o que levou o jornal a tomar a posição de defesa da gestão Pudell, criticando as usinas que não deram e não dariam sustentabilidade ao

7 A VOZ DO OESTE, 17 de fevereiro de 1969 – Ano II – nº 22, p. 7. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

município como ficou marcado no momento do decreto municipal de estado de calamidade pública e quando o então prefeito cortou o fornecimento de energia à maior empresa do município.

O jornal neste momento não se assume como representante do prefeito municipal, mesmo que em suas edições esteja atendendo os encaminhamentos dados pela administração do município, o editorial continuava cumprindo o seu dever junto a seus representados e/ou patrocinadores; afinal, quem dá possibilidade financeira do editorial circular na cidade, são os seus investidores e anunciantes⁸, e estes ainda “auxiliam” na aquisição mensal do jornal, possibilitando a circulação quinzenal.

O grupo burguês organizado nas atividades industriais e comerciais no município de Toledo, apesar de estar atento ao desenvolvimento imediato, não deixa de olhar o horizonte mais distante, e por isso, alguns cuidados deveriam ser levados em consideração pelos administradores municipais, um político poderia tomar alguma postura solucionando o problema de momento, mas transferindo a situação para um futuro próximo, principalmente em se tratando de planejamento urbano e infra-estrutura, tendo ele como prefeito feito a sua parte, mas não resolvendo a situação para o empresariado local, assim seria melhor prevenir do que ter que remediar no futuro. Situação que mais uma vez faz o jornal se inserir nas relações da sociedade civil e política do município, pois ele como representante de classe, mostra a postura de seu representados, se antecipando a algumas decisões da municipalidade, que por alguma divergência poderiam se transformar em problemas mais sérios, o jornal e seus representados não eram adversários dos administradores locais, mas nem por isso, deixavam de estar atentos às atitudes do prefeito e de seus gestores, principalmente quando o assunto eram as metas a longo prazo. Para mostrar que continuavam sendo “parceiros”, que a confiança era grande na seriedade e responsabilidade do novo prefeito, mas já agregando uma cobrança, quando se trata da questão de energia elétrica, que era o fato, a longo prazo, que mais preocupava a burguesia, o jornal trouxe o seguinte texto:

Novamente a energia elétrica

Antonio Neto

O Sr Prefeito Municipal de Toledo designou Comissão Especial, composta por três (3) cidadãos toledanos, para apresentar sugestão sobre o problema energético do Município.

(...)

Sabemos que os senhores membros que compõe a Comissão, fizeram pesquisas profundas, partindo das unidades geradoras municipais, examinando distribuição, a comercialização, a demanda e o projeto de que necessita Toledo. (...)

Pesquisou ainda a situação da COPEL, a disponibilidade atual de suas fontes geradoras, o preço por quilowat hora, as condições de fornecimento. (...)

⁸ Verificar no Anexo V a lista de empresas que anunciavam semanalmente no jornal, servindo de suporte financeiro para as publicações do mesmo, o dono(s) sabem que precisam das finanças para dar possibilidade de circulação ao jornal.

Voltamos a repetir. A decisão pode desgostar uns e agradar outros, seja ela qual for. Não sabemos qual será. Sabemos e afirmamos porém: que o **Bom Senso repele a idéia de construção de Nova Concórdia e indica a COPEL como solução definitiva do problema para a cidade** [grifo meu]⁹.

Marcar o terreno, determinar os limites, apontar soluções, é importante para que “eventuais adversários” não ofereçam perigo, encaminhando o desenvolvimento do município a direções que não agradam ao empresariado local. Como Avelino Campanholo continuava tendo seu programa de rádio e com o grupo que o apoiavam influenciava a comunidade toledense, assim, seria importante demonstrar aos administradores que, mesmo teoricamente sendo aliados, quais os interesses a serem defendidos e, para antecipar-se a algumas decisões contrárias a seus interesses era necessário deixar claro onde deveria estar atuando o gestor municipal, para que isso ficasse claro e entendido, era importante deixar isto exposto aos mentores da municipalidade, e o jornal cumpria com eficiência o seu papel como representante da burguesia que agora era da situação.

As discussões a respeito da energia elétrica podem ter representado a vitória de Egon Pudell sobre seu adversário, principalmente em relação às críticas feitas contra o problema energético, e por isso agora tinham que ser resolvidas, e num primeiro momento, nada acontecia em Toledo em relação ao problema. O jornal, em seu papel de protetor do gestor municipal, mais uma vez tratou de “conscientizar” o povo que as coisas ainda não estavam sendo resolvidas por problemas advindos da gestão anterior, e que o atual prefeito dentro de suas possibilidades estava tentando resolver o problema o mais rápido possível. Em um texto com o título: “*Está assim o problema de energia elétrica em Toledo*”, o jornal traz um ofício do DEEG, no qual este órgão notifica o Município a respeito das condições do uso da energia elétrica em Toledo, inclusive o funcionamento e a construção de usinas nesta cidade:

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

DEEG. OF. Nº 137

Em 5 de março de 1969.

Da Diretoria da Divisão de Energia Elétrica e Concessões

Ao Prefeito Municipal de Toledo

Assunto: Faz notificação

Senhor Prefeito

Através do processo DNAE 5615/67 essa prefeitura requereu a concessão Federal para o aproveitamento da energia hidráulica do Salto do Rio São Francisco – Usina Nova Concórdia, submetendo a aprovação deste departamento os respectivos projetos.

Tendo em vista a carência de dados hidrológicos indispensáveis ao estudo dos projetos e considerando os grandes investimentos que tal obra exigiria, não poderá ser outorgada a esta Prefeitura concessão para o citado aproveitamento.

⁹ A VOZ DO OESTE, 10 de março de 1969 – Ano II – nº 24, p. 4. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

A solução mais adequada para o problema de carência de energia elétrica neste município será o suprimento através da subestação local da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. (...).

Os recursos de que esta Prefeitura atualmente dispuser para aplicação nos serviços de energia elétrica, deverão ser concentrados na reforma dos sistemas de transmissão e distribuição, onde ocorrem perdas impressionantes - 40% segundo a vistoria local do DNAEE – com manifestos prejuízos a Prefeitura.

De outra parte, a vistoria local realizada por engenheiro eletricista deste Departamento, revelou que a Prefeitura está construindo uma Usina Hidroelétrica no Rio Guaçu, Usina Novo Sobradinho.

Tais obras não foram objetos de concessão Federal, sendo portanto, clandestinas. Vossa senhoria deverá paralisá-las imediatamente, sob as penas da Lei e requerer, caso o prosseguimento da obra interesse à Municipalidade, a competente concessão, no prazo de 90 (noventa) dias, juntando ao pedido os elementos da instrução 01/66 anexa.

Caso o prosseguimento das obras não mais convenha à Prefeitura, fica a vossa senhoria notificada de que, na forma dos artigos 53, 54 e seguintes do Código das Águas, deverá providenciar a imediata desobstrução do Rio Guaçu sob pena de apuração de responsabilidade mediante inquérito.

SAUDAÇÕES

MARIA HELENA DE SOUZA COELHO

Diretora da DEEG

DNAEE 5615/67

PMN/afv.

NOTA – Ao responder queira mencionar o DNAEE 5615/6710

Com uma atitude de porta-voz oficial do poder público o jornal traz a notificação determinada pelo DNAEE, que não deixa de ser uma expressão das articulações e/ou imposições da ditadura militar no município, orientando (obrigando) a municipalidade se submeter aos serviços da COPEL, mas que também libera a administração municipal a não precisar dar continuidade as obras do prefeito anterior, mostrando ao povo do município que as usinas locais que o ex-prefeito tentara construir (Sobradinho e Novo Sarandi) não atenderiam as necessidades do município e que o projeto era pura “teimosia” de Avelino Campagnolo. Segundo o documento do Ministério das Minas e Energia, as usinas que se pretendia construir em Toledo estavam na ilegalidade, sem autorização de funcionamento do departamento federal, e a usina do Rio São Francisco, responsável pela energia local tinha um desperdício de até 40% em seus canais de transmissão, assim, no dever de administrador municipal Egon Pudell estaria livre para dar o encaminhamento de sua preferência para solucionar o problema energético do município, que no caso era repassar a responsabilidade a COPEL, normatizando – pois a assinatura ainda não era definitiva - o contrato antes assinado pelo então prefeito Avelino Campagnolo.

A questão da energia era importante ser ventilada pelo jornal, a COPEL também não conseguiria resolver de uma hora para outra a situação, e mais importante ainda era responsabilizar a gestão anterior pelo problema da morosidade na solução dos problemas. Enquanto a solução não

era definitiva, o jornal em compasso de espera, produziu diversas edições a respeito do problema e na edição de 01 de maio de 1969, na página 05, o jornal finalmente trouxe uma notícia definitiva a respeito do problema da energia elétrica em Toledo:

Finalmente a decisão

Antonio Neto

Já perdemos a conta, foram vários artigos que escrevemos, abordando o assunto “energia elétrica”, nossa posição sempre coerente indicava a COPEL como solução ideal, realista e definitiva, para o setor urbano.

(...)

Todavia “a pá de cal” sobre o assunto foi dada pelo Ministério das Minas e Energia, (...) publicado na íntegra nas páginas deste jornal na edição ante passada.

O tópico mais importante do referido documento, nega à Municipalidade a concessão de aproveitamento do salto de Nova Concórdia e indica a solução COPEL! E mais, dá a Prefeitura o prazo de 60 dias para informar quais as providências tomadas pelo Município junto a COPEL.

Assim, não há mais o que discutir. A solução energética para Toledo está mesmo com a COPEL, a menos que o atual Prefeito queria seguir o exemplo do anterior e construir nova “USINA CLANDESTINA”.

Acreditamos porém que o sr Egon Pudell não irá cometer semelhante loucura.¹¹

Ao povo ficou a informação porque em Toledo teve-se a morosidade da solução do problema energético e de quem foi a responsabilidade e ao novo prefeito eleito ficou o recado, mesmo apoiando a gestão de Egon Pudell, o jornal não deixa de dar o seu recado quando alerta para que este não faça loucuras.

Os demais assuntos administrativos também recebem do jornal um tratamento específico, mostrando como a forma de levar a notícia ao povo mudou de uma administração para outra, o poder público que em uma gestão era adversário, passa para uma nova etapa, de parceria, e o tom das notícias muda o foco das abordagens. O objetivo do editorial continua sendo deteriorar a imagem de Avelino Campagnolo e valorizar a pessoa do administrador Egon Pudell. Na página 08, da edição de 17 de fevereiro de 1969, com o título “*Toledo, anote: retrato de uma administração*”, traz uma reportagem sobre o problema de esgoto da Rua Barão do Rio Branco que, segundo o texto do jornal, estaria abandonada e muito mal construída, onde a população teria pago por uma obra que a administração anterior havia realizado, mas que porém, neste gestão, teria que ser refeita. Como a Rua Barão do Rio Branco era junto com a Avenida Maripá uma das principais ruas da cidade, tentava o texto do jornal articular a falta de responsabilidade da administração anterior, que não se preocupara “*com uma das principais artérias da cidade*”, por incompetência e ainda assim anunciava em alto e bom tom que fizera uma administração de qualidade.

¹¹ Idem, 1 de maio de 1969 – Ano II – nº 29, Primeira página.

No jornal de 02 de março de 1969, na página 02, traz um texto, também criticando a gestão de Avelino Campagnolo, com o título: “*Agradável verificação*”, onde o texto comenta sobre a ânsia dos prefeitos da região do Oeste do Paraná em se encontrarem para resolverem os problemas de suas comunas, que são comuns a todas as cidades, encontro que até então não tinha acontecido devido o isolamento do ex-prefeito da cidade de Toledo, e, ainda segundo o texto, este se abstinha de participar da reunião com os demais prefeitos, porque queria resolver todos os problemas sozinho.

Também na página 2, o jornal ainda traz um segundo tema, uma metáfora produzida através de um texto intitulado “*Meu olho vê tudo*”, usando um pseudônimo de “*Zé Curiango*”, o jornal faz a produção de uma sátira. O Zé Curiango, é um passarinho, que na gestão anterior, cansado de fugir dos “estilingues” da gurizada, se refugiara num buraco de asfalto da cidade de Toledo, e, por causalidade, fora tampado pelo pinche dos tampas buracos da prefeitura da gestão anterior. O passarinho, respirava através de uma fenda mínima, onde obtinha ar suficiente para se manter vivo, e, mesmo sem água e comida, conseguiu se manter vivo com o esgoto que vazava, mas que, apesar das limitações, lhe possibilitou a sobrevivência. Passada a transição de um governo para outro, Zé Curianga, de repente fora arrancado do buraco com equipamentos e homens que trabalhavam ferozmente, falando mal de quem fizera o serviço anterior. Assim, segundo o texto, o passarinho, estava novamente livre, mesmo esfomeado, meio tonto e fraco, foi até a prefeitura e percebeu que tudo estava mudado naquele lugar, agora havia “*um sujeito de mangas arregaçadas, mandando em tudo. Ainda não sei o que houve na prefeitura (...)*”¹², dizia “*Zé Curianga*”, mas a realidade agora é outra. A forma como foi produzido o texto dava uma nítida impressão de que Toledo estaria numa grande transformação, após a troca dos prefeitos, e que agora as coisas estariam acontecendo de verdade e não apenas nas palavras como na gestão anterior.

12 Idem, 2 de março de 1969 – Ano II – nº 23, p. 2.

3.4. ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

“Bom eu já tinha experiência no primeiro mandato como prefeito, adquiri mais experiência como deputado e entendi que sem traçar um Plano Diretor, por mais humilde que fosse, não podia se projetar uma cidade”¹³.

Feitas as devidas críticas e valorizado o novo gestor, o jornal também apontava preocupações com o futuro do município e, neste sentido, um dos projetos mais importantes é o Plano Diretor. Porque este conteria em seu programa a forma de atuação das próximas décadas, determinando para onde andaria a cidade nas futuras gestões, e para que as coisas não acontecessem sem o aval da burguesia, que agora poderia se fazer dirigente, indicando o caminho para o poder público municipal, o jornal acompanhava, as metas a serem estabelecidas pelo programa como um todo:

Um Plano Diretor para Toledo

Uma das primeiras grandes preocupações da nova administração de nosso Município, ao se instalar, foi a confecção de um Plano Diretor para Toledo, de vez que aquele comentado e difundido pela anterior administração municipal, não era um Plano Diretor, (...)

(...) para que possa firmar contrato com firma especializada e idônea, e dar a Toledo um Plano Diretor total, capaz de atender, nos próximos 30 anos, às exigências de um progresso salutar.

E é disso que precisamos: o planejamento e o equacionamento de nossos problemas em termos racionais, por especialistas experientes. Chega de improvisações, que, à primeira vista podem parecer econômicas, prejudicando e sacrificando um povo que não merece senão o melhor, como é o de Toledo, vendo-se apenas agora as nossas condições econômico-financeiro.

(...)

O Prefeito de hoje fará obras que o Prefeito de amanhã concluirá. Nada de um começar, e o outro desmanchar. Existirá um Plano Diretor que impedirá as vinganças políticas, no setor de obras, e não dará condições para as aventuras personalistas.

E só por isto, já estamos de acordo com os novos propósitos da nova administração municipal, quanto mais não seja pelas vantagens e as necessidades de um Plano Diretor. Não há grande cidade ou cidade que o desenvolvimento mereça destaque, que não tenha seu Plano Diretor.

Que o nosso venha logo, Prefeito Egon Pudell¹⁴.

O texto do jornal já indicara como deveria de funcionar a organização da cidade, segundo o Plano Diretor, pela reportagem os próximos prefeitos estariam limitados pelo que determinaria este plano, não se teria mais a possibilidade de um prefeito administrar a cidade de acordo com o seu próprio planejamento, deveria sim obedecer as matrizes, fato que provavelmente estaria amarrado a uma lei municipal, que assim o determinaria, após a elaboração do projeto.

¹³ Entrevista dada por Egon Pudell ao Museu Histórico de Toledo.

¹⁴ A VOZ DO OESTE, 16 de março de 1969 – Ano II – nº 25, p. 4. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

A ansiedade do jornal, ou da própria burguesia pelo Plano Diretor, demonstra o quanto seria fundamental para o empresariado local, que este plano conduzisse as metas administrativas do município, as direções dadas à municipalidade estariam engajadas no projeto formulado para a cidade, claro que os “competentes profissionais” contratados para elaborar este plano sabem a quem devem defender dentro da luta de classes, como também deve saber o gestor municipal quais os interesses a serem defendidos para atender a burguesia local. Não se poderia esquecer que a equipe contratada para produzir o Plano Diretor tinha a quem representar na formulação das diretrizes deste plano, atender certos interesses e se manifestar atenta à luta de classes, afinal, na política nacional, já fora necessário aplicar um Golpe Militar em 1964, para que fosse possível conduzir a economia para atender os interesses de certos setores da burguesia e de capitais; na política local, com as eleições ganhas, não poderia surgir a possibilidade de desavenças. O plano não teria em seus fundamentos uma preocupação em determinar as necessidades básicas dos trabalhadores, estipulando um salário mínimo local, por exemplo; mas sim, estabeleceria como o poder público trataria o fornecimento da energia elétrica local, garantindo o desenvolvimento das empresas locais, fechando a possibilidade do “desastre” da gestão anterior, que segundo o jornal, “*não tinha se resolvido por pura teimosia do então prefeito municipal*”¹⁵.

Para marcar para onde deveriam ser conduzidas as metas do município – para o progresso capitalista – o jornal mais uma vez apontava a direção ao poder público municipal, de forma sutil, ele mais uma vez traz uma reportagem mostrando o desenvolvimento econômico da região conduzindo os objetivos a serem alcançados pelo município e os seus empresários. Para desenvolver as suas atividades, o empresariado teria que objetivar o desenvolvimento da cidade, do capital, fato que fica marcado nas entrelinhas do próprio título da reportagem “*Chegou o “Patinho Feio” da SADIA Skyvan-MK III, moderna aeronave a serviço dos clientes da SADIA S.A. – Transportes Aéreos*”¹⁶; na reportagem traz-se a notícia de um avião contratado pela Sadia para realizar vôos ligando a cidade e região a outros pólos comerciais do país, o texto também destaca que a Sadia mais uma vez se antecipa às necessidades do município, quando “*investe e disponibiliza o progresso*” para a região.

A Sadia, com o empreendimento na aeronave, fazia frente às demais empresas conduzindo a organização da burguesia para o desenvolvimento capitalista do empresariado local, a compra da aeronave pela empresa não significa que a empresa objetivava desenvolver na burguesia uma formação ideológica, era uma necessidade momentânea da empresa, mas a sua veiculação no jornal

15 Idem, p. 4.

16 Idem, p. 6.

tem sim o tom de incentivar a sociedade toledense para o desenvolvimento e, sim, parece chamar a atenção para que esta se mantivesse atenta ao poder público municipal, aos representantes e responsáveis pela formulação do Plano Diretor, a princípio contratados de Curitiba, para elaborarem as metas municipais de acordo com os interesses do empresariado local. A organização do plano passaria por algumas etapas, sempre acompanhadas bem de perto pela elite capitalista local, que atenta estaria planejando o futuro do município e as suas possibilidades de investimentos. O jornal, como representante deste grupo, se mantinha atento e demonstrando isso ao público em suas reportagens.

3.5. O JORNAL E A POLÍTICA NACIONAL

O empresariado local pôde contar com este meio de comunicação como um parceiro determinado a cumprir os seus propósitos enquanto representante burguês. Ainda em relação à representatividade do jornal a determinados grupos, na edição de 06 de abril de 1969, na primeira página, o editorial traz um texto manifestando as congratulações à “gloriosa Revolução de 1964”, enaltecendo os militares e a postura destes como dirigentes firmes e capazes de conduzir o país a um futuro próspero:

5º Aniversário da Revolução

O povo viu passar o 5º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964.

E satisfeito.

Este movimento de bom agrado pelo nosso povo, que não pretendeu desde o primeiro momento substituir homens, mas, trazer idéias renovadoras (...)

Aí está a atuação do Governo da República, aí estão as novas obras públicas, aí estão as novas medidas moralizadoras, aí está uma legislação sem favoritismo e justa.

O brasileiro do Norte, o brasileiro do Sul, se conscientizaram de sua responsabilidade de construtores do país.

A Revolução trouxe a cada um de nós a imagem da importância para o progresso da pátria.

São os pensamentos da Revolução, é o abandono a velhas e prejudiciais fórmulas de antanho.

É o novo Brasil, revolucionário de idéias, que se apresta a ocupar o seu lugar entre os seus pares.

Quando se comemora o 5º aniversário de tão importante evento, humildemente levamos a S. Excia. O Sr. Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, figura excepcional da Revolução de 31 de março de 1964, nossos cumprimentos e nossas saudações de brasileiros e patriotas.¹⁷

17 A VOZ DO OESTE, 6 de abril de 1969 – Ano II – nº 26 e 27, Primeira página. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

Para os historiadores brasileiros, principalmente os de linha marxista, o texto em homenagem aos militares, gera uma insatisfação irritante, lisonjear as atitudes dos militares, principalmente o governo de Costa e Silva, que impôs mais um “golpe” na democracia e no direito à liberdade do povo brasileiro, quando da determinação do AI-5 e a cassação dos direitos políticos de quem fosse oposição ao governo autoritário e cruel do general. O jornal expressa claramente a sua postura política, elogiando a repressão, os exílios políticos, os desaparecimentos e o fim da democrática naquele momento histórico, a exploração e o fracasso político da administração militar, que entregava a economia brasileira ao capital internacional, elogiar e dizer que os militares e o general Costa e Silva fizeram uma administração democrática é uma afronta ao povo até mesmo para aquele momento histórico:

O governo do general Costa e Silva (1967-69) reagiu desfechando o AI-5 (Ato Institucional nº 5) que, entre os poderes ilimitados que outorgou ao Executivo dali em diante, permitiu-lhe fechar o Congresso por tempo indeterminado, continuar a cassar mandatos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, demitir ou aposentar qualquer funcionário público civil ou militar, estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação¹⁸.

Na verdade o texto do jornal não tinha uma preocupação com a política nacional em sua edição, a função do texto parece deixar claro a qual grupo pertenciam todos que compunham a oposição vitoriosa no pleito eleitoral do ano anterior, alertando que o grupo deveria permanecer coeso, caminhando para o mesmo rumo. E para demonstrar que os editores e o poder público estavam alinhados quanto à política local, também na questão nacional, o próprio prefeito também manda publicar uma matéria referenciando a “boa conduta” dos militares no poder político brasileiro:

AO POVO DE TOLEDO

Na data em que comemoramos o 5º aniversário da renovação brasileira, o Prefeito Municipal de Toledo vem publicamente manifestar a toda população do Município a sua crença nos destinos gloriosos da nação a mercê do sábio mando dos nossos pro-homens, dos quais o Exmo. Sr. Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, é o mais legítimo representante.

Aos toledenses, aos brasileiros de boa vontade, a todos os nossos concidadãos, reafirmamos os nossos propósitos de servir à nossa terra, congratulando-nos pela passagem do 5º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964.

Toledo 31 de março de 1969.

EGON PUDELL

Prefeito Municipal¹⁹.

18 HABERT, Nadine. A DÉCADA DE 70 Apogeu e crise da ditadura militar brasileira, Editora Ática, 3ª edição, São Paulo/SP. 1996. p.10.

19 A VOZ DO OESTE, 6 de abril de 1969 – Ano II – nº 26 e 27, p. 13. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

O prefeito municipal como homem público e representante da comunidade não pode se mostrar desagradável aos olhos dos militares e aos políticos estaduais, esta poderia ser a justificativa de suas congratulações, para que pudessem ser bem visto a nível de estado e país conquistando êxito nas reivindicações junto aos políticos destas instâncias. Mas, na prática a política local estava alinhada à forma como se conduz a democracia brasileira, pois os direitos de cidadania no município, também como no país, apenas servem para atender os interesses de um pequeno grupo que se articula com o poder público, conduzindo a administração de acordo com os interesses empresariais de certos setores da economia.

O auge da ditadura militar, o governo de Costa e Silva, seria um momento de lamentações a qualquer cidadão democrático, ver os vários exilados, os desaparecimentos efetuados pelos militares, fato que não era desconhecido pela elite local, marca o momento político de medo e obediência ao controle militar do governo federal. As homenagens prestadas pelo jornal e pelo prefeito local, poderiam ser vistas realmente como uma atitude de obediência aos militares, objetivando obter junto às administrações estaduais e federais as regalias necessárias ao município. Mas, para os críticos, essa atitude também poderia ser interpretada como um aviso a quem quisesse ser oposição à forma como era administrado o município, poderia ter a leitura de como seria tratada a oposição, principalmente os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e do grupo derrotado nas eleições municipais, que pela leitura habitual da sociedade civil, também saberiam fazer a leitura das entrelinhas deixadas pelo jornal.

3.6. UM JORNAL “INFORMANTE” DO POVO

Ainda dentro de seu papel como representante de classe o jornal traz mais uma vez uma reportagem protegendo as atitudes da administração municipal, defendendo os homens públicos junto à sociedade civil, mostrando que, com planejamento e atitudes, Toledo estaria caminhando para o rumo certo:

Bom senso e previsão administrativa

Ouvem-se, já decorridos dois meses da posse da nova administração do Município, críticas ásperas ao que alguns chamam de inércia.

Nem poderia ser diferente.

Eleito em campanha acirrada, em que pontificaram calúnias e mal querenças, o Sr Egon Pudell nem pode esperar outras manifestações de seus adversários políticos de ontem.

Pretendendo fugir à administração improvisada, de última hora, e não podendo contar, na herança que lhe deixou seu antecessor, com planificação administrativa, o atual Prefeito se preocupa, antes de mais nada, de dar ao nosso Município um planejamento do qual nos ressentimos muito.

Não pretende o seu Egon Pudell, - e o tem confessado amiúde aos que o interpelam, - administrar Toledo a seu talante, em prejudiciais improvisações, cujos reflexos a nossa população sente em sua própria carne.

Para tanto, - e também confessa de público, - não pretende iniciar obras de vulto e profundidade, sem que tenha programação administrativa, fundamentada em Plano Diretor, cuja aprovação pretende obter da Câmara Municipal.

O Prefeito Egon Pudell tem razão.

Não é mais possível fazerem-se obras hoje para serem refeitas ou abandonadas, por inúteis, no dia de amanhã.

(...)

Preferimos esperar poucos meses para obras definitivas e de vulto, que nos satisfaçam, do que vermos o nosso dinheiro esbanjado em saltitantes e inconcebíveis arroubos demagógicos de obras condenadas.

Nós preferimos, Prefeito Egon Pudell, o seu bom senso e a sua previsão administrativa.

Mesmo com o sacrifício de seu prestígio neste ínterim²⁰.

O Plano Diretor, precisando ser aprovado pela Câmara Municipal, trazia um problema para a administração municipal, sua morosidade, pois para passar pela Câmara este deveria estar completo, ir à votação e apenas depois ser aplicado em obras práticas na cidade. Como o processo era lento, e como o próprio jornal anunciara, o prefeito assumira o governo e nada fazia, o texto tratou de proteger Egon Pudell, para que este sentisse que o grupo burguês representado pelo mesmo continuaria de seu lado, que o grupo por ele representado também o fazia e a sociedade civil seria informada das ações do poder público e do problema da morosidade das tarefas que não se iniciavam.

O jornal, preocupado ainda com a questão do Plano Diretor, traz um artigo com o título “*O novo Toledo, o Toledo melhor, Comissão de prefeito e vereadores em Curitiba*”, onde se reproduziu um texto relatando a presença em Curitiba do prefeito municipal Egon Pudell, dos vereadores Valmir Grande e Antonio Mazureck, este último especialmente consignado pelo presidente da Câmara Municipal, representando o município em seus interesses. Um dos principais objetivos do grupo era dar agilidade ao Plano Diretor para a cidade, e por isso estes contataram e contrataram o senhor Haroldo Buck da Silva, engenheiro especializado no “matier” (expressão do texto para designar qualidade ao engenheiro), para desenvolver o Plano Diretor do Município de Toledo:

(...) o que podemos afirmar é que o Plano Diretor em estudo engloba todos os setores que requerem uma solução planejada, em consonância com os métodos administrativos da era atual, desde a parte de saneamento, pavimentação, iluminação pública, energia elétrica, educação, até o problema da Assistência Social, incluindo as sedes distritais²¹.

20 A VOZ DO OESTE, 6 de abril de 1969 – Ano II – nº 26 e 27, p. 2. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

21 Idem, p. 3.

A constância do jornal nas reportagens sobre as atitudes do poder público em relação ao Plano Diretor demonstra a preocupação que se tinha com a elaboração deste, pois o planejamento da cidade e as possibilidades de desenvolvimento do empresariado local passariam pelo que se estabeleceria neste projeto. Preocupações que eram manifestadas pelo jornal, e para um bom entendedor, o prefeito, a mensagem é clara. O desenvolvimento do município passa por várias instâncias, não se sobrevive apenas de alguns projetos, como energia elétrica, a cidade demanda também outras preocupações em relação às estruturas, possibilitando o desenvolvimento das indústrias e do comércio local. A energia elétrica volta a ser assunto do jornal, principalmente se este assunto possibilita uma crítica à administração de Avelino Campagnolo, desviando as possíveis críticas a gestão de Egon Pudell:

Assuntos que preocupam a administração

Eletrobrás

A dívida com a Eletrobrás, resultante do recolhimento junto ao contribuinte e retenção indevida pelo Município, de taxa destinada aquele órgão, é “o espinho atravessado na garganta” do Prefeito Egon Pudell, e a mais valiosa lembrança pelo desmazelo e anarquia que reinou na administração anterior.

Caloteando a Eletrobrás, ficando com o dinheiro que não lhe pertencia, o Sr. A. Campagnolo encalaca o Município junto a Eletrobrás em dívida vultuosíssima.

E, agora, quando mais temos necessidades de energia para imprimir um desenvolvimento em ritmo paralelo às comunas vizinhas, a legislação federal é lembrada, obrigando o Prefeito Egon Pudell a promover entendimento para a mais urgente solução de tão grave problema (...)

Sem dinheiro, pois que – como os senhores leitores estão lembrados – somente no mês de janeiro, o sr. A. Campagnolo “torrou” 180 milhões do Município, o Prefeito Egon Pudell prossegue em suas conversações com a Eletrobrás e demais órgãos vinculados, no sentido de poder equacionar e resolver satisfatoriamente o problema energético de Toledo²².

A acusação direta feita a Avelino Campagnolo como caloteador, dando a indicação de que ele teria ficado com o dinheiro, é dúbia, pois mesmo sendo um calote, o não pagamento das taxas à Eletrobrás, o calote era do município, dinheiro que o próprio município usou para outros fins, e não da pessoa de Avelino Campagnolo, sendo assim, essa acusação é distorcida e falha, já que o jornal em momento algum conseguiu formalizar uma acusação de corrupção ou desvio de verbas ao ex-prefeito. Mas para o grupo que o jornal representava era interessante ventilar essa notícia, pois “indicava” mais uma vez que o problema do não desenvolvimento do município, era em decorrência da administração de Avelino Campagnolo, e que Egon Pudell, mesmo sendo uma pessoa comprometida com os problemas do município, não conseguia dar continuidade a sua administração por embargos trazidos do governo anterior.

²² Idem, 1 de maio de 1969 – Ano II – nº 29, p. 4.

Interessante é se destacar a mudança de direção dada ao jornal após as eleições municipais, de crítico ferrenho de uma administração, o editorial, passa a protetor de outra, mostrando que o jornal foi, durante seu tempo de publicação, um protetor do grupo burguês conduzido pela Sadia e os interesses por ela representados.

O jornal e seus representados, insatisfeitos com o governo de Campagnolo trataram de se organizar e melhor encaminhar os seus projetos, organização que passou pelas eleições municipais, instituição de um governo para defender os seus interesses na administração municipal. Para fechar a questão das eleições municipais, que haviam ficado sob suspeita, devido à recontagem dos votos e a não aceitação da derrota por parte do grupo de Avelino Campagnolo. Com satisfação o jornal anuncia:

TER do Paraná nega provimento

(...) [Ilegível] NO RECURSO APRESENTADO CONTRA A JUNTA ELEITORAL DE TOLEDO E NÃO TOMA CONHECIMENTO DA DENÚNCIA FORMULADA CONTRA O MM. JUIZ ELEITORAL DA 75.^a ZONA, DR. RONALD GROLLMANN

(...)

Relativamente a denúncia do ex-prefeito toledense, contra o procedimento do dr. Ronald Grollmann, MM. Juiz Eleitoral da 75.^a Zona, o TER não tomou conhecimento ao alto padrão de dignidade daquele magistrado.

Ficam, portanto, sem qualquer máculas as atuações do dr. Ronald Grollmann em nosso último pleito e dos componentes da Junta Eleitoral, que nele atuaram, consagrando o respeito e consideração que os seus concidadãos lhes dispensam²³.

As congratulações dadas ao Juiz Ronald Grollmann, são uma referência à “honestidade” desse magistrado enquanto juiz eleitoral de 1968, no município de Toledo, já que o TRE do Paraná negou o recurso apresentado pelo grupo derrotado no pleito municipal, dando a entender que o processo eleitoral ocorrera dentro da normalidade da lei, e que os recursos apresentados não se justificavam. Para o jornal, defendendo o atual prefeito, era importante mostrar à sociedade civil que a eleição de Egon Pudell fora honesta, sem fraudes, para que o público retirasse a suspeita sobre o administrador, apresentando este como um homem público correto, o que o recurso efetuado pelo grupo de Avelino Campagnolo apenas tentava distorcer esta imagem.

A proteção dada a Egon Pudell pelas seguidas reportagens se justifica, afinal o grupo burguês que o jornal representava, tinha em sua base os diretores da Sadia e Pudell era a expressão dos desejos destes, como ex-diretor da empresa, sabia por onde deveria de andar o poder público:

Bom em primeiro lugar, eu não queria mais ser candidato à prefeito, então até um dia, humildemente eu procurei o Campagnolo, desci do meu fuque, ele tava numa caminhonete,

23 A VOZ DO OESTE, 11 de maio de 1969 – Ano II – nº 30, Primeira p.. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

Campanolo vamos ter um pouco de calma, eu não vou ser prefeito, vou cuidar da minha vida, deixei de ser deputado, encerrei a minha carreira como Deputado como Presidente da Assembléia, vamos fazer um acordo, eu até aceito a ser candidato a vice prefeito de Valdir Becker, mas vamos levar em um termo alto, porque eu também tenho que dar uma satisfação a meu eleitorado, ele simplesmente me olhou e falou assim: “você é bananeira que já deu cacho, eu pego um mola-morsa e ganho contra você”, puta isso me queimou. Cheguei em casa, já tinha telefone interno naquela época, telefonei para o Waldomiro Giacomazzo e para o Perroto, **por que o pessoal da Sadia até achava que eu deveria de ser candidato**, e outros achavam. Sou candidato. Deu foguetório e tudo. Aceitei por que me queimaram. Aí foi festejado por que foi dado o resultado errado, não foi um resultado oficial, eu acho que até o Dr. Pedrinho Furlan, que é meu amigo particular, uma pessoa de todo respeito, eu acho que ele adiantou, não lembro bem, ele deixou de dar uma urna, onde eu fiz uma votação expressiva, aí foram festejar na casa do Valdir e depois vieram festejar na minha casa, aquelas coisas de política²⁴.

A própria recepção dada pela “sociedade toledense”, o “foguetório” dado pela aceitação de sua candidatura, demonstra que para os diretores do frigorífico, Pudell era, naquele momento, o melhor candidato para ajudar no desenvolvimento da empresa, e o jornal, como representante de classe, tinha que cumprir com as suas obrigações e defender o prefeito para que este pudesse desenvolver a sua administração atendendo às necessidades de quem o tinha auxiliado na trajetória política como candidato nas eleições municipais.

Tendo feito o seu papel de protetor de Egon Pudell, como administrador e homem público, os editores sabem o quanto é importante o reconhecimento do público, e, como a administração não conseguia dar andamento as obras que foram criticadas na gestão anterior em Toledo, mostrando-se mais eficiente, superando as críticas daquela administração, era necessário justificar a não realização das atividades práticas do novo prefeito, e anunciando um ar de imparcialidade, o jornal traz uma imensa reportagem justificando a “aparente” inércia do poder público municipal:

Toledo quer saber

Como anda a atual administração do município

Para um homem do povo, às vezes o Prefeito Egon Pudell lhe parece inoperante. Se o exame de sua administração se circunscrever apenas a algumas ruas da cidade e as estradas secundárias do interior, poderíamos dizer que tem razão.

Entretanto, analisando imparcialmente os atos da atual administração toledense o julgamento é outro.

Recebendo apenas um “patról” e um pátio de máquinas efetivamente ineficiente para atender as solicitações do município, a nova administração construiu ao redor de 25 Kms. de novas estradas procedentes aos reparos mais urgentes e indispensáveis das rodovias existentes e se prepara racionalmente, com planejamento e organização advinda de um Plano Diretor tecnicamente perfeito, para soluções definitivas de alguns problemas que vem desafiando administradores.

(...) muito embora, até o presente, as suas preocupações tenham se voltado para a solução de problemas mais graves, que fatalmente veriam emperrar toda a máquina administrativa, como o pagamento da Eletrobrás, que ameaçava um recurso extremo de uma executiva para receber o que lhe é devido, assim mesmo o nosso atual prefeito elaborou uma humana e justa remuneração aos funcionários da municipalidade, reconhecendo em seus

24 Entrevista dada por Egon Pudell ao Museu Histórico de Toledo. Grifo meu.

colaboradores os esteios de sua administração.

(...) o prefeito Egon Pudell será recebido pela alta direção da COPEL, quando iniciará os entendimentos para posterior fornecimento de energia por aquela empresa, inicialmente no perímetro urbano.

Merece esta providência do prefeito toledense consideração especial. Nada mais cruel tem sido para todos nós, do que o nosso sistema de luz e força. Sacrifícios tem sido imposto a industriais e particulares. Por que o obsoletismo das nossas próprias usinas, a impossibilidade de nosso Município resolver com seus próprios recursos as nossas necessidades energéticas, que crescem continuada e imprevisivelmente, é um dos mais importantes, - senão o mais importante e vital, aspecto da administração toledense. – Assim equacionado o problema e com solução à vista, o Prefeito Egon Pudell vem ao encontro às aspirações tantas vezes manifestas de tantos toledenses ilustres.

(...)

Sabemos que o Prefeito Egon Pudell se propõem a resolver, com o Plano Diretor nas mãos, a todos os nossos problemas, sejam da área urbana, sejam do “hinterland” municipal.

Por isso que, algumas ruas apresentam-se com aspecto pouco recomendável e estradinhas de “porta de colono” carecem de conservação e reparos. É preciso compreender que, enquanto estiver se programando e equipando para administrar proveitosamente o nosso Município, o Prefeito Egom Pudell planeja ações de maior envergadura administrativa, sendo obrigado, apesar de sua disposição, a esquecer temporariamente aspectos secundários.

(...)

Suas atitudes, insiste em esclarecer, levar-nos-ão a soluções definitiva dos nossos problemas. E não a meros paliativos, muito agradáveis e bonitos de ver à primeira hora, mas, amargos e enganadores no tempo.

Assim planejando, assim procurando administrar enfrentando mesmo a crítica popular, quando aumentou os impostos municipais, como equilíbrio de nossas finanças, entendemos que a atual administração age bem, e ao lado das críticas, merece também os louvores²⁵.

Ainda para sustentar as atitudes da administração municipal, valorizando as ações do então prefeito municipal e a demora das atividades de desenvolvimento no município, o jornal já se antecipa as críticas para proteger Pudell, alegando que morosidade é pela “seriedade com que ele levava o Plano Diretor”, que estava em fase de elaboração para melhor desenvolver o município. E para dar credibilidade a suas informações traz uma reportagem no dia 16 de junho de 1969, intitulado *Plano Diretor*, esta é a seriedade atribuída pelo poder municipal ao desenvolvimento de uma Toledo voltada para o futuro “*vemos então que sem o Plano Diretor, ou melhor dizendo, sem planejamento que determina o perfeito funcionamento destas obras, nada será realizado. Evidentemente os administradores modernos, atualizados, sabem como dirigir o seu município, partindo exatamente de onde se deve começar, do planejamento*”²⁶. E termina a matéria parabenizando a administração por estar fazendo exatamente o correto, mesmo demorando para efetuar as obras necessárias, mas as fazendo dentro do planejamento do Plano Diretor.

No mesmo jornal ainda foi produzida uma reportagem com o seguinte título: “*A mentira tem*

25 A VOZ DO OESTE, 31 de maio de 1969 – Ano II – nº 31 e 32, p. 4. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

26 Idem, nº 33, p. 3.

pernas curtas”²⁷, página 08, reportagem que afirma que enquanto o ex-prefeito Avelino Campagnolo propalava amplos discursos contra a COPEL durante a sua campanha eleitoral, dizendo que esta empresa não pretendia defender os interesses do povo toledense, mas que queria sim era prejudicar e explorar os munícipes com altas taxas de custo com energia elétrica, o mesmo já encaminhara a assinatura da transferência de responsabilidade de fornecimento da energia elétrica para a COPEL, que mesmo criticando esta entidade durante a campanha eleitoral, o ex-prefeito municipal já havia encaminhado o protocolo do processo, assim, “mentindo para o povo sobre esta empresa”, como comprovava o próprio documento editado pelo mesmo jornal na página 10, com o título “*Prefeitura Municipal de Toledo*”.

Avelino Campagnolo realmente encaminhara uma preliminar de transferência do fornecimento de energia elétrica para o município de Toledo pela COPEL, mas isso não fora assumido publicamente antes do pleito municipal, inclusive a sua campanha eleitoral, segundo o jornal, se sustentou em cima de críticas à COPEL. O ex-prefeito teria criticado a empresa por que esta apenas objetivaria explorar os munícipes com altas taxas de cobrança de energia elétrica. Críticas estas que teriam gerado um mal estar no município em relação à COPEL, que agora, com a nova gestão municipal, estabelecendo o contrato de fornecimento de energia elétrica aos munícipes pela empresa, geravam dúvidas se realmente fora a melhor solução para o problema local. Fato que o jornal e a empresa teriam que resolver juntos, “esclarecendo” ao público que realmente esta fora a melhor opção para o município de Toledo. A forma mais eficiente neste momento, já era a propaganda, que a própria COPEL vinculava no jornal:

A luz é cara?

A energia elétrica é a forma de conforto mais barata que existe e, embora seja parcela insignificante no valor da produção, é condição essencial ao progresso econômico.

O GASTO DE ENERGIA ELÉTRICA COM FERRO DE PASSAR (5 A 14 HORAS, É IGUAL AO PREÇO DE UM MAÇO DE CIGARROS (NCR\$ 0,50 A NCR\$ 1,40); COM O USO DE UM RÁDIO (8 HORAS), EQUIVALE AO PREÇO DE UMA CAIXA DE FÓSFORO (NCR\$ 0,08).

SE A ENERGIA ELÉTRICA FOSSE GRATUÍTA, UM PAR DE SAPATOS DE NCR\$ 20,00, POR EXEMPLO, PODERIA TER SEU PREÇO REDUZIDO PARA NCR\$ 19,80. O CÁLCULO É FÁCIL: A ELETRICIDADE CORRESPONDE, EM MÉDIA, A APENAS 1,0 POR CENTO NO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL.

A ENERGIA ELÉTRICA VALE O PREÇO DO PROGRESSO.
COPEL²⁸.

O comparativo entre os preços, o “baixo custo” que seria o fornecimento de energia elétrica, compensaria a satisfação do progresso chegado em cada lar, em cada empresa com a presença da

27Idem, nº 33, p. 8.

28 A VOZ DO OESTE, 21 de outubro de 1969 – Ano II – nº 37, p. 2. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

COPEL. Principalmente se fosse levado em consideração os altos investimentos que a empresa teria que fazer para que conseguisse atender com a demanda básica o município, que até a gestão anterior sofriam com a constante falta de energia elétrica:

COPEL EM TOLEDO

(...)

REDE ESTÁ SENDO REFORMADA PARA GARANTIR O PROGRESSO

Para melhorar consideravelmente o suprimento de energia elétrica, a COPEL está executando diversos serviços na rede de distribuição em Toledo. Esses trabalhos num investimento inicial de aproximadamente 40 mil cruzeiros novos, permitirão que os consumidores desta importante cidade do Oeste paranaense recebam a eletricidade em nível adequado às suas necessidades. Os setores econômicos do município poderão ativar a sua produção com o recebimento de luz e força em melhores condições, fato que propiciará segurança no abastecimento energético local.

Outros melhoramentos serão implantados em seguida pela empresa paranaense, visando a oferecer gradativamente energia elétrica em abundância aos habitantes de Toledo. Os serviços acima mencionados exigirão da COPEL um investimento total demais de 33 mil cruzeiros novos. Desta forma, somente em trabalhos de melhoria em muitas ruas de Toledo, a companhia investirá um montante superior a 73 mil cruzeiros novos²⁹.

Na página 11, o jornal ainda traz uma propaganda da COPEL valorizando o conforto da luz pelo pouco preço a ser pago ocupando meia página do editorial. As propagandas da COPEL podiam ser matérias pagas, para que se valorizasse a empresa no município e se admitisse a substituição do fornecimento municipal, levando o público a esquecer os discursos “mentirosos” do ex-prefeito que afirmavam que a COPEL viria apenas para explorar o povo toledense. A propaganda também influenciava a concepção popular para que aceitassem a atitude tomada pelo prefeito municipal, se no imaginário social permanesse o discurso de Avelino Campagnolo, Egon Pudell poderia aparecer como o vilão da história, beneficiando a quem queria explorar o povo toledense. Por isso as propagandas mostrando os baixos custos da energia elétrica fornecida pela COPEL, poderiam lentamente substituir esse discurso e facilitar a aceitação da COPEL como a solução mais prática e definitiva para o problema local. E o próprio jornal já anunciava na mesma página a lei de concessão dos direitos de exploração da energia elétrica a COPEL, lei nº 511/69, deixando claro ao público que a COPEL seria definitiva e sem retorno.

Aproveitando-se das propagandas de divulgação da empresa de energia elétrica e da aprovação popular para o fornecimento de energia elétrica pela COPEL, e tendo como necessidade estabelecer a cobrança de impostos pela iluminação pública, o prefeito junto com a Câmara de Vereadores, aprovam a taxa de iluminação pública:

²⁹ Idem, p. 6.

Art. 1º - Fica criada no Município de Toledo, A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, que será cobrada por rua, na proporção de NCr\$ 0,20 (vinte centavos)³⁰ por mês, por metro de frente, dos prédios e lotes beneficiados.

Art. 2º - A cobrança desta taxa será feita mensalmente, até o dia 25 de cada mês.

§ Único: Caso não for pago no prazo fixado, será acrescida com a multa de 10%.

Art. 3º - Os lotes beneficiados vagos e não lotados, pagarão em dobro a taxa de que trata a presente Lei.

Art. 4º - As propriedades situadas na extremidade da rede de iluminação pública, além de um raio de 20 metros, estão excluídas da obrigatoriedade de contribuir.

Art. 5º - O montante da arrecadação deste tributo, referente ao dia anterior, será obrigatoriamente depositado pelo Chefe do serviço da Fazenda em estabelecimento bancário local, em conta distinta especial, sob título de PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO – “Iluminação Pública”.

Art. 6º - O produto desta arrecadação destinar-se-á exclusivamente ao pagamento da Iluminação Pública à Empresa Concessionária, bem como a substituição de lâmpadas para a referida iluminação.

§ Único: A utilização da receita desta taxa na aquisição de lâmpadas acima citadas, somente poderá ser feita após o pagamento da conta de iluminação pública à empresa concessionária.

Art. 7º - Nos termos dos exercícios financeiros e no caso de a arrecadação ser superior à importância devida à concessionária, a diferença deverá ser aplicada no pagamento de extensões de novos circuitos de iluminação.

Art. 8º - Sempre que, por aumento de despesas, melhoria de iluminação ou acréscimo de custo de energia elétrica consumida, houver necessidade de reajustamento, este se fará proporcional e automaticamente independente de nova autorização legislativa.

§ Único: Tal reajuste será precedido da publicação em editais que conterão, obrigatoriamente, todos os dados relativos ao reajustamento efetivado³¹.

Com a chegada da COPEL, chegaram também os novos impostos, que conforme a Lei, não eram cobrados na administração anterior, seriam encargos que se repassariam à empresa concessionária de energia elétrica, valores que sairiam do bolso do povo para a empresa, que segundo Campagnolo, apenas viria para explorar os toledenses.

3.7. A POLÍTICA LOCAL E A CÂMARA DE VEREADORES

Na política local, Egon Pudell poderia administrar tranquilamente os problemas do município, a composição da Câmara de Municipal e os diretórios municipais dos partidos políticos, não tinham uma oposição representativa, já que a maioria eram da situação, alinhados com a administração do prefeito. O diretório do MDB, eleito na convenção local, trazia em seus representantes nomes que não circulavam entre o grupo de Avelino Campagnolo:

30 No sitio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, ficam em R\$: 0,90.

31 CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Lei Nº 534/69, de 12 de novembro de 1969.

Em Toledo
O MDB também elegeu o seu diretório
(...)

Contando com chapa única os emedebistas tranquilamente elegeram os seus dirigentes municipais partidários, havendo nos 109 votos depositados [num total de 208 inscritos], apenas a anulação de 2 votos.

A chapa encabeçada pelo sr. Helmuth Priesnitz, conta com os nomes dos srs. Edgar Lamp, Oscar Silva, Felipe Muraro, Domingos Ribeiro, Orlando dos Santos, Fedelvino Leonardi, Geraldo Dreher, Romildo Schröder e Dair Nogueira. Para Delegado e suplente, respectivamente, foram escolhidos os nomes do Dr. Erneste Dall'Oglio e Gentil Osvaldo Dal'Maso³².

Os nomes listados pela convenção do MDB, não eram um problema para o grupo burguês representado pela Sadia e/ou o jornal, pois nas próprias eleições municipais este partido fora aliado do prefeito eleito, assim o MDB pertencia à base do governo de Egon Pudell. Melhor ainda fora a convenção da ARENA, para esse mesmo grupo, pois conseguiram uma vitória esmagadora sobre os líderes representantes do grupo de Avelino Campagnolo, eleições que ocorreram sem a presença direta do ex-prefeito, que para evitar uma disputa aberta e possível derrota, não disponibilizou seu nome como candidato pela chapa de oposição:

Na convenção Municipal da Arena

Vitoriosa a chapa ◀ Costa e Silva ▶ com 75 % dos votantes

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) promoveu no dia 10 último, em Toledo, a sua Convenção Municipal, para a escolha do Diretório Municipal e delegados a convenção estadual.

Duas chapas foram registradas: “Presidente Costa e Silva” da sub-legenda 2, sob liderança do Prefeito Egon Pudell, e “Humberto de Alencar Castelo Branco”, da sub-legenda 1, obedecendo a orientação do ex-prefeito Avelino Campagnolo.

Inscreveram-se no partido 1126 arenista, dos quais compareceram 1015, numa abstenção de 10%, insignificante num pleito como esse.

(...)

Os eleitos são os seguintes:

Chapa

“Presidente Costa e Silva”

Pedrinho Furlan

Waldomiro Giacomazzo

Dr. Haroldo Hamilton

Walmir Grande

Dr. José Ivo Alves da Rocha

Dr. Wilson Carlos Kuhn

Waldemar Rossoni

Oscar Ruaro

Ademir Donin

PARA DELEGADOS

Egon Pudell – Suplente: Sergio Zenni

Lamartine Braga Cortês – Suplente: Oreste Perotto

Olívio Beal – Suplente: Erwin Jost

(...)

DERROTADA

32 A VOZ DO OESTE, 29 de agosto de 1969 – Ano II – nº 35, p. 12. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

Chapa “Humberto de Alencar Castelo Branco”
Hilário Koppe Zenni
Pércimo Chiaretto
Reinaldo Comim
Pitágoras da Silva Barros
Joaquim Lizza
Aliete Licheski Klein
Rovildo Siviero
Irio Lunardi
Gentil Possan
Ivo Schneider
Wilson Dias Flausino
PARA DELEGADOS
Irineu Agnes – Suplente: Avelino Campagnolo
Antonio Mazureck – Suplente: Clécio Zenni
Francisco Fabricio dos Santos – Suplente: Ivo Welter³³.

Não podemos deixar de destacar a presença da Ditadura Militar no município pela própria forma dada as duas chapas que concorreram às eleições, nome do presidente e ex-presidente, mostrando que as ARENAS estavam alinhadas ao governo central brasileiro mesmo desenvolvendo um embate local. As eleições eram abertas aos filiados do partido, tendo como possibilidade de voto em duas chapas: a de “Humberto de Alencar Castelo Branco” que tinha como base de apoio Egon Pudell e seus seguidores, ou a chapa de “Presidente Costa e Silva” que eram uma eventual oposição e tinha como base os seguidores de Avelino Campagnolo. Ocorridas as eleições, foi eleita a chapa que ficaria à frente do Diretório Municipal da ARENA, e pelo texto do jornal estas eleições não deram páreo ao grupo de Campagnolo. Com a vitória na convenção municipal, agora o antigo grupo burguês de oposição, tinha um aparelho de hegemonia a seu dispor, a oposição da nova administração municipal estava limitada apenas a três vereadores eleitos pela ARENA – 2, que, para conseguirem desenvolver algumas atividades como políticos ou como vereadores com projetos de lei, não podiam se afrontar abertamente com seus adversários, sob pena de passar toda a sua gestão sem aprovar nenhum projeto de lei, normal para uma Câmara de Vereadores para quem é minoria e não faz o jogo de interesses da maioria, e com isso, nem aparecer como homens públicos junto ao povo, fator necessário a um político que almeja uma reeleição no próximo pleito.

Como a composição da Câmara de Vereadores de Toledo na gestão do Prefeito Egon Pudell, tinha os vereadores do MDB e da ARENA -1 como situação, apoiando o Prefeito Municipal e apenas três vereadores da ARENA - 2, que representavam a oposição, sendo estes Antônio Mazureck, Irineu Agnes e Rovildo Siviero, que mantinham-se atrelados ao pensamento político de Avelino Campagnolo. E para evitar o crescimento da oposição, o jornal mantinha-se atento e não perdia a oportunidade de criticar os adversários políticos de Egon Pudell ou de seus representados,

33 A VOZ DO OESTE, 29 de agosto de 1969 – Ano II – nº 35, p. 7. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

e, em qualquer deslize dos vereadores de oposição duras críticas eram desfiladas ao grupo, como aconteceu com Irineu Agnes, pelo fato de ter ficado sentado numa homenagem a “semana da pátria”, quando se cantou o Hino Nacional, este vereador teve formulado um processo contra ele pela cassação de seu mandato de vereador em Toledo, processo este conduzido pelos vereadores Walmir Grande, Henrique Rossoni e Rovílio Siviero, este último, mesmo sendo parceiro na oposição a Egon Pudell.

A reportagem produzida pelo jornal no dia 19 de novembro de 1969, na página 5, “A Voz do Oeste”, ainda trouxe algumas críticas a este vereador já quando de sua posse, pelo fato do vereador ter vindo sem fazer a barba, assim supostamente desrespeitando ao Meritíssimo Juiz e a seus próprios eleitores, como a própria edição especificou:

(...) se concluirmos pela foto que ilustra esta nota, o vereador Agnes não se preocupa muito com o seu mandato: pois, ao receber o seu diploma do MM. Juiz Eleitoral, S. Sa. se apresentou exatamente como o flagrante ilustra. Ou sua barba representava conhecida corrente ideológica, ou era falta de barbeiro, mesmo (...). Em qualquer dos casos, não demonstra respeito nem pelos seu eleitores, nem pelas autoridades que o investiam em sua função de legislador³⁴.

Ao criticar as atitudes do vereador Irineu Agnes, o jornal mostra claramente a sua tendência política, questionando o ato de não fazer a barba do vereador e ao mesmo tempo afirmando que o mesmo estaria faltando com o respeito com os eleitores, mostra que “A Voz do Oeste” é contra a “corrente ideológica dos barbudos”, fato que fica subjetivamente comparado aos comunistas. Que não era o caso do vereador Irineu Agnes, mas que naquele momento servia como crítica à oposição de Pudell no município.

A burguesia, representada pelo jornal, conjugada com o poder público, com uma oposição limitada, minoria, na Câmara Municipal, começa a abrir as possibilidades para implantar os seus projetos enquanto classe dominante no município. Para dar continuidade ao desenvolvimento dos projetos burgueses, era necessário que se efetivasse o mais breve possível a elaboração do Plano Diretor para o município, este daria a possibilidade para que o prefeito pudesse desenvolver os projetos que interessavam ao empresariado local, o que exigia a intervenção do poder público na agilidade, seriedade e eficácia na aplicação de suas metas, o que teria que ser conquistado com uma lei aprovada na Câmara Municipal, autorizando o prefeito a dar continuidade no processo de elaboração do Plano Diretor, com atribuição financeira para saldar os pagamentos dos profissionais contratados para desenvolver o projeto de planejamento municipal:

³⁴ Idem, 19 de outubro de 1969 – Ano II – nº 38, p. 5.

LEI Nº 502/69

DATA: 25 de agosto de 1969

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de NCr\$ 82.000,00, destinado a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento integrado do Mun. De Toledo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial de NCr\$ 82.000,00, destinado a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento integrado do Mun. De Toledo.

Art. 2.º - Para a feitura do Plano Diretor de que trata o art. Anterior, ficam outorgado ao Sr. Prefeito Municipal os poderes para firmar contrato com o engenheiro Dr. Haroldo Buck Silva, residente na capital do Estado.

Art. 3.º - Como recurso financeiro para abertura de crédito objeto desta lei, fica indicado o “superávit” financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1968.

(...)

Egon Pudell

PREFEITO MUNICIPAL³⁵.

No terceiro artigo desta lei, evidencia-se uma contradição às críticas efetuadas à administração de Campagnolo, pois pelos textos do jornal, as sequências das críticas, a impressão que fica é que nesta gestão o poder público estaria falido, o que não ficou comprovado com o superávit anunciado. Com a lei aprovada autorizando o prefeito municipal a dispor de NCr\$ 82.000,00³⁶ para pagar a equipe responsável que viria de Curitiba, esta foi contratada, sob responsabilidade do engenheiro Dr. Haroldo Buck Silva, que segundo o jornal seria um homem capaz e eficiente para desenvolver a estruturação do Plano Diretor do município de Toledo, de modo a contentar e atender os interesses de quem os contratava, no caso a Prefeitura Municipal e o seu gestor, que teoricamente também representava ao grupo aliado burguês.

O Plano Diretor indicaria as diretrizes que assentariam o desenvolvimento do município nas próximas décadas, e o fato de se contratar um “especialista” (segundo o jornal) vindo de Curitiba, mas que não conhece a região e muito menos os problemas do município, é que deixa um sinal de alerta para as seguintes questões: Qual seria a real especialidade deste profissional? Já que ele não conhece a realidade do município. O que fez os homens públicos de Toledo optar pela sua contratação? Provavelmente a especialidade do engenheiro e de seu grupo não estava em resolver os problemas locais, mas organizar o município, como é necessário em qualquer lugar, para o desenvolvimento burguês e do capital.

³⁵ Idem, 4 de outubro de 1969 – Ano II – nº 36, p. 8.

³⁶ No sítio http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, ficam em R\$: 384.433,92.

Tendo um Plano Diretor para orientar a municipalidade, torna-se mais precisa a forma de conduta do administrador, que amparado pela lei poderia estimular com eficiência as atividades burguesas, podendo aprovar leis na Câmara Municipal sem ser contestado, por estar amparado pelos trâmites legais. Com o poder público organizado para atender os interesses burgueses, e nisso não estamos nos referindo apenas a gestão de Pudell, pois a de Avelino Campagnolo, mesmo atendendo a outro grupo, não deixou de ser uma administração burguesa, e as leis aprovadas na Câmara de Vereadores no município de Toledo, acabaram limitando a capacidade de desenvolvimento da classe trabalhadora, enquanto protegiam o desenvolvimento burguês. O Legislativo Municipal aprovou leis que tratavam de especificar todas as possibilidades de cobrança e imposto aos trabalhadores, como a Lei 570 de 08/05/1970, que regulamentava a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, como pode ser conferido no Anexo IV, em contrapartida também eram aprovadas leis que atendiam diretamente os interesses burgueses, como é o caso de isenção de impostos, tão exigidos aos trabalhadores e tão perdoados aos grandes industriais e comerciantes. Atividade do poder público toledense que fora eleito pelo povo, mas que atua auxiliando a burguesia, uma contradição da real representatividade que deveria de ser o Estado moderno, afinal uma coisa do povo deveria servir apenas ao povo, e não de forma contrária como ocorreu no município de Toledo, principalmente quando temos leis aprovadas com o objetivo de beneficiar aos grandes capitalistas, que são uma pequena parcela do povo:

Art. 1º - São isentos do pagamento de impostos municipais, as indústrias novas sem similares no município e que nele vierem se instalar.

Art. 2º - A isenção de que trata o artigo anterior obedecerá os seguintes critérios:

I – Isenção por cinco anos, para as indústrias cujo capital investido for mais de NCr\$ 100.000,00 até 500.000,00.

II – Isenção por dez anos, para indústrias cuja capital investido for superior a NCr\$ 500.000,00.

Art. 3º - A isenção constante desta Lei será concedida por Decreto do Prefeito, mediante requerimento da parte interessada, que deverá provar, por meio hábil, o investimento-capital na indústria.

§ Único: As indústrias beneficiadas por esta Lei deverão renovar anualmente o pedido de isenção e satisfazer as exigências fiscais relativas à declaração do movimento econômico e outras constantes na legislação fiscal do Município.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições legais, criadas em leis anteriores, que coincidem com as presentes³⁷.

Na conversão de valores efetuados em abril de 2010, a isenção por cinco anos era para as empresas que investiriam um capital inicial de R\$ 45.330,75 até R\$ 2.266.537,74 e de dez anos para as empresas que investissem um capital acima de R\$ 2.266.537,74, justamente por serem empresas

37 CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Lei Nº 553/69, de 10 de janeiro de 1970.

de grande porte, grande capital, as que menos precisam são as que mais são auxiliadas pelo Estado toledense.

Para mostrar mais uma vez que o governo de Egon Pudel protegeu a Sadia, contrariando a administração de Avelino Campagnolo, a Câmara Municipal aprovou a Lei Nº 570/71, de 16 de abril de 1971, que desobrigava a construção da indústria extrativa de vegetais, assim praticamente doando a empresa uma área nos arredores da cidade:

Art. 1º - Fica o “Frigorífico Pioneira S.A.” desobrigado de instalar uma indústria extrativa de óleos vegetais em área doada pela Municipalidade e objeto do Art. I, in fine, da Lei Municipal nº 437/67, podendo a referida indústria ser construída ou instalada em outro terreno distinto, adjacente ao prédio atual do “Frigorífico Pioneiro S.A.”.

Art. 2º - Em substituição à indústria extrativa de óleos vegetais, fica o “Frigorífico Pioneiro S.A.” obrigado a construir na área objeto de doação, indicado na Lei Municipal nº 437/67, um “Parque de Exposições Permanente”, e isto, junto a Granja Modelo, já em pleno funcionamento.

Art. 3º - Revogada a exigência de instalação da indústria extrativa de óleos vegetais na área doada pela Municipalidade e estabelecida outro local distinto para cumprimento de tal compromisso, permanecem, em vigor as demais disposições, da Lei nº 437/67³⁸.

Mesmo tendo “obrigado” a empresa a construir o parque de exposições permanente, o Estado em âmbito municipal não deixou de doar a área à empresa, que se beneficiou do poder de uso de uma área que hoje fica praticamente no centro da cidade, e o que é pior, local onde a empresa desenvolve suas atividades industriais poluindo o setor urbano da cidade. A aprovação destas leis e as anteriores que se referem à obrigatoriedade de impostos a serem pagos pelos trabalhadores, mostra como o Estado toledense estava voltado para atender os interesses da burguesia em prejuízo dos trabalhadores.

Para dar garantia de desenvolvimento ao empresariado, as atividades não poderiam se manter apenas à nível local, assim o Plano Diretor e o projeto burguês ultrapassam os limites do município. As atividades burguesas devem estar aparelhadas da melhor forma possível e um dos grandes objetivos da época era de modernizar o município. Um dos mais importantes setores a ser modernizados seria o das comunicações. Além de fundar o jornal “A Voz do Oeste”, a burguesia sentia a importância de se construir mais um canal de enfrentamento contra a Rádio Guaçu de Toledo, superando as críticas de Campagnolo, a televisão superaria as expectativas, tiraria o foco da rádio, auxiliando o jornal na concorrência. Mas trazer um canal de televisão para Toledo, exigia um empenho que ia além das possibilidades do empresariado local, por isso a necessidade de se buscar as parcerias dos demais municípios do Oeste do Paraná, afinal a burguesia tem as mesmas

38 Idem, Lei Nº 570/71, de 16 de abril de 1971.

necessidades em qualquer cidade, assim mais uma vez o legislativo municipal aprova e o prefeito municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o senhor Chefe do Poder Executivo Municipal de Toledo autorizado a firmar convênio com todos os demais Municípios filiados à associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), para a aquisição das torres e aparelhagem técnica da T.V. Cataratas, com sede na cidade de Cascavel e filial nesta cidade, e instalação de outras torres de transmissão de televisão, que alcance todos os municípios filiados à A.M.O.P.

Art. 2º - Fica por igual, autorizado o Poder Executivo Municipal a participar de consórcio com os demais Municípios, filiados à AMOP para a manutenção técnica futura, a partir da presente data, das torres de retransmissão da T.V. Tibagi, Canal II, da cidade de Apucarana, para o Oeste do Paraná.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a ratificar decisões anteriores da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, que fixa a participação financeira de cada comuna, com base na participação da arrecadação do I.C.M., no exercício de 1969.

Art. 4º - Com base da arrecadação do I.C.M., fica aberto neste exercício o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros)³⁹, importância esta que participará o Município de Toledo na aquisição e ampliação da retransmissão das programações da T.V. Tibagi, Canal II, da cidade de Apucarana.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a emitir notas promissórias, de valores parcelados, até o limite de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros) de datas distintas e diversas, possibilitando condições mais favoráveis de pagamento da referida soma.

Art. 6º - Como recurso financeiro para abertura do crédito especial objeto desta Lei, utilizar-se-á a arrecadação maior da Taxa Rodoviária Única, que se verificar no corrente exercício⁴⁰.

O investimento dos municípios, para o senso comum, poderia ter a justificativa de lazer, de progresso para o Oeste do Paraná, com a chegada da televisão, mas as preocupações burguesas iam muito além, mesmo sem ter força na programação da TV Tibagi, esta seria, quando em funcionamento, mais um meio de comunicação que passaria a ocupar o espaço dos ouvintes da rádio para se tornarem telespectador, deixando de ser influenciado pelas informações “enganosas” do ex-prefeito, auxiliando a burguesia na implantação do processo hegemônico. Uma rede transmissora de televisão era realmente fruto de um planejamento mais extenso, investimento a longo prazo, mas que auxiliariam no futuro ainda mais o desenvolvimento burguês.

O jornal continuava fazendo o seu trabalho. Preocupado com o momento político que passava a cidade de Toledo produz um texto com o objetivo de dar representatividade à burguesia, às instituições capitalistas, ao comércio e à indústria local, defendendo e divulgando os interesses dos cidadãos por ele representados. Assim, trouxe-se uma reportagem de um torneio realizado nas dependências dos ginásios da A.E.R. Sadia, para homenagear Orestes Perotto, diretor do Frigorífico

39 No sítio http://www.fee.tche.br/sitfeefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. O valor atualizado em abril de 2010, ficam em R\$: 159.768,70.

40 CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Lei Nº 597/71, de 14 de maio de 1971.

Pioneiro S.A., divulgando seu nome (cidadão e a própria empresa). A reportagem, como formalmente deveria de ser, ao invés de divulgar a programação do torneio que se desenvolvia nos estabelecimentos do frigorífico, teve a preocupação em divulgar o nome do diretor do matadouro. Dado que fica comprovado quando a reportagem traz as notícias das atividades esportivas, torneio este que inclusive levava o nome do próprio diretor da empresa, o jornal no ato da divulgação dos resultados da programação, aproveitou para apresentar a foto do diretor, ao invés de expor uma das equipes ou até mesmo a equipe campeã. Fazendo-se uma análise a partir das classes sociais, podemos afirmar que o jornal usou uma atividade da classe trabalhadora para divulgar o nome de um dos representantes da classe burguesa⁴¹.

3.8. A NOVA VELHA FACE DO JORNAL

Após a edição de 14 de dezembro de 1969, número 40, do ano II, não houve mais edições do jornal "A Voz do Oeste", até a data de 25 de julho de 1970, com o número 41, do ano III, tendo uma alteração do nome oficial em seus registros, substituindo-se o nome de apenas "A Voz do Oeste" para "A Voz do Oeste Ltda". E a partir deste momento a responsabilidade pelo jornal estava dividida entre Pedro Ary Pinto de Andrade diretor e fundador e agora seu sócio responsável Haroldo L. Hamilton, tendo ainda como Diretor de Publicidade José Raymundo Monteiro de Almeida.

Mas o teor das edições não muda, pois já na primeira edição da nova sociedade, na página 5, é novamente retratado, voltando as críticas ao ex-prefeito, um texto reproduz o telegrama de Avelino Campagnolo a Parigot de Souza diretor da COPEL, no momento em que este disponibiliza a exploração de energia elétrica de Toledo a esta empresa. O texto reproduz uma foto e traz uma transcrição na íntegra, com o título em negrito "Os 'inimigos' (?) da COPEL", e para marcar a posição do jornal, segue abaixo do texto em negrito a frase "sem comentários".

Na edição de 09 de agosto de 1970, na página 3, o jornal trouxe um texto intitulado "O Berro do Oeste, o jornal que é uma peste", que foi uma fundação de uma espécie de jornal dentro do próprio jornal "A Voz do Oeste Ltda", mas com uma linha mais fofoqueira como o próprio texto

41 A VOZ DO OESTE, 4 de outubro de 1969 – Ano II – nº 36, p. 2. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

retratou:

(...)

Assim, o “O Berro do Oeste” vem preencher uma lacuna há muito sentida em nossa cidade e na região: a falta de um jornal que fale valendo da vida alheia (...) Tem por aí a tal de “A Voz do Oeste”, mas “isso” para nós e para alguns outros não é jornal, é jornaleco (...) O que afirmamos não tem nada a ver com o pensamento do tio Campra e de outros grados toledenses.

(...)

De modo que, hoje, vamos ficar somente na apresentação. Não vamos falar nada daquele baile de inauguração do Clube do Comércio, que, como todos sabem, teve convite feito pela “A Voz do Oeste”; não vamos falar nada da iluminação pública da COPEL, que anda instalando campo de treinamento para fantasmas na escuridão de algumas ruas, mas, não deixa de cobrar a sua taxazinha das almas toledenses deste mundo⁴².

Provavelmente a menção “tio Campra” refere-se a Avelino Campagnolo, e como oficialmente o jornal mantinha as suas posições e estratégias de defesa de seus interesses, mas para aparentar certa imparcialidade e comentar alguns problemas da sociedade toledense, ele usa deste artifício. Fato que marca essa nova forma de produção, como uma espécie de jornal “fofoqueiro” dentro do próprio “A Voz do Oeste Ltda”, criticando a certos setores que poderiam não mais estar se alinhando aos seus interesses, para isso podemos usar como referência a COPEL, que nas edições do ano anterior era anunciante do jornal, com propagandas sequenciais; e agora, passa a receber as primeiras críticas do “O Berro do Oeste”, crítica que pode estar sendo vinculada pelo fato da empresa não ser mais uma das investidoras no jornal, como o fez no ano anterior.

Na reapresentação do jornal, também se traz um comentário de Haroldo Hamilton, este sendo um dos diretores, tem em seu texto a expressão geral do que viria a ser a opinião do jornal. Os seus comentários iniciais são referentes à política nacional, dos problemas do subdesenvolvimento brasileiro e da política estadual, não se referindo aos problemas ou as divergências locais. Até mesmo o próprio jornal não trabalha os problemas locais, volta-se a política estadual e a substituição do governador Paulo Cruz Pimentel pelo indicado da Presidência da República o Deputado Federal Haroldo Leon Perez.

Apenas na edição de 06 de setembro de 1970, na página 3, no texto de Haroldo Hamilton, é que surgem alguns comentários sobre os problemas locais, que dizem respeito a poeira e os buracos nas vias públicas da cidade de Toledo, mas o próprio texto já menciona que é necessário se passar por alguns sacrifícios para alcançar o progresso, e a atual administração estaria realizando o trabalho mais árduo de um prefeito, fazer o que fica enterrado, trabalho que não aparece para o público, que são os esgotos e drenagem urbana das águas da chuva. Assim o povo deveria

42 Idem, 09 de agosto de 1970 – Ano III – nº 42, p. 3.

compreender que para a cidade alcançar o progresso seria necessário participar primeiro dos sacrifícios, o jornal mais uma vez faz a defesa do prefeito Egon Pudell, combatendo as críticas sobre a inércia que estaria sendo a sua administração. Não podemos esquecer que mesmo não tendo eleições para governador do Estado, pois este, na Ditadura Militar, era indicado pelo governo federal, haveria eleições para eleger os deputados estaduais e federais. Assim, o grupo deveria estar coeso e unido, tendo o eleitorado a seu favor para garantir a continuidade do projeto político da elite municipal.

Numa segunda edição do “O Berro do Oeste, o jornal que é uma peste”, no dia 20 de setembro de 1970, na página 5, não houve acusações, mas apenas alguns comentários sobre a “comuna” e uma defesa dos efeitos dos buracos, necessários para o desenvolvimento do município. O jornal de forma geral não trata dos problemas locais, mas apenas das questões sociais, das partes esportivas e discussões políticas de nível estadual e nacional.

Na edição de 04 de outubro de 1970, na primeira página, o jornal traz o título “TOLEDO TERÁ SEU REPRESENTANTE NA ASSEMBLÉIA: DR. IVO ROCHA!”, mostrando ao eleitorado o candidato da burguesia local, mas em momento algum há uma referência sobre a candidatura de Avelino Campanholo ao legislativo estadual, afinal ele também estaria representando o município, caso fosse eleito. Na mesma edição, o jornal traz uma publicação sobre a COPEL, mostrando que está havendo uma reaproximação com a empresa, expressado pelo próprio editor chefe em seu texto:

A minha opinião
Toledo de Nossos Dias
Haroldo Hamilton
Toledo está em ritmo de Brasil grande.
O progresso aparece a olhos nus, graças à administração de grande capacidade de Egon Pudell. Ele organizou uma equipe de trabalho, que sabe planejar, enfim, cujo o trabalho está justificando a confiança que o povo lhe outorgou nas urnas.
(...)
Nestes últimos dias, a COPEL, que nos dá uma energia elétrica que responde as nossas necessidades, está substituindo aquela rede defeituosa por uma nova, moderna e de acordo com as especificações técnicas e, o que é sumamente importante, dando-nos a tão sonhada iluminação das vias públicas. É, minha gente, vai acabar aquele “blackout” que tanto favorecia os marginais, que tanto preocupava as famílias dos que tem que sair a noite, mormente, os estudantes⁴³.

Das críticas de “O Berro do Oeste” aos elogios do editor chefe, percebe-se que as fissuras entre a empresa de energia e o jornal haviam desaparecido. Na edição de 04 de outubro de 1970, na página 4, mais uma vez aparece a edição do “O Berro do Oeste”, e mais uma vez as críticas se

⁴³ Idem, 4 de outubro de 1970 – Ano III – nº 46, p. 3.

limitam à estrada que liga Toledo a Cascavel, que recebe o trocadilho de "Barro do Oeste", mas a edição não faz críticas ao poder público municipal, como se em Toledo tudo estivesse perfeito, sem nada a ser criticado. E para dar credibilidade às suas informações o texto faz um chamativo a quem tiver alguma crítica sobre o município que as encaminha-se aos editores do "A Voz do Oeste", que estes as repassariam aos responsáveis da edição do "O Berro do Oeste".

Ainda nesta mesma edição, na página 12, aparece a notícia: "COPEL EM AÇÃO", junto com a manchete tem uma fotografia de eletricitistas efetuando trabalhos na rede de energia elétrica, com o seguinte texto no rodapé: "*Prosseguem em ritmo acelerado os trabalhos de substituição da rede de energia elétrica de Toledo e a instalação de iluminação nas vias públicas. O flagrante ilustra as obras que estão sendo realizadas pela COPEL, dentro dos mais modernos requisitos técnicos*"⁴⁴. Mesmo que ainda não estejam sendo veiculadas propagandas da empresa no jornal, este toma novamente uma postura de defesa da COPEL, pois agora já estão envolvidos outros interesses da municipalidade e da classe dirigente, como o próprio jornal anuncia na primeira página de sua próxima edição: "*HAROLDO E PARIGOT ACREDITAM NO FUTURO DO PARANÁ, QUE MUITO ESPERAM DELES NO PRÓXIMO MANDATO*"⁴⁵, junto com a manchete vem o texto explicando que ambos foram eleitos pela Assembléia Legislativa como governador e vice-governador respectivamente, fato que leva a necessidade de uma maior aproximação ao ex-diretor da COPEL agora vice-governador do Paraná.

Também na edição do dia 4 de outubro de 1970, na página 12, Oscar Silva, mesmo sendo da "oposição", é integrante do jornal, pois constantemente há artigos escritos pelo mesmo, ele escreve um texto com o título: "Até onde seremos burros?", onde o mesmo questiona a sociedade local por valorizar os políticos estaduais e nacionais, se os mesmos não fazem nada pelo Oeste paranaense, Oscar tenta chamar a atenção do eleitorado para não cair nos discursos, na conversa dos políticos:

Novembro vem aí. Deixamos – sim deixamos – o campo aberto aos "patriotas" de outras plagas. Já começam a chegar às cartas. Depois virão eles pessoalmente, fingindo até de tomadores de chimarrão. E nós? Nós bobos e ingênuos em nossas briguinhas de comadres, teremos que acompanhá-los e bater palmas. E, querem ver o entusiasmo subir no píncaro de nossa imbecilidade? Tenha algum deles, mais treinado na lábria cicerana, um estalo e se diga promotor de suposta operação "Oeste 70"⁴⁶.

O objetivo de Oscar Silva em seu texto, não era valorizar os políticos tradicionais, pois estes

44 Idem, p. 12.

45 Idem, nº 47, primeira página.

46 Idem, 4 de outubro de 1970 – Ano III – nº 46, p. 12.

já teriam tido a oportunidade para fazer melhorias para o Oeste do Paraná e para o município de Toledo e não as fizeram, mas trazer o eleitorado toledense a prestar atenção nos (novos) políticos locais, conhecedores dos problemas da cidade e da região, estes teriam a possibilidade de realmente trazer as melhorias necessárias à comunidade. Para que o texto de Oscar Silva não atrapalhasse os financiadores do jornal, Haroldo Hamilton, já na próxima edição, aproveita a deixa do texto de Oscar, para influenciar o eleitorado toledense a favor dos interesses de seus representados, usando o título do texto anterior em sua coluna escreve: “*A minha opinião – É fácil deixar de ser burro*”⁴⁷, e chama o eleitorado para elegerem Ivo Rocha da ARENA, pois este teria o conhecimento da região e de suas necessidades bem como o reconhecimento dos políticos da capital paranaense e nacional.

Na outra edição do “O Berro do Oeste”, mais uma vez fazem-se algumas piadas e apenas uma crítica sobre o relógio da praça que continua quebrado, demonstrando, mais uma vez, que em Toledo não há problemas, pois o jornal instituído para criticar os problemas locais, tendo a participação popular, via correio, pois segundo o próprio jornal, se o povo quisesse poderia enviar críticas sobre o município, que seriam divulgadas, nada encontravam para “denunciar”, dando a impressão que na cidade estava tudo em ordem. Inclusive, na folha da edição deste aparte, aparece uma mensagem de agradecimento às cartas dos leitores que elogiaram a edição anterior.

Na edição de 18 de outubro de 1970, na página 7, volta novamente a propaganda da COPEL, propaganda que ocupa a metade de uma página, a qual tem o desenho de um senhor sofrendo para ler à luz de vela e um jovem lendo tranquilamente com a luz da COPEL, e a frase dizendo: “*ESTA LUZ É BARATA, VOCÊ NÃO ACHA QUE ESTA VALE O QUE CUSTA?*”⁴⁸, a propaganda volta a ser veiculada no jornal, demonstrando que novamente estava restabelecida a parceria entre a empresa paranaense de energia e o jornal.

Na capa do jornal de 01 de novembro de 1970, o jornal faz uma severa crítica à TELEPAR, empresa responsável pela telefonia local, mas que não conseguiria atender os seus clientes a contento, segundo a manchete: “*TELEPAR, este fantasma!*” e prossegue com o comentário: “*Parece telefone? Cuidado! Em Toledo ele é mais para enfeite. Se o negócio não é muito urgente, vá a pé. Se é urgente, de um pulo até a praça e pegue um taxi. Em caso de doença, haverá o risco de morte do enfermo antes de completada a ligação. E viva a TELEPAR!*”⁴⁹. Esta manchete torna clara a insatisfação do grupo representado pelo jornal com a empresa telefônica, que antes vibrara com o acordo estabelecido com a prefeitura municipal e que agora estava lamentando a péssima atuação

47 Idem, 18 de outubro de 1970, nº 47, p. 3.

48 Idem, p.7.

49 Idem, 18 de outubro de 1970 – Ano III – nº 47, p. 3.

no atendimento local.

Ainda nesta mesma edição o “O Berro do Oeste”, com o título “*CENÁRIO DE TERROR*”⁵⁰, na página 5, traz uma reportagem sobre o problema de falta de luminosidade nas proximidades do Colégio La Salle e do Colégio Estadual, local frequentado pela elite para as aulas noturnas. Para não afrontar diretamente a COPEL, o texto responsabiliza a forma obsoleta das construções anteriores, mas pede uma aceleração nas atividades de reforma e/ou troca dos postes de iluminação pública neste local. Já na edição de 15 de novembro, mais uma vez é lembrado o péssimo atendimento da TELEPAR.

Na edição de 15 de novembro de 1970, o jornal retoma a atividade de elogiar as empresas por ele representadas, quando traz duas reportagens com o título “*SADIA O ORGULHO DO OESTE*”, uma na página 8 e outra na página 14, os artigos propagam a suposta qualidade de produção que teria a empresa, qualidade no que vendia e no cumprimento com os seus débitos, inclusive fez-se a alusão de que a empresa nunca atrasou um pagamento sequer, nem mesmo os salários de seus funcionários. Bem como também desenvolve a proteção a administração municipal, elogiando os trabalhos desenvolvidos pela equipe de Egon Pudell:

OBRAS MUNICIPAIS CONTINUAM EM RITMO ACELERADO

Como se observa na foto ao lado, prossegue a faina de implantação de galerias, obras de infra-estrutura, necessária à posterior implantação do calçamento.

Este é o Toledo de nossos dias. Nada, nem a mais eufórica comemoração, impede o progresso. E, não se trabalha apenas antes das eleições. Muito pelo contrário, aqui não ha lugar para a demagogia!⁵¹.

As demais edições até o final do ano de 1970, continuam criticando a TELEPAR pelo péssimo atendimento, continuam propagandeando a COPEL, e na questão política pouca coisa é discutido, inclusive “O Berro do Oeste” também faz apenas algumas piadinhas em relação ao atendimento da TELEPAR.

Nas edições do jornal “A Voz do Oeste Ltda”, não encontramos nenhuma informação de que a oposição teria um candidato (Avelino Campagnolo) para concorrer para o legislativo estadual pela região, mas apenas na retrospectiva do jornal de 25 de dezembro de 1970, na página 20 ele faz alguns comentários, que destacamos:

RETROSPECTIVA DE 1970 EM TOLEDO

50 Idem, p.5.

51 Idem, 15 de novembro de 1970, p. 14.

O MAIOR FATO POLÍTICO DA VIDA DE TOLEDO NO ANO DE 1970

Foi sem dúvida alguma, a retumbante vitória da candidatura dr. José Ivo Alves da Rocha sobre seu tradicional adversário, dr. Avelino Campagnolo.

Tal vitória veio demonstrar o enorme prestígio pessoal do dr. José Ivo Alves da Rocha que tem se distinguido como notável presidente da Câmara de Vereadores local e sobretudo, a incontestável liderança de Egon Pudell nos meios políticos locais, pois a vitória do candidato Ivo Rocha representou também, a vitória política de Egon Pudell, um administrador probo e dinâmico.

(...)

FATOS NEGATIVOS

O não asfaltamento da estrada Cascavel-Toledo, em que pesem as retiradas promessas dos poderes públicos.

O afastamento do casal Ronald Grollmann do nosso meio social, por promoção do Juiz de Direito local para a comarca de Ponta Grossa⁵².

Quando o jornal exalta a vitória de Ivo Rocha em relação à Campagnolo é porque este fora eleito a deputado estadual e Avelino não. Na retrospectiva dos fatos negativos não aparece a questão da TELEPAR, o mau atendimento da empresa responsável pelo sistema telefônico de Toledo, como o próprio jornal várias vezes havia manifestado a sua insatisfação.

Após as eleições de 1970 para deputado estadual e federal, e eleitos os indicados pelo grupo político local apoiados pelo jornal, este, mais uma vez cumpriu com a sua função e responsabilidade dentro do jornalismo local, atendendo os interesses de seus representados nos projetos burgueses. Após as eleições, Pedro Ary Pinto de Andrade, toma outro rumo, deixando de ser o sócio fundador do jornal “A Voz do Oeste Ltda”, após a edição de 18 de outubro de 1970, quando circula a última edição deste editor, pois no expediente desta edição ainda aparecia:

A VOZ DO OESTE

Expediente

(...)

Propriedade de A VOZ DO OESTE LTDA

Fundador: Pedro Ary Pinto de Andrade

Diretores: Dr. Haroldo L. Hamilton e Pedro Ary Pinto de Andrade

Diretor de Publicidade: José Raymundo Monteiro de Almeida

Departamento de Circulação: Norcy dos Santos

Departamento Artístico: Dr. Ralf Maas e Vitor Beal

Colaboradores: Diversos

A direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados, que são de exclusiva responsabilidade de seus autores⁵³.

E na edição de 01 de novembro de 1970, este já não aparecia nas referências de produtor do jornal, dando a impressão que este personagem havia se transferido para outro setor da atividade pública no Município de Toledo.

52 A VOZ DO OESTE, 25 de dezembro de 1970 – Ano III –, p. 20. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

53 Idem, 18 de outubro de 1970 – Ano III – nº 47, p. 2.

A VOZ DO OESTE

Expediente

Rua 15 de novembro, 1707 – fone 173

Propriedade de A VOZ DO OESTE LTDA

Diretor – Redator-Chefe: Dr. Haroldo L. Hamilton

Diretor Comercial: José Raymundo Monteiro de Almeida

Departamento de Circulação: Norci dos Santos e Cleide Grizza

Departamento Artístico: Dr. Ralf Maas e Vitor Beal

Colaboradores: Diversos

A direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados, que são de exclusiva responsabilidade de seus autores⁵⁴.

Nos arquivos do Museu Histórico de Toledo, tem-se mais alguns exemplares do jornal, mas no ano de 1971 encerra as suas atividades, sem sabermos exatamente os motivos de ter encerrado as publicações, mas como a princípio não tinha uma necessidade imediata como eleger o prefeito ou uma campanha para eleições estaduais ou federais, a burguesia deixou de sustentar a produção do mesmo, afinal ele já cumprira seu papel, de combater Avelino Campagnolo e derrotá-lo enquanto líder político local. Abrindo espaço para que os políticos “preferidos” da burguesia toledense ascendessem ao poder, dando maior representatividade na luta de classe e na própria luta intra-classe

54 A VOZ DO OESTE, 1 de novembro de 1970 – Ano III – nº 48, p. 2. Arquivo do Museu Histórico de Toledo.

4. CONCLUSÃO

Ao perseguir a forma de atuação do Estado no Município de Toledo como proposta de pesquisa, com o objetivo de ampliar as possibilidades de investigação, abrindo a novas formas de interpretar e analisar as ações do Estado, da burguesia e as relações de classes na sociedade civil toledense, divergimos com a “história oficial” do município¹. E ao ter como meta efetuar uma análise sob o viés do materialismo histórico sobre a sociedade civil, pontuando as articulações burguesas, a forma como se deu a estruturação social e a exploração capitalista, formulamos a possibilidade de uma nova visão de Estado.

Com o intuito de debater a forma de ser do Estado atuante em Toledo, podemos optar por uma diferente metodologia, ou linha de raciocínio ou até mesmo de filosofia, mas para que possamos realizar um trabalho de pesquisa que tenha a intenção de ser científico, não podemos nos ater apenas à teoria, mas desenvolver as atividades minimamente articuladas à realidade da investigação. A divergência com muitos dos trabalhos realizados até agora sobre o município, é justamente porque estes além de não se aterem à práxis da investigação ainda se propunham a defender interesses dos grupos dominadores.

Quando apresentamos o Estado, identificando-o através da crítica aos conceitos liberais, e assim o indicamos como um órgão atuante e inserido na sociedade civil do município, formado por homens que através de articulações e representações procuram se destacar, se diferenciando no imaginário popular como homens públicos e “capazes” de conduzir o município ao desenvolvimento. Atividades de formação de conceitos morais que necessitam de aparelhos de hegemonia, podendo estes ser privados e/ou públicos, que efetuam o trabalho de divulgação e de construção moral frente ao “povo”, destacando estes como seres “superiores”, acima da capacidade do “trabalhador comum” para administrar a municipalidade. Visão liberal de Estado que separa este órgão como uma instituição acima, fora da sociedade civil, portanto inalcançável pelo povo, que na visão popular apenas poderia ser administrado por estas pessoas “capazes”.

¹ Referência atribuída principalmente aos livros NIEDERAUER, O. H. *Toledo no Paraná*, A História de um Latifúndio Improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Grafo-set, 1992, e SILVA, Oscar. *Toledo e sua História*. Projeto História: Prefeitura Municipal de Toledo, 1998. São consideradas obras tradicionais por serem financiados pelo Poder Público e/ou a burguesia.

Os objetivos da divulgação da forma liberal de Estado, de privilegiar o cidadão ao invés da classe, marcam as sociedades, fato que pode ser percebido nas individualidades que o homem tende a seguir em suas condutas, colocando o “eu” acima da classe a qual ele pertence, apenas para exemplificar podemos citar um motorista no trânsito, são raras as cenas em que este se dá ao respeito de frear, esperar que outro consiga manobrar o seu veículo, pensando no bom desenvolvimento do trânsito, normalmente prevalece à idéia de que se ele passar o resto que se organize depois. Este individualismo na forma de conduzir a vida, os trabalhadores absorvem para a sua conduta enquanto classe, não que a burguesia não seja individualista quando se enfrenta com o concorrente, porém mesmo preocupado com o desenvolvimento de sua empresa, de seu comércio ou indústria, do seu “eu”, estes não deixam de acompanhar o processo de sua classe, participando ativamente na organização desta. A burguesia está organizada, planejando as suas atividades, se articulando para estarem inseridos no processo de produção de poder, prática que não é tão comum com a classe trabalhadora, que tem uma preocupação mais individualista, acomodada com os programas de televisão, com afazeres familiares, o trabalhador não tem o hábito de se ver como classe, de lutar pelos seus direitos enquanto classe.

O Estado prático e atuante numa sociedade, segundo as teorias marxistas e principalmente gramsciana, é composto pelas relações sociais, pelas lutas de classes, é composto por homens que fazem parte da sociedade civil e que estão inseridos nesta luta de classes, defendendo os seus interesses, como indivíduos, cidadãos e é claro como classe. O Estado atuante na sociedade civil não é aquele defendido pelos teóricos liberais, um Estado neutro, imparcial e/ou a “pairar” acima da sociedade civil. Pelo desenvolvimento do trabalho podemos perceber que as atividades estatais estão muito próximas das atividades dos cidadãos inseridos na comunidade e que este Estado está muito mais para defender interesses de grupos que compunham o poder do que fazer uma administração a favor dos interesses populares.

Ainda no desenvolvimento das discussões podemos perceber a forma como o Estado toledense se posicionou para defender os interesses de grupos na luta de classes e também nas disputas intra-classe; e, quando necessário para desenvolver os projetos burgueses este soube se aglutinar com os aparelhos de hegemonia, em especial o jornal “A Voz do Oeste”, fundado para atender os interesses de grupo, atuou aparelhando o grupo burguês de oposição, criticando e/ou elogiando, construindo o moral dos homens que estavam destinados a defender os interesses de certos setores da sociedade econômica, política e civil em Toledo.

O debate desenvolvido entre as diferentes forças que compunham a classe burguesa toledense é interessante, porque ele nos possibilita a verificação que a classe burguesa não é coesa,

que ela também tem as suas fissuras, fato que ficou marcado quando da disputa pelo governo municipal que a mesma teve que trabalhar para alcançar os seus objetivos, ela soube se posicionar e retomar as “rédeas” do poder, tendo que para isso, enfrentar uma briga intra-classe. Analisando a sociedade toledense a partir do materialismo histórico, das lutas de classes, ela se torna interessante quando comparamos os dois momentos das administrações de Avelino Campagnolo e de Egon Pudell, mesmo sendo dois governos burgueses, estes se mostraram pontuais em defenderem grupos que compunham a burguesia toledense, mesmo tendo o enfrentamento para impor o seu modelo de administração, ambas as gestões municipais souberam ter a sutileza de não inviabilizar as administrações para um desastre dentro das lutas contra a classe trabalhadora. A burguesia soube resolver as suas fissuras sem ferir a classe num embate maior que era a questão de manter a exploração capitalista sobre os trabalhadores.

No desenvolvimento do trabalho ficam abertas as discussões de como a burguesia se articula para poder impor o seu ritmo de atuação estatal, mostra que o Estado não é uma instância fechada, natural e imposta ao povo, o modelo estatal discutido no desenvolvimento do trabalho é um governo aberto à disputa pelas forças hegemônicas, interessante é notar como ele se torna um aparato para o desenvolvimento dos projetos burgueses, como ele se organiza como uma entidade atuante a favor dessa classe. A burguesia conseguiu se fazer dominante, impondo leis que lhes interessavam e soube se organizar, se inserir no aparelho estatal e assim superar a classe trabalhadora conduzindo as ações estatais para atender os seus interesses políticos e econômicos.

Em referência as disputas intra-classe, os diferentes grupos burgueses tomam posturas nos dois governos municipais, e, o importante é estar atento à forma como o jornal “A Voz do Oeste” se posicionou em relação aos dois governos municipais, a forma como ele retrata a realidade social, a administração municipal, quando o poder público está para atender os seus interesses e quando esta administração caminha contra os seus “parceiros”, que sustentam este meio de comunicação para que este interfira na composição do poder municipal. A sobrevivência, a sustentabilidade do jornal depende de agradar a seus financiadores, ele se torna uma entidade que trabalha diretamente na defesa dos interesses de seus representados, desde a sua fundação até sua extinção, o jornal esteve para cumprir um papel dentro da sociedade civil, para combater o governo Campagnolo, fazendo uma frente para reordenar a opinião pública a respeito de quem era a pessoa de Avelino Campagnolo, interferindo do pleito eleitoral de 1968, indicando um novo administrador, que ao contrário de Campagnolo passaria a atender os interesses da fração burguesa que não se via representada por esta gestão. A disputa pelo pleito municipal é intensa, gera acusações problemáticas, farpas que podem inclusive mexer com a exploração da classe trabalhadora, que

aparentemente não se inseria na disputa pelo Estado municipal.

Na administração de Avelino Campagnolo, um governo “cheio de paixões” segundo Oscar Silva², o jornal posicionou-se atendendo os interesses de grupo, liderado pelo Frigorífico Pioneiro e/ou Sadia, toma uma postura frente ao administrador municipal, por sentir que este não estaria administrando o município para o “desenvolvimento econômico” de seus representados, fato que leva à estruturação deste órgão de imprensa, o jornal “A Voz do Oeste”, fez frente a Rádio Guaçu de Toledo, de posse do então prefeito municipal, que divulgava os “devaneios” de Campagnolo, que não interessavam ao “grupo burguês de oposição”.

No governo de Avelino Campagnolo podemos perceber que a classe burguesa ou parte desta, nem sempre tem o poder público atendendo os seus interesses, fato que fez este grupo, por não se sentir privilegiado pela administração municipal, se organizar através de aparelhos privados de hegemonia para retomar o aparato estatal, inserindo como administrador alguém que se perfilasse com o seu modelo de desenvolvimento econômico.

Na disputa intra-classe muita coisa está em jogo, e o aparato estatal não pode estar desconectado do modelo de desenvolvimento burguês, porque o Estado interfere, amplia, regula, protege, limita e/ou possibilita o desenvolvimento comercial e industrial. Consciente desta natureza do Estado, o grupo burguês de oposição no município de Toledo, logo que percebeu que não tinham um parceiro na administração de Campagnolo se organiza para retomar, através das eleições, o poder municipal.

Percebendo os riscos que fora a administração de Avelino Campagnolo, e preparando-se para o futuro, num planejamento a longo prazo, a burguesia pressionou através de seus aparelhos de hegemonia, para que no município se estruturasse um Plano Diretor, assegurando em Lei Municipal as suas metas para o futuro, garantindo que as futuras administrações tenham um caminho pré-determinado para seguir. Ao acompanhar o empenho do jornal “A Voz do Oeste” em verificar, fiscalizar a elaboração do Plano Diretor, podemos perceber que esta classe, apesar de suas individualidades enquanto concorrentes no mercado de compra, venda e produção capitalistas, continuam mantendo-se coeso num projeto hegemônico burguês na preservação da construção de classe, preparando-se para ampliar a exploração capitalista.

Finalmente na gestão de Egon Pudell, quando o grupo burguês tem a administração municipal atendendo os seus interesses, podemos perceber que a Câmara Municipal, alinhada aos interesses do poder Executivo e da burguesia, ampara o grupo que agora se faz dominante com leis

2 SILVA, Oscar. Toledo e sua História. Projeto História: Prefeitura Municipal de Toledo, 1998, p.335.

que são editadas, os direitos trabalhistas são limitados e os benefícios acontecem legalmente no município. O governo Pudell comprova que as atitudes, o esforço de organizar um jornal, de se fazer um aparato para derrotar o grupo de Campagnolo valera, pois as leis aprovadas pelo Legislativo Municipal gratificaram todo o esforço investido.

A pesquisa não se prontifica a fechar as discussões sobre o Estado no município de Toledo, mas o objetivo é alertar para as varias faces que este Estado apresenta, os interesses que estão inseridos na constituição deste e, principalmente, fundamentado em Gramsci, mostrar que o Estado toledense é formado por homens “comuns” que tem interesse e classe para ser defendido durante a praticidade dos governos.

O texto tinha como proposta de projeto inicial, estabelecer as estruturas dos projetos hegemônicos, as relações da classe burguesa e as suas articulações influenciando o Estado toledense, buscando a inserção da classe trabalhadora como agente efetivo e participante na composição do governo municipal, demonstrar como os trabalhadores fazem parte da organização e estruturação das ações do Estado no município de Toledo e a disputa pela composição política do governo municipal. Mesmo não tendo alcançado todos os objetivos, deixando muitas lacunas que ficaram por preencher-se, a produção serviu para chamar-nos à reflexão sobre como se estrutura a sociedade civil, o Estado e as classes numa cidade capitalista. Assim, não enceramos as discussões sobre o município e muito menos sobre as articulações burguesas e o Estado em Toledo, tentamos sim, alertar para que as novas pesquisas tenham a preocupação de avaliar a sociedade toledense a partir das classes, das organizações capitalistas e burguesas, das ações dos trabalhadores e das reações dos intelectuais orgânicos, que devem pelos menos começar a sua experiência analisando a sociedade a partir das referências do materialismo histórico.

5 – BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Poesia e Proza. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988. p. 1 018-20.
- ARENDT, Hannah. *O Que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 21-87.
- BENJAMIM, César (org.), *Marx e o Socialismo*, Editora Expressão Popular Ltda, São Paulo – SP; 1ª edição – 2003.
- CHIBA, Ariça e SOUZA, Ivanos Mann de. *Práticas e Representações Na Urbanização de Toledo-Pr*. Unioeste – Pós Graduação em História do Brasil, Campus de Toledo, 1994.
- COELHO, André Felipe Canuto. *O Estado Liberal: Entre o Liberalismo Econômico e a Necessidade de Regulação Jurídica*. Revista Jurídica Unigran. Dourados, MS | v. 8 | n. 15 | Jan./Jun. 2006.
- CORREA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ótica, 1989.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Política Brasileira: Embates de Projetos Hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2006.
- DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*, Petrópolis, Vozes, 1989.
- ENGELS, Fredrich. “Introdução” In: MARX, Karl. *As Lutas de Classe na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986. Página 29-48.
- GRAMSCI, Antônio. (1929-35), “*Americanismo e Fordismo*”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Lopes, 1978, p. 311-339.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel: As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- HABERT, Nadine. *A Década de 70 Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira*, Editora Ática, 3ª edição, São Paulo/SP. 1996. Página 10.

- MARX, Karl. (1844), *Primeiros Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Biblioteca Virtual Revolucionária. Disponível em: <http://www.marxist.org>
- MARX, Karl. (1933), “*A Produção Capitalista e a Produção de Mais-Valia*”. In: Capítulo IV. Inédito de O Capital. São Paulo: Centauro Editora, 2004, p.39-132.
- MARX, Karl. “*O Método da Economia Política*” In: MARX/ENGELS: História. São Paulo: Ática, 1984. p.s 409-417.
- MARX, Karl.(1867), “*Produção Progressiva de uma Superpopulação Relativa ou Exército Industrial De Reserva*”. In: O Capital – livro 1, volume 2 (cap. XXIII). São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 198-212.
- MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e Sociedade. In. História: *Pensar e Fazer* / Marcelo Badaró Mattos (org.). – Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História. 1998.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente – 1964 – 1992*. Editora Ática, 5ª Ed. 2006.
- NIEDERAUER, O. H. *Toledo no Paraná, A História de um Latifúndio Improdutivo, Sua Reforma Agrária, Sua Colonização, Seu Progresso*. Toledo: Grafo-set, 1992.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e a Desigualdade entre os Homens*. Brasília: Editora UnB, Ática, 1989. Páginas 21-158.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e Outros Escritos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987. Páginas 21-143.
- SILVA, Oscar. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1998.
- SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A Burguesia Rondonense em Ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979)*, Dissertação de Mestrado em História MCR: Unioeste, 2008.
- SOUZA, Ivanor Mann de. *Práticas, Cultura e Representações na Urbanização de Toledo-Pr. Unioeste – Pós Graduação em Historiografia Contemporânea, Campus de Marechal Cândido Rondon*, 1999.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

6 - ANEXOS

ANEXO – I

Os Presidentes da Câmara Municipal de Toledo

Presidente	Período
Güerino Antônio Viccari*	14.12.1952 a 13.12.1954
Ondy Hélio Niederauer	14.12.1954 a 25.07.1955
Clécio Zenni	26.07.1955 a 17.01.1956
José Ayres da Silva	18.01.1956 a 13.12.1956
Arlindo Alberto Lamb	14.12.1956 a 15.01.1958
Clécio Zenni**	16.01.1958 a 13.12.1960
Joaquim Piazza***	14.12.1960 a 20.01.1962
Egon Pudell****	21.01.1962 a 27.08.1962
José Ayres da Silva*****	28.08.1962 a 09.01.1963
Attilio Tonin	10.01.1963 a 13.12.1964
José Grabowski	14.12.1964 a 05.02.1968
José Hermeto Kuhn	06.02.1968 a 30.01.1969
José Ivo Alves da Rocha	31.01.1969 a 30.01.1973
Haroldo Lycurgo Hamilton	31.01.1973 a 06.03.1975
Duílio Genari	07.03.1975 a 31.01.1977
Ivo Roque Pedrini	1º.02.1977 a 01.03.1979
Luís Fritzen	02.03.1979 a 03.03.1981
Hermínio de Conto	04.03.1981 a 31.01.1983
Wilmo Barcellos Marcondes	1º.02.1983 a 28.02.1984
Tarcísio Jacy Herkert	1º.03.1985 a 04.03.1987
Willibaldo Feiten	05.03.1987 a 31.12.1988
Wilmo Barcellos Marcondes	1º.01.1989 a 01.01.1991
Celso Paulo Mariani Dall'Óglio	02.01.1991 a 31.12.1992
Lúcio de Marchi	1º.01.1993 a 20.11.1994
Wilmo Barcellos Marcondes	21.11.1994 a 01.01.1995
Leo Inácio Anschau	02.01.1995 a 31.12.1996
Maria de Fátima Quirino Campagnolo	1º.01.1997 a 01.01.1999
Rubens Bragagnollo	02.01.1999 a 31.12.2000
Rogério Massing	01.01.2001 a 31.12.2002
Lúcio de Marchi	01.01.2003 a 31.12.2004
Winfried Mossinger	01.01.2005 a 31.12.2006

- * Assumiu o cargo de Prefeito de 09.04.1953 a 02.12.1953,
** Assumiu o cargo de Prefeito de 17.11.1958 a 09.12.1958,
*** Assumiu o cargo de Prefeito de 28.11.1961 a 11.12.1961,
**** Assumiu o cargo de Prefeito de 03.04.1962 a 28.08.1962,
***** Assumiu o cargo de Prefeito de 29.08.1962 a 25.10.1962¹.

¹ Sítio oficial da Prefeitura Municipal de Toledo, no link Câmara Municipal <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/> . Acesso em junho de 2009.

Dados sobre Eleições de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores:

Data da Eleição	Período	Nº Ver	Prefeito e Vice-Prefeito	Vereadores Eleitos	Vereadores Reeleitos
09.11.52	1953 -1956	09	Ernesto Dall'Óglio	Rubens Stresser, Ondy Hélio Niederauer, Willibaldo Finkler, Alcebiades Formighieri, Leopoldo João Schmidt, Waldi Winter, José Ayres da Silva, Clécio Zenni e Güerino Antônio Viccari	-
14.11.56	1957-1960	-	Egon Pudell	* Eleição só para Prefeito	-
18.11.56	1957-1960	09	* Eleição só para Vereadores	Gentil Oswaldo Dal'Maso, Clécio Zenni, Helmuth Koch, Ernesto Dall'Óglio, Lauro Périus, Arlindo Alberto Lamb, Lothario Aloysio Anschau, Ariberto Hofstaetter e Simon Scherer	Clécio Zenni
03.10.60	1961-1964	09	Willy Barth	Edwino Grahl, Edgar Arno Lamb, Ernesto Dall'Óglio, Joaquim Piazza, Atílio Tonin, Egon Pudell, Clécio Zenni, Lauro Eckstein e Aylson Confúcio de Lima	Ernesto Dall'Óglio e Clécio Zenni
07.10.62	1962-1964	-	Ernesto Dall'Óglio	Eleição para complementar período de mandato de Prefeito, em virtude do falecimento, em 1962, do Prefeito Willy Barth	-
13.10.64	1964-1964	-	José Ivo Alves da Rocha	1ª Eleição para Vice-Prefeito (Emenda Constitucional nº 6/64)	-
06.12.64	1965-1968	09	Avelino Campagnolo/ Joaquim Piazza	José Grabowski, José Hermeto Kuhn, José Henrique Adams, Waldomiro Belotto, Irineu Agnes, Waldemar Waldow, Leonardo Balcevicz, Romalino Fioravante e Orlando dos Santos	-
15.11.68	1969-1972	09	Egon Pudell/ Wilson Carlos Kuhn	José Ivo Alves da Rocha, Walmir Grande, Irineu Agnes, Alcido Leonardi, Cixtus Kaefer, Rovílio Siviero, Henrique Rossoni, Leonardo Euclides Coppetti e Antônio Mazurek	Irineu Agnes
15.11.72	1973-1976	09	Wilson Carlos Kuhn/Lamartine Braga Côrtes	Duílio Genari, José Luiz Dosciatti, João Leonardi, Francisco Soté Filho, Frutuoso Nogueira dos Santos, Felipe Muraro, Lírio Donin, Alcido Leonardi e Haroldo Lycurgo Hamilton	Alcido Leonardi
15.11.76	1977-1980 (Mandato prorrogado até 1982)	09	Duílio Genari/ Arnaldo Bohnen	João Leonardi, Wilmo Barcellos Marcondes, Jair Frasson, Hermínio de Conto, Pedro José Tártaro, Luís Fritzen, Henrique Rossoni, Ivo Roque Pedrini e Germano Ferdinando Borovicz Schweger	João Leonardi

Data da Eleição	Período	Nº Ver	Prefeito e Vice-Prefeito	Vereadores Eleitos	Vereadores Reeleitos
15.11.76	1977-1980 (Mandato prorrogado até 1982)	09	Duílio Genari/ Arnoldo Bohnen	João Leonardi, Wilmo Barcellos Marcondes, Jair Frasson, Hermínio de Conto, Pedro José Tártaro, Luís Fritzen, Henrique Rossoni, Ivo Roque João Leonardi Pedrini e Germano Ferdinando Borovicz Schweger	
15.12.82	1983-1988	13	Albino Corazza Neto/ Dalva Nogueira	Francisco Galdino de Lima, Hermínio de Conto, Ínio Paggi, Willibaldo Feiten, José Mendes de Souza, José Alceu Lahm, Tarcísio Jacy Herkert, Wilmo W. José Pedro Brum, Luiz Carlos Schröeder, Wilmo Barcellos Marcondes, Mário Hillebrand, Waldomiro Franco de Souza e Pedro José Tártaro	Barcellos
15.11.88	1989-1992	17	Luiz Alberto de Araújo/Rosali M.M.Campos	Dario Genari, Benedito Dantas, Henrique Rossoni, Leandro Donizetti Alves, Celso Paulo Mariani Dall'Óglio, Jorge Luiz Tatim Brum, Leo Hermínio de Conto, Inácio Anschau, Lino Gotardo Pizzatto, Lúcio de Pedro José Tartaro, Lirio Conte, Luiz Carlos Johann, Luís Wilmo Fritzen, Odair Maccari, Vitório Böeff, Manoel José Inácio, Sérgio Ricardo Almeida da Luz e Wilmo Barcellos Marcondes	Barcellos
03.10.92	1993-1996	17	Albino Corazza Neto/ Ascânio Butzge	Aldeni Gomes de Araújo, Beloir João Rotta, Edmar Rockenbach, Jorge Kinjiro Okano, Jovino Canavesi, Laudir Schumacher, Leocliedes Luiz Marcondes, Manoel Roso Bisognin, Leo Inácio Anschau, Lino José Inácio, Lúcio de J. Gotardo Pizzatto, Lúcio de Marchi, Luiz Cláudio Marchi, Odair Maccari, Hoffmann, Manoel José Inácio, Maria Cecília Leo Inácio Anschau e Ferreira, Odair Maccari, Sérgio Recalcatti, Ubaldo Lino Gotardo Pizzatto Walter Rech e Wilmo Barcellos Marcondes	Barcellos
03.10.96	1997-2000	17	Derli Antônio Donin/ Inácio Anschau	Dario Genari, Elton Carlos Welter, Expedito Ferreira da Cruz, José Maria Lima, Jovino Canevesi, Leocliedes Luiz Roso Bisognin, Lúcio Jovino Leo de Marchi, Luís Adalberto Pagnussatt, Luiz Carlos Leocliedes Luiz Roso Johann, Manoel Rosa de Lima, Maria de Fátima Bisognin, Lúcio de Quirino Campagnolo, Odair Maccari, Ramires Marchi e Odair Maccari Gaspar, Rogério Massing, Rubens Bragagnollo, Vitório Böeff e Walter Borri	Canevesi, Luiz Roso

Data da Eleição	Período	Nº Prefeito e Ver Vice-Prefeito	Vereadores Eleitos	Vereadores Reeleitos
03.10.00	2000-2003	17 Derli Antônio Donin/ Inácio Anschau	Albino Corazza Neto, Bernardino Reis, César Paludo, Eudes Dallagnol, Elton Carlos Welter, Expedito Ferreira da Cruz, Florinda Oliveira, João Batista Furlan, Leocliedes Luiz Roso Bisognin, Lúcio de Marchi, Luís Fritzen, Luiz Carlos Johann, Manoel Rosa de Lima, Marco Pereira, Rogério Massing, Rubens Bragagnollo e Winfried Mossinger	Elton Carlos Welter, Expedito Ferreira, Leocliedes Bisognin, Lúcio de Marchi, Luís Fritzen, Luiz Carlos Johann, Manoel Rosa de Lima, Rogério Massing e Rubens Bragagnollo
03.10.04	2005-2007	11 José Carlos Schiavinato/ Lúcio Marchi	Adelar Holsbach, Eudes José Dallagnol, Expedito Ferreira da Cruz, Leocliedes Luiz Roso Bisognin, Cruz, Leocliedes Luiz Fritzen, Marco Antônio Pereira, Renato Roso Bisognin, Luís de Reimann, Paulo dos Santos, Rosali Masiero de Fritzen, Marco Antônio Campos, Valtair Apolinário e Winfried Mossinger	Eudes José Dallagnol, Expedito Ferreira da Cruz, Leocliedes Luiz Roso Bisognin, Luís Fritzen, Marco Antônio Pereira, Paulo dos Santos e Winfried Mossinger
06.12.64	1965-1968	09 Avelino Campagnolo/ Joaquim Piazza	José Grabowski, José Hermeto Kuhn, José Henrique Adams, Waldomiro Belotto, Irineu Agnes, Waldemar Waldow, Leonardo Balcevicz, Romalino Fioravante e Orlando dos Santos ² .	

² Site oficial da Prefeitura Municipal de Toledo, no link Câmara Municipal <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/> . Acesso em junho de 2009.

ANEXO – II

LISTA DOS CIDADÃOS HOMENAGEADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO COM O TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO:

WILLY BARTH (administrador do Município) - Sugestão: Mesa Executiva, outorgado na Sessão extraordinária realizada pela Câmara no Clube do Comércio em 25.07.56; **EGON WERNER BERCHT** (lutador pelos interesses de Toledo) - Sugestão: Mesa Executiva, outorgado na Sessão extraordinária realizada pela Câmara no Clube do Comércio em 25.07.56; **Dom ARMANDO CÍRIO** (bispo da Diocese de Toledo) - Sugestão: 6 Vereadores, outorgado na Sessão solene da Câmara realizada no Cine Imperial em 27.06.65; **PAULO CRUZ PIMENTEL** (governador do Paraná) - Sugestão: 6 Vereadores, outorgado na Sessão solene realizada na Câmara em 13.12.95; **ATTILIO FRANCISCO XAVIER FONTANA** (senador da República) - Sugestão: 6 Vereadores, outorgado na Sessão solene realizada pela Câmara na COOPAGRO em 27.01.73.

Ainda para referenciar algumas personalidades, os separando do “povão comum”, foram instituídas também as premiações de Medalha Willy Barth e o Diploma de Gratidão do Município de Toledo, entre as personalidades premiadas com estas duas homenagens podemos destacar: **ADEMIR ROQUE KAEFER** (jogador e capitão da Seleção de Futebol do Brasil nas Olimpíadas de Los Angeles). Origem: Requerimento nº 172/84, dos Vereadores José Alceu Lahm, José Mendes de Souza, Hermínio de Conto, Ínio Paggi e Waldomiro Franco de Souza. Outorgada pela Sessão solene realizada no Auditório da Prefeitura em 20.12.84. **NELSON BÁRBARA BUCALÃO** (artista plástico). Origem: Requerimento nº 306/84, do Vereador Wilmo Marcondes. Outorgada pela Sessão solene realizada no Auditório da Prefeitura em 20.12.84. **ERNESTO DALL'OGGIO** (primeiro prefeito). Origem: Decreto nº 161/87, Sugestão: Poder Executivo. Outorgada na Sessão das Comemorações dos 35 anos do Município. **ALCIDES DONIN** (funcionário com dedicação de 35 anos). Origem: Decreto nº 161/87, Sugestão: Poder Executivo. Outorgada pela Sessão das Comemorações dos 35 anos do Município. **HENRIQUE JORGE ISERNHAGEN** (pioneiro e servidor com dedicação de 39 anos). Origem: Decreto nº 361/90. Sugestão: Poder Executivo. Outorgada pela Sessão solene conjunta Câmara/Prefeitura no Toledo Futebol Clube em 07.12.90. **ARTHUR MAZZAFERRO** (pioneiro e colaborador comunitário com dedicação de 38 anos). Origem: Decreto nº 361/90, Sugestão: Poder Executivo. Outorgada pela Sessão solene conjunta Câmara/Prefeitura no Toledo Futebol Clube em 07.12.90. **OSCAR SILVA** (escritor e historiador). Origem: Resolução nº 03/88, Sugestão: Vereador Hermínio de Conto. Outorgada pela Sessão solene realizada na Câmara em 13.12.88³.

³ Sítio oficial da Prefeitura Municipal de Toledo, no link Câmara Municipal <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/> . Acesso em junho de 2009.

ANEXO – III

EMENTÁRIO DE PROJETOS DE LEI

(De 1953 a julho/2006 – atualização em 25.07.2006)

56 18.12.197 Poder Exec 687 2 Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento de Toledo e fixa seus objetivos e diretrizes básicas.

LEI Nº 687/72

DATA: 30 de dezembro de 1972.

SÚMULA: Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento de Toledo, fixando seus objetivos e diretrizes básicas. A CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, decretou.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento de Toledo, consubstanciado nos objetivos e diretrizes desta Lei:

Os objetivos e diretrizes referem-se ao desenvolvimento comunitário integral, nos seus quatro setores básicos: social, econômico, administrativo e físico-territorial;

O relatório, plantas e quadros, constantes no Plano Diretor de Desenvolvimento, são considerados elementos elucidativos da presente Lei.

Art. 2º - O Plano Diretor de Desenvolvimento identifica a política a ser impressa às atividades públicas e particulares pelo Governo Municipal, visando atingir os objetivos da comunidade, nos próximos 10 anos.

Parágrafo único – A Comissão de Planejamento Municipal controlará a adequação permanente das atividades públicas ao Plano Diretor, e orientará as atividades particulares para a sua correta implantação, tendo em vista os dispositivos desta lei e das leis complementares de zoneamento, loteamento, código de postura e de obras.

CAPÍTULO II

DAS OBJETIVOS BÁSICOS

Art. 3º - Os principais objetivos estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento de Toledo, são:

1º - Oferecer condições básicas para o desenvolvimento econômico, levando em conta a situação estratégica de Toledo, e a necessária adequação a uma economia de complementariedade;

2º - Aperfeiçoar a Administração Municipal, de forma a permitir a correta implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento;

3º - Ampliar a oferta de vagas e adequar o currículo das escolas às necessidades do desenvolvimento regional;

4º - Incentivar a criação progressiva do Conselho de desenvolvimento da Comunidade que estimularão o espírito de participação dos cidadãos na solução dos problemas comuns;

5º - Adensar a população na área urbanizada através de medidas extra-fiscais e administrativas;

6º - Racionalizar o uso do solo, para perfeita adequação entre a estrutura urbana e as necessidades comunitárias;

7º - Hierarquizar o sistema viário, de forma a permitir circulação rápida, segura e eficiente de pessoas e veículos;

8º - Valorizar a paisagem urbana, com aproveitamento das características topográficas locais.

CAPÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS DIRETRIZES

Art. 4º - a Prefeitura Municipal deverá consolidar a função regional de centro de beneficiamento e comercialização de cereais, através das seguintes medidas:

6- Melhorar a estrutura Viária Municipal conforme proposta do setor físico do Plano Diretor de Desenvolvimento, dando condições de rapidez e flexibilidade às ligações internas do Município.

7- Melhorar a estrutura Viária Inter-Municipal, estabelecendo convênio com Municípios polarizados por Toledo.

Art. 5º - Incentivar, através de isenção fiscais e outras medidas administrativas, a implantação de unidades manufatureiras que tenham possibilidade de ampliação para o mercado regional e nacional.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUAS DIRETRIZES

Art. 6º - O prefeito deverá regulamentar, por Decreto, a forma de participação no Conselho de Desenvolvimento, a ser criado na Comissão de Planejamento Municipal, das Associações de Amigos de Bairro, Centros Comuns e Conselhos de Desenvolvimento de Comunidade.

Art. 7º - A Prefeitura deverá estimular a integração das atividades dos setores públicos e privados, que desenvolvem programas de assistência médico-sanitário, principalmente na zona rural.

Art. 8º - O serviço medico hospitalar gratuito deverá ser ampliado no sentido de atender a população das áreas polarizadas.

Parágrafo único – Para a manutenção destes serviços a prefeitura poderá estabelecer convênios com os Municípios atendidos.

Art. 9º - O Município deve absorver gradativamente, a responsabilidade total para com a rede escolar primária, na zona

rural.

Art. 10º - O Prefeito deverá regulamentar, por decreto, a concessão de bolsas de estudos para cursos primários.

Art. 11º - O Município deverá desenvolver um Programa de Educação Compensatória, que atenderá os seguintes setores:

3. Saúde Escolar;
4. Iniciação a Técnica Agrícola;
5. Atividades Integradoras;
6. Formação Ecumênica;
7. Plano de Férias..

Art. 12º - O Município deverá adotar um Calendário Escolar Agrícola.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO AGÍCOLA

Art. 13º - A Organização Administrativa da Prefeitura será formulada por lei própria, atendendo às diretrizes desta Lei.

CAPÍTULO VI

DA IMPLANTAÇÃO FÍSICA E SUAS DIRETRIZES

Art. 14º - O uso do solo para fins urbanos obedecerá ao disposto nesta lei e nas normas complementares de zoneamento, loteando e controle das edificações. Para esse fim, fica o Município de Toledo dividido em:

- Área urbana: limitado pelo perímetro fixado em função dos serviços públicos e construções existentes;
- Área de expansão urbana: destinada ao crescimento da área urbana;
- Área rural: a área restante do Município.

Parágrafo único - A delimitação da área urbana e de expansão urbana é fixada conforme o mapa explicativo anexo a esta lei.

Art. 15º - A lei de zoneamento dividirá as áreas urbanas e de extensão urbana em zonas de uso predominante, fixando para cada uma delas os usos permitidos, permissíveis e proibidos, as normas e padrões quanto a área dos lotes, os índices de aproveitamento e de ocupação, os asphaltamentos exigidos, e outras exigências julgadas convenientes.

Art. 16º - Na especificação dos tipos industriais e permissíveis, nas zonas de uso predominante industrial, será estimulado o agrupamento de estabelecimentos de características semelhantes e graus de nocividade aproximados, visando facilitar as medidas de proteção das zonas residenciais e comerciais próximas.

Art. 17º - Será projetado em local economicamente viável o Distrito Industrial de Toledo, visando ampliar as indústrias com a localização geo-econômica, favoráveis ao Município.

Art. 18º - O loteamento urbano, ou para fins urbanos em zona rural, o arruamento, o desmembramento e o remembramento de terrenos, no Município de Toledo, deverão atender às diretrizes desta lei e ao disposto na lei de loteamento, dependendo sempre de aprovação prévia da Prefeitura, através da Comissão de Planejamento Municipal.

Parágrafo único - Somente será permitido loteamento na área de expansão urbana, quando a densidade bruta alcançar 100 (cem) habitantes por hectare da área urbana.

Art. 19º - Nenhuma edificação, reforma, demolição, ou obra de qualquer espécie, poderá ser feita sem prévia Licença do órgão competente da prefeitura.

§ 1º - As normas de edificação estabelecerão os requeitos para a elaboração de projetos e o processo de sua aprovação pela Prefeitura de acordo com o código de obras.

§ 2º - A desobediência às diretrizes desta lei e às normas de edificação darão ensejo à imposição de multa, embargo administrativo da obra e sua demolição.

SEÇÃO II

Art. 20º - O sistema Viário de Toledo compreenderá a seguinte hierarquia de vias:

- Rodovias federais, estaduais e municipais;
- Anéis rodoviários;
- Vias de tráfego pesado;
- Vias estruturais;
- Vias de penetração nos bairros;
- Vias de ligação de setores;
- Vias secundárias;
- Vias preferenciais de pedestres;
- Vias exclusiva de pedestres.

Parágrafo único - A classificação de ruas e avenidas, bem como as principais características das vias e a propriedade para pavimentação, de acordo com a respectiva categoria, estão fixados no quadro anexo a esta lei.

SEÇÃO III

DOS EQUIPAMENTOS URBANOS

Art. 21º - A execução de qualquer obra, serviço ou equipamento deverá ser precedida de projeto, com atendimento dos objetivos desta lei.

Art. 22º - a localização de unidades escolares, parques infantis, unidades sanitária, jardins e parques de recreação, bem como de outros equipamentos, deverá ser realizada conjuntamente, objetivando fomentar a criação de centros sociais

comunitários.

Art. 23º - As praças de esportes, os parques de jardins públicos e todas as áreas verdes da cidade deverão assegurar uma área mínima de 15 m² por habitante.

Art. 24º - É vedado o lançamento de quaisquer resíduos, direta ou indiretamente, nos cursos d'água, lagoas e tanques existentes no Município, sem a prévia autorização da Comissão de Planejamento Municipal.

SEÇÃO IV

DA PROTEÇÃO PAISAGÍSTICA

Art. 25º - Visando a preservação e a valorização da paisagem urbana e rural, este plano prevê a fixação de determinadas glebas, especificadas na planta básica, bem como os logradouros públicos e outros locais, como áreas de proteção paisagística, sujeitas a regulamentação especial, para as quais poderão ser estabelecidas as seguintes medidas;

3. Limitação administrativas ao uso das propriedades, para melhor preservação do local;
4. Estímulos tributários para o uso e atividades adequadas;
5. Penalidades pelo não cumprimento das medidas que regulamentam a preservação dessas áreas.
6. SEÇÃO VII(NÃO TINHA A SEÇÃO V E VI)
7. DA PROTEÇÃO PAISAGÍSTICA

Art. 26º - Fica o Prefeito autorizado a promover entendimento com autoridades estaduais e federais, para efetuar a integração deste Plano aos Planos regionais e nacionais porventura existentes, ou que venham a ser elaborados.

Art. 27º - O Prefeito promoverá ampla campanha de esclarecimento público sobre os objetivos e as diretrizes deste Plano, mandando imprimir e distribuir exemplares desta lei com os anexos julgados convenientes.

Art. 28º - os terrenos públicos do patrimônio dominical do município, quando possíveis de utilização por particulares, serão preferencialmente concedidas para uso, remunerado ou gratuito, ao invés de serem vendidos ou doados.

Art. 29º - Qualquer alteração ou emenda a este Plano Diretor de Desenvolvimento, só poderá ser feito por lei, mediante prévio parecer favorável de Comissão de Planejamento Municipal.

Art. 30º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Toledo, Estado do Paraná, 30 de dezembro de 1972.

Egon Pudell – PREFEITO MUNICIPAL⁴.

⁴ CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Ementário de Projetos de Lei (De 1953 a julho/2006).

ANEXO – IV

EMENTÁRIO DE PROJETOS DE LEI

(De 1953 a julho/2006 – atualização em 25.07.2006)

17 08.05.1970 Poder Exec 570 Regulamenta a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS.

LEI Nº 570/70

DATA: 08 de maio de 1970.

SÚMULA: Regulamenta a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ, DECRETOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica regulamentada a cobrança de Impostos sobre Serviço de Qualquer Natureza que tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista abaixo:

Médico, dentista ou veterinário;

Enfermeiro, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos;

Laboratório de análises clínicas e eletricidade médica;

Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúdes, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica;

Advogados ou provisionários;

Agentes da propriedade industrial;

Agentes da propriedade artística ou literária;

Peritos e avaliadores;

Tradutores e intérpretes;

Despachantes;

Economistas;

Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade;

Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador de serviços);

Datilografia, estenografia, secretaria e expediente;

Administração de bens e negócios, inclusive consórcios e fundos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituição financeira);

Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;

Engenheiros, arquitetos, urbanistas;

Projetistas, calculistas, desenhistas-técnicos;

Execução, por administração, empreiteiras ou subempreiteiras, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação de serviços, que ficam sujeitas ao ICM);

Demolição: conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores nele instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação de serviços, que ficam sujeitas ao ICM);

Limpeza de imóveis;

Raspagem e ilustração de soalhos;

Desinfecção e higienização;

Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado);

Barbeiros, cabelereiros, manicures, peticures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza;

Banhos, duchas, massagens, ginástica e gêneres;

Transporte e comunicação, de natureza estritamente municipal;

Diversões públicas:

a- Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi-dancing e congêneres;

b- Exposições com cobrança de ingressos;

c- Bilhares, boliches e outros jogos permitidos;

d- Bailes, “schows”, festivais, recitais e congêneres;

e- Competições esportivas ou destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estação de rádio ou televisão;

f- Execução de música, individualmente ou por conjuntos;

g- Fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo;

Organização de festas, “Buffet”(exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitos ao ICM);

Agência de turismo, passeios e excursões, guias de turismo;
Intermediação, inclusive corretagem de bens imóveis e móveis, exceto os serviços mencionados nos itens nºs 58 e 59;
Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior;
Análises técnicas;
Organização de feiras e amostras, congressos e congêneres;
Propaganda e publicidades, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidades, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio;
Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos, cargas, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos;
Depósito de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras);
Guarda e estacionamento de veículos;
Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços);
Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em concertos ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41);
Concerto e restauração de quaisquer objeto (inclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo o valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias);
Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviços fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias);
Pinturas (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização;
Ensino de qualquer grau ou natureza;
Alfaiates, modistas, costureiros prestados ao usuário final, quando o material, salvo o do aviamento, seja fornecido pelo usuário;
Tintura e lavanderia;
Beneficiamento, lavagem, secagem, tangimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares de objetos não destinados à comercialização ou industrialização;
Instalação ou montagem de aparelhos, máquinas ou equipamentos prestados ao usuário final do serviço, inclusivamente por material por ele fornecido (excetua-se a prestação de serviços ao poder público, a autarquia, empresas concessionárias de produção de energia elétrica);
Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço;
Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de “vídeo-tapes” para televisão, estúdios fonográficos de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e “mixagem” sonora;
Cópia de documentos e outros papeis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior;
Locação de bens imóveis;
Composição gráfica, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia;
Guarda, tratamento e amestramento de animais;
Florestamento e reflorestamento;
Paisagem e decoração (e exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao ICM);
Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos;
Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros;
Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedades de corretores, regularmente autorizados a funcionar);
Encadernação de livros e revistas;
Aerofotogrametria;
Cobranças, inclusive de direitos autorais;
Distribuição de filmes, cinematográficos e de “vídeo-tapes”;
Distribuição e venda de bilhetes de loterias;
Empresas financeiras;
Taxidermistas:

§.1º- Os serviços incluídos na lista acima, ficam sujeitos apenas ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias.

§.2º- O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na lista, ficam sujeitos ao imposto sobre circulação de mercadorias (ICM).

Art. 2º - O contribuinte é o prestador de serviços:

§.1º- Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os

diretores e membros do conselho consultivo e fiscal de sociedade.

§.2º- Fica isenta de imposto e contribuição, por administração ou empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil contradas (sic) com a União, Estados, Distrito Federal e Municipais, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos, assim como as respectivas subempreitadas'.

Art. 3º - Considera-se local de prestação de serviços:

- a- O estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, e de domicílio do prestador;
- b- No caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação;

Art. 4º - A base de cálculo do imposto e o preço do serviço:

§.1º- Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de prestação de serviços ou de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza de serviço ou de outros fatores pertinentes, nesta não compreendidas, a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho;

§.2º- Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto será cobrado por meio de alíquota, de acordo com o disposto na tabela I, anexa a este código;

§.3º- Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 do artigo 1º., o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondente.

- a- Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços;
- b- Ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§.4º- Quando os serviços a que se referem os itens 1 – 2 – 3 – 5 – 6 – 11 – 12 – 17, do artigo 1º, forem prestadas por sociedades, estes ficaram sujeitas ao imposto na forma do §.1º., calculado em relação a cada profissional nos termos da Lei aplicável.

Art. 5º - O imposto será cobrado por meio de alíquotas percentuais de acordo com a tabela I, anexa a esta Lei.

Art. 6º - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço resultante de sua prestação ou quando os registros relativos ao imposto relativo não merecerem fé pelo fisco, tomar-se-á para a base de cálculo o preço do serviço arbitrado, o qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

- I- O valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou calculados durante o ano.
- II- Folhas de salário pagos durante o ano, adicionados de honorários de direitos e retiradas do proprietário, sócio ou gerente.
- III- 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dele e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo.
- IV- Despesas de fornecimento de água, luz e força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

Art. 7º - O imposto será recolhido por meio de guia especial preenchida pelo próprio contribuinte, de acordo com o modelo, de forma e prazos estabelecidos no regulamento.

Art. 8º - os contribuintes sujeitos ao imposto com base no preço do serviço mensal manterão obrigatoriamente sistema de registro do valor do serviço prestado, na forma do regulamento.

Art. 9º - O montante do imposto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:

- 1. Quando o contribuinte deixar de apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar;
- 2. Quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolosa ou fraude.

Art. 10º - O procedimento de ofício de que trata o artigo (*anterior*) prevalecerá até que a prova em contrária, feita antes do imposto.

Art. 11º - O lançamento do imposto de serviços será feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes inscritos existentes no Cadastro dos Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza.

Art. 12º - As pessoas físicas ou jurídicas que, na condição de prestadores de serviço de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornarem sujeitas à incidência de imposto serão lançadas a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.

Art. 13º - Após a promulgação desta Lei, baixará o Poder Executivo regulamentação sobre a Incidência e isenções, recolhimento e cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 14º - Presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Toledo, Estado do Paraná, 10 de setembro de 1970.

Egon Pudell – PREFEITO MUNICIPAL.

TABELA PARA O LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE OS SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

- a- Itens: 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 30, 33, 53, 59.....5% sobre o salário mínimo vigente no município.
- b- Item 2.....3% sobre o salário mínimo vigente no município.
- c- Itens 19, 20 e 35.....2% sobre o salário mínimo vigente no município.
- d- Item 28.....10% sobre o salário mínimo vigente no município.
- e- Demais itens.....2% sobre o salário mínimo vigente no município.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 1970. Egon Pudell - Prefeito Municipal⁵.

⁵ CÂMERA MUNICIPAL DE TOLEDO – Estado do Paraná, Ementário de Projetos de Lei (De 1953 a julho/2006).

ANEXO – V

Empresas que fizeram propaganda no jornal A VOZ DO OESTE (14 de dezembro de 1967 até 14 de dezembro de 1969).

Anunciantes Locais – setor de serviços:

*** AUTO MECÂNICA TOLEDO S/A –REVENDEDOR VOLKSWAGEN - Toledo⁶

TOLEDO HOTEL - Toledo

FOTO CLIVATI - Toledo

BAR, RESTAURANTE E CHURRASCARIA GUARUJÁ – Adriano G. Lopes e Filhos Ltda - Toledo

*** CLINICAS DALL’OGLIO – Dr. Adolpho Dall’Oglio, Dr. Waldomiro Luiz Rodrigues, SUL GRÁFICA LTDA – Tipografia - Toledo

BAR E RESTAURANTE A GRUTA – Toledo

ESTOFARIA TUPÃ LTDA – Toledo

CARPINTARIA E MERCENARIA VITÓRIA de August Kummer – Toledo

CERÂMICA SÃO FRANCISCO LTDA E CERÂMICA PRATA LTDA – Toledo

ESTOFARIA SÃO JORGE estofamento de automóveis – Toledo

Anunciantes Locais – setor de comércio:

SIANA – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – Toledo

*** GRÊMIO ATLÉTICO LA SALLE – Consórcio Wolswagem – Consórcio que ajuda a construir o Palácio dos Esportes em Toledo . E/ou PALÁCIO DOS ESPÓRTEES – Toledo.

CALÇADOS ROSA LTDA - Toledo

RELOJOARIA RIGOSO - Toledo

PEPSI-COLA - Brasil

RELOJOARIA E ÓTICA ESMERALDA - Toledo

MODAS JÓIAS LTDA - Toledo

MORGANA CALÇADOS – Toledo

COMERCIAL CERRO LARGO LTDA – Dez de Maio – distrito de Toledo

INDUSTRIA DE CONSERVAS IVAÍ LTDA – Toledo

BRESAUTO PEÇAS LTDA – Toledo

LIVRARIA DO COMÉRCIO LTDA – Toledo

CEREALISTA TOLEDO – Toledo

MAGESTIC MODAS LTDA – Toledo

FARMÁCIA SANTO ANTÔNIO LTDA – Toledo

FARMÁCIA SANTA LUCIA LTDA – Toledo

SOCIEDADE DE SECOS E MOLHADOS SARANDI LTDA – Novo Sarandi – distrito de Toledo

SOCIEDADE COMERCIAL SÃO MIGUEL LTDA – distrito de São Miguel – Toledo

COMERCIAL PIRATINI LTDA – Toledo

FARMÁCIA BRASIL – Toledo

CASA PAULISTA – Materiais elétricos e de construção – Toledo

CASA DOS PINTORES – Toledo

COMERCIAL DEZ DE MAIO LTDA – Dez de Maio distrito de Toledo

EDGAR A. LAMP – para comprar ou vender seu veículo – Toledo

MOVEIS – DECORAÇÃO LTDA – Toledo

ACESSÓRIO E ELÉTRO ANGRA LTDA – peças em geral – Toledo

⁶ É uma referencia as empresas que tiveram participação especial no desenvolvimento e nas propagandas do jornal, pois * significa que ocupavam ¼ de página na sua divulgação, ** significa que ocupavam meia página na divulgação, bem *** significa que eram empresas de grande participação, pois faziam anúncios de uma página inteira.

INDUSTRIAL MADEIREIRA, COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. – MARIPÁ – Toledo
SERRAMALTE Distrib. De Cervejas de Arthur Dreier – Toledo
FARMÁCIA SÃO JOÃO de Walmir Grande – Novo Sarandi distrito de Toledo
POSTOS SANTA CATARINA Distrib. ESSO – combustíveis – Laranjeiras do Sul e Toledo
FARMÁCIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS de Deisvaldi & Cia Ltda – Toledo
TOLEDO PEÇAS LTDA peças de automóveis – Toledo
ESQUINA DA ECONOMIA Roupas e Tecidos – Toledo
MADEIREIRA PINHEIRINHO LTDA E MADEIRAS OESTE LTDA – Bom Princípio distrito de Toledo
IRMÃOS CELANT secos e molhados – Toledo
CONSÓRCIO NACIONAL WILLYS – compra de automóveis – na Industrial Agrícola Santa Rosa – Toledo
BELENZIER E CIA LTDA peças para automóveis – Toledo
CASA DE AMISTAD de Ali Said Rahal – artigo de todos os gêneros – Assunção Paraguai
TOLEDO ELETRO PEÇAS LTDA tudo para a elétrica de seu automóvel – Toledo
LIVRARIA E PAPELARIA de W. A. Pedrini & Cia Ltda – Toledo
NOVILAR MAGAZINE porcelanas e brinquedos – Toledo
FEIRA DOS CALÇADOS LTDA – Toledo
RECANTO WILLY BARTH vendas de áreas – Toledo

Anunciantes Locais – setor da indústria:

FÁBRICA DE MÓVEIS PROGRESSO - Toledo
INDÚSTRIAS SEPOL LTDA – fabrica de sabão – Toledo
INDÚSTRIA DE COMPENSADOS TOLEDO LTDA – Toledo
* SADIA S/A - TRANSPORTES AÉREOS – Toledo
INDUSTRIAL DE MÁQUINAS S.A. IND. E COM. – Toledo
CONCENTRADO MEDICADO “SADIA” – Toledo
*** FOMENTO SADIA Trabalhando e Informando – Toledo
FÁBRICA DE ESQUADRIAS RIO BRANCO LTDA – Toledo
VULCANIZAÇÃO SANTO ANTÔNIO de Eduardo Becker e Cia Ltda – Pneus e Câmaras de ar – Toledo
* FRIGORÍFICO PIONEIRO S/A. Organizações SADIA – Orestes Perotto e Dr. Pedrinho Furlan – Diretores - Toledo
EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVOS OURO VERDE LTDA – Toledo
* “FOMENTO SADIA” – “SIND. RURAL DE TOLEDO” – “ACARPA” E “SIPAMA” – patrocinadores do espaço do agricultor
CERÂMICA IPÊ LTDA – Novo Sarandi distrito de Toledo
FÁBRICA DE PREGOS IDEAL de Helmuth Grapp – Toledo
FÁBRICA DE TRILHADEIRAS TOLEDO – Toledo
WALDEMAR CORREA – Produtos Alimentícios e PALMITO IVAÍ – Toledo

Anunciantes Locais – profissionais liberais:

ILDO JOÃO GUIDO GOZZO – Escritório de Contabilidade e Despachante de Trânsito - Toledo
Ernesto Dall’Oglio, Dr. Ivo Rocha, Dr. Dieter Reis e Dr. Carlos G. Miranda - Toledo
DR. PEDRO MÁXIMO PAIM FALCÃO – Advogado – Toledo
INSTALADORA DE ELETRECIDADE – de Valério Galante – Toledo
RESTAURANTE NIÁGARA de Primo Corletto – Toledo

OFICINA GAÚCHA de José Flores – Toledo

VIDRAÇARIA ESTRELA de Arthur Jirkowsky – Toledo

DR. CYRO FERNANDES DO LAGO – Médico Geral – Toledo

* ECONÔMICOS Dr. Roldão Fazzolari *Advogado Dr. Acary de Oliveira *Advogado – Dr. Erasmo F. Arruda * advogado – Dr. Wilson Kuhn *Advogado – Dr. Luis C. Lima *Advogado - Dr. Heli A. Zeni *Advogado – Dr. Pércimo Chiaretto *Advogado – Dr. Lamartine Braga Cortez *Cirurgião-Dentista – Ildo João Guido Gozzo *Contabilidade – Dr. João G. Klein *Advogado – Dr. Agenor Galassini *Cirurgião-Dentista – Dr. Waldir L. Becker *Engenheiro-Civil – Waldir Weber *Escritório Contábil – Ondy Niederauer *Escritório Contábil – Ivo Roque Pedrini *Serviços em Geral

OFICINA DE CHAPEAÇÃO E PINTURAS DE DELMIR ADAMES – Toledo

OLARIA GAVIÃO de Lilito Schaedler – Toledo

IRMÃOS VANZELLA – Banda musical – Toledo

DR JOÃO CARLOS PAIVA DA SILVA arquiteto – Toledo

Anunciantes Locais – outros:

ASSOCIAÇÃO E COMERCIAL DE TOLEDO – Waldemiro Giacomazzo (Presidente) – Toledo

PANIFICADORA OESTE – Toledo

LOTÉRICAS MANIERI – Cascavel e Toledo

APMI – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA E ROTARY CLUBE DE TOLEDO – Toledo

EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A e EXPRESSO PRINCESA DO OESTE S/A – Toledo

SINDICATO RURAL DE TOLEDO – Toledo

GRUPO SEGURADOR ATALAIA – PARANÁ – de Ouro Verde do Oeste – representante em Toledo Nelson Lorenz

AUTO ESPORTE de Arno Pappine – Toledo

IRMÃOS TAKEMORI LTDA – Toledo

GRANJA LOPEÍ LTDA – Aves e Ovos – Bom Princípio distrito de Toledo

RÁDIO COLMÉIA DE TOLEDO a Pioneira do Oeste – Toledo

EMPRESA DE TRANSPORTES CURITIBA AURI VERDE LTDA – transportes urbanos – Toledo

BAR DO CLUBE DO COMÉRCIO atendido por Romildo Schröder – Toledo

AGÊNCIAS LOTÉRICAS MAINIERI – apostas lotéricas – Toledo

Anunciantes de outras localidades:

EMPRESA ERNESTO F. BERTASO LTDA - Chapecó

Dr. IVONE GIACOMAZZI – ADVOGADO - Curitiba

CLICHERIA RECORD – Desenhista Especializado - Curitiba

TURISMO E CÂMBIO IGUAÇU LTDA – Foz do Iguaçu

*** COPEL – Curitiba

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ – Curitiba

RÁDIO DIFUSORA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – M C Rondon

GUARANÁ PREFERIDA refrigerantes e sucos – Anibal Bender – Quatro Pontes – M C Rondon

HOTEL JONSCHER – Curitiba

HOTEL AVENIDA em Iraí RS – Iraí RS

PLANALTO HOTEL – Iraí RS

COMPRA DE CEREAIS, MILHO E SOJA AMAMBAHY S.A. Exp. E Importadora – Foz do Iguaçu e Cascavel

MERCANTIL BRASILEIRA S.A. “BRASAN” de Alfredo Graboski – Erechim RS

PICOLIMAN DO PARANÁ LTDA industrialização de palmito – sem endereço
HOTEL ESPANHOL – Foz do Iguaçu
COMÉRCIO E INDÚSTRIA RONDONENSE DE ÓLEOS S.A. – CIROSA – M C Rondon

Empresas que fizeram propaganda com maior dimensão no jornal A VOZ DO OESTE LTDA (no ano de 1970, obedecendo a ordem de sequência de inserção).

- *** Prefeitura Municipal de Toledo
- * SINDICATO RURAL DE TOLEDO
- * GRUPO MARIPÁ – Industrial e Madeireira Colonizadora Rio Paraná - Toledo
- * INDÚSTRIA PLANALTO S.A.
- * CLÍCAS DAL'LÓGLIO
- *** COLONIZADORA NORTE DO PARANÁ S.A.
- *** PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND
- *** PAULO PIMENTEL – Governador do Estado
- *** HOSPITAL SÃO LUCAS – Assis Chateaubriand
- *** SOCIEDADE TV CATARATAS Ltda – Que mais entende de eletro-domésticos – Toledo e região
- * IRMÃOS VON BORSTEL – Revendedor Wolswagem – M. C. Rondon
- * BERNECK E CIA – Madeiras Prensadas – Toledo e região
- * ORGANIZAÇÕES SADIA
- * INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS IVAÍ LTDA
- * BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. – Curitiba
- * CROMAGEM TARUMÃ S.A. - Toledo Pr – Comércio de Peças Automotivas
- *** Distribuidora de Bebidas Oeste Ltda – Toledo
- *** CAMPAL – Cooperativa Mista de Palotina Ltda – Palotina
- *PREFEITURA MUNICIPAL DE PALOTINA – Palotina
- *** COOPAGRIL –Cooperativa de M. C. Rondon